

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
DOUTORADO**

**EDUCAÇÃO “EM” E “PARA” EMPREENDEDORISMO SOCIAL E SOLIDÁRIO:  
uma análise em IES privadas dos desafios político-pedagógicos.**

**SÃO LEOPOLDO**

**2024**

Lorena de Sousa Ribeiro Calderon Arrueta

**EDUCAÇÃO “EM” E “PARA” EMPREENDEDORISMO SOCIAL E SOLIDÁRIO:  
uma análise em IES privadas dos desafios político-pedagógicos.**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Linha de Pesquisa Sociedade, Economia e Emancipação, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Marília Veríssimo Veronese.

**SÃO LEOPOLDO**

**2024**

A779e

Arrueta, Lorena de Sousa Ribeiro Calderon.

Educação “em” e “para” empreendedorismo social e solidário :  
uma análise em IES privadas dos desafios político-pedagógicos /  
por Lorena de Sousa Ribeiro Calderon Arrueta. – 2024.

287 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos,  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo,  
RS, 2024.

"Orientadora: Dra. Marília Veríssimo Veronese".

1. Empreendedorismo social e solidário. 2. Educação  
empreendedora plural. 3. Economia solidária. 4. Impacto social.  
5. Estudantes. 6. Instituições de Ensino Superior (IES). I. Título.

CDU: 316.64:378

Lorena de Sousa Ribeiro Calderon Arrueta

EDUCAÇÃO “EM” E “PARA” EMPREENDEDORISMO SOCIAL E SOLIDÁRIO: uma análise em IES privadas dos desafios político-pedagógicos.

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Linha de Pesquisa Sociedade, Economia e Emancipação, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Aprovada em 18 de outubro de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Marília Veríssimo Veronese (Orientadora)  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Adriane Vieira Ferrarini  
Universidade Federal de Pelotas – UFPel

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Angela Mallmann Centenaro  
Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Isabel Aparecida Bilhão  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

---

Prof. Dr. Silvio Bittencourt da Silva  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Dedico esta tese ao meu amado esposo, Ivan Calderon, e à nossa querida filha, Hadassa Arrueta. São vocês que me inspiram diariamente com amor, apoio incondicional e alegria, sendo a razão maior do meu esforço e dedicação nesta jornada acadêmica. Com todo o meu amor e gratidão.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter chegado até aqui, guiada pelo Seu amor incondicional, e por conceder-me a realização deste lindo sonho do doutorado.

Aos meus amores Ivan e Hadassa; Ivan poderia sem dúvidas ser coautor desta tese. Foram muitos dias de dedicação juntos para chegarmos até aqui. Agradeço imensamente pelo apoio e compreensão na construção desta tese, que foram muito além das orientações sobre a pesquisa. Agradeço também pelo incentivo e motivação para me tornar mais uma doutora neste país, compartilhando, dividindo e compreendendo as responsabilidades familiares, sempre com uma transparência clara de amor absoluto por nós. Te amo além das palavras.

À minha querida filha Hadassa, agradeço a Deus todos os dias por você existir. Conte sempre com sua compreensão para que este sonho pudesse ser realizado. Saiba que toda esta tese foi pensada e dedicada a você, que é a razão da minha vida e da minha esperança por um mundo melhor para você. Amo você muito e agradeço profundamente por ser quem você é.

Um agradecimento especial aos meus pais. Tenho orgulho imenso de ser filha de vocês, por terem me dado a vida e por acreditarem que o estudo é o caminho para a transformação de vidas e sonhos. À minha querida mãe Célia, que sempre me apoiou nesta jornada, seja de perto ou de longe, deixando seu conforto tantas vezes para me ajudar e acompanhar nesta construção. Ao meu pai José, as palavras não são suficientes para expressar todo o meu agradecimento e apoio. Você sempre será meu "herói", papai. Te amo muito, obrigada por me amarem tanto. Sem vocês, não teria chegado até aqui. Amor para sempre.

Ao meu querido irmão, Alessandro, agradeço por ser meu amigo constante e por estar ao meu lado em todos os momentos. Sua presença e apoio são um presente inestimável na minha vida. Obrigado por tudo.

Aos amigos e colegas de doutorado, obrigada pela motivação em todas as fases desta tese. Sigam em frente com seus sonhos e realizações. Estarmos juntos tornou a caminhada mais leve.

Às minhas orientadoras, especialmente à Prof<sup>ª</sup>. Dra. Adriane Ferrarini, que me acompanhou nesta jornada com tanto carinho e dedicação, acreditando não apenas na minha tese, mas em mim mesma. À Prof<sup>ª</sup>. Dra. Marília Veronese, agradeço profundamente pelo conhecimento compartilhado, mostrando-me que o saber pode transformar nossa visão do mundo. Vocês foram e continuam sendo um farol em minha trajetória, e sou eternamente grata por me apresentarem um mundo tão rico e maravilhoso de novas perspectivas.

A todos os professores da Unisinos que compartilharam comigo essa enriquecedora jornada do conhecimento, incluindo aqueles que já partiram e estão sob a proteção de Deus Pai, expressei meu profundo agradecimento por serem uma incessante fonte de inspiração e sabedoria. A dedicação de cada um transformou meu aprendizado em uma experiência extraordinária e inesquecível.

Agradeço imensamente à Maristela pelo seu apoio administrativo incansável na Unisinos. Sua dedicação e eficiência têm sido fundamentais para o sucesso de nossa jornada acadêmica, e sou profundamente grata por sua ajuda constante e compromisso.

A contribuição desses educadores, com seu compromisso e excelência, não só enriqueceu minha formação acadêmica, mas também elevou o padrão de ensino, tornando cada momento de aprendizado uma oportunidade valiosa. Agradeço sinceramente por sua excepcional dedicação e pelo impacto duradouro que tiveram em minha vida e em minha trajetória acadêmica.

Meu caloroso agradecimento a todos os participantes da pesquisa. Foi um total expressivo de pessoas envolvidas diretamente e mais um número que eu não saberia quantificar indiretamente. Sem vocês e o apoio da academia, não teria sido possível realizar esta tese. Obrigada a todos os envolvidos.

Por fim, agradeço ao Centro Universitário LS por proporcionar-me a grandiosa oportunidade do doutorado, através da parceria incontestável com a Unisinos.

"Esforça-te, e tem bom ânimo; não temas, nem te espantes, porque o Senhor teu Deus é contigo por onde quer que andares." (Josué, 1:9)

## RESUMO

Esta tese analisa os limites e as possibilidades da implementação do empreendedorismo social e solidário na educação superior brasileira, especialmente nas IES privadas, nos cursos de Administração e Tecnólogos. O foco está na inclusão desse tema nos currículos acadêmicos, visando atender às demandas sociais e contribuir na promoção do desenvolvimento sustentável. O empreendedorismo social e solidário é apresentado como uma ferramenta essencial para enfrentar problemas como desigualdade e exclusão social. Objetivou-se entender as definições e abordagens teóricas para fortalecer a educação e a prática do empreendedorismo social e solidário. Compreender as concepções e motivações da comunidade acadêmica sobre educação e formação como cruciais para captar expectativas que orientam o ensino. Buscamos caracterizar e analisar métodos de estímulo à educação para o empreendedorismo social e solidário no ensino superior, permitindo identificar estratégias pedagógicas mais eficazes. Destaca-se também o desafio de descrever os obstáculos político-pedagógicos para a implantação de um currículo específico, considerando as particularidades do ambiente acadêmico. A produção de subsídios para a educação nesse campo avançaria na consolidação do tema nos cursos de negócios do Distrito Federal. A pesquisa fundamenta-se em um modelo teórico-analítico sustentado por autores como França Filho, Gaiger, Hespanha, Laville, Polanyi e Mauss. O conceito de *empreendedorismo com causa* e a interseção entre *social e solidário* exploram as convergências e especificidades desses enfoques. As abordagens sobre economia solidária, junto aos princípios de Polanyi e Mauss, oferecem uma visão teórica sobre práticas econômicas baseadas na reciprocidade e mutualidade. A sociologia das ausências e emergências, de Santos, revela alternativas inclusivas no empreendedorismo, destacando práticas silenciadas pelo modelo econômico dominante. As teorias de Bourdieu ajudam a compreender as dinâmicas de poder e capital social que moldam o setor. A educação empreendedora plural expande a formação além do individualismo do mercado, enquanto a racionalidade neoliberal é analisada quanto às suas influências na educação e no empreendedorismo. Utilizou-se uma abordagem qualitativa, sendo aplicado um questionário a 286 estudantes de Administração e áreas afins, cujos dados foram tratados, tabulados e convertidos em gráficos e tabelas. Aplicou-se entrevistas semiestruturadas em 24 sujeitos do cenário acadêmico, além de 11 representantes do Conselho Federal e Regional de Administração, cujas falas foram transcritas e analisadas qualitativamente. Foi também realizada uma análise documental das Novas DCNs do Curso de Graduação em Administração, as quais foram interpretadas por meio da análise de discurso. Os resultados indicam que a comunidade acadêmica concorda que o empreendedorismo social e solidário é uma via para um modelo mais igualitário de economia e sociedade. A maioria acredita que a educação sobre conceitos acerca do empreendedorismo é fundamental para uma formação humanizada e deve ser inserida nos currículos acadêmicos. Projetos e iniciativas gerados pelos estudantes têm potencial para reduzir desigualdades e promover práticas empresariais éticas, embora sua implementação enfrente desafios significativos e haja muito trabalho pela frente, para efetivá-la.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo social e solidário, educação empreendedora plural, economia solidária, impacto social.

## ABSTRACT

This thesis analyses the limits and possibilities of implementing social and solidarity entrepreneurship in Brazilian higher education, especially in private Higher Education Institutions, specially in Business Administration and Technology courses. The focus is on the inclusion of this theme in academic curricula, with a view to meeting social demands and contributing to the promotion of sustainable development. Social and solidarity entrepreneurship is presented as an essential tool for tackling problems such as inequality and social exclusion. The aim was to understand the definitions and theoretical approaches to strengthening the education and practice of social and solidarity entrepreneurship. Understanding the academic community's conceptions and motivations about education and training is crucial to capturing expectations that guide teaching. We sought to characterize and analyze methods of encouraging education for social and solidarity entrepreneurship in higher education, allowing us to identify more effective pedagogical strategies. Also noteworthy is the challenge of describing the political-pedagogical obstacles to implementing a specific curriculum, considering the particularities of the academic environment. The production of subsidies for education in this field would advance the consolidation of the subject in business courses in the Federal District. The research is based on a theoretical-analytical model supported by authors such as França Filho, Gaiger, Hespanha, Laville, Polanyi and Mauss. The concept of *entrepreneurship with a cause* and the intersection between *social and solidarity* explore the convergences and specificities of these approaches. The approaches to the solidarity economy, together with the principles of Polanyi and Mauss, offer a theoretical vision of economic practices based on reciprocity and mutuality. Santos' sociology of absences and emergences reveals inclusive alternatives in entrepreneurship, highlighting practices silenced by the dominant economic model. Bourdieu's theories help to understand the dynamics of power and social capital that shape the sector. Plural entrepreneurial education expands training beyond market individualism, while neoliberal rationality is analyzed in terms of its influences on education and entrepreneurship. A qualitative approach was used, and a questionnaire was administered to 286 students in Business Administration and related areas, whose data was processed, tabulated and converted into graphs and tables. Semi-structured interviews were conducted with 24 subjects from the academic world, as well as 11 representatives of the Federal and Regional Administration Councils, whose statements were transcribed and analysed qualitatively. A documentary analysis of the New DCNs for the Undergraduate Degree in Administration was also carried out and interpreted using discourse analysis. The results indicate that the academic community agrees that social and solidarity a path towards a more egalitarian model of economy and society. The majority believe that education on entrepreneurship concepts is fundamental for a humanized education and should be included in academic curricula. Projects and initiatives generated by students have the potential to reduce inequalities and promote ethical business practices, although their implementation faces significant challenges and there is a lot of work ahead to make it happen.

**Keywords:** Social and solidarity entrepreneurship, plural entrepreneurial education, solidarity economy, social impact.

**LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 01 - Ambiente Regulatório.....	33
FIGURA 02 - Infraestrutura.....	33
FIGURA 03 - Mercado.....	34
FIGURA 04 - Acesso a Capital.....	34
FIGURA 05 - Inovação.....	35
FIGURA 06 - Capital Humano .....	36
FIGURA 07 - Cultura.....	36
FIGURA 08 - Indicadores de Desempenho.....	37
FIGURA 09 - Posição das Cidades.....	38

**LISTA DE QUADROS**

QUADRO 01 - Diferença entre Empreendedorismo Tradicional e Empreendedorismo Social .....	67
QUADRO 02 - Aspectos do Empreendedorismo Social .....	68

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 - Curso.....	125
GRÁFICO 02 - Gênero.....	126
GRÁFICO 03 - Etnia e raça.....	127
GRÁFICO 04 - Idade.....	128
GRÁFICO 05 - Situação atual de emprego.....	128
GRÁFICO 06 - Faixa de renda.....	129
GRÁFICO 07 - Possui familiaridade com algum dos termos: Economia Solidária, Economia Social, Economia Popular e Outra Economia.....	130
GRÁFICO 08 - Numa escala de 1 a 5, sendo 1 nenhuma e 5 muita, qual a importância que você dá ao tema do empreendedorismo.....	131
GRÁFICO 09 - Qual o significado de empreendedorismo social e solidário.....	132
GRÁFICO 10 - Qual das alternativas que se enquadram melhor na definição (ou conceito) de empreendedorismo social e solidário.....	132
GRÁFICO 11 - Já teve contato direto com o empreendedorismo social e solidário.....	133
GRÁFICO 12 - Tem interesse em conhecer melhor sobre a temática do empreendedorismo social e solidário.....	134
GRÁFICO 13 - Quais das opções de apresentação sobre a temática do empreendedorismo social e solidário você prefere.....	135
GRÁFICO 14 - Gostaria de se envolver com projetos, empresas ou atividades de gestão voltadas para o empreendedorismo social e solidário.....	135
GRÁFICO 15 - Já realizou algum curso onde foi abordada a temática do empreendedorismo social e solidário.....	136
GRÁFICO 16 - Quais das opções você escolheria em realização do tema sobre empreendedorismo social e solidário no curso em que estuda atualmente?.....	136
GRÁFICO 17 - Na sua opinião, atualmente as IES (Instituições de Ensino Superior), trabalham a temática do empreendedorismo social e solidário em seus cursos de gestão?	137
GRÁFICO 18 - Você considera que as IES (Instituições de Ensino Superior) podem orientar quanto a educação do empreendedorismo social e solidário nos cursos de negócios?	138
GRÁFICO 19 - As IES (Instituições de Ensino Superior) possuem um papel fundamental na construção e na evolução dos conceitos de empreendedorismo social e solidário no âmbito acadêmico? .....	139

GRÁFICO 20 - Considerando o cenário da pandemia e pós-pandemia, você acredita que o empreendedorismo social e solidário poderia ajudar como mais uma forma de produção na economia?.....	140
GRÁFICO 21 - Você acredita que a temática do Empreendedorismo social e solidário contribuiria para a formação dos profissionais das áreas de negócios?.....	141
GRÁFICO 22 - Gênero.....	160
GRÁFICO 23 - Etnia e raça.....	161
GRÁFICO 24 - Idade.....	161
GRÁFICO 25 - Situação atual de emprego.....	162
GRÁFICO 26 - Faixa de renda.....	162
GRÁFICO 27 - Função atual.....	163
GRÁFICO 28 - Cursos de atuação dos entrevistados.....	163
GRÁFICO 29 - Tempo em que os entrevistados se encontram envolvidos em atividade na Educação Superior .....	164
GRÁFICO 30 - Gênero.....	211
GRÁFICO 31 - Etnia e raça.....	211
GRÁFICO 32 - Idade.....	212
GRÁFICO 33 - Situação atual de emprego.....	212
GRÁFICO 34 - Faixa de renda.....	213
GRÁFICO 35 - Perfil dos entrevistados.....	213

## LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - Qual a importância do tema do empreendedorismo para a formação dos estudantes dos cursos da área de gestão e negócios?.....	165
TABELA 02 - Na sua opinião, qual o significado de empreendedorismo social e solidário? .....	167
TABELA 03 - Possui algum contato direto com o empreendedorismo social e solidário? Conte como foi sua experiência.....	169
TABELA 04 - Tem interesse em conhecer melhor sobre a temática do empreendedorismo social e solidário? De que forma: Curso, palestra, seminário etc.? .....	171
TABELA 05 - Gostaria de se envolver com projetos, empresas, gestão voltados para o empreendedorismo social e solidário? Por quê?.....	173
TABELA 06 - Já realizou algum curso livre, técnico, tecnólogo, graduação ou pós-graduação, em que foi abordada a temática do empreendedorismo social e solidário? Onde? .....	175
TABELA 07 - Se a resposta anterior for afirmativa, como foi abordada a temática do empreendedorismo social e solidário? Exemplo: disciplina curricular, disciplina extracurricular, disciplina optativa, assunto abordado dentro da disciplina de empreendedorismo, outra .....	176
TABELA 08 - Em sua visão, atualmente as Instituições de Ensino Superior têm dado importância à temática do empreendedorismo social e solidário em seus cursos de gestão e negócios? Comente de que forma.....	177
TABELA 09 - Considerando o cenário da pandemia e pós-pandemia, em qual sentido você considera que o empreendedorismo social e solidário se apresenta como uma opção de desenvolvimento econômico sustentável?.....	179
TABELA 10 - Na sua percepção qual é a contribuição da educação do empreendedorismo social e solidário na formação dos estudantes dos cursos da área de gestão e negócios?.....	182
TABELA 11 - Você considera importante ou fundamental que as IES adotem a educação do empreendedorismo social e solidário como disciplina curricular dos cursos da área de gestão e negócios? Por quê?.....	184
TABELA 12 - Na sua percepção, as Novas DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, homologadas pelo parecer CNE/CES nº 438/2020 – abordam ou corroboram em que o empreendedorismo social e solidário poderia	

contribuir para novas competências na formação dos profissionais de Administração e áreas afins? Em qual sentido? .....	187
TABELA 13 - Questões norteadoras para entrevista B.....	214

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIIESEC - Associação Internacional de Estudantes de Economia e Ciências Comerciais

ANGRAD - Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração

APS - Adult Population Survey

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CECON - Centro de Convivência

CES/CNE - Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação

CFA – Conselho Federal de Administração

CFES-Sul - Centro de Formação em Economia Solidária da Região Sul

CIEPS – Congresso Internacional de Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

Covid 19 - Coronavírus SARS-CoV-2

CRA – Conselho Regional de Administração

DCNs - Diretrizes Curriculares Nacionais

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

EaD – Educação a Distância

EDP - Entrepreneurship Database Program

EES - Empreendimentos econômicos solidários

EMES – Emergence of Social Enterprise in Europe

ENAP - Escola Nacional de Administração Pública

ESCWA - Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia Ocidental

ESG – Environmental, Social and Governance

FENEAD - Federação Nacional dos Estudantes de Administração

GALI - Global Accelerator Learning Initiative

GEM - O Global Entrepreneurship Monitor

GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

GII - Global Innovation Index

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICE - Índice de Cidades Empreendedoras

IEPS - Instituto de Estudos para Políticas de Saúde

IES - Instituição de Educação Superior

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEDF - Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal

MEC - Ministério da Educação

NDE - Núcleo Docente Estruturante

NES - National Expert Survey

NIS - Negócios de Impacto Socioambiental

OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG – Organização não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PCD – Pessoas com deficiência

PE - Plano de Estudo

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PPC - Projeto Pedagógico de Curso

PPGCS - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

PPI - Projeto Pedagógico Institucional

PSED - Panel Studies of Entrepreneurship Dynamics

PUCRJ - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

SciELO – Scientific Electronic Library Online

UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana

UniLS - Centro Universitário e Escola Técnica do Distrito Federal

UNIP/DF – Universidade Paulista do Distrito Federal

UNIPLAN - Centro Universitário Planalto do Distrito Federal

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>22</b>
<b>2. CONTEXTUALIZAÇÃO EMPÍRICA .....</b>	<b>27</b>
<b>2.1. Universo Empírico.....</b>	<b>31</b>
<b>3. REVISÃO DA LITERATURA DA ÁREA SOBRE A TEMÁTICA .....</b>	<b>51</b>
<b>4. MARCO TEÓRICO.....</b>	<b>63</b>
<b>4.1. Empreendedorismo com Causa: A Interseção entre Social e Solidário .....</b>	<b>63</b>
<b>4.2. Por uma ampliação do conceito.....</b>	<b>72</b>
<b>4.3. Um olhar abrangente quanto à Economia Solidária.....</b>	<b>75</b>
<b>4.3.1. Os princípios econômicos de Karl Polanyi e Marcel Mauss .....</b>	<b>77</b>
<b>4.4. A Sociologia das Ausências e das Emergências: A Busca por Alternativas     Inclusivas .....</b>	<b>83</b>
<b>4.5. A Importância das Teorias de Pierre Bourdieu para o Empreendedorismo Social:     Uma Análise Sociológica .....</b>	<b>85</b>
<b>4.6. As Políticas Públicas para a Educação e Formação em Economia Solidária no     Brasil .....</b>	<b>86</b>
<b>4.7. A Educação Empreendedora Plural .....</b>	<b>90</b>
<b>4.8. Educação: Expandindo Horizontes Além do Empreendedorismo.....</b>	<b>95</b>
<b>4.8.1 O Impacto da Racionalidade Neoliberal na Educação e o Papel da Pedagogia         Empreendedora .....</b>	<b>97</b>
<b>4.9. Empreendimentos Sociais Internacionais e Seus Impactos .....</b>	<b>100</b>
<b>4.10 O Olhar do Empreendedorismo para Além do Capital.....</b>	<b>105</b>
<b>5. PROBLEMA .....</b>	<b>110</b>
<b>6. OBJETIVOS .....</b>	<b>115</b>
<b>6.1. Objetivo Geral.....</b>	<b>115</b>
<b>6.2. Objetivos Específicos.....</b>	<b>115</b>
<b>7. METODOLOGIA.....</b>	<b>116</b>
<b>7.1. Fase exploratória e descritiva.....</b>	<b>116</b>

<b>7.2. Pesquisa de Campo.....</b>	<b>118</b>
<b>7.3. Análise e sistematização dos dados .....</b>	<b>123</b>
<b>8. INTERPRETAÇÕES E PERCEPÇÕES .....</b>	<b>125</b>
<b>8.1. Análise do questionário aplicado aos estudantes das Escolas de Negócios .....</b>	<b>125</b>
<b>8.2. Interpretação dos questionários aplicados aos estudantes das Escolas de Negócios.. .....</b>	<b>141</b>
<b>8.3. Análise da Entrevista A - Diretores, Coordenadores, Gestores Educacionais e Professores.....</b>	<b>160</b>
<b>8.4. Interpretação dos dados aplicados aos Diretores, Coordenadores, Gestores Educacionais e Professores – Entrevista A.....</b>	<b>189</b>
<b>8.5. Análise da Entrevista B - Presidentes do CFA e CRA, Ex-Presidentes do CFA e CRA, Conselheiros(as) do CFA e CRA, Ex-Conselheiros(as) do CFA e CRA, Membros da Comissão Instituída, Membros da Comissão Especial de Análise das DCNs do CFA e CRA e Membros da Comunidade Acadêmica .....</b>	<b>210</b>
<b>8.6. Interpretação dos dados gerados pelos respondentes Presidentes do CFA e CRA, Ex-Presidentes do CFA e CRA, Conselheiros(as) do CFA e CRA, Ex-Conselheiros(as) do CFA e CRA, Membros da Comissão Instituída, Membros da Comissão Especial de Análise das DCNs do CFA e CRA e Membros da Comunidade Acadêmica – Entrevista B.....</b>	<b>224</b>
<b>8.7. Análise Documental das Novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração.....</b>	<b>243</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>253</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>266</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>278</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Esta tese propõe uma análise da necessidade e importância da educação “em” e “para” o Empreendedorismo Social e Solidário, mediante perspectivas em IES privadas dos desafios político-pedagógicos. Diante de um cenário como o que se vive nos dias atuais, faz-se necessário um amplo e abrangente olhar para formas de trabalho e produção geradores de impactos sociais e ambientais.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2020), observa-se o mundo com perplexidade: cenários caóticos, de calamidade pública, crises sanitárias, aumento da desigualdade social, má distribuição de renda, aumento dos índices de desemprego, aumento da pobreza e falta de resposta governamental para tais situações. Esses desafios são exacerbados pelas crises interconectadas que ameaçam reverter décadas de progresso no desenvolvimento humano, como mostra a PNUD (2020). Ademais, o fenômeno sanitário, social, ambiental e econômico causado pelo Coronavírus e a sua patologia denominada Covid-19 expôs ao mundo as suas fragilidades, principalmente quanto ao fator econômico pela alta dependência de um único modelo e a sua “hegemonia” mundial.

A importância deste estudo e sua proposta reside na análise dos fundamentos necessários para uma economia mais plural e solidária. O empreendedorismo social e solidário oferece alternativas para combater as desigualdades sociais, uma vez que o Estado não consegue, no modelo de gestão neoliberal, promover a distribuição de recursos suficientes para toda a sociedade, de acordo com Harvey (2008).

A partir deste modelo empreendedor, surge o desejo de contribuir para a vida das pessoas, buscando oportunidades de melhoria para a comunidade. O objetivo deste empreendedor é melhorar o mundo economicamente, socialmente e ambientalmente, sem foco exclusivo no lucro, conforme Fabrete (2019). No empreendedorismo social, encontram-se as bases, valores e pilares que se apresentam como fonte de possibilidades emancipatórias. Objetiva-se compreender a complexidade do fenômeno social e suas contribuições para a transformação social e o desenvolvimento sustentável. Este depende não apenas de fatores econômicos e financeiros, mas principalmente da cooperação mútua das pessoas e organizações, incluindo entidades governamentais, empresariais e da sociedade civil. Esses princípios estão fundamentados nos conceitos de reciprocidade e nos coletivos de auto-organização da vida comum, conforme estudos de Mauss (2003a) e Polanyi (2000). Nesse sentido, foi explorada, ao longo deste estudo, uma relevante compreensão e explicação do

cenário econômico e social da atualidade numa proposta de pensar possibilidades para a reativação da economia pós-Covid19, mais solidária e sustentável.

Segundo Oliveira (2004), o empreendedorismo social também surge no epicentro do crescimento das organizações do terceiro setor, com crescente intervenção empresarial, redução das fontes públicas de investimento social, crescimento dos movimentos antiglobalização, complexidade das relações sociais e enfrentamento na busca de ações que produzam desenvolvimento sustentável e justiça social. O paradigma do empreendedorismo social objetiva, portanto, transformar a realidade social com base nos seguintes pressupostos fundamentais: reflexão junto com as comunidades; criação e desenvolvimento de soluções antes impossíveis de inserção social em seu sentido mais amplo; existência do exercício pleno da cidadania. Propõe ainda um enfoque da sociedade em termos de geração de renda, produtividade, justiça social e ética; estabelecimento de novas parcerias, com a total integração entre governo, comunidade e setor privado; foco na melhoria da qualidade de vida dos atores sociais; reversão do distanciamento entre economia, sociedade e ética; incremento de práticas sociais empreendedoras e reforço da solidariedade social local (OLIVEIRA, 2004, p. 8).

Essa análise, segundo Oliveira (2004), faz com que o empreendedorismo social se apresente como uma alternativa emergente para o enfrentamento das novas formas e estratégias de combate à pobreza. Desta forma, são transferidos vários conhecimentos e estratégias, que levam os gestores das organizações sociais a encararem o seu trabalho da mesma forma que estivessem gerenciando um negócio (empreendimento privado). Os resultados, diferentemente do campo privado, são totalmente retornados para a organização. Destaca-se, nesse sentido, a importância das organizações sociais e solidárias como geradoras de capital social, bem como de possibilitar novas alternativas de políticas e ações com resoluções mais éticas e eficazes da gestão social. Para Fontes (2000), isso pode ser constatado pelo fato de essas organizações se caracterizarem como organizações que compõem redes sociais, alimentadas pela solidariedade, cooperação e interação de diversos atores sociais (Estado, sociedade civil, empresas etc.). Reside a importância dessas redes no fato de que a solidariedade produzida na esfera do mundo da vida se dá a partir de trocas não circunscritas em um espaço-tempo. Isso se traduz antes de tudo pela reafirmação de laços sociais que se prolongam por uma trajetória de sociabilidade, não necessariamente inscrita na contabilidade de equivalência de objetos que se intercambiam. (FONTES, 2000, p. 3).

Considera-se, neste contexto, observar o olhar sobre o vínculo social, sendo um conceito que se refere às relações estabelecidas entre indivíduos em uma sociedade. Essas relações

podem ser de diferentes tipos e níveis de intensidade; elas desempenham um papel fundamental na formação e manutenção das estruturas sociais.

Para Granovetter (1985, p. 481), “os agentes econômicos são induzidos a tecer vínculos sociais como forma de lograrem resultados econômicos, mas fazem isso também porque se orientam por outros objetivos, como sociabilidade, aprovação social, identidade e status”.

É relevante realçar que, para Gaiger (2021, p. 173-174), “os vínculos sociais motivam a participação e justificam renovados aportes dos integrantes da organização, a despeito de alternativas individuais eventualmente mais atrativas, sob um prisma utilitarista”.

É pertinente mencionar que, sobre a economia, Gaiger compreende:

“A economia está entrelaçada à vida social, significa que ela não deriva de leis próprias, de finalidades independentes de parâmetros socioculturais, ou materializando uma espécie de economia natural, como um desfecho inevitável da repetição de condutas individualistas que seriam intrínsecas aos seres humanos”. (GAIGER, 2021, p. 163).

E acrescenta que “admitir que a economia não é mais que um termo utilizado em nossa época para evocar mentalmente uma dimensão particular da vida coletiva”; sendo um processo instituído historicamente por Polanyi (1957), a “sociedade determina como se ocupará da produção e circulação dos seus meios de subsistência, de acordo com o sentido que atribui a eles e aos desdobramentos dessas atividades que julgar desejáveis” (p.163). Reforçando essa linha de interpretação, temos ainda que “as instituições econômicas devem ser compreendidas como entidades socialmente construídas, nas quais os processos correlatos são codificados e internalizados na cultura, propiciando estabilidade e fluidez à economia”. (MAUCOURANT; PLOCINICZAK, 2009, p. 145-146).

A realidade do cenário econômico e seus vínculos sociais ocorre sobre interesses contrários, considerando somente a ótica do mercado e suas motivações utilitaristas<sup>1</sup>, o que pode resultar, por parte de inúmeras categorias sociais, povos e comunidades, a renúncia a formas de vida alicerçadas no cultivo de vínculos sociais. (GAIGER, 2021). Sendo assim, como seria possível mudar esse cenário e apresentar alternativas que possam contribuir e ajudar, e em que medida a educação e a formação em e para o empreendedorismo social e solidário podem constituir uma dessas vertentes?

---

<sup>1</sup> O Utilitarismo surgiu como uma corrente filosófica (Mulgan, 2014), cuja evolução no plano das ideias e em suas aplicações práticas rapidamente se diversificou e deparou-se com severas críticas, dado o reducionismo que impõe à natureza e à conduta humana e por seu caráter axiomático indemonstrável (Sen, 1999).

Neste sentido, a educação e a formação “em” empreendedorismo representam a necessidade de as pessoas aprenderem outros significados e possibilidades do empreendedorismo. Isso envolve o desenvolvimento de conhecimentos específicos. Por outro lado, a formação “para” empreendedorismo vai além do conhecimento teórico. Envolve também o incentivo para que essas pessoas se tornem empreendedoras na prática. Isso inclui aspectos culturais, educacionais e a experiência empreendedora concreta.

O empreendedorismo social e solidário, desenvolvido como pilar nessas abordagens, visa buscar a melhoria das condições de vida, a redução da desigualdade social e o fortalecimento dos valores que esses conceitos podem promover na sociedade. Contudo, observa-se a falta de motivação nas instituições públicas e privadas de ensino superior, especialmente nas Escolas de Administração, no que se refere à formação e ao incentivo ao empreendedorismo social e solidário no Brasil. Não se percebe um real fomento, auxílio ou apoio estrutural por parte dos governos em relação à educação e à formação dos empreendedores sociais, visando ao desenvolvimento do país, de uma região ou de um setor econômico específico. Aliás, esta observação gerou uma curiosidade científica como pesquisadora, desenvolvendo, assim, o interesse em realizar esta pesquisa. O que se percebe é a falta de apoio tanto à educação e formação de empreendedores sociais quanto à implementação de políticas específicas voltadas para o desenvolvimento do país. Os empreendedores sociais enfrentam inúmeras dificuldades na gestão de seus negócios e na estruturação organizacional, necessitando reconhecer e estruturar suas formas de produção para minimizar os impactos sociais e ambientais.

Nesse sentido, este trabalho busca desvendar os desafios político-pedagógicos para uma educação e formação em e para empreendedorismo social e solidário. Ele o faz alinhado a outras políticas próximas, implementadas em anos anteriores, que se aproximam de seu objetivo, como é o caso da formação em Economia Solidária, conforme descrito no objeto de estudo desta tese. A questão pedagógica e seus desafios inerentes ao campo da educação e formação sobre empreendedorismo social e solidário residem em diversos elementos públicos e privados, cada um com diferentes perspectivas, modelos e especificidades.

Esta tese buscou analisar a concepção do empreendedorismo social e solidário de maneira transversal, considerando sua incorporação como disciplina curricular e experiência nos cursos superiores de gestão e negócios da rede privada de ensino do Distrito Federal. Isso será realizado por meio de uma pesquisa empírica com vistas à possibilidade de inserção desses temas.

A proximidade do ambiente, objeto e sujeitos de pesquisa desta tese com a pesquisadora orientam-se pela formação inicial na graduação em Administração de Empresas, complementada pela experiência em empresas privadas no desenvolvimento de aptidões na gestão de pessoas com cursos de especialização. Além disso, observa-se uma trajetória de quatorze anos na docência, envolvendo também a coordenação e gestão de cursos superiores na Escola de Negócios, além da conclusão do mestrado em Ciências da Educação. Esses elementos forneceram condições viáveis para a pesquisa, ao mesmo tempo em que apresentaram questões desafiadoras que serviram como fatores motivacionais para uma investigação em nível de doutorado. Destaca-se, ainda, a criação e coordenação de empresas juniores, dentro de centros universitários, no fomento ao empreendedorismo, no ensino, na incubação e aceleração de projetos empreendedores de estudantes e comunidade acadêmica.

A pesquisa de que trata esta tese encaixa-se na Linha 3 (Sociedade, Economia e Emancipação) do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos, pois apresenta familiaridade com essas temáticas ao abordar a questão social com forte aprofundamento nos projetos dos docentes responsáveis quanto à economia solidária, empreendedorismo e inovação social, saberes emancipatórios, epistemologias das ausências e emergências, além de diversos outros pontos de intercessão.

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO EMPÍRICA

O objetivo desta tese foi analisar as possibilidades e limites da educação e da formação "em" e "para" o empreendedorismo social e solidário em instituições privadas de ensino superior, com foco nos cursos de Administração (bacharelado) e nos cursos tecnólogos relacionados, que fazem parte da mesma matriz curricular. Esta análise visa compreender como essas instituições podem contribuir para a formação de profissionais capacitados para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades no campo do empreendedorismo social e solidário.

O impulso para abordar este tema está profundamente enraizado na minha trajetória pessoal e na experiência empreendedora de minha família. Desde 1993, minha família tem se dedicado ao setor de indústria e serviços, especializado na montagem e instalação de fachadas comerciais, luminosos e metalurgia em Goiânia/GO, abrangendo toda a região Centro-Oeste e o Distrito Federal. Essa experiência direta revelou a complexidade e as dificuldades do ambiente empresarial brasileiro, proporcionando um campo fértil para a análise crítica da educação de empreendedorismo.

Meu pai, após 34 anos no setor privado, abandonou sua posição, de supervisor de operações da área, devido ao desgaste das propostas trabalhistas repetitivas e às inseguranças associadas ao ambiente empresarial. Optou por empreender no mesmo ramo em que já possuía especialização, adquirida tanto formalmente pelo Sistema S quanto pela prática no mercado de trabalho. Essa decisão reflete uma estratégia de buscar melhores condições para a família e explorar novas oportunidades, evidenciando a necessidade de uma formação estruturada que pudesse ter atenuado os desafios enfrentados.

Tal cenário evidenciou a ausência de uma base sólida de formação em gestão, o que poderia ter mitigado muitos dos problemas enfrentados. A aprendizagem foi predominantemente reativa, ao invés de proativa, resultando em lacunas significativas na administração da empresa e na gestão dos recursos. Observando e participando desse processo, obtive uma compreensão profunda das dificuldades e frustrações enfrentadas por minha família, o que me aproximou da realidade empreendedora brasileira e da população pesquisada.

A trajetória empreendedora da minha família no Brasil foi marcada por uma série de desafios e frustrações comuns no contexto empresarial nacional. Em primeiro lugar, a burocracia excessiva desempenhou um papel significativo nas dificuldades enfrentadas. O ambiente regulatório no Brasil é notoriamente complexo, exigindo uma quantidade substancial de documentação e processos administrativos. Isso frequentemente resultou em atrasos e dificuldades operacionais, consumindo tempo e recursos valiosos, consequentemente

desmotivando inúmeras vezes meus pais a quererem continuar. Além disso, a carga tributária elevada foi um obstáculo importante, uma vez que o sistema tributário brasileiro é complicado e oneroso, com altas taxas de impostos e frequentes mudanças na legislação. Essa carga fiscal pesada limitava a capacidade de crescimento e sustentabilidade do negócio, impondo desafios significativos à gestão financeira da empresa. O acesso restrito ao crédito também foi um problema considerável; com altas taxas de juros e exigências rigorosas para concessão de empréstimos, minha família enfrentou limitações para expandir o negócio, investir em novas tecnologias e enfrentar períodos de baixa receita.

A intensa concorrência no mercado também contribuiu para as dificuldades, pois, no setor específico de montagem e instalação de fachadas comerciais, a competição é acirrada, levando a uma guerra de preços e aumentando a pressão para manter a qualidade dos serviços. Isso dificultava a diferenciação e a sobrevivência da empresa no mercado. Outra variável significativa foi a insegurança econômica, visto que as oscilações econômicas e a instabilidade do mercado impactavam negativamente o negócio, afetando a demanda pelos serviços e a capacidade de planejar a longo prazo. A instabilidade econômica trazia incertezas e dificuldades para manutenção da operação. Ademais, os desafios relacionados à gestão de pessoas também foram evidentes. Gerenciar equipes, especialmente em um ambiente de alta demanda e crescimento, mediante tantos desafios, trazia questões adicionais relacionadas à motivação, treinamento e retenção de funcionários, o que impactava a eficiência e a moral da equipe. E, claro, a incerteza no mercado, influenciada por fatores políticos, econômicos e sociais, adicionou outra camada de complexidade; mudanças imprevistas ou alterações na legislação durante todos esses anos contribuíram para a estabilidade do negócio, o que tornou o planejamento mais difícil. Outra dificuldade era a de estabelecer uma rede de contatos e parcerias estratégicas: a falta de conexões valiosas dificultou e limitou as oportunidades de crescimento e desenvolvimento da empresa.

Finalmente, a ausência de capacitação e formação estruturada se revelou um obstáculo decisivo para minha família no campo do empreendedorismo. Sem acesso a uma educação contínua e sistemática, enfrentamos dificuldades substanciais na implementação de práticas modernas de gestão e na adaptação às exigências do mercado. Essa deficiência limitou gravemente nossa capacidade de inovação e de crescimento, colocando-nos em desvantagem competitiva. Conseqüentemente, a falta de uma formação acadêmica bem fundamentada em gestão gerou desafios adicionais significativos na administração eficiente dos recursos e no planejamento estratégico. A carência de conhecimentos especializados não apenas resultou em erros administrativos, mas também em decisões mal fundamentadas, que agravaram ainda mais

as dificuldades enfrentadas. Esses problemas não são meramente circunstanciais, mas refletem um padrão comum entre muitos empreendedores no Brasil, sublinhando a importância crítica de uma formação acadêmica sólida para superar barreiras e alcançar o sucesso sustentável.

Portanto, é evidente que a ausência de capacitação adequada e de uma formação estruturada não é um mero detalhe, mas um fator determinante que pode comprometer seriamente a trajetória empreendedora. A educação e a formação contínua são, sem dúvida, pilares essenciais para enfrentar os desafios do mercado e para promover uma gestão eficaz e inovadora.

Outrossim, essas dificuldades, entre muitas outras, refletem os desafios comuns enfrentados por muitos empreendedores no Brasil e proporcionam uma compreensão mais profunda das barreiras que encontramos ao longo de nossa jornada empreendedora. Contudo, isso me motivou a buscar uma graduação em Administração, visando entender e transformar as práticas e soluções para problemas similares aos vivenciados por meus pais. Essa escolha foi fundamentada na necessidade de adquirir uma formação acadêmica robusta, essencial para proporcionar uma base teórica e prática que não estava disponível na trajetória de meus pais.

Essa busca por aprimoramento acadêmico se expandiu para incluir uma pós-graduação em Gestão de Pessoas e um mestrado em Ciências da Educação. Durante o mestrado, concentrei minha pesquisa na realidade da interação acadêmica entre estudantes e professores, com o objetivo de esclarecer questões e desafios enfrentados por uma professora jovem. Esse percurso acadêmico reafirmou meu compromisso com a educação e a formação de jovens, confirmando minha vocação para o ensino.

A experiência de coordenar a Empresa Júnior do grupo Objetivo (Uniplan/DF) envolveu a colaboração com jovens de diversos cursos, como Administração, Engenharia, Nutrição, Ciências Contábeis, Arquitetura e Fisioterapia. O principal objetivo era desenvolver habilidades e competências pessoais e organizacionais por meio de projetos voltados para a universidade e a comunidade local. Embora desafiadora, essa experiência foi profundamente gratificante, evidenciando o progresso e o crescimento dos estudantes ao longo do processo.

Além disso, minha atuação como professora em instituições de Ensino Superior no Distrito Federal, incluindo funções de coordenação no curso de Administração da Universidade Paulista (UNIP/DF) e no Centro Universitário LS (UniLS) em Taguatinga, tem sido enriquecedora. A supervisão de diversos cursos Tecnólogos em Gestão e a coordenação acadêmica possibilitam uma contribuição significativa para o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes, auxiliando na concretização de seus sonhos e na evolução de suas carreiras.

A maioria dos estudantes busca uma transformação significativa em sua realidade social e profissional por meio de suas formações acadêmicas e carreiras. Eles aspiram contribuir para o desenvolvimento econômico do Distrito Federal e do Brasil, ao mesmo tempo em que visam melhorar suas próprias vidas e as de suas famílias, reconstruindo suas histórias pessoais.

Minha atuação como Conselheira no Conselho Regional de Administração (CRA) do Distrito Federal, entidade consultiva, orientadora, disciplinadora e fiscalizadora, conforme a Lei nº 4.769 de 1965, proporciona uma visão crítica sobre o papel do CRA na regulamentação e defesa dos direitos profissionais. O CRA desempenha um papel crucial em apoiar e defender os direitos dos profissionais da Administração, alinhando-se com a necessidade de um suporte estrutural mais robusto.

Nesse contexto, minha atuação reflete uma abordagem proativa como cidadã, mãe e professora, comprometida com a promoção de mudanças significativas na vida dos jovens e no mercado de trabalho. A atuação no cenário econômico atual, marcado por desigualdades sociais e insegurança, exige um esforço contínuo para mitigar as vulnerabilidades dos jovens e promover um ambiente mais inclusivo e propício ao desenvolvimento profissional.

As universidades devem adotar uma abordagem abrangente na formação de seus estudantes, integrando princípios universais com respeito pelas diversidades culturais, axiológicas e sociais. É fundamental que essas instituições promovam a inserção produtiva no contexto da globalização, acolhendo todos os indivíduos que atendem aos requisitos necessários. Essa abordagem contribui para a transformação das vidas e carreiras dos segmentos mais vulneráveis e atende às necessidades básicas da sociedade, como educação, saúde, serviços e lazer.

Além disso, é essencial que as universidades mantenham um olhar atento aos movimentos sociais, que desempenham um papel crucial na defesa dos direitos humanos. O campo acadêmico carrega a responsabilidade de formar cidadãos conscientes, produtivos e engajados, orientados por valores e princípios democráticos. Portanto, as universidades não devem se limitar a preparar indivíduos competitivos, mas devem também promover a ética e formar profissionais com uma perspectiva social e solidária.

Os estudantes, ao ingressar nas universidades, buscam transformar suas vidas e garantir sua inclusão e sobrevivência no mercado de trabalho. A educação superior é vista como uma ferramenta essencial para a construção e transformação das suas vidas profissionais e pessoais. Nesse viés, o empreendedorismo surge como uma proposta facilitadora e promissora, desempenhando um papel essencial na realização desses objetivos.

As gerações atuais estão reavaliando as formas de trabalho, e organizações com modelos de gestão conservadores muitas vezes não conseguem atender às novas demandas. A juventude de hoje valoriza empresas que vão além do lucro, buscando aquelas que demonstram responsabilidade social, sustentabilidade ambiental e inclusão social, além de compartilhar valores pessoais.

Nesse cenário de mudanças contínuas, os estudantes enxergam no ensino superior uma oportunidade de transformar suas vidas, oferecendo não apenas conhecimentos acadêmicos, mas também habilidades práticas, com redes de suporte e oportunidades que moldarão seu futuro de forma positiva e duradoura. Eles esperam que a educação superior os capacite a contribuir significativamente para a sociedade, seja através de pesquisa inovadora, empreendedorismo social ou engajamento cívico e político. Além disso, embora o diploma seja um requisito essencial para diversas oportunidades profissionais, o mercado de trabalho valoriza cada vez mais as competências e habilidades que o profissional desenvolve ao longo de sua formação. Assim, a educação superior não apenas contribui para melhorar o status social e econômico dos indivíduos, mas também os prepara para atender às demandas práticas do mercado, capacitando-os a enfrentar desafios com inovação e adaptabilidade, qualidades muitas vezes tão valorizadas quanto o próprio diploma.

## **2.1. Universo Empírico**

Para contextualizar o universo empírico desta pesquisa, foram levantados dados quanto à realidade do empreendedorismo no Brasil, de acordo com fontes de bases de dados secundários nacionais e internacionais, que podem ser utilizadas em pesquisas nas áreas de empreendedorismo, empreendedorismo social e solidário.

Após três anos da pandemia de COVID-19, a sociedade continua em busca de se reinventar e se preparar para uma retomada do crescimento nos próximos anos. Para tanto, é necessário inovar para transformar a sociedade e superar as diversas dificuldades apresentadas pela crise. Atuando nesse cenário, o Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) traz importantes informações sobre as cidades, contribuindo para uma orientação de debates e políticas de melhoria do ambiente de negócios, que podem ser essenciais para essa retomada.

Utilizou-se, como banco de dados de base nacional, o Índice de Cidades Empreendedoras (ICE), que teve início em 2014, e a partir de 2020 o ICE passou a ser elaborado por meio de parceria entre a Endeavor e a Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Seu levantamento é feito para os 100 municípios mais populosos do Brasil, e o objetivo

é avaliar locais que apresentam melhores condições para o desenvolvimento do ecossistema empreendedor, contando a coleta com 48 indicadores para sete determinantes, sendo eles: 1 – ambiente regulatório, 2 – infraestrutura, 3 – mercado, 4 – acesso a capital, 5 – inovação, 6 – capital humano e por último 7 – cultura.

Uma questão importante é que o ICE 2023 foi construído com dados disponíveis, em sua maioria, no ano de 2022. A leitura dos dados, portanto, deve entender que o ICE publicado em um ano diz respeito ao retrato da realidade que os dados nos oferecem no ano anterior, o que garante a apresentação da realidade no país e, através dos dados, permite articular ações de melhorias e manutenção para os municípios.

O ranking geral do Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) de 2023 leva em consideração cada um dos sete determinantes citados acima. A seguir são apresentados os três primeiros municípios do ranking geral do ICE de 2023:

**1º São Paulo – SP - 8,673 - índice fatorial**

**2º Florianópolis – SC - 8,411 - índice fatorial**

**3º Joinville – SC - 7,99 - índice fatorial**

Mas o que fez esses municípios estarem no ranking geral ICE e serem avaliados com os melhores indicadores, diante de tantos outros municípios? Para entender esse fenômeno, apresenta-se a seguir a descrição de cada um dos sete indicadores de análise do ICE.

A burocracia do Ambiente Regulatório está presente durante todo o ciclo de vida da empresa: desde a abertura e liberação de funcionamento, passando pelo pagamento de impostos, até seu fechamento. (Relatório do ICE, Endeavor e ENAP, 2023).

Figura 01 – Ambiente Regulatório

AMBIENTE REGULATÓRIO			
Tempo de processos	Tributação		Complexidade burocrática
Tempo de Viabilidade de Localização (REDESIM, 2021)	Alíquota Interna do ICMS (SICONFI e IBGE, 2021 e 2019)	Alíquota Interna do IPTU (SICONFI e IBGE, 2021 e 2019)	Simplicidade Tributária (SICONFI, 2021)
Tempo de Registro, Cadastro e Viabilidade de Nome (REDESIM, 2021)	Alíquota Interna do ISS (SICONFI e IBGE, 2021 e 2019)		CNDs Municipais (websites das prefeituras, 2022)
Taxa de Congestionamento em Tribunais (CNJ, 2021)	Qualidade de Gestão Fiscal (FIRJAN, 2021)		Atualização de Zoneamento (IBGE, 2018)

Fonte: Relatório do ICE (2023).

Nesse item, o ICE avalia a infraestrutura das cidades, ou seja, o conjunto de componentes e serviços interrelacionados que, quando oferecidos em boas condições pelo governo, impactam positivamente no sucesso da atividade empreendedora. Isso significa que a infraestrutura pública tem um papel importantíssimo como fator determinante para a iniciativa, manutenção e permanência do ambiente empreendedor, sendo determinante do sucesso ou o fracasso dos negócios. (Relatório do ICE, Endeavor e ENAP, 2023).

Figura 02 – Infraestrutura

INFRAESTRUTURA						
Transporte interurbano			Condições urbanas			
Conectividade Via Rodovias (Google Maps, 2022)	Número de Decolagens por Ano (ANAC, 2021)	Distância ao Porto mais Próximo (MINFRA, 2022)	Acesso à Internet Rápida (ANATEL, 2021)	Preço médio do m <sup>2</sup> (Zap Imóveis / 2022)	Custo da Energia Elétrica (ANEEL e operadoras, 2022)	Taxa de Homicídios (DATASUS, 2020)

Fonte: Relatório do ICE (2023).

Para o indicador Mercado, o ICE considera a relação mercado e atividade empreendedora; de um lado, a abertura de novos negócios, gerando impacto positivo,

concorrência e inovação e, de outro lado, se é preciso haver o mercado consumidor para que as empresas existentes cresçam, gerando desenvolvimento local e geração de emprego, sendo que, segundo o ICE, o que define a abertura de novos negócios em uma região está diretamente e altamente ligado ao poder de compra da população local. (Relatório do ICE, Endeavor e ENAP, 2023).

Figura 03 – Mercado



Fonte: Relatório do ICE (2023).

O indicador Acesso a Capital do ICE considera a disponibilidade de recursos para investir no negócio, ou seja, as principais formas, no Brasil, para novos empreendimentos conseguirem recursos financeiros, sendo esses: o Capital Disponível via Dívida, o Capital de Risco e o Capital Poucado *per capita*. (Relatório do ICE, Endeavor e ENAP, 2023).

Figura 04 – Acesso a Capital



Fonte: Relatório do ICE (2023).

Já para o indicador Inovação, apresenta dados de empreendedores que estejam atentos e integrados às inovações apresentadas no mercado, que sejam criativos e produzam novas tecnologias capazes de otimizar o tempo gasto pelas pessoas em suas tarefas cotidianas, representado assim a competitividade e, conseqüentemente, gerando maiores lucros para aquelas empresas que mais se destacam. (Relatório do ICE, Endeavor e ENAP, 2023).

Figura 05 – Inovação

INOVAÇÃO				
Inputs			Outputs	
Proporção de Mestres e Doutores em C&T (CAPES e RAIS, 2020)	Média de Investimentos do BNDES e FINEP (BNDES e FINEP, 2021)	Infraestrutura Tecnológica (MCTIC e sites de internet, 2022)	Patentes (INPI, 2018 e 2019)	Tamanho da Indústria Inovadora (RAIS, 2020)
Proporção de Funcionários em C&T (RAIS, 2020)		Contratos de Concessão (INPI, 2018 e 2019)	Tamanho da Economia Criativa (RAIS, 2020)	Tamanho das Empresas TIC (RAIS, 2020)

Fonte: Relatório do ICE (2023).

O indicador Capital Humano refere-se à qualificação dos funcionários e é uma das principais características que o empreendedor busca para compor a sua empresa. O ICE considera que os profissionais, muitas vezes, interagem diretamente com clientes e possíveis investidores, e é de se esperar que a oferta local de recursos humanos seja diversa e qualificada, possibilitando o atendimento à demanda de crescimento de novos negócios. (Relatório do ICE, Endeavor e ENAP, 2023).

Figura 06 – Capital Humano

CAPITAL HUMANO				
Acesso e qualidade da mão de obra básica			Acesso e qualidade da mão de obra qualificada	
Nota do Ideb (INEP, 2019)	Taxa Líquida de Matrícula no Ensino Médio (INEP e IBGE, 2021)	Nota Média no ENEM (INEP, 2021)	Proporção de Adultos com pelo menos os Ensino Superior Completo (INEP, 2021)	Custo Médio de Salários de Dirigentes (RAIS, 2020)
Proporção de Adultos com pelo menos o Ensino Médio Completo (INEP, 2021)		Proporção de Matriculados no Ensino Técnico e Profissionalizante (INEP e IBGE, 2021)	Proporção de Alunos Concluintes em Cursos de Alta Qualidade (INEP, 2021)	

Fonte: Relatório do ICE (2023).

Por último, apresenta-se o indicador da Cultura Empreendedora, considerada pelo ICE como uma cultura fortalecida, capaz de compreender e usufruir de novas oportunidades, gerando fortes vantagens competitivas para os empreendimentos localizados nesses contextos. Dentre essas vantagens competitivas de um município com forte cultura empreendedora, estariam, por exemplo, a criação de novas tecnologias pelas empresas e sua aceitação e incorporação pelos indivíduos. (Relatório do ICE, Endeavor e ENAP, 2023).

Figura 07 – Cultura

CULTURA			
Iniciativa		Instituições	
Pesquisas por Empreendedora (Google Trends, 2022)	Pesquisas por Empreendedorismo (Google Trends, 2022)	Pesquisas por Sebrae (Google Trends, 2022)	Pesquisas por Franquia (Google Trends, 2022)
Pesquisas por MEI (Google Trends, 2022)		Pesquisas por SIMPLES Nacional (Google Trends, 2022)	Pesquisas por Senac (Google Trends, 2022)

Fonte: Relatório do ICE (2023).

Esse era o cenário dos indicadores apresentados pelo ICE 2022, e, ao fazer uma comparação subjetiva entres as três cidades do ranking com Brasília/DF, pode-se entender melhor os pontos fortes e os pontos fracos do Distrito Federal, em relação aos indicadores, conforme a imagem a seguir:

Figura 08 – Indicadores de Desempenho

Municípios	ICE 2022	Ambiente Regulatório	Infraestrutura	Mercado	Acesso Capital	Inovação	Capital Humano	Cultura empreendedora
São Paulo - SP	1º - 9.29	9º - 7.17	1º - 9.45	16º - 7.03	1º - 11.98	1º - 8.53	57º - 5.83	9º - 7.49
Florianópolis - SC	2º - 8.50	7º - 7.47	10º - 7.33	10º - 7.30	8º - 6.66	3º - 8.03	1º - 8.77	11º - 7.47
Curitiba - PR	3º - 8.17	44º - 6.12	15º - 7.03	32º - 6.52	4º - 9.21	5º - 7.98	6º - 7.25	17º - 7.39
Brasília - DF	69º - 5.53	101º - 2.70	3º - 7.96	2º - 8.55	9º - 6.60	32º - 6.44	32º - 6.61	3º - 7.60

Fonte: Ranking ICE (2022).

Em 2022, observa-se que Brasília está na 69ª posição de 101 cidades analisadas, com índice fatorial de 5,53, destacando como pontos fortes o indicador mercado em 2ª posição e 8,55 de índice fatorial, o indicador infraestrutura em 3ª posição e 7,96 de índice fatorial e também em 3ª posição com o indicador cultura empreendedora com 7,60 de índice fatorial. Em contrapartida, encontra-se em situação vulnerável no indicador ambiente regulatório, ocupando a 101ª posição, com 2,70 de índice fatorial; no indicador capital humano ocupa a 32ª posição com 6,61 de índice fatorial e inovação ocupando a 32ª posição com 6,44 de índice fatorial, e por fim ocupando a 9ª posição no indicador acesso capital com 6,60 de índice fatorial.

Com a apresentação o ICE sobre os indicadores de Brasília, de 2022, pode-se observar que, por exemplo, o indicador Capital Humano, ocupando a 32ª posição com 6,61 de índice fatorial, traduz que a região precisa se atentar em como está sendo desenvolvida a Mão de Obra Básica, analisando as características do ensino fundamental, médio e técnico da cidade pelo acesso a essas formas de ensino, e também pelo desempenho no Enem, além da proporção de adultos com ensino médio completo.

No entanto, a realidade dos indicadores ICE de 2023 mudou consideravelmente, e as cidades mais populosas do país, com as melhores condições para se empreender, está na tabela a seguir. Mais uma vez, a cidade de São Paulo lidera o ranking do ICE, seguida da cidade de Florianópolis, que esteve na mesma posição do ICE de 2022. As demais cidades apresentaram maior variabilidade nas posições.

Figura 09 – Posição das Cidades

Posição	UF	Cidade	Pontuação
1	SP	São Paulo	8,673
2	SC	Florianópolis	8,411
3	SC	Joinville	7,992
4	DF	Brasília	7,962

Fonte: Ranking ICE (2023).

Brasília, de 101 cidades analisadas, encontra-se em destaque, pois assumiu a 4ª posição entre as cidades mais empreendedoras do Brasil de 2023, quando analisados os indicadores. Por exemplo, em infraestrutura ocupa a 3ª posição com 7,874 de índice fatorial, no indicador mercado ocupa a 3ª posição com 8,424 de índice fatorial, no indicador acesso ao capital está na posição 6ª com 6,621 de índice fatorial e no indicador cultura empreendedora está em 4ª na posição com 7,983 de índice fatorial. Esses são os fatores que contribuem para Brasília assumir essa posição no ranking:

**Ambiente Regulatório:** Brasília tem avançado na criação de um ambiente regulatório que facilita a abertura e operação de novos negócios. Iniciativas para simplificar processos burocráticos e oferecer incentivos fiscais têm sido implementadas.

**Acesso a Capital:** A cidade oferece boas oportunidades de acesso a capital, com a presença de fundos de investimento, bancos de desenvolvimento e outras instituições financeiras que apoiam o empreendedorismo.

**Mercado:** Como capital do país, Brasília possui um mercado diversificado e dinâmico, com demanda tanto no setor público quanto no privado, o que cria oportunidades para empreendedores em diversas áreas.

**Inovação e Tecnologia:** A cidade abriga várias incubadoras, aceleradoras e espaços de coworking que fomentam a inovação e o desenvolvimento de startups. Universidades e centros de pesquisa em Brasília também contribuem para um ambiente propício à inovação.

**Capital Humano:** A presença de instituições de ensino superior de qualidade contribui para a formação de um capital humano altamente qualificado, essencial para o desenvolvimento de negócios inovadores.

**Cultura Empreendedora:** Brasília tem uma comunidade ativa de empreendedores, com vários eventos, *meetups* (eventos que ocorrem em diversos formatos, como palestras,

*workshops*, mesas redondas, sessões de *networking* ou discussões abertas) e conferências que promovem a troca de experiências e o *networking* entre empreendedores e investidores.

Nessa perspectiva, Brasília se torna um campo ainda mais promissor para o desenvolvimento e a exploração da educação do empreendedorismo social e solidário. Para isso, é fundamental compreender o diálogo sobre a disponibilidade de mão de obra qualificada na região.

Brasília é conhecida por ter uma das populações mais escolarizadas do Brasil. A faixa mais escolarizada da população de Brasília inclui aqueles que possuem ensino superior completo. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2023), uma porcentagem significativa dos habitantes de Brasília possui graduação, e há também um número considerável de pessoas com pós-graduação. Conforme a mesma fonte, cerca de 36% da população adulta de Brasília (acima de 25 anos) possui ensino superior completo, o que é uma das mais altas taxas do país. Essa alta escolaridade contribui para a qualificação da mão de obra na cidade, tornando-a um ambiente propício para o empreendedorismo e a inovação.

Essa realidade expressiva explica, entre tantos outros fatores, por que tantos jovens estão se preparando para o mercado com foco no empreendedorismo na região. Eles estão cada vez mais ingressando em universidades, em cursos superiores e tecnólogos para se capacitar no mercado de trabalho, além de buscar fazer parte de escolas de negócios para aprimorar suas habilidades em gestão organizacional. Ao mesmo tempo, esse indicador também representa, possivelmente, o investimento por parte do governo em capacitação dos jovens para o mercado de trabalho, bem como a articulação das universidades públicas e privadas qualificadas para geração de trabalho.

Esse cenário representa e justifica a necessidade de o governo do Distrito Federal, assim como as universidades públicas e privadas da região, estarem envolvidas e atentas aos programas de incentivos à capacitação profissional dos jovens. Isso é essencial para investir na inovação local e garantir a competitividade empresarial. Neste mesmo contexto, existem diversas fontes de banco de dados nacionais, com informações seguras e realistas, que facilitam o entendimento e possibilitam diálogos com instituições competentes para a reestruturação do país em vários aspectos importantes, visando uma construção mais justa e solidária.

Por exemplo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é um importante provedor de dados sobre o Brasil e sua população. Um banco de dados relevante dentro do IBGE para pesquisas no campo do empreendedorismo é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc).

Além disso, outra fonte valiosa de análise quanto ao tema é o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da Receita Federal. Esse banco de dados fornece informações sobre os cadastros dos sócios, o CNPJ ao qual estão vinculados, nome, data de entrada na sociedade e sua qualificação profissional, entre outros dados. Entretanto, o cenário não se limita apenas a dados nacionais para análise do contexto, mas também inclui dados secundários internacionais, diversificando e ampliando o entendimento sobre o tema do empreendedorismo. Um exemplo é o GEM (*Global Entrepreneurship Monitor*), que começou em 1999 como um projeto de pesquisa idealizado pela *Babson College* (EUA) e pela *London Business School* (Reino Unido).

O GEM realiza levantamentos de dados sobre empreendedorismo em cerca de 115 países, incluindo o Brasil. A coleta de dados do GEM é composta por duas ferramentas de pesquisa. Primeiro, a *Adult Population Survey* (APS), que tem o objetivo de extrair informações sobre o papel do indivíduo no ciclo de vida do processo empreendedor. Segundo a *National Expert Survey* (NES), que visa avaliar as condições do quadro empreendedor, envolvendo recursos, incentivos, mercados e instituições de apoio à criação e crescimento de empreendimentos. O banco de dados do GEM disponibiliza anualmente informações sobre empreendedorismo, bem como publica relatórios globais e nacionais sobre o assunto, assim como relatórios sobre tópicos especiais que envolvem, por exemplo, o empreendedorismo de mulheres.

O GEM tem um histórico notável. Em números, representa 22 anos de dados, permitindo análise longitudinal dentro e entre as geografias em múltiplos níveis. A pesquisa envolve mais de 200.000 entrevistas anuais com especialistas e populações adultas, incluindo empreendedores de todas as idades. Possui dados de 115 economias em todos os continentes do mundo e colabora com mais de 500 especialistas em pesquisa de empreendedorismo. Além disso, o GEM tem envolvimento com mais de 300 instituições acadêmicas e de pesquisa e conta com o apoio de mais de 200 instituições de fomento ao financiamento do empreendedorismo.

Os impactos proporcionados pelo GEM, na proporção acadêmica, são: aplicar abordagens únicas para estudar empreendedorismo em nível nacional, ajudar a informar no campo político, aproveitar ferramentas personalizadas, cuidar da reputação da instituição, colaborar com uma rede de especialistas em todo o mundo e apoiar o crescimento na carreira como acadêmico.

Também o GEM tem um impacto de forma empresarial, pois todo empreendedor precisa investir diversos recursos, como tempo, dinheiro etc. Assim, o GEM pode auxiliar nesse processo com mais direcionamentos; ao participar com o grupo, a pessoa ou a empresa poderá

implantar equipes de pesquisa que forneçam um instantâneo do ecossistema de operacionalização.

O GEM trabalha como Formuladores de Políticas Empreendedoras por todo o globo; nos últimos 22 anos, numerosos atores governamentais em todo o mundo usaram os dados dessas abordagens para referenciar seus ecossistemas empreendedores para outros países, regiões ou cidades. Com base nas descobertas, muitas políticas bem-sucedidas foram introduzidas. Casos em questão (Banco de Dados do GEM, 2022):

- Em Luxemburgo, o relatório do GEM sobre o impacto do COVID-19 sobre o empreendedorismo foi mencionado em um Relatório de Competitividade no site do Ministério da Economia.
- Na Croácia, a equipe do GEM trabalha em estreita colaboração com o Ministério da Economia, Trabalho e Empreendedorismo. Eles ajudaram em uma revisão anual destacando o progresso da Croácia no cumprimento da Carta da UE sobre pequenas empresas e empresas.
- Nos EUA, funcionários da Casa Branca se basearam nos resultados da GEM, e a equipe de pesquisa prestou depoimento ao Comitê de Pequenas Empresas da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos.
- Os relatórios do GEM são usados e citados por muitas agências governamentais diferentes na China, incluindo a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma.
- Os dados do GEM revelaram que a educação empreendedora era bastante baixa na Bulgária. Usando essa constatação, a nova legislação para a educação empreendedora foi escrita e, em última instância, aprovada pelo Parlamento. Essa legislação levou a muitos resultados positivos

Não poderia faltar nesse contexto o impacto que o GEM possui nas Organizações Internacionais; ela está envolvida de perto com grandes instituições internacionais, como o Banco Mundial, o Fórum Econômico Mundial, as Nações Unidas e a Comissão Europeia, colaborando com relatórios, apresentando em eventos e prestando assessoria especializada. Aqui está uma visão geral de como a pesquisa do GEM tem sido destacada por diferentes organizações internacionais de 2018 a 2021. (Banco de Dados do GEM, 2022):

- Catálogo de Dados do Banco Mundial – Conjuntos de Dados (em andamento)
- Organização Internacional do Trabalho – Aspirações da Juventude e o Futuro do Trabalho: Uma Revisão da Literatura e Das Evidências (2020)
- Organização Internacional do Trabalho – Superação da segregação de gênero (2020)

- Nações Unidas – Relatório Mundial da Juventude (2020)
- Fundo de Desenvolvimento de Capital da ONU – Jovens Empreendedores Engajados na Economia Digital: A Próxima Geração (2020)
- Fórum Econômico Mundial – Liberando o poder das mulheres empreendedoras da Europa: seis ideias para promover grandes mudanças (2020)
- Organização Internacional do Trabalho – O ambiente propício para empresas sustentáveis na Macedônia do Norte (2019)
- OCDE – O Relatório de Empreendedores Desaparecidos 2019 (2019)
- Documento de SME e Empreendedorismo da OCDE – Resumo de políticas sobre documentos recentes sobre empreendedorismo juvenil (2019)
- OCDE – Resumo da Política sobre Empreendedorismo Feminino (2019)
- OCDE – Política de PME e Empreendedorismo na Irlanda (2019)
- OCDE – SME e Perspectivas de Empreendedorismo 2019 (2019)
- Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia Ocidental (ESCWA) – O relatório nacional do Estado do Catar (2019)
- Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia Ocidental (ESCWA) – Inovação e Empreendedorismo: Oportunidades e Desafios para jovens e mulheres árabes (2019)
- Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia Ocidental (ESCWA) – Governança Econômica para Empreendedores na Região Árabe (2019)
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Empreendedorismo Juvenil na Ásia e no Pacífico 2019 (2019)
- Organização Mundial do Comércio – Capacitação de Jovens para o Comércio Sustentável (2019)
- Organização Mundial do Comércio – Ajuda ao Comércio na Ásia e no Pacífico (2019)
- Organização Internacional do Trabalho – A importância das percepções na promoção do empreendedorismo feminino na Tailândia (2018)
- OCDE – Política de PME e Empreendedorismo no Cazaquistão (2018)
- Banco Mundial – Dados GEM sobre Empreendedorismo Feminino (2018)
- Fórum Econômico Mundial – O Relatório de Competitividade do Mundo Árabe (2018)

Os critérios de Pesquisa Populacional Adulta (APS) utilizados pela GEM compõem um questionário abrangente, aplicado a um mínimo de 2.000 adultos em cada país GEM. Esse

questionário é projetado para coletar informações detalhadas sobre a atividade empreendedora, atitudes e aspirações dos respondentes. Nessa pesquisa encontram-se os Indicadores de Comportamento e Atitudes Empreendedoras, inclusive a Taxa de Oportunidades Percebidas, que avalia a percepção dos indivíduos sobre as oportunidades de negócio disponíveis.

Além disso, há a Taxa de Capacidade Percebida, que mede a confiança dos indivíduos em suas habilidades para iniciar um negócio. A Taxa de Medo de Falha analisa o impacto do medo de falhar na decisão de empreender. Já a Taxa de Intenções Empreendedoras reflete a proporção de indivíduos que pretendem iniciar um negócio nos próximos anos. Outros indicadores importantes são a Taxa Total de Atividade Empreendedora (TEA) em estágio inicial, que representa a proporção de adultos envolvidos na criação de novos negócios, e a Taxa de Propriedade Empresarial Estabelecida, que mede a porcentagem de adultos que possuem e gerenciam um negócio consolidado.

A pesquisa também inclui a Taxa de Atividade do Empregado Empreendedor, que avalia a participação dos empregados na criação de novos empreendimentos dentro de empresas existentes. O Índice Motivacional considera as motivações dos indivíduos para empreender, enquanto a Proporção de TEA feminina/masculina analisa a distribuição de gênero entre os empreendedores.

Além disso, a pesquisa examina a Alta Taxa de Expectativa de Criação de Empregos, que mede a expectativa dos empreendedores em gerar novos empregos, e a Taxa de Inovação, que avalia o grau de inovação dos novos empreendimentos. A Taxa Setorial de Serviços Empresariais foca na proporção de novos negócios no setor de serviços empresariais.

Por fim, o Alto Status para Empreendedores Bem-sucedidos reflete a percepção social dos empreendedores bem-sucedidos. Essa pesquisa considera o Empreendedorismo como uma boa escolha de carreira, avaliando a atratividade do empreendedorismo como opção profissional.

Paralelamente, o GEM possui uma amostra de Condições do Quadro Empreendedor (EFCs), que consiste em nove condições identificadas que melhoram (ou dificultam) a criação de novos negócios em um determinado país. Essas condições fornecem a base do NES.

As condições do EFC incluem Finanças Empreendedoras, que avaliam a disponibilidade de financiamento para novos empreendimentos. Políticas Governamentais: Apoio e Relevância e Políticas Governamentais: Impostos e Burocracia analisam o impacto das políticas governamentais no apoio ao empreendedorismo e na simplificação dos processos burocráticos.

Programas de Empreendedorismo Governamental examinam os programas específicos que incentivam o empreendedorismo. Educação Empreendedora na Fase Escolar e Educação

Empreendedora na Fase Pós-Escola consideram a qualidade e a quantidade da educação empreendedora oferecida em diferentes estágios educacionais.

Transferência de P&D avalia a eficácia da transferência de pesquisa e desenvolvimento para o mercado. Infraestrutura Comercial e Legal e Dinâmica Interna do Mercado analisam a infraestrutura necessária para o funcionamento dos negócios e a dinâmica do mercado interno.

Encargos Internos do Mercado ou Regulação de Entrada focam na regulamentação e nos encargos para entrar no mercado. Infraestrutura Física e Normas Culturais e Sociais examinam a infraestrutura física disponível e as normas culturais e sociais que influenciam o empreendedorismo.

Dentre esses nove fatores de pesquisa, destaca-se a Educação Empreendedora na Fase Escolar, que analisa até que ponto a formação em empreendedorismo é incorporada no sistema de ensino e formação nos níveis fundamental e médio. Além disso, como indicador de pesquisa, considera-se a Educação Empreendedora na Fase Pós-Escola, que avalia a incorporação da formação em empreendedorismo no ensino superior, incluindo profissionalismo, faculdades, escolas de negócios, entre outros aspectos.

Fazendo uma análise sobre o banco de dados do GEM, percebe-se a importância crucial da educação empreendedora para os jovens, tanto em âmbito nacional quanto internacional. Uma educação estruturada e voltada para a formação dos jovens como cidadãos participativos é essencial para o desenvolvimento econômico, cultural e político de uma sociedade, contribuindo para um país mais saudável e justo.

É evidente que muitos grupos e instituições, como os mencionados, estão ativamente engajados na pesquisa, coleta e análise de dados sobre o empreendedorismo. Esses esforços não apenas fornecem fontes confiáveis de informações, mas também revelam a situação atual de diversos países, seus interesses, investimentos, demandas, resultados e impactos no campo do empreendedorismo.

O grupo GEM é reconhecido como uma das principais entidades dedicadas à pesquisa e análise de dados no campo empreendedor. Contudo, não é a única fonte internacional relevante de dados sobre empreendedorismo que auxilia instituições na tomada de decisão. Outras fontes significativas incluem o *Global Innovation Index* (GII), iniciado por Soumitra Dutta em 2007. O GII tem como objetivo desenvolver métricas para capturar diversas dimensões da inovação, classificando economias globais com base em suas capacidades nessa área. Ele utiliza aproximadamente 80 indicadores e é composto por dois subíndices: o *Innovation Input Sub-Index* e o *Innovation Output Sub-Index*.

Além disso, o GII conta com uma rede de parceiros na esfera privada, que inclui empresas interessadas em inovação e competitividade. Recentemente, expandiu suas colaborações para incluir parceiros acadêmicos ao redor do mundo. Essa rede acadêmica visa engajar universidades na pesquisa e apoiar a divulgação dos resultados do GII, fortalecendo seu impacto e alcance global.

O *Panel Studies of Entrepreneurship Dynamics* (PSED) teve seu início em 1998 com o PSED I (1998-2000) e, após melhorias na coleta de dados, foi seguido pelo segundo projeto, PSED II, realizado entre 2005 e 2006. O programa de pesquisa visa contribuir para o entendimento da criação de negócios, oferecendo dados que permitem investigações longitudinais do processo empreendedor.

Os dados do PSED são específicos para os Estados Unidos, de acesso público, e fornecem uma descrição abrangente dos empreendedores iniciantes. Isso inclui informações detalhadas como idade, raça, etnia, sexo, renda familiar, escolaridade, situação de emprego, estado civil, cidadania, ano de nascimento, além de dados sobre capital social e financeiro dos empreendedores.

O *Global Accelerator Learning Initiative* (GALI) é um banco de dados desenvolvido pelo *Entrepreneurship Database Program* (EDP) da Emory University. Ele reúne informações sobre empresas de todos os países que passaram por processos de aceleração, oferecendo também detalhes sobre os empreendedores que receberam suporte nesse contexto. Os dados são coletados anualmente por meio de programas de aceleração e apoio ao empreendedorismo. O principal objetivo do GALI é entender como as aceleradoras impactam o crescimento dos empreendedores ao longo do tempo. Essa iniciativa proporciona insights valiosos sobre os resultados e o desenvolvimento das empresas que participam de programas de aceleração em diferentes partes do mundo.

Há muitos anos, o empreendedorismo tem sido objeto de prática e pesquisa, sendo reconhecido como um fenômeno interdisciplinar que atravessa diversas áreas do conhecimento, como economia, sociologia, psicologia e administração, entre outras. Essas disciplinas são convocadas para auxiliar na compreensão profunda desse fenômeno, resultando em um campo marcado por uma diversidade conceitual, teórica, ontológica, epistemológica e metodológica. Essa diversidade contribui para que as pesquisas em empreendedorismo sejam estruturadas a partir de diferentes concepções sobre o tema. Cada abordagem teórica e metodológica traz perspectivas únicas, permitindo uma análise abrangente e multifacetada das dinâmicas empreendedoras em contextos variados.

Como vertente do empreendedorismo, apresento o empreendedorismo social e solidário, bem como a relação com outras temáticas que emergem do empreender, em sua contemporânea complexidade. Marins (2018) reforça que o empreendedorismo social surge como movimento transformador amplo, cívico, ético democrático, transversal, descentralizado, inovador e exponencial. Para o autor, o empreendedorismo social atua em diversos campos da ciência, bem como da interferência humana, e é por isso que acaba convergindo em linguagem de aproximação entre o empreendedorismo e o social.

É preciso enxergar o empreendedorismo social como forte conteúdo cultural transformador, enxergando-o como um conceito e prática de transformação, com a devida amplitude para capturar e nortear uma gama de atividades. A ideia da tese não é anular todo o processo de construção do empreendedorismo, mas sim legitimar outros olhares, formas e vertentes para contribuir na construção econômica, social e cultural da sociedade como um todo, de apresentar o empreendedorismo social como uma fonte potencial de mudanças, de impacto social, em que os jovens aprendam a empreender com o propósito social.

Nesse cenário, segundo Marins (2018), as concepções econômicas amplamente difundidas têm profundas implicações culturais. A ideia de empreendedor social não apenas assume um caráter transformador, mas também desafia e influencia a teoria econômica e política. Marins argumenta que, tanto no âmbito nacional quanto internacional, há séculos de predominância de uma visão de mundo baseada numa teoria redutora do ser humano, em que este é reduzido ao *homo economicus*, uma visão que tende a valorizar tudo apenas pelo seu aspecto mercantil. É diante do cenário econômico, cultural, político, ambiental e vulnerável em que se encontram os países, em especial o Brasil, que se torna necessária a apresentação de alternativas possíveis para criação de novas formas de trabalho, de novas formas de estruturas organizacionais, de novas formas de pensamentos.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2024), a taxa de desemprego no Brasil está em 7,1% no trimestre encerrado em maio de 2024; apesar de ter demonstrado melhoria, há uma busca contínua por reduzir o desemprego no Brasil.

Para Beveridge (1988), o objetivo e os esforços da política econômica deveriam ser direcionados para

visar a um nível de emprego alto e estável que seria, numa definição de pleno emprego, ou seja, de uma taxa de desemprego de 3%, com a existência de ajuda social adequada aos desempregados. (BEVERIDGE, 1988, p. 41 e 156-160; International Labour Office, 1996a, p. 15-17 e 45).

De acordo com as diretrizes de William Beveridge (1988), “o pleno emprego não é entendido como um nível de desemprego nulo”. Ele compreende que existe a distinção entre desemprego voluntário e involuntário e propõe políticas para diminuir ou eliminar o último. Ressalta, ainda, que

“(…) pleno emprego significa que o desemprego se reduz a breves intervalos de expectativa, com a certeza de que rapidamente [o desempregado] será requerido novamente em seu antigo posto de trabalho ou será requerido para um novo posto de trabalho que esteja dentro de suas possibilidades”. (BEVERIDGE, 1988, p. 38).

No Brasil, conforme os dados do IBGE (2022b), existem 100.985 mil pessoas ocupadas com algum trabalho, 8.082 mil pessoas desocupadas, 66.286 mil pessoas fora da força de trabalho e 40.771 mil pessoas abaixo da idade de trabalhar.

Cumprir observar que existe um campo a ser explorado, de construção para minimizar os problemas econômicos e sociais existentes; nesse sentido, o olhar público e privado está sendo obrigado, de forma direta ou indireta, a se movimentar para encontrar soluções de melhorias para a realidade proposta no país, principalmente pós-pandemia. Em um caminho positivo diante desse cenário, os jovens estudantes estão despertando como empreendedores sociais, criando e transformando organizações, concretizando a missão de medir e entregar os resultados, não apenas pela criação de valor privado, mas também pelo valor social e cívico gerado. Faz-se relevante pontuar que, nesse sentido, uma das propostas que, de acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae (2023), vem crescendo significativamente são os negócios de impacto social, os quais buscam beneficiar diretamente pessoas de renda mais baixa, das chamadas classes C, D e E.

Segundo o Sebrae, os negócios de impacto social vêm causar um impacto positivo em uma comunidade, ampliar as perspectivas de pessoas marginalizadas pela sociedade, além de gerar renda compartilhada e autonomia financeira para os indivíduos de classe baixa: esses são alguns dos objetivos desse âmbito de negócios. A principal motivação de existência dos negócios de impacto social é primordialmente ou exclusivamente a causa socioambiental. Os negócios de impacto social mostram que se pode redesenhar a relação entre ambição social e econômica.

Em artigo publicado em outubro de 2023, o portal do Sebrae Nacional menciona que existem algumas características que fazem de um empreendimento um negócio de impacto social, entre elas estão: trabalho em rede, fazendo parcerias de forma a fortalecer e ampliar o impacto da atuação do negócio; combate ao trabalho escravo, forçado ou infantil; cuidado com a cadeia produtiva (seleção e avaliação dos fornecedores); gerenciamento do impacto ambiental

e articulação com as políticas públicas. Essa parece ser uma excelente proposta de ajuda a recuperação econômica do país.

Segundo o artigo do Sebrae (2023), existe uma dificuldade implícita entre empreendedores inclusivos em escalar seus negócios e geri-los de forma eficaz. Isso aponta para a necessidade de um maior apoio por parte do ecossistema de negócios inclusivos, especialmente para aqueles empreendedores que frequentemente se encontram isolados e que buscam melhorar suas comunidades por meio de diversas iniciativas.

Além disso, há uma preocupação crescente com o uso da tecnologia para ampliar o alcance dos negócios desses empreendedores. Temas como educação, cultura, acesso ao trabalho e renda, desenvolvimento de cidades sustentáveis, economia verde e saúde são centrais e frequentemente interligados aos empreendimentos discutidos.

O artigo reforça a informação de que a maioria dos negócios de impacto social atuam alinhados com os ODS 8 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. São 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, instituídos pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um apelo universal para proteger o planeta e garantir que todas as pessoas tenham dignidade. Nesse cenário, as Instituições de Ensino Superior (IES) também atuam, algumas delas já se mobilizando em temas de Negócios de Impacto Socioambiental (NIS). Um exemplo é a PUC-RJ, que oferece o curso de extensão em Negócios de Impacto Socioambiental (NIS). O objetivo desse curso é introduzir aos alunos o conceito de negócios que buscam gerar impactos positivos tanto sociais quanto ambientais, demonstrando como é viável conciliar lucro com a promoção desses resultados favoráveis. Além disso, o curso explora diversas práticas adotadas por empreendimentos para melhorar suas relações com funcionários, meio ambiente e comunidade local. Isso não apenas enriquece o aprendizado dos alunos, mas também contribui significativamente para uma compreensão mais profunda do ecossistema de negócios de impacto no contexto brasileiro. Para os alunos interessados em empreender nesse campo, são oferecidos momentos de mentoria com consultores e apresentação aos ecossistemas nacionais (incubadoras, aceleradoras etc.), visando apoiar o desenvolvimento de suas organizações emergentes.

Apesar de algumas instituições de ensino superior começarem a desenvolver conceitos e práticas mais sustentáveis, ainda há um grande espaço a ser explorado pelas IES nesse sentido. Um exemplo disso é o cenário das instituições de ensino superior no Distrito Federal, onde se observa um movimento estrutural limitado em relação à adaptação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS-08).

Para avançar nesse aspecto, essas instituições poderiam estabelecer parcerias estratégicas, por exemplo, com o Sebrae, para contribuir com a promoção desse objetivo para o cenário atual. Além disso, é importante que atualizem suas fontes de dados, utilizando bancos de dados nacionais e internacionais sobre empreendedorismo e economia social. Essa iniciativa não apenas fortaleceria o compromisso com práticas sustentáveis, mas também enriqueceria o ensino e a pesquisa nessa área em um contexto global.

O caminho sugerido para uma aproximação dessa vertente – como forma de construção de alternativas de trabalho com impactos sociais – é que as Instituições de Ensino Superior privadas do Distrito Federal entendam e aceitem a ideia de que seus alunos precisam de uma formação focada também na qualificação para o propósito social.

As universidades podem (e têm autonomia para isso, se houver boa vontade) preencher seus currículos dos cursos das escolas de negócios, em especial o curso de Administração e tecnólogos, com temas, assuntos ou disciplinas que possibilitem tanto o conhecimento, quanto o despertar e a prática dos negócios sociais e seus impactos. Dessa forma, demonstrarão a sustentabilidade que esses negócios podem proporcionar para a sociedade contemporânea e, conseqüentemente, suas formas de produção.

Nesse sentido, a inclusão da temática nas IES deve ser realizada sob orientação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração (DCNs), recentemente homologadas pelo Ministério da Educação em 2021, sob a supervisão do Ministro (à época) Milton Ribeiro. Essas diretrizes obrigam tanto as universidades públicas quanto privadas a seguir orientações específicas, independentemente da temática, e aplicar esses conteúdos de forma prática. Com um pouco de articulação positiva entre os atores envolvidos e possivelmente alguma "boa vontade", pode haver uma contribuição significativa para a reconstrução econômica e de valores, necessária tanto no mundo, quanto no país para os dias atuais e vindouros.

Um questionamento latente entre muitos gestores acadêmicos e estudantes é o reconhecimento de que suas instituições de ensino oferecem aulas práticas limitadas e têm poucas parcerias com o setor produtivo. As empresas, que deveriam reconhecer a qualidade dos serviços educacionais prestados, muitas vezes não estão envolvidas com as instituições de ensino superior privadas e até públicas. Essa inserção é extremamente positiva, facilitando parcerias educacionais bem-sucedidas entre cursos de negócios e práticas voltadas para negócios de impacto social.

Cabe às universidades desempenhar esse papel, devido a diversos fatores sociais deficitários, como a difícil inserção dos jovens no mercado de trabalho, um desafio histórico no

Brasil. Esse momento importante na vida estudantil está diretamente ligado à sua relação com os estudos. Obstáculos como altas taxas de desemprego, trabalho informal, insegurança no emprego e poucas perspectivas de progresso na carreira comprometem o desenvolvimento profissional dos jovens.

Outro indicativo de defasagem das universidades na educação e na formação é a falta de pesquisas sobre o mercado de trabalho, que apontam problemas persistentes ao longo dos anos.

Um exemplo recente foi uma pesquisa conduzida pela Educa Insights no primeiro trimestre de 2021 para entender a percepção de gestores educacionais, estudantes e líderes empresariais sobre a preparação dos recém-formados para o mercado de trabalho. Enquanto mais de 60% dos estudantes e gestores acadêmicos acreditam que os graduados estão preparados para suas profissões, apenas 39% dos líderes empresariais compartilham dessa opinião. Além disso, a pesquisa destaca que mais de 70% dos líderes empresariais consideram que as disciplinas oferecidas pelas faculdades no Brasil estão muito distantes das necessidades do mercado de trabalho. Isso reforça a importância de as universidades, como agentes transformadores, assumirem um papel vital na formação de profissionais não apenas para empregos formais, mas também para a inovação e criação de negócios na economia. Essa abordagem poderá oferecer aos jovens a oportunidade de melhorar sua qualidade de vida pessoal e familiar diante dos desafios significativos impostos pelo mercado de trabalho.

### 3. REVISÃO DA LITERATURA DA ÁREA SOBRE A TEMÁTICA

Os conceitos e abordagens teóricas a serem revisadas partem de uma análise em que os termos “empreendedorismo” e “social” possuem diferentes conotações, sejam elas políticas, teóricas e/ou linguísticas. Dessa forma, torna-se necessário adotar uma abordagem polissêmica em relação ao assunto.

Para realizar um delineamento da presente pesquisa, foi necessária uma ampla busca em bancos e repositórios de teses e dissertações, artigos e livros que trouxessem ao estudo uma perspectiva concreta quanto ao objeto de pesquisa, para posteriormente aprofundar nos espaços e possíveis lacunas existentes de se navegar. Para tanto, foram utilizados os principais descritores: empreendedorismo social, empreendedorismo solidário e educação de e para empreendedorismo, nos buscadores nacionais e internacionais: Scielo, Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Google Scholar e no Repositório Digital da Biblioteca da Unisinos.

Ricardo Schaefer (2018), em sua tese apresentada ao curso de doutorado em Administração da Universidade Federal de Santa Maria, apresenta a educação empreendedora não apenas em uma condição de aprendizagem técnica ou do ensino, mas muito mais fundamentada no ensino do desenvolvimento da mentalidade e do comportamento empreendedor. De acordo com o autor (*op. cit.*), as pesquisas sobre o empreendedorismo avançaram muito nas últimas décadas, ganhando seu espaço e mostrando sua importância e visibilidade, porém a educação empreendedora ainda precisa de um olhar muito mais amplo e sólido principalmente *intra muros*, trabalhando os aspectos cognitivos, comportamentais e mentais nos professores e alunos das instituições privadas do ensino superior.

A principal questão de que trata o texto é: como desenvolver a mentalidade e comportamento empreendedores em alunos e professores de graduação de uma instituição de ensino superior, por meio da educação empreendedora, voltada para o empreender como uma forma de ser, saber e fazer? O trabalho busca, assim, demonstrar que o ensino do empreendedorismo supera a questão técnica, ampliando seu escopo para questões comportamentais e cognitivas de um estilo de vida empreendedor.

Esse é um interessante ponto de partida, no que se refere à defesa e à importância da educação do empreendedorismo e à busca de uma educação empreendedora; no entanto, limita-

se seu foco, pois se concentra bastante numa visão “Shumpeteriana<sup>2</sup>” do empreendedorismo, sem deixar em evidência o empreendedorismo social.

Ainda no âmbito educacional, Renata Heis (2006), em sua tese apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina, pesquisa a proposta de programas relacionados a projetos sociais para a formação acadêmica, utilizando-se de elementos como conceito e perfil do empreendedorismo social, apresentando ainda o papel e os impactos das universidades brasileiras na sociedade e realizando uma breve análise das ações comunitárias na formação acadêmica. O foco dessa pesquisa está na verificação do grau de importância dos projetos comunitários para a formação acadêmica. Observa Heis (2006) a necessidade de inclusão de disciplinas voltadas para Projetos Comunitários Universitários, considerando a realização da prática desses projetos e seus benefícios para a comunidade acadêmica e para sociedade em geral.

Heis (2006) parte da premissa de que é cada vez mais importante para os acadêmicos realizar trabalhos comunitários durante sua permanência na universidade. Compreende que isso pode ser um diferencial significativo, uma vez que muitas organizações preferem contratar profissionais envolvidos em trabalhos comunitários, por acreditarem que essas pessoas são mais acessíveis e têm maior preocupação em manter bons relacionamentos com colegas, clientes e fornecedores. Afirma ainda Heis (2006) que chegará o dia em que realizar trabalhos comunitários não será mais um diferencial, mas sim uma obrigação de cada um de nós. Portanto, é preciso conscientizar as pessoas desde já para que tenham tempo e se preparem para essa nova exigência do mercado de trabalho.

Citando Thompson *apud* Heis (2006), acredita-se na “explosão de ações comunitárias”, nas quais há necessidade de mais empreendedores sociais e facilitadores de empreendedorismo social. A existência de mais empreendedores sociais implicaria persuadir um maior número de pessoas a acreditar em sua capacidade de iniciativa e desenvolver ações voltadas para o social.

---

<sup>2</sup> De acordo com De Freitas Vian (2008), Shumpeter tem uma visão particular do capitalismo, dividindo-o em ordem social capitalista e sistema econômico capitalista. Para ele, o sistema capitalista é instável por natureza, mas a ordem social não. Mas, progressivamente, a instabilidade do sistema leva à instabilidade da ordem, separando o capitalismo de suas bases institucionais e sociais originais. A classe burguesa tende a desaparecer com a oligopolização da economia e outras classes aparecerão, com outros interesses e outras formas de agir que legitimarão o poder de mediação e controle político e econômico do Estado. Desse modo, a apresentação da obra de Schumpeter irá evidenciar que esse autor visualizava o capitalismo sendo legitimado pela concorrência individual que leva a uma sociedade justa. Para ele, o sistema evolui para algo diferente, afastando-se das bases sociais que lhe deram origem. Neste sentido, a “visão Schumpeteriana” é historicamente datada e institucionalizada, ou seja, segundo ele mesmo afirma, temos que definir o que entendemos por “nosso sistema econômico”: um sistema caracterizado pela propriedade e pela iniciativa privadas, pela produção para o mercado e pelo fenômeno do crédito, a diferença específica entre o capitalismo e outros sistemas históricos ou possíveis. (DE FREITAS VIAN, 2008, p. 3).

Por outro lado, a presença de mais facilitadores de empreendedorismo social requer indivíduos que compreendam a necessidade e identifiquem oportunidades viáveis, mas que não disponham do tempo ou das habilidades necessárias para liderar projetos apropriados. No entanto, estão dispostos a ajudar outros que possuam esses recursos.

Essa pesquisa apresenta-se mais uma vez relevante quanto ao fomento da educação de e para uma educação empreendedora plural, mas esbarra nos mesmos limites anteriores, pela falta de um conceito mais específico e claro quanto ao empreendedorismo social e solidário; porém, aproxima-se da tese de pesquisa no sentido de compreender a educação empreendedora como um fator primordial contra a visão hegemônica, considerando-se a possibilidades de “outras economias”.

Na tese apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Manoel do Nascimento Filho (2017) discorre sobre fatores que influenciam o aprendizado empreendedor de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Nascimento Filho (2017) define grupos vulneráveis como aqueles indivíduos ou grupos sem acesso a direitos e serviços básicos de cidadania, enfrentando riscos diversos. O autor também destaca as condições de vulnerabilidade feminina, especialmente a vulnerabilidade emocional causada por fatores como violência, exploração e abandono. Dentro desse contexto, essas mulheres buscam estratégias para a sobrevivência de suas famílias, enfrentando desafios significativos para empreender com sucesso neste cenário social e econômico.

As questões que norteiam a sua tese são: quais são os fatores, facilitadores ou barreiras, que impactam a aprendizagem empreendedora de mulheres em situação de vulnerabilidade social? Como desdobramento desses fatores – e considerando-se, igualmente, que as competências de gestão são importantes para a aprendizagem de empreendedorismo, bem como que mulheres apresentam características próprias de gestão – questiona-se: quais práticas pedagógicas e competências de gestão (conhecimentos técnicos de administração) são mais apropriadas para esse grupo? Novamente observa-se, nessa pesquisa, que a apropriação do conceito de empreendedorismo para o enfrentamento de vulnerabilidade de gênero pode ser entendida como uma opção de combate à vulnerabilidade e como uma ação de emancipação social. Todavia, ainda se percebe que existem limitações quanto a educação do empreendedorismo para um empreendedorismo social e solidário.

Outro exemplo de tese é a apresentada à Universidade Nove de Julho (São Paulo), em doutoramento do curso de Educação por Lucimar Itelvino (2015). O estudo investiga principalmente a avaliação do processo de desenvolvimento de formação do empreendedor social. Reconhecendo os espaços (formal, informal e não formal) e contextos da formação dos

empreendedores, o estudo aborda suas motivações sociais e suas trajetórias de liderança social. Além disso, explora os elementos presentes no desenvolvimento profissional e social dos indivíduos que promovem transformações socioambientais.

Sua abordagem empírica consiste na análise de 59 histórias de vida de empreendedores sociais, publicadas no período de 2005 a 2013 pelo jornal Folha de São Paulo, responsável pelo concurso “Prêmio Empreendedor Social no Brasil”, em parceria com a Fundação Schwab. Chama a atenção essa pesquisa pelo seu caráter mais voltado para o empreendedorismo social, porém ainda com lacunas quanto aos conceitos e derivações da origem deste termo.

Prescrutando ainda mais a pesquisa nos bancos de dados, encontra-se artigo intitulado “A educação para o empreendedorismo como facilitador da inclusão social: um caso no ensino superior”, da Revista Lusófona de Educação, de autoria de Maria Teresa Gomes da Costa e Luisa Cagica Carvalho (2011). O artigo tem como intuito observar como a formação do empreendedorismo em instituições de ensino superior está voltada, em sua maioria, para a elaboração do plano de negócio e o desenvolvimento de competências funcionais, e não propriamente para o desenvolvimento do empreendedor e suas características. Para Costa e Carvalho (2011), a proposta de um novo modelo de ensino de empreendedorismo exige novas competências e conseqüentemente novas aprendizagens, o que significa que, para garantir segurança e inclusão social através da aprendizagem do empreendedorismo, é necessário que as instituições de ensino superior estejam preparadas para um novo desafio no constructo dessa formação, por meio de programas curriculares ou extracurriculares, bem como de cursos breves destinados a esse novo comportamento social, gerando a criação de emprego.

Em tese defendida na Universidade de São Paulo (USP), Gabriela Pelegrini Tiscoski (2016) afirma, em se tratando de aprendizagem organizacional, que a linguagem técnica da academia e da gestão podem distanciar alguns grupos como os empreendimentos populares. Sendo assim, faz-se necessária a construção de novas estratégias de formação para capacitação com aplicação de metodologias de educação e aprendizagem para, por exemplo, membros de incubadoras sociais.

Sua pesquisa visa identificar se os conhecimentos transmitidos nos programas de capacitação oferecidos pela incubadora tecnológica de cooperativas populares da Universidade do Vale do Itajaí ITCP/UNIVALI são institucionalizados e aplicados em práticas de gestão. A análise de Tiscoski (2016) se baseia em conceitos e discussões sobre aprendizagem organizacional e educação popular, o que guarda proximidade significativa com o tema desta tese.

Além disso, Tiscoski explora também aspectos relacionados a incubadoras de empresas, incubadoras sociais, empreendimentos econômicos solidários e economia solidária. Esses elementos são fundamentais para compreender como os empreendimentos solidários podem incorporar e utilizar os conhecimentos adquiridos nos programas de capacitação oferecidos pela ITCP/UNIVALI.

Outra forma pela qual o empreendedorismo social se manifesta no ensino superior e nos bancos de dados é através da utilização do conceito vinculado à prática por meio de incubadoras em universidades. O objetivo dessas iniciativas é concentrar esforços na criação de condições favoráveis para transformação, integrando ensino, pesquisa e troca de experiências e conhecimento com a comunidade local e o poder público. Esse fenômeno é evidenciado por Prim, Kracik, Dandolini e Franzoni (2018), que discutem os impactos das incubadoras universitárias na promoção do empreendedorismo social. Da mesma forma, Borges, Souza e Scholz (2019) e Fagali e Oliveira (2014) também destacam a relevância dessas iniciativas para o desenvolvimento de práticas empreendedoras com impacto social.

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Regional de Blumenau (ITCP/FURB) é um programa de extensão estabelecido em 1999, com o objetivo principal de promover geração de trabalho e renda. Seu foco está na economia solidária, atendendo especificamente indivíduos em situação de exclusão social. A ITCP/FURB busca assessorar e integrar os processos dessas cooperativas populares, que geralmente representam a população não assistida e marginalizada. A incubadora desempenha um papel crucial na integração de diversos agentes envolvidos, visando não apenas o desenvolvimento econômico, mas também social da comunidade. Esse modelo de incubadora é discutido por Prim, Kracik, Dandolini e Franzoni (2018), que destacam sua importância na promoção do empreendedorismo social e na inclusão econômica de grupos vulneráveis.

A Universidade La Salle abriga a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (IEES), iniciada em 2009, que desempenha um papel significativo no município de Canoas-RS e região. Seu foco principal é a prospecção e construção de tecnologias sociais para fortalecer a capacidade empreendedora da comunidade ligada à economia solidária. A IEES atua em diversas frentes, incluindo a articulação política voltada para a economia solidária, a elaboração de propostas de políticas públicas, o desenvolvimento de tecnologias sociais e metodologias de incubação. Além disso, a incubadora promove o fomento aos empreendimentos e redes de economia solidária, contribuindo, assim, para uma atuação mais sustentável e auto-gestionária na região (Borges, Souza e Scholz, 2019).

A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia mantém uma Incubadora Social que exemplifica o compromisso com parcerias estratégicas. Esta incubadora colabora com a prefeitura, Rotary Club, igrejas, Cáritas regional, associações de bairros e outros atores locais. Seu objetivo central é promover a inclusão e o empoderamento de grupos em situação de exclusão ou desfavorecimento, utilizando como base as teorias da Economia Solidária (Fagali e Oliveira, 2014).

Do ponto de vista econômico, social e ambiental, as Incubadoras Universitárias enfrentam grandes desafios na promoção do empreendedorismo solidário. Essas dificuldades incluem questões técnicas e de capacitação profissional, as quais demandam o desenvolvimento de uma consciência crítica no contexto do desenvolvimento popular solidário e sua sustentabilidade. Como salientou Freire (1967), "ensinar não é apenas transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou construção".

No que tange a eventos relacionados com o tema, pode-se citar o I CIEPS: Congresso Internacional de Economia Popular e Solidária, organizado em 2016 pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). O evento teve como foco os diálogos Brasil-Cuba, mantendo o vínculo entre pesquisadores cubanos da Universidade de Granma. Esse congresso surgiu a partir do *V Congreso Cubano de Desarrollo Local* e *V Taller Internacional de Desarrollo Local*, realizado em 2015, em Bayamo, Cuba, fortalecendo, dessa forma, a parceria entre institutos e pesquisadores.

O II CIEPS – Congresso Internacional de Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local – ocorreu em Feira de Santana, Bahia, no campus central da UEFS, de 23 a 25 de maio de 2018. O principal objetivo do congresso foi compartilhar as análises realizadas pela IEPS-UEFS. O evento proporcionou um espaço plural para a exposição do conhecimento, promovendo o diálogo entre a teoria e a prática dos estudiosos sobre os temas discutidos. Nesse contexto, o II CIEPS teve como foco central a reflexão e o questionamento das práticas da Economia Popular e Solidária. O congresso proporcionou um espaço de diálogo profundo sobre como essas práticas podem contribuir para modelos econômicos mais inclusivos e sustentáveis.

Pierre Dardot e Christian Laval (2016) destacam que o "Empreendedorismo" se tornou a palavra de ordem na "nova razão do mundo", caracterizando-se pela prevalência da competição como norma e pela empresa como modelo central de subjetivação, em um contexto neoliberal.

Com uma temática mais próxima ao foco deste trabalho, Marcelo de Amorim Pandolfi (2015) apresenta em sua tese de doutorado na Universidade Federal de São Carlos uma análise

crítica da "educação empreendedora". Ele investiga o caráter ideológico e contraditório dessa abordagem, especialmente ao examinar como o discurso do empreendedorismo é integrado nos cursos voltados à formação de Técnicos em Administração no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Pandolfi (2015) questiona os significados atribuídos pelos discentes e docentes à formação empreendedora nesse contexto educacional específico. Ele destaca os desafios e as implicações dessa abordagem para a educação técnica, explorando como tais práticas moldam não apenas as habilidades técnicas dos estudantes, mas também suas visões de mundo e perspectivas profissionais.

A pesquisa de Pandolfi (2015) oferece uma reflexão crítica sobre o papel do empreendedorismo na formação educacional e seu impacto na formação de futuros profissionais no campo da administração. Compreende, nos resultados de sua pesquisa, que a postura do Instituto Federal deste Estado naturaliza a dualidade escolar e reforça a política de profissionalização precoce do alunado, distanciando-se, portanto, da busca por um projeto universal e unilateral de formação humana. O autor conclui (e defende) que as políticas de educação da rede federal, no âmbito do ensino médio, deveriam incorporar uma proposta de educação unitária nos moldes de Antônio Gramsci.

Neste sentido, como observado por Petitat (1994, p. 11), a escola não só participa da reprodução da ordem social, mas também pode contribuir para suas transformações. Apple (1989, 2006) reitera essa posição ao afirmar que a escola é tanto um veículo de reprodução quanto um espaço de disputas, onde a resistência, seja explícita ou disfarçada, está presente. Segundo ele, "Obviamente, as escolas precisam ser vistas de uma forma muito mais complexa do que apenas através da simples reprodução" (1989, p. 31).

Gloria Maria Vasconcelos Góes (2016), em sua tese apresentada à Universidade Federal do Ceará, aborda o Empreendedorismo "Inovador" nas escolas de educação profissional no contexto da crise estrutural do capital como a "solução" para o desemprego, colocando no trabalhador a responsabilidade pela criação dos seus próprios meios para suprir suas necessidades básicas, num mundo visto como "naturalmente" competitivo. Para a autora, a sociedade empreendedora fundamenta-se em vários princípios essenciais para seu desenvolvimento e sucesso. Primeiro, conviver com o risco é uma habilidade crucial, pois empreender envolve incertezas e desafios constantes. Segundo, a busca pela inovação é vital, pois permite a criação de soluções novas e eficazes para problemas existentes, impulsionando o progresso. Além disso, Góes (2016) acredita que estimular a criatividade é fundamental, pois novas ideias são a base de qualquer empreendimento bem-sucedido. Promover a meritocracia, em que os melhores talentos são reconhecidos e recompensados, incentiva a excelência e a

competitividade saudável. Juntos, esses elementos criam um ambiente dinâmico e resiliente, capaz de enfrentar adversidades e prosperar. As características psicológicas dos empreendedores (motivação exacerbada, liderança, iniciativa etc.), para Góes (2016), antes tidas como “natas”, agora podem ser transmitidas pela educação, principalmente na educação profissional, objetivando formar o “indivíduo” empreendedor, num contexto da reestruturação produtiva do capital.

O objetivo geral do estudo de Góes (2016) é analisar os efeitos do ajuste estrutural do capital na educação profissional brasileira, particularmente nas Escolas de Educação Profissional da rede estadual, sob o primado do empreendedorismo inovador. No entanto, para dar conta desse objetivo, Góes (2016) analisou as novas conformações do empreendedorismo no contexto da crise estrutural do capital; fez reflexão sobre os efeitos da reestruturação produtiva na educação profissional e analisou inserção do discurso do empreendedorismo nos documentos basilares nas escolas de educação profissional no Ceará.

A educação focalizada no "aprender a empreender" ganha expressão nas Escolas Estaduais de Educação Profissional, com foco nas competências comportamentais. Pretende inculcar nas mentes dos filhos dos trabalhadores a necessária criação de estratégias de sobrevivência, via gestão do risco e de si mesmo (GÓES, 2016). Por sua vez, a gestão "eficaz" do risco permitiria que o trabalhador desenvolvesse sua resiliência, enfrentando as dificuldades de forma proativa, de acordo com Góes (2016), num contexto em que a "incerteza" e o "caos" são naturalizados.

Num cenário de aprofundamento das desigualdades sociais, fruto de uma sociabilidade capitalista, a tarefa dos governos pseudodemocráticos trilha no sentido de fomentar atitudes cidadãs e negar o conflito real que subjaz o modelo fundado na propriedade privada dos meios de produção (GÓES, 2016).

De acordo com Góes (2016), a tarefa da educação, particularmente da educação profissional, é formar o homem unilateral empreendedor, reforçar a dicotomia entre capital e trabalho, na dita sociedade do conhecimento, disseminar a cultura da paz e da união entre desiguais para controlar a incontrolável sociabilidade capitalista em crise estrutural.

Ainda que muito bem estruturada a pesquisa da autora, observa-se também a ausência de referência a outros modelos de empreendedorismo que não os tradicionais e fieis aos conceitos de Shumpeter (1984).

Para apresentar um panorama sobre o que foi escrito quanto ao tema do empreendedorismo social e solidário, observou-se também a pesquisa realizada por Talita Rosolen, Gabriela Pelegrini Tiscoski e Graziella Maria Comini (2014). A proposta consistiu

num estudo de caráter teórico-descritivo, empregando técnicas bibliométricas para analisar seis bases científicas: três internacionais (Scopus, EBSCO e ISI Web of Knowledge) e três nacionais (SciELO, Spell e EnANPAD). O estudo focou nas diferentes terminologias diretamente vinculadas ao campo de pesquisa, como empreendedorismo social, empresa social, negócios sociais e negócios inclusivos (em inglês: *social entrepreneurship*, *social enterprise*, *social business* e *inclusive business*).

As conclusões observadas pelas autoras foram: de acordo como o mapeamento da produção científica dos últimos quinze anos nas esferas nacionais e internacionais sobre o assunto empreendedorismo social e negócios sociais, foi constatado que o assunto é contemporâneo, que se encontra em estágio de desenvolvimento e que existem diversas terminologias presentes nas discussões acadêmicas, tanto no país quanto no mundo, referentes a este tema.

Considerando o cenário internacional em especial na Europa, uma característica fundamental das empresas sociais europeias – para Galera e Borzaga (2009) – é a dimensão coletiva, derivada da forte tradição cooperativa.

Destacam-se, assim, Rosolen *et al.* (2014), na ênfase quanto a importância da rede de pesquisadores EMES (*Emergence of Social Enterprise in Europe*). Essa rede define empresas sociais como organizações que têm como objetivo explícito beneficiar a comunidade. Essas empresas são criadas por um grupo de cidadãos e operam com o retorno do investimento dos investidores sujeito a limites, valorizando a independência e a redução dos riscos econômicos associados às atividades socioeconômicas (EMES, 2021).

Essas definições ressaltam a ênfase na responsabilidade social e na sustentabilidade econômica das empresas sociais, destacando a importância de estruturas organizacionais que buscam não apenas o lucro, mas também o impacto positivo na sociedade e na comunidade em que estão inseridas.

Na pesquisa, as autoras apresentam a evolução das publicações sobre os temas, incluindo sua quantidade, origens das publicações e o número de citações dos autores referentes aos assuntos abordados. Para a análise temporal de 1997 a 2012, foram utilizados os seguintes termos de busca para artigos publicados:

Em Português, foram investigados: empreendedorismo social, empresa social, negócios sociais e negócios inclusivos. Em Inglês, os termos utilizados foram: *social entrepreneurship*, *social enterprise*, *social business* e *inclusive business*.

Outro destaque de Rosolen *et al.* (2014) é que os termos mais utilizados nesse período estão em destaque nos artigos: *social entrepreneurship* e *social enterprise*, tanto em inglês nas

bases internacionais quanto em português nas bases nacionais, principalmente por serem conceitos iniciais no surgimento do tema. As autoras ainda destacam na pesquisa duas fragilidades: uma nos sistemas de busca e outra no campo da academia brasileira, por ainda estar em desenvolvimento inicial.

Os autores que mais se destacam no período da pesquisa referente aos termos abordados nas bases de dados são: Scopus, para o termo empreendedorismo social, D. P. Baron com maior quantidade de artigos publicados, seguido de G. S. Mort, A. Nichollse e P. Tracey.

No entanto, para o termo empresa social, os autores mais encontrados foram: C. C. Williams, K. M. Fergusson e P. Tracey. Já na temática social business, os autores C. Donaldson, R Baker e E. Lancsar foram os que mais redigiram sobre o tema. Em negócios inclusivos, destacam-se E. Reficco, J. E. Austin e J. Flores.

Ainda nesse contexto, torna-se extremamente necessário mencionar os mapeamentos realizados sobre a Economia Solidária no Brasil e seus empreendimentos solidários. O primeiro mapeamento foi realizado em 2005, e em 2007 essa base de dados foi expandida, abrangendo pouco mais de 22 mil empreendimentos em todo o Brasil. O segundo mapeamento foi concluído em 2013, reunindo informações sobre cerca de 20 mil empreendimentos econômicos solidários (EES).

Para Gaiger (2013), o segundo mapeamento não alcançou as metas iniciais estabelecidas, uma vez que se esperava mapear mais de 30 mil Empreendimentos de Economia Solidária (EES). Esse esforço incomum de pesquisa social, realizado colaborativamente, é de suma importância.

Tanto o primeiro Mapeamento Nacional (2005-2007) quanto o segundo (2009-2013) revelam grandes lacunas no estado atual de conhecimento sobre a Economia Solidária no Brasil. Ao mesmo tempo, fornecem um valioso material empírico e uma experiência metodológica ímpar para que tais deficiências venham a ser superadas.

Ainda para Gaiger, a grande importância desses mapeamentos está em que

No Brasil, os primeiros estudos sobre a Economia Solidária foram promovidos por entidade de apoio aos movimentos populares. Seus resultados foram publicados em boletins, revistas de divulgação e livros, antes de integrarem a produção acadêmica em sentido estrito. O interesse científico pelo tema despertou em seguida, a princípio em instituições de pesquisa já dedicadas ao estudo do associativismo e do cooperativismo; posteriormente, estendeu-se a universidades que possuíam incubadoras de cooperativas populares e projetos sociais nesse campo. (GAIGER, 2013, p.18).

Através dos mapeamentos sobre a Economia Solidária no Brasil e seus empreendimentos solidários, diversos temas relacionados puderam ser discutidos em esferas públicas, privadas, econômicas, sociais, ambientais e políticas, fortalecendo muitos grupos, como o Grupo ECOSOL - Grupo de Pesquisa em Economia Solidária.

O Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa da Unisinos foi criado em 1999, integrando o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS. Em 2000 foi criado o website Ecosol, com o objetivo de divulgar bibliografia, publicar resultados de pesquisa e anunciar eventos e atividades de interesse.

Também associado ao PPGCS e a outros Programas de Pós-Graduação da Unisinos, além de outras instituições de ensino e organizações atuantes nesse campo, surge em 2009 a implantação do Centro de Formação em Economia Solidária da Região Sul – CFES-Sul, sob responsabilidade da Unisinos e liderança dos integrantes do Grupo de Pesquisa, com coordenação geral da professora Adriane Vieira Ferrarini. Assim, diversas pesquisas foram realizadas ao longo desse período, contribuindo de forma substancial para a economia solidária e suas vertentes, incluindo livros, conferências, participações em congressos e seminários, entre outros.

Entre tantas produções, destaca-se a pesquisa "Microempreendedorismo e Associativismo em Países de Desenvolvimento Periférico", conduzida por Luiz Inácio Gaiger e Marília Veríssimo Veronese, que estabeleceu um sistema de cooperação entre três países de desenvolvimento periférico: Portugal, Moçambique e Brasil. A referida pesquisa se caracteriza por estudar formatos coletivos de organizações econômicas de pequeno porte. Evidencia sua importância ao articular sistemas alternativos de produção, tendo apresentado significativo crescimento no Brasil a partir da década de 1990.

Há um interesse acadêmico em perceber qual tipo de empreendedorismo está sendo praticado por esses trabalhadores associados. Além disso, busca-se compreender quais peculiaridades dessas empresas são decorrentes do formato associativo e em que medida a associação potencializa o empreendedorismo.

Na pesquisa "Pobreza, Análise do perfil e do potencial dos Empreendimentos Econômicos Solidários no Rio Grande do Sul para gerar empregos e diminuir os níveis de pobreza", realizada por Luiz Inácio Gaiger, foram utilizados dados quantitativos do mapeamento da economia solidária executado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária. Os resultados e hipóteses de pesquisas anteriores do Grupo de Pesquisa Economia Solidária também foram considerados, buscando aprofundar o diagnóstico da Economia Solidária no RS. O objetivo principal da pesquisa foi levantar o potencial dos empreendimentos econômicos

solidários (EES) para desencadear um processo de contenção da produção continuada de desigualdades sociais. Isso envolveu apresentar a diminuição dos níveis de pobreza na população e o resgate dos direitos humanos, sobretudo na condição de direitos sociais, culturais e econômicos.

A pesquisa "Representações sociais da liderança em empreendimentos econômicos solidários", realizada por Marília Veríssimo Veronese, investiga as representações sociais entre empreendimentos econômicos solidários (EES). Ela se concentra nas representações dos trabalhadores associados em relação à liderança como participação de cada um na ação coletiva. Nesse contexto, as representações sociais são entendidas como formas de conhecimento prático que funcionam como matrizes geradoras de ações e comportamentos.

Entre 1999 e 2003, a pesquisa "Características e Tendências da Economia Solidária no Brasil", realizada por Luiz Inácio Gaiger, teve como objeto as organizações coletivas de trabalhadores dedicadas à geração de trabalho e renda. Essas organizações possuem características que permitem identificá-las como agentes propulsores de um novo solidarismo econômico popular. O estudo objetivou identificar os empreendimentos econômicos solidários no país, para cernir suas principais características e seus padrões de conformação.

Por fim, em sua tese de doutorado, Monica Bose (2013) apresenta um panorama quanto à produção científica do empreendedorismo social. Ela afirma que esse fenômeno tem adquirido visibilidade e relevância no âmbito da produção acadêmica e, principalmente, das práticas organizacionais contemporâneas.

O empreendedorismo social é visto como uma alternativa para combater a pobreza e a exclusão social, além de promover o desenvolvimento sustentável. A proposta empírica de Bose apoia-se na concepção e nos vetores de desigualdade propostos por Amartya Sen (2000) para o desenvolvimento social. A pesquisa busca identificar os resultados obtidos por empreendimentos sociais em três iniciativas na região metropolitana de São Paulo.

Para Bose (2013), os resultados apontaram a existência de indícios de melhoria na qualidade de vida pessoal e familiar dos atores que participaram das iniciativas realizadas pelos empreendimentos sociais. Isso fortalece o capital social e político das comunidades envolvidas, além de alavancar o desenvolvimento econômico e social do território no qual estão inseridas.

Esse tipo de abordagem corrobora a proposta desta tese, no sentido de compreender o empreendedorismo social como um fator de mudança e desenvolvimento social e econômico nas populações onde é inserido.

## 4. MARCO TEÓRICO

O estudo dos aspectos formativos e da educação do empreendedorismo social e solidário fundamentados na economia solidária exige uma abordagem ampla e integrada com valores e visões de mundo. Sob essa ótica, é crucial explorar os conceitos do empreendedorismo social em conjunto com uma visão mais abrangente da economia social e solidária. Isso implica analisar os princípios econômicos de Karl Polanyi, que sublinham a importância da proteção social e da regulação do mercado para mitigar desigualdades estruturais.

Nesse contexto, no Brasil, as políticas públicas desempenham um papel fundamental ao promover a educação e a formação em empreendedorismo social e solidário, capacitando indivíduos e comunidades para uma participação ativa nesse modelo econômico inclusivo. Além disso, a educação empreendedora plural amplia essa perspectiva ao fomentar diversas formas de organização econômica que priorizam metas sociais e ambientais. Exemplos de empreendimentos sociais internacionais ilustram como essas práticas podem transcender fronteiras, gerando impactos significativos em comunidades globais.

Por fim, um olhar crítico do empreendedorismo para além do capital provoca reflexões sobre modelos econômicos que busquem sustentabilidade e equidade, alinhados a valores humanos e sociais mais amplos. Essas abordagens convergem para uma compreensão abrangente das potencialidades instrumentalizadas e transformadoras do empreendedorismo social e solidário no contexto contemporâneo global.

### 4.1. Empreendedorismo com Causa: A Interseção entre Social e Solidário

Ao investigar a definição conceitual de empreendedorismo social e solidário, é comum que muitos estudos se apoiem nas teorias clássicas do empreendedorismo. No entanto, essa abordagem muitas vezes não captura as nuances e os objetivos específicos dessas práticas. Portanto, é imperativo tratar o termo "empreendedorismo social e solidário" de forma separada, permitindo uma compreensão mais precisa de seus princípios, valores e impacto social, que vão além do escopo das teorias tradicionais. Essa distinção é essencial para o desenvolvimento de uma análise mais robusta e contextualizada dessas formas de empreendedorismo.

Inicialmente, Schumpeter (1984) destaca a definição de empreendedor a partir do caráter inovador deste agente, visto como promotor do desenvolvimento econômico. Ele desempenha o papel de romper com os limites tradicionais, funcionando como um elemento

dinâmico da economia. Isso gera um desequilíbrio inicial que depois se consubstanciará em uma nova tradição.

Schumpeter busca criar uma diferenciação entre o empreendedor e o administrador ou empresário, baseando-se nas características e no desenvolvimento econômico que esses agentes representam. Por exemplo:

Administrar uma empresa, fazê-la crescer e “modernizar” sua produção e organização, são atividades que podem ser comuns aos dois, mas para o empreendedor, o elemento fundamental, segundo a concepção schumpeteriana, é a inovação: em uma situação de concorrência, o empresário adapta-se constantemente, enquanto o empreendedor inova. Além disso, para Schumpeter (1984), o empreendedor não necessariamente é proprietário da empresa e nem forma uma classe social (diferente do capitalista), pois não é um estado duradouro, mas uma condição restrita aos raros momentos em que inovações “revolucionárias” podem ser levadas a cabo. (BARBALHO e UCHOA, 2019, p. 423).

De acordo com Dardot e Laval (2016), em sua perspectiva crítica, o empreendedorismo é o princípio de conduta mais essencial à ordem capitalista, incluindo a figura do empreendedor ou homem-empresa. Assim, o empreendedor é definido como o indivíduo capaz de detectar e aproveitar oportunidades de lucro a partir das informações de que dispõe, sendo movido pela concorrência em um processo de aprendizagem e formação permanente.

Essa visão, para Dardot e Laval (2016), remete ao neoliberalismo, no qual, mais do que a construção de uma situação econômica que se aproxime da livre concorrência, é necessário haver uma política que molde os sujeitos para torná-los empreendedores que saibam aproveitar as oportunidades de lucro e estejam dispostos a entrar no processo concorrencial permanente do mercado.

Interessante observar que Hirschman (1958), *apud* Vale *et al.* (2008), em suas reflexões sobre capitalismo e desenvolvimento econômico, salienta a necessidade de calibrar a imagem corrente dominante do empreendedor como um individualista, com certos elementos de cooperação. Essa é provavelmente uma das primeiras tentativas de aproximação dos termos “empreendedorismo” e “social”, no entanto ainda bastante ampla e superficial.

A habilidade empreendedora inclui, também, a capacidade de “operacionalizar acordos entre todas as partes interessadas, tais como inventor do processo, os parceiros, o capitalista, os fornecedores de peças e serviços, os distribuidores, [...] de garantir a cooperação de agências governamentais [...], de manter relações bem-sucedidas com os trabalhadores e o público”. (HIRSCHMAN, 1958, p. 17, *apud* VALE *et al.*, 2008, p. 3).

No contexto da investigação acadêmica, o empreendedorismo pode ser definido como “a análise de como, por quem e com que efeitos as oportunidades para criar bens e serviços futuros são descobertas, avaliadas e exploradas” (SHANE E VENKATARAMAN, 2000, p. 218).

Para Parente *et al.* (2011), o empreendedorismo concretiza-se geralmente na criação e recriação de um negócio que acrescenta valor para o(s) empreendedor(es) ou sociedade, apostando na inovação para tirar partido das oportunidades existentes ao mobilizar recursos para atingir fins econômicos.

Cabe observar que, segundo Gaiger (2008), no campo do empreendedorismo, mesmo entre as principais referências teóricas, não há uma definição simples e livre de controvérsias. Também não é possível inferir uma concepção única, pois a assimilação das obras precursoras ocorreu com base em pressupostos distintos por parte de seus continuadores.

Ademais, houve um alargamento gradativo do conceito, extrapolando o campo econômico para a área social, política e institucional, nas quais o empreendedorismo veio a designar o exercício de um papel motor na implantação de projetos de interesse comum ou na reconfiguração das instituições (GAIGER, 2008, p. 59).

Nesse entendimento, perceber-se que, antes de definir o que é empreendedorismo social, é importante esclarecer o que ele não é. Empreendedorismo social não se confunde com Responsabilidade Social Empresarial (RSE), a qual envolve um conjunto organizado e planejado de ações internas e externas, focadas na missão e nas atividades da empresa em relação às necessidades da comunidade. Não se trata de uma profissão formalmente reconhecida, já que não possui regulamentação legal, formação e educação universitária ou técnica específica, nem conselho regulador ou código de ética profissional oficial. Além disso, não é uma organização social que gera receitas através da venda de produtos e serviços, e muito menos um empresário que investe no campo social. Este último se aproxima mais da RSE, ou no máximo da “filantropia e caridade empresarial”, que já se mostraram inadequadas tanto para os beneficiários quanto para os negócios e a sociedade. Como enfatiza Demo, “a solidariedade que produz ajuda assistencialista representa fantástico processo de imbecilização.” (DEMO, 2002, p.40).

Uma vez compreendido o que é o empreendedorismo, e o que não é o empreendedorismo social, ressalta-se a diferenciar os conceitos de empreendedorismo social e empreendedorismo solidário sob uma perspectiva sociológica. É necessário explorar não apenas as diferenças estruturais e contextuais, mas também os valores centrais que guiam cada

abordagem. Ambas as formas de empreendedorismo têm um propósito social, mas possuem diferenças fundamentais em termos de estrutura, objetivos e dinâmicas comunitárias.

O conceito de empreendedorismo social é relativamente novo, difundido inicialmente nos Estados Unidos. A expressão “*social entrepreneurship*” foi utilizada com um significado bastante abrangente, com o intuito de nomear qualquer atividade inovadora com objetivo social no seu mais amplo proceder.

Oportunamente, Oliveira (2004, p.10) observa que “o tema empreendedorismo social é novo em sua atual configuração, mas na sua essência já existe há muito tempo”. Para Melo Neto e Fróes (2002), sobre o surgimento e disseminação do empreendedorismo social no Brasil, observam que este surgiu como um avanço, uma nova proposta de desenvolvimento social. É algo que só pode ocorrer mediante a intermediação da sociedade, por ser esta o motor da atual ativação, em colaboração com a administração pública, e a principal responsável pelo direcionamento de comportamentos empreendedores (OLIVEIRA, 2004, p.10).

O empreendedorismo social refere-se às iniciativas empresariais focadas em causas sociais. Ao contrário do empreendedorismo tradicional, que é mais conhecido e visa maximizar o lucro, o empreendedorismo social busca maximizar retornos sociais. Esse modelo é baseado na cooperação, centrado no desenvolvimento autônomo e na autogestão de cada indivíduo, comunidade e nação.

Destaca-se pela sustentabilidade e pelo respeito ao meio ambiente, apoiando-se nas dimensões de indivíduo, grupo, coletividade, comunidade e sociedade, em que os membros da comunidade atuam como os principais agentes ou sujeitos do desenvolvimento.

Assim, o empreendedor social age como um agente de mudança. Ele identifica os problemas sociais e busca soluções através de estratégias de intervenção baseadas no mercado, como a integração de práticas, conhecimentos e inovações. Isso inclui a criação de novos métodos e serviços, a formação de parcerias, o planejamento de formas de autossustentabilidade para os projetos e outras atividades empreendedoras (MELO NETO; FRÓES, 2002).

Para Barbalho e Uchoa (2019), esse conceito englobaria as práticas desenvolvidas por diversos tipos de organizações envolvidas em atividades socialmente benéficas, tanto no setor privado quanto no terceiro setor e organizações híbridas.

Compreende-se que, o empreendedorismo social refere-se a iniciativas empresariais voltadas para a resolução de problemas sociais, combinando práticas de negócios e propósitos sociais. Segundo Oliveira (2004, p. 10), “o empreendedorismo social busca, por meio de práticas inovadoras, proporcionar impacto positivo na sociedade”. Para Melo Neto e Fróes (2002), o empreendedor social age como um agente de mudança, que se utiliza de ferramentas

empresariais para desenvolver soluções sustentáveis para problemas sociais, criando valor para a comunidade e para o mercado.

Entre os principais valores que orientam o empreendedorismo social estão a inovação, a sustentabilidade e o impacto social duradouro. Esses valores implicam que o empreendedor social busca continuamente formas criativas de enfrentar problemas sociais, garantindo que as soluções sejam viáveis a longo prazo e gerem transformação significativa. Além disso, o engajamento ético e a responsabilidade social também são essenciais, pois as iniciativas sociais precisam respeitar e valorizar as comunidades onde atuam. Parente *et al.* (2011) afirmam que esses valores formam a base para o desenvolvimento de um modelo de negócios inclusivo e transformador, que busca maximizar o valor social, ao invés do valor financeiro, impactando positivamente a sociedade e promovendo o desenvolvimento local.

Assim, o empreendedorismo social é identificado por sua intenção de modificar estruturalmente um cenário adverso, incorporando uma lógica de mercado adaptada às necessidades sociais (Shane e Venkataraman, 2000). Nesse sentido, ele é caracterizado pela inovação contínua e pela busca por parcerias estratégicas, promovendo a sustentabilidade e ampliação de impacto das ações empreendidas, com o objetivo de transformar realidades de maneira ética e responsável.

Logo, no quadro comparativo a seguir, percebem-se alguns dos principais pontos que diferem e ao mesmo tempo apresentam certas semelhanças entre o empreendedorismo tradicional e o empreendedorismo social.

Quadro 01 - Diferença entre Empreendedorismo Tradicional e Empreendedorismo Social

Empreendedorismo Tradicional	Empreendedorismo Social
1. é individualista	1. é colaborativo
2. cria bens e serviços com foco em lucro	2. cria bens e serviços voltados para o bem-estar comunitário
3. prioriza o mercado e a competição	3. prioriza a resolução de problemas sociais e a cooperação
4. mede o sucesso pelo lucro financeiro	4. mede o sucesso pelo impacto social positivo

5. busca satisfazer as necessidades dos clientes e maximizar o crescimento do negócio	5. busca atender e promover pessoas em situações de vulnerabilidade social, fortalecendo a coesão social
---	--

FONTE: Adaptado pela autora a partir de MELO NETO e FRÓES, 2002, p. 11.

No cenário de desenvolvimento e transformação social, o empreendedorismo social enfrenta diversos obstáculos que demandam uma abordagem específica para estudar e analisar essas questões. A partir disso, e seguindo a proposta dos autores mencionados, o próximo quadro oferece uma visão resumida das dimensões do empreendedorismo social, destacando as principais problemáticas e desafios presentes em cada uma delas (MELO NETO, FRÓES, 2002).

#### Quadro 02 - Aspectos do Empreendedorismo Social

Aspecto Psicossocial	Alteração de comportamentos; desenvolvimento e aplicação de processos de participação; envolvimento de pessoas; inovação na participação ativa da sociedade; fomento a comportamentos éticos e responsáveis; gerenciamento das pressões da comunidade.
Aspecto Cultural	Preservação das culturas locais; incentivo ao uso sustentável de áreas naturais; promoção de uma cultura autossustentável.
Aspecto Político	Criação de organizações sociais engajadas e ativas.
Aspecto Ambiental	Uso sustentável dos recursos naturais disponíveis; redução dos impactos negativos no meio ambiente; desenvolvimento e implementação de critérios de conservação.
Aspecto Regulatório/ Institucional	Desenvolvimento e implementação de instrumentos legais, políticas públicas e incentivos para organizações do empreendedorismo social.

Fonte: Adaptado pela autora, com base em Melo Neto e Fróes (2002, p. 38).

É evidente a importância da educação, formação e prática do empreendedorismo social no âmbito acadêmico. As características destacadas nos quadros acima mostram a vasta gama

de conhecimentos que o empreendedor social deve ter, incluindo suas habilidades, competências e atitudes, definindo o que pode ser chamado de “perfil do empreendedor social”. Esse perfil é crucial para negócios que visam gerar impactos sociais e promover mudanças significativas.

O empreendedorismo social demanda um conjunto específico de habilidades e qualidades que nem todos possuem. Ser um empreendedor social requer uma combinação de atributos distintos: é uma fusão entre a ciência e a arte, em que a racionalidade analítica se mescla com a criatividade intuitiva, de acordo com Melo Neto e Fróes (2002). Além disso, é necessário ter uma ideia clara e uma visão ampla para transformar essas ideias em realidade prática. A sensibilidade social é fundamental, pois o objetivo é resolver problemas sociais de forma responsável e pragmática. É uma abordagem que equilibra utopia e realidade, utilizando a força inovadora para criar soluções práticas e eficazes. Em suma, o empreendedor social deve possuir uma combinação de inovação, pragmatismo, sensibilidade e visão estratégica para efetivamente promover mudanças sociais.

Vieira e Gauthier (2000 *apud* SILVA, 2009) observam que os empreendedores sociais são aqueles que criam valores sociais através da inovação e da força de recursos financeiros, independente da sua origem, visando o desenvolvimento social, econômico e comunitário [...] têm a visão, a criatividade, e a determinação para redefinirem os seus campos [...] são os pioneiros na inovação de soluções para os problemas sociais e não podem descansar até mudarem todo o modelo existente da sociedade. (VIEIRA E GAUTHIER, 2000 *apud* SILVA, 2009, p.5)

Os empreendedores sociais são agentes de mudança que buscam gerar valores sociais significativos através da inovação e da utilização eficaz de recursos financeiros, independentemente de sua procedência. Para Vieira e Gauthier (2000 *apud* SILVA, 2009), eles têm como objetivo principal o desenvolvimento social, econômico e comunitário, demonstrando uma visão clara, criatividade e uma determinação incansável para redefinir e transformar seus campos de atuação. Ao serem pioneiros na criação de soluções inovadoras para problemas sociais, esses empreendedores não se contentam com os modelos tradicionais. Assim, se empenham em provocar mudanças profundas e duradouras na sociedade, sempre visando a melhoria coletiva e a promoção de um impacto positivo e sustentável. É essa combinação de inovação, pragmatismo e compromisso com o bem-estar social que distingue os empreendedores sociais e impulsiona sua missão de transformar a realidade existente, de acordo com Vieira e Gauthier (2000 *apud* SILVA, 2009).

Para entender o empreendedorismo social, é crucial observar suas ações focadas no impacto local, que diferem das iniciativas restritas da responsabilidade social empresarial.

Enquanto o empreendedorismo tradicional busca principalmente o lucro individual, o empreendedorismo social visa resultados coletivos e soluções inovadoras para problemas sociais. Esse campo não se limita a causas específicas, mas busca métodos inovadores e estratégias de auto-organização social para promover mudanças efetivas.

No entanto, as bases de dados de pesquisas científicas quanto a essa terminologia apontam para um grande volume de trabalhos que utilizam o termo "empreendedorismo social" e seus equivalentes, como "empreendedores sociais" e "negócios sociais". No entanto, há pouca profundidade teórica quanto às suas origens e distinções.

Observam-se diversas temáticas quanto ao termo, que remetem desde a experiências ligadas ao terceiro setor até ações de responsabilidade social corporativa, passando pela economia solidária e o cooperativismo. Contudo, essa indeterminação quanto ao uso correto do termo "empreendedorismo social" remete às suas origens citadas anteriormente, de acordo com Rosolen et al. (2014).

A utilização do termo, substituindo o uso de "filantropia", sinalizava para uma mudança nas formas de atuação das organizações não governamentais. Essas organizações passaram a ter maior proximidade de uma orientação de mercado que dependesse menos de doações e subvenções estatais do que ao conceito em si próprio.

Afirmam Barbalho e Uchoa (2019), de acordo com Hervieux *et al.* (2010), que a literatura científica relativa ao empreendedorismo social tem se limitado a estudos descritivos, criando, assim, lacunas teóricas na construção do seu conceito.

Por outro lado, o empreendedorismo solidário está mais relacionado ao fortalecimento dos laços comunitários e à promoção da autossuficiência das comunidades, com base na cooperação e na solidariedade. Diferente do empreendedorismo social, o empreendedorismo solidário não busca necessariamente inovação ou lucro, mas sim a inclusão econômica e social dos indivíduos, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade. Segundo Gaiger (2008), o empreendedorismo solidário configura-se como uma prática que visa promover a justiça social e a distribuição equitativa de recursos, priorizando o coletivo em detrimento do individual.

Entre os valores centrais do empreendedorismo solidário, destacam-se a solidariedade, a cooperação e a justiça social. Singer (2002) afirma que o empreendedorismo solidário tem como base a “gestão democrática e participativa, onde todos os envolvidos compartilham responsabilidades e benefícios de forma justa”. Esses valores refletem uma abordagem onde as relações de apoio mútuo e a partilha de recursos são essenciais para o sucesso e a continuidade das atividades. Além disso, a inclusão social e o compromisso com a equidade são

fundamentais, promovendo uma economia baseada no coletivo e na resistência ao individualismo e à competição do mercado.

Singer (2002), aponta que o empreendedorismo solidário é um caminho para a construção de uma economia que prioriza o coletivo em detrimento do individualismo, possibilitando a criação de redes de apoio e solidariedade. Essa abordagem é fundamental em contextos onde as desigualdades sociais são marcantes e onde as políticas públicas muitas vezes falham em atender às necessidades básicas da população.

Diferente do empreendedorismo social, que pode operar tanto dentro quanto fora de comunidades específicas, o empreendedorismo solidário exige o engajamento ativo dos membros da comunidade na tomada de decisões e na administração das atividades empreendidas. Conforme Dardot e Laval (2016), o empreendedorismo solidário promove um ambiente onde a competição é minimizada, e o valor reside na cooperação e na promoção de condições equitativas. Assim, o empreendedorismo solidário busca, antes de tudo, a inclusão e a coesão social, atuando como um mecanismo de resistência ao modelo neoliberal de mercado.

Por fim, as distinções entre o empreendedorismo social e o empreendedorismo solidário são fundamentais para compreender suas abordagens e impactos sociais. O empreendedorismo social concentra-se na criação de soluções inovadoras para questões sociais, buscando a sustentabilidade financeira e a maximização do efeito positivo na comunidade, enquanto o empreendedorismo solidário prioriza a cooperação, a inclusão e a equidade social, focando na construção de vínculos comunitários e no fortalecimento do coletivo em detrimento do individualismo. Essas diferenças revelam que, embora ambas as práticas compartilhem a intenção de promover mudanças sociais, suas metodologias e objetivos divergem, refletindo diferentes formas de atuação e engajamento nas questões sociais contemporâneas.

Assim, os problemas sociais não são apenas discursos políticos ou temas de pesquisa, mas sim desafios comuns que exigem novas abordagens e soluções. Isso reflete uma mudança na maneira como governos, empresas e sociedade abordam e enfrentam questões sociais, destacando a necessidade de ações mais integradas e inclusivas.

Conforme Melo Neto e Fróes (2002) observam, essa mudança implica não apenas críticas às políticas públicas e à gestão, mas também uma chamada para novas práticas e instituições mais eficazes e transparentes.

## 4.2. Por uma ampliação do conceito

A partir das definições acima de empreendedorismo, no sentido estrito da palavra, cabe aqui uma reflexão sobre de que forma o termo “social” assume significados específicos nos discursos das organizações e dos empreendedores sociais. Alguns autores, como Hervieux *et al.* (2010), compreendem que o termo “social” atribuído ao empreendedorismo ainda está em formação, especialmente no Brasil.

O empreendedorismo social constitui um ‘domínio institucional emergente’, que se encontra na interseção entre dois campos estabelecidos – do empreendedorismo e do ativismo social – e busca se estabelecer como um novo campo, formado a partir da união dessas duas lógicas distintas (BARBALHO e UCHOA, 2019, p. 423).

Ressaltam ainda os autores que é necessário investigar se o empreendedorismo social está conseguindo chegar a um acordo quanto às práticas que devem ser aceitas como pertencentes a ele.

Destacam, por exemplo, Barbalho e Uchoa (2019) uma importante observação quanto ao uso do termo “social” associado ao empreendedorismo, num sentido plural e não teórico ou epistemológico, dada a amplitude do seu uso:

As definições acerca do conceito de empreendedorismo social não revelam as tensões e disputas que atravessam esse campo em sua dimensão prática. Essas dizem respeito, entre outros aspectos, a quem – que agentes ou que empreendimentos – pode ser considerado legítimo membro desse campo e, assim, usufruir de seus benefícios, que envolvem desde aspectos simbólicos – a “imagem” pública do empreendedor preocupado com o “social” – até aspectos econômicos – como o direito de participar de programas de financiamento específicos para essa área, de concorrer em concursos e premiações etc. (BARBALHO e UCHOA, 2019, p. 425).

Seguindo outra análise, destaca Gaiger (2008), no sentido de afirmar que o empreendedorismo não pode ser dissociado do sentido associativo, que “o termo evoca a capacidade de tocar à frente uma organização econômica, de administrá-la e conduzi-la. Essa capacidade não é inata e cada vez menos tem sido possível adquiri-la a contento espontaneamente, apenas pela prática” (GAIGER, 2008, p. 61).

Ainda para Gaiger (2008), se ser empreendedor significa possuir a capacidade de conduzir o empreendimento e a gestão dos fatores produtivos, humanos e materiais dessas organizações, com vistas à realização das suas metas, no caso dos empreendimentos associativos, isso equivale, primordialmente, a saber respeitar as características e com isso

explorar as virtudes da comunidade de trabalho. Observa, assim, Gaiger (2008) que nos empreendimentos de economia solidária ou associativos

A dimensão empreendedora é indissociável da dimensão solidária dos empreendimentos. Isto significa que a união e a inteligência coletiva dos trabalhadores são mobilizadas como recursos fundamentais para que os empreendimentos lidem com a realidade contingente e logrem sua sobrevivência, gerando benefícios às pessoas neles implicadas. (GAIGER, 2008, p. 62).

Um ponto de importante destaque é o de que, segundo Gaiger (2008), no ambiente intelectual formado em torno da economia solidária e das demais alternativas ao sistema de produção capitalista, observa-se uma resistência ao emprego de termos como empresa, eficiência e empreendedorismo. Argumenta-se que o poder explicativo desses conceitos, dada a origem histórica e o uso habitual dos mesmos, restringe-se forçosamente à economia capitalista, com seus objetivos e sua lógica inerente.

Compreende-se, então, que o termo "social", no contexto dos discursos das organizações e dos empreendedores sociais, assume uma relevância determinante ao abordar não apenas a dimensão econômica, mas principalmente o impacto humano e comunitário das iniciativas empreendedoras. Essa palavra-chave, tão amplamente utilizada, reflete uma variedade de significados que vão além do lucro e se estendem ao compromisso com o bem-estar coletivo e a transformação social.

Para as organizações sociais, o termo "social" encapsula um propósito fundamental de promover mudanças positivas na sociedade. Isso pode envolver desde a oferta de serviços essenciais para comunidades marginalizadas até a defesa de direitos humanos, a proteção ambiental e a promoção da igualdade de gênero. O objetivo primordial não é apenas mitigar problemas sociais, mas também fortalecer o tecido social e aumentar a resiliência das comunidades frente a desafios estruturais e econômicos.

Já para os empreendedores sociais, "social" indica uma abordagem de negócios que integra preocupações éticas e impacto social positivo no cerne de suas operações. Esses empreendedores frequentemente buscam soluções inovadoras para problemas persistentes, utilizando modelos de negócios que não só geram lucro, mas também beneficiam diretamente as comunidades em que operam. Isso pode incluir a criação de empregos dignos, o fornecimento de produtos e serviços acessíveis e a implementação de práticas sustentáveis que respeitam o meio ambiente.

Já para a visão solidária, a inclusão de valores como a justiça social, a sustentabilidade e a dignidade humana também são fundamentais na ampliação do conceito de

empreendedorismo solidário. Segundo Carvalho (2010), a prática do empreendedorismo solidário deve promover não apenas a geração de renda, mas também o fortalecimento de laços sociais e a construção de um ambiente onde todos os membros da comunidade possam participar ativamente da tomada de decisões. Essa perspectiva reflete um entendimento mais profundo das relações sociais que permeiam as práticas solidárias, enfatizando a importância do respeito à diversidade e da valorização das identidades locais.

A ampliação do conceito de empreendedorismo solidário pode abrir espaço para a inovação social, permitindo que novos modelos de negócios sejam criados a partir das necessidades e potencialidades das comunidades. Como sugere Gonçalves (2016), a criatividade e a inovação são componentes essenciais para o sucesso dos empreendimentos solidários, que devem ser vistos como laboratórios de experimentação social. Isso significa que a ampliação do conceito não deve se restringir a uma visão tradicional, mas deve incorporar práticas inovadoras que contribuam para o desenvolvimento sustentável e para a construção de uma economia mais inclusiva.

Em suma, a ampliação do conceito de empreendedorismo solidário é uma tarefa urgente e necessária que deve envolver a consideração das diversas práticas solidárias, a crítica às condições socioeconômicas que as demandam, a inclusão de valores de justiça e dignidade, e a promoção da inovação social. Apenas dessa forma será possível construir um entendimento mais robusto e eficaz do empreendedorismo solidário, capaz de contribuir para a transformação das realidades sociais e para a promoção de um futuro mais justo e equitativo.

No entanto, a amplitude de interpretações do termo "social e solidário" também podem gerar ambiguidades e debates sobre seus verdadeiros significados e impactos. Algumas críticas apontam para o risco de diluição dos conceitos quando eles são usados de maneira indiscriminada, sem um compromisso genuíno com a mudança social efetiva.

Isso pode levar a práticas de marketing que exploram a sensibilidade social e solidária sem um impacto substancial ou a iniciativas que, embora bem-intencionadas, não conseguem abordar profundamente as causas subjacentes dos problemas sociais e solidários. Portanto, a clarificação e a precisão no uso do termo "social e solidário" são essenciais para garantir que as iniciativas e os discursos das organizações e dos empreendedores sociais e solidários estejam alinhados com princípios éticos sólidos e um compromisso genuíno com a melhoria da qualidade de vida e a equidade social. Ao refletir sobre o significado específico do termo "social e solidário", é possível fortalecer tanto a prática quanto a teoria do empreendedorismo social e solidário, contribuindo para um impacto mais significativo e sustentável nas comunidades ao redor do mundo.

### 4.3. Um olhar abrangente quanto à Economia Solidária

É necessário compreender a amplitude teórica e empírica das experiências em empreendimentos sociais e solidários, para se obter um olhar abrangente quanto à Economia Solidária, pois foi sobre essas bases que esta tese propôs uma visão no que tange às práticas, mas principalmente a educação do empreendedorismo social e solidário. O termo Economia Solidária foi cunhado na década de 1990, sendo um conceito amplamente utilizado em vários continentes com diversas interpretações ligadas à solidariedade.

Segundo Laville (2009), o conceito moderno de solidariedade remete a dois projetos diametralmente opostos: a solidariedade filantrópica, que sugere uma sociedade ética na qual os cidadãos, motivados pelo altruísmo, cumprem seus deveres uns para com os outros voluntariamente; e a solidariedade como princípio de democratização societária, resultante de ações coletivas. Esta segunda baseia-se tanto na ajuda mútua quanto na expressão reivindicativa, promovendo ao mesmo tempo a auto-organização e o movimento social. Laville (2009) afirma que essa abordagem pressupõe uma igualdade de direitos entre as pessoas envolvidas (LAVILLE, p. 310 in Cattani, Laville, Gaiger e Hespanha, 2009).

De acordo com Laville e Gaiger (2009), a economia solidária contrasta com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado, pois para os autores as expressões da economia solidária multiplicaram-se rapidamente em diversas formas.

[...] coletivos de geração de renda, cantinas populares, cooperativas de produção e comercialização, empresas de trabalhadores, redes e clubes de troca, sistemas de comércio justo e de finanças, grupos de produção ecológica, comunidades produtivas autóctones, associações de mulheres, serviços de proximidade, etc. (LAVILLE e GAIGER, p. 162. in Cattani, Laville, Gaiger e Hespanha, 2009).

Quanto aos valores que esse termo traz consigo, afirmam Laville e Gaiger (2009) que, graças à sua inserção social e comunitária, cumpre uma série de funções em domínios como saúde, educação e preservação ambiental. Assim, estimulada por meio do engajamento cidadão, a economia solidária produz entre seus membros vínculos sociais de reciprocidade como fundamento de suas relações de cooperação e ao mesmo tempo a capacidade de instituir outras formas de vida imbuídas nos valores da justiça, de um *ethos* redistributivo e de um ensejo de humanização.

Ainda para Laville e Gaiger (2009),

Em particular, importa valorizar as experiências que nascem da auto-organização, que defendem os direitos básicos do trabalho e que apontam na associação e em soluções coletivas, formando lastro de experiências e de convicções morais e intelectuais indispensáveis à construção de novos rumos para a sociedade. (LAVILLE e GAIGER, p. 162. in Cattani, Laville, Gaiger e Hespanha, 2009).

Na perspectiva europeia, especificamente a francesa, de acordo com França Filho (2004), as preocupações relativas à economia solidária são compreendidas no contexto de crise da chamada sociedade salarial, que seria manifestada pela escassez do trabalho na sua forma mais conhecida, o “emprego em tempo pleno”.

Ainda para França Filho (2004), essa preocupação reflete uma dupla crise: a do emprego e da socialização ou da integração, que tem como esfera dupla o mercado e o Estado como reguladoras da atividade econômica e social. Paralelamente e essas crises, surgem as chamadas novas formas de solidariedade, algumas delas mais conhecidas como solidariedade de proximidade. Segundo Laville (1997):

[...] emerge uma forma de política da vida cotidiana (...) através do debate público de problemas sociais e econômicos que hoje não são inteiramente resolvidos nem pelo setor público, nem pelo setor privado. Dezenas de milhares de experiências são testemunhadas: creches associativas e atividades em torno da escola, lugares de expressão e de atividades artísticas como os ‘cafés musicais’, restaurantes multiculturais de bairro, *régies de quartier*, iniciativas de inserção (profissional, econômica...), de ajuda a domicílio, de esporte ou de proteção do meio ambiente. (LAVILLE, 1997, p.63).

Conforme França Filho (2004), no ambiente europeu, especialmente na França, existem diversas formas assumidas de economia solidária que são expressões desse contexto específico. Estas incluem experiências como o comércio justo, a finança solidária, a economia sem dinheiro e as empresas sociais. Segundo o autor, baseado em Martin (1994), a partir dessas experiências surge uma nova exigência: estabelecer um novo compromisso entre a economia monetária e não monetária, sem romper com a ideia de que o trabalho continua a ser um grande integrador social.

Para contextualizar o cenário europeu, Laville e Gaiger (2009) afirmam que, após discorrerem sobre as origens do termo e o desenvolvimento da economia solidária, a gênese das iniciativas dessa economia repousa em fatores mais específicos. Esses fatores incluem o grau de compatibilidade entre as práticas costumeiras de economia e os formatos associativos, o passado de cooperação das categorias sociais envolvidas e a presença de lideranças genuínas (LAVILLE e GAIGER, 2009, p. 166).

Sob essa ótica, a economia solidária emerge como um contraponto ao modelo tradicional de economia de mercado, caracterizando-se pela organização coletiva de

trabalhadores e pela promoção de relações mais igualitárias e sustentáveis. Nesse contexto, o empreendedorismo social e solidário desempenha um papel crucial ao integrar princípios de solidariedade, autogestão e sustentabilidade ambiental em suas práticas econômicas.

No âmbito da economia solidária, os empreendimentos são frequentemente estruturados de forma cooperativa, em que os trabalhadores associados têm participação nas decisões e nos resultados econômicos da empresa. Essa forma de organização não apenas visa à geração de renda e emprego, mas também à promoção de uma economia mais justa e inclusiva, cujos benefícios são compartilhados de maneira equitativa entre os membros da comunidade.

O empreendedorismo social dentro da economia solidária se diferencia pela sua ênfase na criação de valor não apenas econômico, mas também social e ambiental. Os empreendedores sociais buscam resolver problemas sociais através de iniciativas inovadoras, que muitas vezes envolvem a mobilização de recursos locais e o fortalecimento das capacidades das comunidades. Eles atuam não apenas como agentes econômicos, mas como catalisadores de mudança social, buscando impactar positivamente seu entorno através de práticas sustentáveis e inclusivas.

Além disso, o empreendedorismo solidário se destaca por sua capacidade de adaptar e integrar práticas empresariais com valores comunitários, promovendo o desenvolvimento local e a autonomia das comunidades. Esse modelo de empreendedorismo não se restringe apenas à criação de negócios lucrativos, mas busca o fortalecimento do tecido social e a melhoria das condições de vida das populações envolvidas.

Portanto, a interseção entre economia solidária e empreendedorismo social e solidário representa uma abordagem inovadora e eficaz para enfrentar desafios econômicos e sociais contemporâneos. Ao integrar princípios de cooperação, solidariedade e sustentabilidade, essas práticas não apenas oferecem alternativas viáveis ao modelo econômico dominante, como também promovem uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável.

#### **4.3.1. Os princípios econômicos de Karl Polanyi e Marcel Mauss**

Para compreender as práticas desenvolvidas sobre economia e seus formatos associativos, bem como suas categorias sociais envolvidas, é preciso entender os princípios econômicos de Polanyi, que são representados por uma análise substantiva da economia. Para Polanyi (1944), a economia é baseada em uma perspectiva institucional das diversas modalidades, ou “formas de integração”, pelas quais os processos econômicos se constituem em uma sociedade.

O argumento principal de Polanyi é que o mercado não é o único princípio de comportamento econômico e que três outras formas de integração caracterizam a produção e a circulação de bens e serviços em uma sociedade: a administração doméstica, a reciprocidade e a redistribuição. Essas quatro formas de integração, incluindo o mercado, constituem os modelos institucionais pelos quais os indivíduos e os elementos do processo econômico – como os recursos, o trabalho e o transporte dos bens – se conectam (Polanyi e Pearson, 1977).

O comércio, por sua vez, é um método bilateral e pacífico que consiste em adquirir bens que não são ou não estão disponíveis em um determinado local (Polanyi, 2008). Segundo Polanyi (2008), existem três tipos de comércio: (a) o comércio de dons, no qual as relações são baseadas na reciprocidade; (b) o comércio administrado, que é organizado e controlado por uma autoridade, normalmente o Estado, em que os preços são fixos e a negociação é feita sob outros aspectos, como qualidade, modos de pagamento, modos de entrega; e (c) o comércio de mercado.

Para melhor entendimento dos princípios econômicos de Polanyi, a administração doméstica refere-se à autoprodução, ou seja, à produção para consumo ou uso próprio, ou para os membros do seu grupo, e constitui uma característica, por exemplo, das famílias, que visam satisfazer os interesses de um grupo determinado de indivíduos (Polanyi, 1983). Assim como a reciprocidade, a administração doméstica também se exprime geralmente em uma economia não monetária (Laville, 2007).

A reciprocidade consiste em uma relação entre pessoas sustentada por uma lógica de doação e “contra doação”. Refere-se ao fluxo de bens e serviços entre indivíduos e grupos que estão dispostos a estabelecer uma relação social. Nesse contexto, os laços sociais são mais importantes do que os bens ou serviços trocados.

Juntamente com o princípio da administração pública, a reciprocidade constitui o mecanismo de base de uma economia não monetária. Nessa economia, a distribuição de bens e serviços é confiada principalmente ao voluntariado e à autoprodução, ou seja, à participação ativa dos usuários na produção de serviços. Esse aspecto solidário é fundamental para a economia, conforme Laville (1994).

A reciprocidade, conforme destacam Evers e Laville (2004), pode também ser monetária, como as doações financeiras, mas é principalmente em uma economia não monetária que a reciprocidade se expressa de forma mais significativa.

A redistribuição é o princípio pelo qual a produção de bens e serviços é entregue a uma autoridade responsável por distribuí-los. Normalmente, essa autoridade é representada pelo Estado, que ocupa uma posição central na economia. Quando a economia segue o princípio da

redistribuição, trata-se de uma economia não mercantil, na qual a distribuição é organizada sob a tutela estatal.

A redistribuição é mobilizada para garantir os direitos dos cidadãos, como segurança social, previdência, assistência social, e para proporcionar serviços públicos essenciais. Segundo Evers e Laville (2004), essa abordagem enfatiza a importância de um sistema público robusto que promova a equidade e o bem-estar social através da gestão coletiva dos recursos e da provisão de serviços essenciais.

Nesse contexto, o surgimento de uma economia plural, no sentido amplo da palavra, para Laville e Gaiger (2009), e a partir dos agenciamentos simultâneos apresentados acima, constitui-se em iniciativas do tipo híbridas entre as economias pública e privada, a exemplo das empresas sociais.

Os conceitos da economia solidária fundamentam-se em pilares de organização e atuação de coletivos. Exemplos disso podem ser encontrados na tipologia de Polanyi (2000), cujos estudos abordam como esses pilares governaram e possibilitaram a vida de povos e civilizações ao longo da história. Polanyi explora essas dimensões nas esferas materiais, sociais e culturais.

O que, neste contexto, não poderia deixar de ser citado é a distinção entre Economia Formal e Substantiva, de Karl Polanyi. Em sua obra seminal, *A Grande Transformação* (1944), Polanyi diferencia entre a economia formal e a economia substantiva, propondo uma abordagem que transcende a análise economicista. Essa distinção é fundamental para compreender a dinâmica social e econômica, especialmente em contextos de mudança e crise.

A economia formal, segundo Polanyi (1944), refere-se a uma visão estreita da economia, predominantemente vinculada a conceitos de mercado e a princípios de racionalidade econômica. Essa abordagem se concentra na lógica de troca, na maximização de lucros e na eficiência alocativa. Em um contexto de economia formal, as interações sociais são mediadas pelo mercado, onde as relações de troca são reguladas por preços e contratos. O autor argumenta que essa visão reducionista ignora as complexidades das relações sociais e culturais que moldam a vida econômica, afirmando que "a economia formal é uma construção social que não pode ser dissociada das instituições e das práticas sociais que a sustentam" (POLANYI, 1944, p. 45).

Por outro lado, a economia substantiva é uma abordagem mais abrangente que considera as dimensões sociais, culturais e políticas das práticas econômicas. Polanyi (1944, p. 38) define a economia substantiva como "o estudo das atividades humanas que envolvem a obtenção de

meios de subsistência". Essa perspectiva destaca que a economia não se resume apenas à troca de bens e serviços, mas abrange a totalidade das interações humanas e suas implicações sociais. A economia substantiva reconhece que as práticas econômicas são profundamente influenciadas por valores, normas e contextos sociais, enfatizando a importância de entender as motivações e as relações que sustentam a vida econômica.

Um dos principais argumentos de Polanyi (1944) é que, enquanto a economia formal se baseia na ideia de que os mercados são auto-regulados, a economia substantiva enfatiza a interdependência entre a economia e a sociedade. O autor sustenta que, ao longo da história humana, as economias nunca foram puramente de mercado, mas sempre estiveram inseridas em contextos sociais e políticos. As políticas econômicas, portanto, devem ser moldadas por considerações sociais, e não apenas por princípios de eficiência econômica. Esse entendimento é particularmente relevante em tempos de crise, quando as falhas do mercado tornam evidente a necessidade de intervenções sociais e políticas que garantam a proteção dos indivíduos e das comunidades.

Polanyi também critica a ideia de que a economia é uma esfera autônoma e isolada da vida social. Ele argumenta que, ao longo da história, as sociedades têm buscado formas de regular as atividades econômicas para proteger seus valores sociais e culturais. Essa regulação pode assumir diversas formas, como instituições sociais, normas comunitárias e políticas públicas. A proteção social, para Polanyi (1944), é essencial para garantir que as relações econômicas não corroam o tecido social. Assim, ele defende que a economia deve ser entendida como parte integrante da vida social, e não como uma entidade separada e independente.

Por fim, a obra de Karl Polanyi oferece uma crítica poderosa às concepções tradicionais da economia, propondo uma visão mais holística que integra as dimensões sociais, culturais e políticas da vida econômica. A distinção entre economia formal e substantiva é importante para compreender as dinâmicas sociais e os desafios contemporâneos, especialmente em um mundo cada vez mais marcado pela desigualdade e pela exclusão. A abordagem de Polanyi convida a repensar a forma como a economia é entendida, ressaltando a importância de uma perspectiva que valorize a solidariedade, a comunidade e a proteção social.

Já para a teoria sobre os fundamentos da vida social tem como ponto de partida a condição antropológica de interdependência. Nesse contexto, há inspiração no paradigma da dádiva de Marcel Mauss (2003). O paradigma da dádiva de Marcel Mauss oferece uma perspectiva enriquecedora para compreender o empreendedorismo social, pois ambos compartilham a ideia de que as relações econômicas vão além das transações monetárias e envolvem uma dimensão social e cultural profunda.

Em seu "Ensaio sobre a Dádiva", Mauss (2003, p. 79) argumenta que a “troca de presentes e dádivas é permeada por obrigações de reciprocidade, criando e reforçando vínculos sociais e hierarquias dentro das comunidades”. Esse conceito pode ser diretamente aplicado ao campo do empreendedorismo social, onde a interdependência e a colaboração entre indivíduos e comunidades desempenham papéis cruciais.

O empreendedorismo social e solidário, que visa resolver problemas sociais e promover o bem-estar comunitário através de abordagens inovadoras e sustentáveis, pode ser entendido à luz do paradigma da dádiva. Os empreendedores sociais frequentemente engajam-se em práticas que vão além do lucro, buscando criar valor social e fortalecer as redes de apoio comunitário. Esse tipo de empreendedorismo pode ser visto como uma forma moderna de "dádiva", em que os empreendedores não apenas oferecem produtos ou serviços, mas também contribuem com um "espírito de dádiva" ao reinvestir seus lucros e esforços em causas sociais e no desenvolvimento comunitário (Mauss, 2003).

Assim como a teoria de Mauss (2003) destaca a importância das obrigações de dar, receber e devolver, o empreendedorismo social também se baseia na reciprocidade e na construção de relacionamentos. Nesse sentido, os empreendedores sociais frequentemente trabalham em colaboração com outras organizações, comunidades e indivíduos, criando um ciclo de troca e apoio mútuo que vai além dos modelos tradicionais de mercado. Ao promover a inclusão, a equidade e o bem-estar, eles estimulam um "espírito de dádiva" nas suas práticas, ao mesmo tempo em que desafiam as normas econômicas convencionais.

Além disso, o paradigma da dádiva ilustra como essas práticas de troca influenciam as estruturas sociais e econômicas, reforçando o papel do empreendedorismo social na transformação das dinâmicas comunitárias e na promoção de um modelo econômico mais solidário e sustentável. O envolvimento em projetos sociais, a valorização das contribuições comunitárias e o reforço dos laços sociais são aspectos centrais que ressoam com os princípios descritos por Mauss (2003).

Portanto, a teoria da dádiva oferece uma lente útil para analisar e compreender o impacto e as motivações por trás do empreendedorismo social. Ela revela como as práticas empreendedoras podem ser vistas como extensões das dinâmicas de troca e reciprocidade descritas por Mauss (2003), e como esses esforços podem contribuir para um modelo econômico mais inclusivo e orientado para o bem-estar social. Contudo, Gaiger e Kuyven (2019) fundamentam essas referências teóricas como fundamentais para compreender a base antropológica e cultural que sustenta as práticas e os princípios da Economia Solidária.

Por fim, entende-se que os princípios econômicos de Polanyi, expostos em sua obra "A Grande Transformação", oferecem uma visão crítica e profundamente contextualizada sobre a interação entre economia, sociedade e política. Polanyi argumenta que a economia de mercado desregulada, ao buscar o autossustento por meio da autorregulação mercantil, desconsidera as necessidades sociais e ambientais essenciais à vida humana. Em contraste com essa visão, o empreendedorismo social e solidário emerge como uma resposta consciente e orientada para o bem comum, aplicando os princípios de Polanyi de maneira pragmática e transformadora.

A centralidade da crítica de Polanyi reside na ideia de que a economia deve servir à sociedade, não dominá-la. Nesse viés, os empreendedores sociais adotam uma abordagem que vai além da maximização do lucro, buscando impactar positivamente a comunidade e o meio ambiente. Ao criarem negócios ou iniciativas que não apenas geram retorno financeiro, mas também promovem inclusão social, sustentabilidade ambiental e justiça econômica, eles desafiam a lógica do mercado livre não regulado. Um dos conceitos centrais de Polanyi é a "mercantilização", que se refere à transformação de bens, serviços e até mesmo relações sociais em mercadorias para serem trocadas no mercado.

O empreendedorismo social, ao promover alternativas à lógica mercantil pura, introduz práticas que valorizam a reciprocidade, a cooperação e a solidariedade. Exemplos incluem cooperativas de trabalho, iniciativas de comércio justo, redes de troca e sistemas de financiamento solidário, todos projetados para atender às necessidades das comunidades de maneira sustentável e ética.

Além disso, Polanyi enfatiza a importância das instituições sociais e políticas na proteção dos interesses coletivos contra as forças desestabilizadoras do mercado desregulado. Da mesma forma, os empreendedores sociais muitas vezes operam dentro de redes e estruturas organizacionais que buscam garantir a viabilidade econômica de seus projetos e defender valores de equidade, justiça e responsabilidade social. Em conclusão, a relação entre os princípios econômicos de Polanyi e o empreendedorismo social e solidário é de complementaridade e crítica construtiva ao modelo econômico dominante. Ao aplicar tais princípios, os empreendedores sociais não apenas inovam economicamente, mas ainda promovem uma visão de desenvolvimento humano sustentável, em que a economia está subordinada às necessidades sociais e ambientais, contribuindo, assim, para uma sociedade mais justa e equitativa.

#### **4.4. A Sociologia das Ausências e das Emergências: A Busca por Alternativas Inclusivas**

O conceito de "A Sociologia das Ausências e das Emergências: A Busca por Alternativas Inclusivas" visa entender como as lacunas e negligências nas estruturas sociais e nos sistemas de conhecimento afetam a justiça social e a inclusão. Analisa como certos grupos e suas necessidades são frequentemente ignorados ou sub-representados e explora como novos movimentos e práticas emergem para preencher esses espaços.

O foco é em identificar e promover alternativas que integrem e atendam a essas ausências, buscando criar soluções que promovam uma maior equidade e inclusão na sociedade.

Ampliar o presente e contrair o futuro, com o objetivo de conhecer e valorizar outras vivências sociais, visto que "outros conhecimentos, não científicos nem filosóficos, e especialmente os saberes não ocidentais, continuam em grande parte fora do debate." (SANTOS, 2002, p. 241). O autor enxerga o mundo ocidental marcado por formas de dominação, com sistemas exclusivos e desiguais, onde o conhecimento científico se estabelece a partir da hegemonia do poder, invalidando qualquer outra forma de conhecimento. Assim, Santos (2002) propõe refletir sobre essas formas de dominação e explorar outras possibilidades diante dessas estruturas solidificadas e estabelecidas, uma razão cosmopolita que, segundo o autor, refere-se a uma abordagem filosófica e epistemológica que pretende transcender as fronteiras nacionais e culturais tradicionais, buscando uma compreensão mais ampla e inclusiva do mundo e das relações humanas. Essa perspectiva valoriza a diversidade cultural, reconhecendo a existência de múltiplas formas de conhecimento e experiência, muitas vezes marginalizadas pelas estruturas de poder dominantes. Essa razão cosmopolita enfatiza a importância de uma crítica social que não se restrinja a um ponto de vista particular, mas que considere as diferentes realidades e perspectivas globais na busca por uma emancipação mais ampla e justa.

Para Santos (2002), a razão do mundo ocidental resulta em uma visão de mundo que reforça certas hierarquias, exclusão e desigualdades, e que pode ser criticada por não ser suficientemente inclusiva ou sensível às diversidades culturais e sociais globais. Neste sentido, Santos (2002) faz crítica à visão de totalidade, ou seja, à razão metonímica, que tende a representar a realidade social a partir de uma única perspectiva ou de um conjunto limitado de perspectivas, muitas vezes privilegiando uma visão hegemônica ou dominante em detrimento de outras formas de conhecimento e entendimento. Isso pode levar à simplificação excessiva dos fenômenos sociais e à perda de nuances importantes nas análises sociológicas.

Assim, a percepção do mundo se baseia numa visão exclusiva do conjunto, que molda as ideias sobre o tempo e uma racionalidade que restringe as experiências presentes e amplia aquelas que virão no futuro. Isso resulta em um pensamento unificado e limitado, que fantasia a capacidade de entender um vasto universo de conhecimentos, sem compreender a si mesmo e aos outros. Santos (2002), então, apresenta a sociologia das ausências, que visa examinar o campo das experiências sociais, como os projetos de "reinvenção da emancipação social", vistos pelo autor como uma forma de superar a pobreza, e outras formas de desigualdade enfrentadas por populações historicamente negligenciadas pelo Estado ou pelas ciências.

Para o empreendedorismo social, essa abordagem oferece um caminho para criar iniciativas que atendam às populações marginalizadas e promovam a inclusão social. Em vez de seguir modelos unificados e hegemônicos, a aplicação desses conceitos pode levar ao desenvolvimento de negócios que são mais justos e equitativos, refletindo uma diversidade de perspectivas e experiências.

A sociologia das emergências foca nas novas formas de ação social e práticas de resistência e transformação que surgem em resposta a crises, desigualdades e injustiças sociais. Esse conceito destaca as dinâmicas sociais e políticas emergentes que desafiam as estruturas dominantes e oferecem novas possibilidades para a organização social e política. O empreendedorismo social e solidário pode ser visto como uma resposta prática a essas crises, utilizando a criatividade e a inovação para enfrentar desafios sociais e ambientais.

Além de ampliar o escopo de análise sociológica para além das condições existentes, explora alternativas e potenciais para a mudança social e a transformação política. Para o autor, pode ser vista como uma sociologia do 'Ainda-Não' e das possibilidades, pois considera o futuro como um conjunto de alternativas entrelaçadas.

Nessa perspectiva, entende-se que a sociologia das ausências e das emergências se complementam e estão interligadas. Enquanto a primeira está focada nas experiências sociais já disponíveis, buscando apresentar possibilidades concretas e outras alternativas viáveis, a segunda está voltada para as experiências sociais possíveis, assumindo a responsabilidade de preencher o vazio do futuro e guiada pelas expectativas sociais (Santos, 2002).

Por fim, integrar conhecimentos e práticas que vêm de comunidades locais ou que não são convencionais pode resultar em soluções novas e duradouras para problemas sociais. Isso porque tais saberes frequentemente oferecem perspectivas e abordagens que não são contempladas pelos modelos tradicionais. Ao adotar esses conhecimentos diversos, o empreendedorismo social e solidário pode se alinhar com uma compreensão mais profunda e completa da realidade social.

#### 4.5. A Importância das Teorias de Pierre Bourdieu para o Empreendedorismo Social: Uma Análise Sociológica

O título "A Importância das Teorias de Pierre Bourdieu para o Empreendedorismo Social: Uma Análise Sociológica" pretende explorar como as teorias sociológicas de Pierre Bourdieu – como capital cultural, *habitus*<sup>3</sup> e campo – podem oferecer uma compreensão mais profunda e crítica do empreendedorismo social. A análise busca evidenciar como esses conceitos ajudam a interpretar as dinâmicas e desafios enfrentados pelos empreendedores sociais, elucidando as relações de poder, as influências culturais e as estruturas sociais que moldam a prática e a eficácia dos empreendimentos voltados para a transformação social.

Bourdieu define capital cultural como o conjunto de conhecimentos, habilidades, educação e vantagens que uma pessoa possui, que lhe conferem um status social elevado. Esse conceito é importante para entender o empreendedorismo social, pois, muitas vezes, o sucesso de um empreendimento social depende não apenas do capital econômico, mas também do capital cultural. O capital cultural pode incluir conhecimentos específicos sobre a comunidade, habilidades de liderança e uma compreensão profunda das questões sociais que o empreendimento busca abordar (BOURDIEU, 1986).

O conceito de *habitus* de Bourdieu, que se refere às disposições duradouras e internalizadas que orientam o comportamento e as percepções dos indivíduos, também é fundamental. O *habitus* dos empreendedores sociais muitas vezes reflete um compromisso com a justiça social e a transformação das condições de vida das comunidades marginalizadas. Esses empreendedores não estão apenas motivados pelo lucro, mas por um desejo de gerar impacto social positivo, o que se alinha com a visão de Bourdieu sobre como o *habitus* pode ser influenciado por valores e objetivos coletivos (BOURDIEU, 1977).

Além disso, o campo, ou o espaço social onde os agentes interagem e competem é um conceito vital para analisar o empreendedorismo social e solidário. Dentro do campo do empreendedorismo, os empreendedores sociais devem navegar por diversas formas de capital (econômico, social e cultural) para alcançar seus objetivos. Segundo Bourdieu (1993), "os campos são espaços de lutas onde os agentes e instituições competem pelo poder e pelos recursos disponíveis". No campo do empreendedorismo social e solidário, isso significa que os

---

<sup>3</sup> *Habitus* é uma palavra do latim que foi adotada na língua portuguesa e em várias outras línguas, especialmente em contextos acadêmicos e sociológicos. O conceito foi popularizado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, que utilizou o termo para descrever um conjunto de disposições duráveis que orientam o comportamento, as percepções e as ações dos indivíduos.

empreendedores devem não apenas desenvolver projetos inovadores, mas também construir redes de apoio, atrair financiamento e ganhar legitimidade entre diferentes interessados.

A aplicação das teorias de Bourdieu ao empreendedorismo social também destaca as barreiras estruturais que esses empreendedores enfrentam. Por exemplo, a falta de capital cultural e social pode dificultar o acesso a recursos financeiros e oportunidades e redes de apoio, essenciais para o sucesso dos empreendimentos sociais. Bourdieu (1986) sugere que "as desigualdades de capital cultural e social são frequentemente reproduzidas e reforçadas pelos sistemas sociais", o que significa que os empreendedores sociais muitas vezes têm que superar obstáculos adicionais para implementar suas iniciativas.

Portanto, a perspectiva de Bourdieu oferece uma compreensão rica e multifacetada do empreendedorismo social e solidário. Ela revela como os empreendedores sociais operam dentro de campos específicos, utilizando diferentes formas de capital e *habitus* para promover mudanças sociais. Ao fazer isso, eles não apenas enfrentam os desafios inerentes a qualquer empreendimento, mas também as barreiras adicionais impostas pelas estruturas sociais e pelas desigualdades existentes.

Em suma, as contribuições de Pierre Bourdieu para a sociologia fornecem um quadro teórico poderoso para analisar o empreendedorismo social e solidário. Elas ajudam a entender como os empreendedores sociais podem efetivamente mobilizar capital cultural e social para criar impacto, ao mesmo tempo em que enfrentam e tentam superar as desigualdades estruturais que caracterizam o campo em que operam.

#### **4.6. As Políticas Públicas para a Educação e Formação em Economia Solidária no Brasil**

No Brasil, a inserção da Economia Solidária como política pública pode ser observada no contexto da Secretaria de Trabalho e, de acordo com o Ministério da Economia, como uma abordagem alternativa para produzir, vender, comprar e trocar o que é necessário para viver. Enquanto na economia convencional há uma separação entre os proprietários do negócio e os empregados, na economia solidária os próprios trabalhadores são também proprietários. São eles que tomam as decisões sobre como gerenciar o negócio, distribuir o trabalho e repartir os resultados.

Apresentamos, a seguir, alguns princípios que, segundo esse órgão, são muito importantes para a Economia Solidária. Dentre eles:

**1. Cooperação:** ao invés de competir, todos devem trabalhar de forma colaborativa, buscando os interesses e objetivos em comum, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva e a partilha dos resultados; **Autogestão:** as decisões nos empreendimentos são tomadas de forma coletiva, privilegiando as contribuições do grupo ao invés de ficarem concentradas em um indivíduo. Todos devem ter voz e voto. Os apoios externos não devem substituir nem impedir o papel dos verdadeiros sujeitos da ação, aqueles que formam os empreendimentos;

**2. Ação Econômica:** sem abrir mão dos outros princípios, a economia solidária é formada por iniciativas com motivação econômica, como a produção, a comercialização, a prestação de serviços, as trocas, o crédito e o consumo;

**3. Solidariedade:** a preocupação com o outro está presente de várias formas na economia solidária, como na distribuição justa dos resultados alcançados, na preocupação com o bem-estar de todos os envolvidos, nas relações com a comunidade, na atuação em movimentos sociais e populares, na busca de um meio ambiente saudável e de um desenvolvimento sustentável. (BRASIL, 2015).

Para Dowbor (2006), a Economia Solidária se concentra nos sistemas de autogestão, cooperativas de nova geração, produções conveniadas de diversos tipos, iniciativas organizadas com fins coletivos. A Economia Solidária pode ser definida como um fenômeno social que abrange a organização e os movimentos sociais voltados para a geração de renda, a distribuição de riquezas e a produção e o consumo por meio de sistemas de autogestão. Ela se alicerça no associativismo e no cooperativismo e envolve a administração e o gerenciamento dos mecanismos de produção de maneira democrática, garantindo igualdade de direitos e responsabilidades (DOWBOR, 2006).

Nesse sentido, as políticas públicas voltadas para a educação e formação em Economia Solidária no Brasil tiveram sua origem nos anos de 2002 e 2003, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, fomentada pelos movimentos sociais em torno da Economia Solidária, mediante a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego. Posteriormente à criação da SENAES, foi desenvolvido o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), mediante o Decreto Nº 5.811, de 21 de junho de 2006, como um órgão colegiado integrante da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego, de natureza consultiva e propositiva, que teve por finalidade realizar a interlocução e buscar consensos em torno de políticas e ações de fortalecimento da Economia Solidária.

Refere-se o artigo 2º ao CNES as seguintes competências:

- I - estimular a participação da sociedade civil e do Governo no âmbito da política de economia solidária;
- II - propor diretrizes e prioridades para a política de economia solidária;
- III - propor medidas para o aperfeiçoamento da legislação, com vistas ao fortalecimento da economia solidária;
- IV - avaliar o cumprimento dos programas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego e sugerir medidas para aperfeiçoar o seu desempenho;

- V - examinar propostas de políticas públicas que lhe forem submetidas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária;
- VI - coordenar as atividades relacionadas com a economia solidária desenvolvidas pelas entidades nele representadas com as da Secretaria Nacional de Economia Solidária;
- VII - estimular a formação de novas parcerias entre as entidades nele representadas e a Secretaria Nacional de Economia Solidária;
- VIII - colaborar com os demais conselhos envolvidos com as políticas públicas de desenvolvimento, combate ao desemprego e à pobreza; e
- IX - aprovar o seu regimento interno. (BRASIL, 2006, p. 1).

Ainda sobre as origens da proposta política, após a criação da SENAES, desenvolveram-se outras ações como a realização da I Conferência Nacional e a instituição do Conselho Nacional. Essas iniciativas buscaram fortalecer o movimento de Economia Solidária, com foco na formação e educação em Economia Solidária no Brasil. Esses dois elementos trouxeram relevantes instrumentos para consolidar as ações para implementação de uma política de formação voltada ao atendimento adequado das demandas<sup>4</sup>.

De acordo do Ferrarini (2011), ocorreu no Brasil, nas três últimas décadas, uma forte proliferação de empreendimentos de Economia Solidária e entidades de apoio e formação aos trabalhadores associados, como uma forma de enfrentamento ao desemprego que o país vivenciou neste mesmo período.

Essa realidade trouxe novos desafios, tais como: crescentes e complexas demandas dos trabalhadores por qualificação do ponto de vista técnico-gerencial (qualificação da gestão financeira e dos processos produtivos) e educativo (pautado nos valores de solidariedade, cooperação, autogestão e sustentabilidade), necessidade de reflexão e de produção teórico-metodológica sobre a formação e a assistência técnica, bem como articulação com outras políticas setoriais. (FERRARINI 2011, p. 186).

Foi possível estabelecer como agenda os desafios propostos anteriormente no desenvolver da agenda política através da plataforma da Economia Solidária, cuja construção foi iniciada [...]

[...] na 1ª Plenária Nacional de Economia Solidária realizada em dezembro de 2000, até chegar à versão atual, que é resultado da 3ª Plenária Nacional, a mesma que criou o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Essas iniciativas foram fundamentais para subsidiar os debates sobre a formação em economia solidária durante a 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), realizada em 2006, em Brasília. Ela mobilizou mais de 15 mil pessoas em suas etapas preparatórias (estaduais e microrregionais) e 1.200 pessoas na etapa nacional. Como um dos resultados, no ano de 2006, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) deu início à criação dos Centros de Formação em Economia Solidária (CFES), importante estratégia da Política Nacional de Formação em Economia Solidária, os

---

<sup>4</sup> Termo de referência para implantação dos Centros de Formação em Economia Solidária – CFES. (SENAES - Secretaria Nacional De Economia Solidária. Termo de Referência do sistema de Informações em Economia Solidária –SIES. Brasília: SENAE/MTE, 2004.

quais foram concebidos e executados com estreita participação dos múltiplos atores sociais envolvidos, representados através do FBES. (FERRARINI, 2015, p. 213).

No Brasil, as políticas públicas desempenham um papel crucial na promoção da educação e formação em Economia Solidária. Essas políticas visam fortalecer e expandir iniciativas que promovam inclusão social, geração de trabalho e renda através de práticas solidárias.

Instituições governamentais e educacionais colaboram para capacitar indivíduos e comunidades, capacitando-os não apenas tecnicamente, mas também promovendo valores de cooperação, sustentabilidade e autogestão. Esse esforço conjunto visa construir uma base sólida para o desenvolvimento de uma economia mais justa e participativa, alinhada com os princípios da solidariedade e da equidade social.

Além de promover a inclusão social e econômica, a Economia Solidária contribui para o desenvolvimento local sustentável, incentivando práticas ambientalmente responsáveis e o uso racional dos recursos. Ela também fortalece os laços comunitários e reduz desigualdades, proporcionando condições mais justas de trabalho e renda. No contexto brasileiro, onde persistem altos níveis de desemprego e exclusão social, iniciativas de Economia Solidária oferecem não apenas oportunidades de trabalho digno, mas também promovem a autonomia e a cidadania das pessoas envolvidas. Além disso, políticas públicas voltadas para a Economia Solidária têm o potencial de ampliar seu impacto positivo, fornecendo apoio financeiro, técnico e institucional para o fortalecimento desses empreendimentos.

A Economia Solidária pode se beneficiar significativamente de programas de capacitação, acesso a crédito e incentivos fiscais, que são essenciais para facilitar a consolidação e expansão desse setor. Essas iniciativas não apenas diversificam a economia, mas também promovem a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e democrática no Brasil.

Esta tese teve como objetivo estudar a educação do empreendedorismo social e solidário em sua amplitude teórica e empírica, explorando experiências de empreendimentos sociais e solidários. O foco foi compreender a necessidade da educação e formação para o empreendedorismo social, defendendo sua inclusão nos currículos escolares devido à sua relevância social e econômica. Para este estudo, foi realizada uma análise da implementação de políticas públicas de Economia Solidária e seus impactos na educação e formação, servindo como modelo a ser seguido.

#### 4.7. A Educação Empreendedora Plural

Streck (2006, p. 273) afirma que “a educação sozinha não transforma o mundo, mas que sem a educação também não haverá transformação”. Não tem como negar que a educação é fundamental para a melhoria das condições de vida das pessoas.

Adams (2014), por sua vez, aponta que o trabalho associado tem um potencial emancipador e que todos os ambientes apresentam a capacidade de educar, mas depende da percepção e relação dos sujeitos com eles. Portanto, o trabalho associado permite esse fluxo de relação que origina processos econômicos-educativos, que são capazes de modificar o *ethos* individual e coletivo.

No Brasil, quando se trata de movimento de educação popular, iniciada por volta dos anos 1960, coincidente com a grande mobilização popular em que estava inserida a educação, em especial com foco na alfabetização de adultos. A educação popular surge de forma marginal, geralmente contrária à educação formal (STRECK, 2006; 2010).

Logo, ao longo do tempo, há um distanciamento da educação popular com os movimentos sociais, em especial em razão da onda neoliberal dos anos 1990, ocorrendo, atualmente, um reencontro com contornos mais definidos, conforme aponta Streck (2010), o que pode ser refletido nas ações educativas existentes.

Quanto a Economia Solidária nesse contexto, para Adams (2014), há duas visões que perpassam a sua formação: i) formação técnica (gestão, produção, comercialização, crédito entre outros); ii) e projeto ético-político. Ora, é importante tanto a geração de resultados econômicos como a realização de práticas solidárias, terna e democrática. Somente solidariedade não garante emancipação social, mas deve ocorrer o rompimento da cultura da dependência

Já Tiriba e Fischer (2013) esclarecem, com fundamento em Mészáros (2005), que o trabalho constitui como mediação entre seres humanos e natureza, sendo que as relações são baseadas em mediações: i) de primeira ordem, em que não se verifica a apropriação dos meios de produção e exploração dos seres humanos pelos seres humanos; e ii) de segunda ordem, em que os processos educativos buscam subordinar a vida social ao imperativo da produtividade do capital.

Atualmente, na visão das autoras, as pessoas estão vivendo entrelaçadas por mediações de primeira e segunda ordem, em que estão presentes três espaços/tempos do trabalho, em que ocorrem elementos da produção associada e da autogestão do trabalho e da vida social. Esses espaços são:

a) Espaços/tempos revolucionários – produção de mudanças estruturais na sociedade.

b) Espaços/tempos da crise do capital e trabalho assalariado – com estratégias associativas de Economia Solidária; e

c) Espaços/tempos das culturas milenares das comunidades e povos tradicionais.

Para Tiriba (2015), a educação deve ser considerada como prática social mediadora e elementos da cultura do trabalho, sendo importante aprofundar os estudos sobre o espaço/tempo de produzir a vida associativamente para que se entendam os nexos existentes entre economia e cultura nas relações sociais não capitalistas.

Assim, o sujeito, para Vygotsky *apud* Melo Neto e Fróes (2002), é constituído na relação social do processo de socialização, pois, ao constituir o conhecimento, o ser humano tem um acesso mediado ao objeto. O indivíduo aprende por meio de sua inserção na sociedade, da sua interação com outros indivíduos. Dessa forma, o contexto social é o lugar onde se dá a construção do conhecimento mediado.

Na produção associada no contexto capitalista, vive-se ainda a ameaça de mediações de segunda ordem, persistindo a acumulação flexível mesclada com elementos de produção associada e autogestão. Nesse contexto, os processos educativos moldam sujeitos de forma contraditória entre a socialização do capital e formas alternativas de valorização do trabalho. (TIRIBA, 2015).

Nesse sentido, Amartya Sen (2000) reconhece que o empoderamento das pessoas se dá por meio do conhecimento, sendo que a capacidade e habilidade de converter oportunidades em ativos perpassa o empoderamento e os direitos, que podem acontecer de forma verticalizada (de cima para baixo) ou horizontalizada (participação, laços comunitários solidários, inventividade pessoal, redes sociais). A educação, nesse processo, passa a ser fundamental na emancipação da pessoa, tornando-a construtora da sua própria história. A autonomia é a condição sócio-histórica de uma sociedade ou pessoa que se libertou, se emancipou, das opressões restritivas ou que anulavam sua liberdade de determinação. Portanto, o constructo para educação na Economia Solidária deve ser pautado na emancipação dos sujeitos para sua autonomia, aplicação dos princípios da solidariedade e autogestão, superando a perspectiva meramente utilitarista da educação, como forma de continuar a exploração do trabalho pelo capital.

Considera-se de importante ênfase nesse cenário apresentar a educação empreendedora plural, fazendo parte dessa construção e reconhecendo-a como uma inovação necessária frente às demandas sociais e aos novos formatos organizacionais que compõem a sociedade e o mundo

do trabalho na contemporaneidade. O empreendedorismo social e solidário é uma dessas vertentes, cujos valores e pilares se voltam à compreensão da complexidade dos fenômenos e à construção de alternativas de transformação social e desenvolvimento sustentável, envolvendo a cooperação mútua de pessoas e organizações (governamentais, empresariais e da sociedade civil). Essa finalidade é ainda mais relevante no atual contexto marcado por crise sanitária e aumento das desigualdades, do desemprego e da pobreza, em que o empreendedorismo passa a ser uma alternativa tanto para a inserção profissional, quanto para a construção de respostas ao crescente aumento das demandas sociais. A negação da polissemia na educação empreendedora em escolas de negócios, além de significar uma lacuna teórica que desconsidera a pluralidade econômica presente na sociedade, alija a formação de um conjunto de competências que vão para além das demandas do mercado.

O empreendimento social e solidário apresenta-se com um objetivo diferente quando comparado com o objetivo de um empreendimento tradicional, em razão de estar voltado para o desenvolvimento e aprimoramento de uma comunidade, a qual, geralmente, apresenta condições econômicas precárias, como baixa renda dos integrantes e pouca oferta de empregos (Mort *et al*, 2003).

Assim, o empreendedorismo social e solidário foi se desenvolvendo com o objetivo de prover meios de melhoria de comunidades, as quais são viabilizadas por ações voltadas para o desenvolvimento humano, social e sustentável. Nesse sentido, a figura do empreendedor social é apresentada como um ator social de vital importância para o êxito do empreendimento, apresentando como qualidade básica o foco de preocupação sobre as questões sociais e coletivas (Melo Neto e Fróes, 2002).

Há uma preocupação significativa em relação a esse cenário: como as novas gerações, que serão os agentes de transformação, futuros gestores, líderes e tomadores de decisão, lidarão com os complexos desafios à frente? Essas gerações, essenciais para moldar o futuro, terão que enfrentar questões sociais, econômicas, políticas e ambientais com uma abordagem inovadora e eficaz. Nesse sentido, a responsabilidade que recai sobre os jovens é imensa. Eles precisarão ser mais do que trabalhadores competentes ou pesquisadores dedicados; deverão ser cidadãos ativos e conscientes, engajados nas questões que afetam a sociedade em todos os níveis. Isso envolve desenvolver uma gama de habilidades e competências que lhes permitam não apenas reagir aos desafios, mas antecipá-los e propor soluções sustentáveis.

É primordial investir na formação dessas gerações para garantir que estejam preparadas para assumir essas responsabilidades. O futuro depende de sua capacidade de promover mudanças significativas, de liderar com visão e de tomar decisões que equilibrem os interesses

sociais, econômicos e ambientais. Assim, o preparo dessas novas gerações não é apenas uma necessidade, mas uma prioridade urgente para assegurar um futuro mais justo, sustentável e próspero para todos.

No âmbito acadêmico, quando se discute a educação empreendedora dos jovens, especialmente nos cursos de escolas de negócios como Administração, Gestão Comercial, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Financeira, Gestão Pública, Gestão de Logística, Gestão de Marketing, entre outros, as Instituições de Ensino Superior tendem a focar – e por vezes a restringir – a educação e ensino do conceito de "empreendedorismo" à sua forma tradicional e canônica, influenciada pelo referencial teórico de Schumpeter. Isso muitas vezes exclui a abordagem e, conseqüentemente, a educação do empreendedorismo social e solidário das matrizes curriculares e atividades extracurriculares de seus cursos. Essa abordagem limitada negligencia a importância do empreendedorismo social e solidário, que visa não apenas o lucro, mas também o impacto social positivo. A exclusão desse tema das práticas educacionais pode impedir os estudantes de desenvolverem uma compreensão holística das possibilidades empreendedoras, limitando suas perspectivas de contribuição para a sociedade de maneira sustentável e inclusiva.

É fundamental que as Instituições de Ensino Superior reconheçam a crescente relevância do empreendedorismo social e solidário na economia contemporânea. Incluir esses conceitos e práticas nos currículos acadêmicos amplia o horizonte dos estudantes, além de prepará-los para enfrentar desafios complexos e promover mudanças significativas em suas comunidades e além delas. Essa seria, talvez, uma das maiores lacunas existentes, quanto a educação do empreendedorismo social e solidário, no qual se encontram diversos desafios para essa temática, com foco em compreender os limites e possibilidades de inserção do empreendedorismo social e solidário na Área de Conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas. Tal inserção pode ocorrer mediante elementos estruturais da educação superior. Como exemplos, incluem-se os guias da gestão pedagógica das Instituições de Ensino Superior (IES), como o Projeto Pedagógico de Curso (PPC), Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Plano de Estudo (PE) e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado (DCNs), e áreas afins. Essa integração deve contar com a participação de atores fundamentais, como Professores do Núcleo Docente Estruturante (NDE), colegiado, estudantes regulares, estudantes egressos, Conselhos Federais e Regionais de Administração (CFA e CRA), Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ANGRAD), Ministério da Educação (MEC) e, conseqüentemente, uma relação ativa e prática com a comunidade e a sociedade.

É essencial que esses elementos estruturais sejam adequadamente alinhados para incorporar o empreendedorismo social e solidário nos currículos acadêmicos. A participação ativa desses atores é determinante para garantir que os currículos não apenas abranjam o empreendedorismo tradicional, mas também integrem abordagens inovadoras que promovam o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social nas práticas empreendedoras. A inclusão desses temas nos guias de gestão pedagógica das IES atualiza os currículos para refletir as demandas contemporâneas do mercado e da sociedade e ainda capacita os futuros profissionais a enfrentar desafios complexos com uma perspectiva mais ampla e inclusiva. Assim, contribui-se para formar líderes empresariais que buscam o sucesso econômico, mas também promovem o bem-estar social e ambiental em suas comunidades.

É essencial reconhecer o papel fundamental das universidades na formação de lideranças com um conhecimento aprofundado e sólido em gestão. Cabe destacar que as IES não apenas capacitam profissionais para difundir as melhores práticas de Empreendedorismo Social e Solidário, mas também desempenham um papel crucial na promoção de um compromisso social mais amplo. Por conseguinte, através de uma educação plural e abrangente, os futuros líderes são preparados para enfrentar os desafios complexos do mundo contemporâneo, promovendo práticas coletivas e sustentáveis. Essa formação resistente e diversificada é vital para fomentar um desenvolvimento que transcenda os interesses individuais e atenda às necessidades coletivas, contribuindo significativamente para a construção de uma sociedade mais justa e estável. A importância das universidades vai além da mera transmissão de conhecimento; elas são motores de mudança social, incubadoras de inovação e centros de conscientização crítica. Ao integrar princípios de solidariedade, cooperação e sustentabilidade em seus currículos, as universidades formam profissionais capazes de liderar com responsabilidade social e visão de futuro.

Portanto, o impacto das IES no desenvolvimento de uma Economia Solidária, e a educação do empreendedorismo social e solidário sustentável, não pode ser subestimado. Elas têm a capacidade de moldar mentes e transformar realidades, preparando indivíduos não apenas para o mercado de trabalho, mas para serem agentes de mudança em suas comunidades e no mundo. Este compromisso com a formação integral dos estudantes é, sem dúvida, um dos pilares para um futuro melhor.

Nesse contexto, a abrangência da Economia Solidária e o empreendedorismo social e solidário desempenham um papel central, aproveitando o acúmulo de conhecimento e atuando como agentes disruptivos da teoria Schumpeteriana. Em um mercado frequentemente marcado

por desenvolvimentos insustentáveis, esses termos defendem valores que promovem a justiça social e a sustentabilidade.

Por fim, é crucial ressaltar que a exclusão da polissemia na educação empreendedora nas escolas de negócios não se limita a uma lacuna teórica que desconsidera a diversidade econômica da sociedade. Essa abordagem também restringe a formação de competências essenciais que transcendem as simples exigências comerciais do mercado contemporâneo.

Ao negligenciar a pluralidade de abordagens dentro do empreendedorismo, as IES não apenas deixam de preparar os futuros profissionais para lidar com as complexidades do ambiente econômico diversificado, mas também limitam sua capacidade de inovação, adaptação e contribuição efetiva para um desenvolvimento econômico mais inclusivo e sustentável.

#### **4.8 Educação: Expandindo Horizontes Além do Empreendedorismo**

Neste espaço da tese será dada uma ênfase especial a Antonio Gramsci, no sentido de fundamentar a compreensão do processo educativo. Para Gramsci (2011), é o trabalho que deve nortear todo o processo educativo nas escolas.

Para Marx, “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 1978, p. 130). Semelhante a Marx, Gramsci (2004) entendia o homem como produto de uma construção histórica, isto é, “o homem é sobretudo espírito, ou seja, criação histórica, e não natureza” (GRAMSCI, 2004, p. 58). Assim, para ele, o princípio educativo que deveria conduzir a formação desse homem precisaria compreender a história da sua própria construção. Ou seja, é na busca pela satisfação das suas necessidades que o homem encontra, na ação vital do trabalho, a única maneira de transformar a natureza, de sobreviver e humanizar-se (GRAMSCI, 2004).

Nesse sentido, Frigotto (2010a, p. 34) defende que, “por ser o trabalho o pressuposto fundante do devenir humano, ele é o princípio educativo e, portanto, é fundamental que todo o ser humano, desde a mais tenra idade, socialize este pressuposto”. Compreende-se, nesse ponto, que o trabalho é o criador de todas as dimensões da vida humana. É ele, e somente ele, e não o empreendedorismo, que tanto responde às necessidades de manutenção da vida biológica, cultural, social, afetiva etc. dos seres humanos quanto cria os pressupostos para a sua liberdade. (FRIGOTTO, 2010a).

Sob esse ponto de vista, Frigotto, reconhece que

[...] o trabalho se constitui em direito e dever e engendra um princípio formativo ou educativo. O trabalho como princípio educativo deriva do fato de que todos os seres humanos são seres da natureza e, portanto, têm a necessidade de alimentar-se, proteger-se das intempéries e criar seus meios de vida. É fundamental socializar, desde a infância, o princípio de que a tarefa de prover a subsistência e outras esferas da vida pelo trabalho, é comum a todos os seres humanos, evitando-se, desta forma, criar indivíduos ou grupos que exploram e vivem do trabalho de outros. Estes, na expressão de Gramsci, podem ser considerados mamíferos de luxo – seres de outra espécie que acham natural explorar outros seres humanos. (FRIGOTTO, 2010b, p. 60).

É importante destacar que, segundo Gramsci (2011), a formação para o trabalho, desde a mais tenra idade, não significa a preparação imediata de mão de obra para o mercado. Trata-se, na verdade, de uma formação omnilateral do indivíduo, ou seja, uma formação humana sólida e de caráter crítico, que o conduza "[...] para um ajuste harmonioso de todas as faculdades intelectuais e práticas, que podem se especializar no tempo apropriado, com base numa personalidade vigorosamente formada em sentido total e integral" (GRAMSCI, 2005, p. 224-225).

Na verdade, Gramsci (2011) se opunha a qualquer incentivo à orientação profissional precoce dos alunos; em vez disso, valorizava o desenvolvimento pleno de suas potencialidades. Simultaneamente, ele sublinhava a importância da disciplina dos estudantes no processo educacional e mostrava uma preocupação evidente com as limitações daqueles diretamente responsáveis por sua educação, como a família, professores e a própria escola. Gramsci (2008) enxerga a escola relacionada com a compreensão de uma educação preocupada com a emancipação humana, ou seja, com o desenvolvimento da independência intelectual e cultural dos indivíduos.

Em virtude de seu posicionamento político, claramente comprometido com a classe trabalhadora e, portanto, com a superação da sociedade capitalista, Gramsci (2008) critica e combate qualquer propagação de escolas profissionalizantes imediatamente interessadas, instrumentalizadoras da lógica do capital. Sua defesa é a favor de uma escola que desenvolva um conjunto de novas relações entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, industrial, que oportunize propostas educacionais voltadas para a emancipação da classe trabalhadora e para o estabelecimento de um novo modelo de sociedade. Para Gramsci (2008), esse tipo de educação formativa, de cultura geral, de liberdade e livre iniciativa tem no trabalho, e não no empreendedorismo de cunho exclusivamente capitalista, o seu princípio educativo. Uma educação que parte de uma concepção e prática educacional fundamentadas na assimilação do real em sua totalidade e evidencia um projeto universal e omnilateral de formação humana que busca desenvolver novas relações entre o homem e o mundo, por meio da aliança entre trabalho e ensino, Gramsci (2008).

Esta tese defende que, em vez de uma educação restritiva e fragmentada, a escola e as Instituições de Ensino Superior (IES) devem proporcionar aos estudantes uma formação humanística geral e sólida. Essa formação deve considerá-los em sua totalidade e permitir-lhes acesso a todo o patrimônio construído e acumulado historicamente pela humanidade, preparando-os para o trabalho em sua dimensão ontológica, e não apenas para serem profissionais formados em somente uma forma de trabalho, para que não sejam pessoas que produzem mecanicamente e de maneira alienada as condições de sua existência. Para tanto, é necessário almejar o princípio educativo que possibilite a formação crítica do indivíduo, desprendido da exploração e da alienação impostas pela sociedade de classes, para que possa contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária.

Por fim, cabe salientar que Antonio Gramsci não restringiu suas considerações sobre educação somente ao âmbito escolar. Sua análise abrange uma variedade de aspectos, como hegemonia, Estado, formação de intelectuais, entre outros. Este texto focaliza especificamente as questões ligadas à escola, o que não abrange completamente as formulações teóricas de Gramsci sobre educação para aqueles que buscam uma compreensão mais abrangente, mas que para esta tese não eram aplicáveis.

#### **4.8.1 O Impacto da Racionalidade Neoliberal na Educação e o Papel da Pedagogia Empreendedora**

A pedagogia empreendedora emergiu como uma prática educacional que busca inserir habilidades empreendedoras no cotidiano dos estudantes, preparando-os para enfrentar um mercado de trabalho competitivo e em constante mudança. Embora essa abordagem seja frequentemente defendida como uma forma de promover autonomia, inovação e proatividade, ela reflete uma lógica mais ampla, conhecida como racionalidade neoliberal. Essa lógica, segundo Alves, Klaus e Loureiro (2021), redefine as finalidades educacionais ao colocá-las a serviço das dinâmicas mercadológicas, reduzindo a educação a um meio de formação de capital humano em vez de uma prática voltada para o desenvolvimento integral dos indivíduos e o fortalecimento de valores democráticos.

A racionalidade neoliberal é uma estrutura de pensamento e organização da sociedade que transcende as práticas econômicas, moldando a compreensão do indivíduo, das instituições e da própria função do Estado (DARDOT; LAVAL, 2016). Em sua essência, essa racionalidade transforma as relações sociais, culturais e educacionais, impondo uma lógica de mercado que busca a maximização da eficiência e a competitividade em todas as esferas da vida humana.

Dardot e Laval (2016) argumentam que essa racionalidade reformula a noção de liberdade, redefinindo-a como uma prática de autogerenciamento e adaptação à concorrência. Nesse sentido, o indivíduo é incentivado a ver a si mesmo como um "empreendedor de si", assumindo a responsabilidade total por seu sucesso ou fracasso, o que disfarça as desigualdades estruturais e naturaliza a competição como um ideal.

No contexto educacional, essa racionalidade converte a pedagogia empreendedora em uma ferramenta de adaptação dos estudantes a esse modelo de mercado. Em vez de promover uma educação que cultive o pensamento crítico e prepare os indivíduos para atuar de maneira ética e consciente na sociedade, a pedagogia empreendedora passa a enfatizar competências e habilidades valorizadas pelo mercado, como flexibilidade, resiliência e inovação. Alves, Klaus e Loureiro (2021) ressaltam que a educação, sob a influência neoliberal, deixa de ser um espaço de emancipação e formação cidadã para se tornar um meio de capacitação técnica, onde o sucesso individual é supervalorizado e a responsabilidade coletiva é subestimada. A educação, então, passa a ser vista como um investimento pessoal, e seu valor é determinado pela capacidade de retorno financeiro e pelo potencial de empregabilidade que proporciona ao aluno.

Neste sentido, para Gaiger (2013) sobre o capitalismo em crise reforça a ideia de que essa racionalidade neoliberal, especialmente em períodos de instabilidade econômica, utiliza o empresariamento das práticas sociais como estratégia de dominação. Gaiger destaca que, em tempos de crise, a lógica neoliberal aprofunda sua penetração na educação, transformando-a em um campo onde o indivíduo deve aprender a competir, adaptar-se e buscar sucesso econômico a qualquer custo. O autor argumenta que essa lógica se infiltra nas instituições educacionais, reconfigurando a pedagogia e a prática docente para alinhá-las a interesses econômicos que desconsideram o desenvolvimento integral dos estudantes. Como resultado, a formação acadêmica passa a priorizar habilidades técnicas e mercadológicas, marginalizando a construção de consciência crítica e a valorização das relações de solidariedade.

A racionalidade neoliberal também redefine o papel do Estado e das políticas públicas na educação. Segundo Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo incentiva a transferência das responsabilidades sociais do Estado para o indivíduo, estabelecendo a ideia de que cabe ao estudante buscar sua própria capacitação e competir pelos melhores resultados no mercado. Sob essa perspectiva, o Estado atua mais como regulador do que como provedor, incentivando que as instituições de ensino assumam práticas de gestão empresarial e valorizem a meritocracia. Isso resulta em um ambiente educacional onde a competição é estimulada e os estudantes são ensinados a encarar os colegas como rivais em vez de parceiros, enfraquecendo o sentido de comunidade e solidariedade que deveria permear a educação.

Por fim, a pedagogia empreendedora, conforme discutido por Alves, Klaus e Loureiro (2021), precisa ser avaliada criticamente no que diz respeito aos seus efeitos sobre a formação dos indivíduos e a sociedade como um todo. Em vez de se limitar à formação técnica e à adaptabilidade ao mercado, a educação deveria sustentar uma perspectiva humanista e crítica, que prepare os estudantes para pensar de maneira independente e compreender as dinâmicas sociais em que estão inseridos. Quando a educação é reduzida a um treinamento para o mercado, ela perde sua função social transformadora e passa a reforçar o *status quo*, contribuindo para a reprodução das desigualdades sociais e legitimando o individualismo e a competitividade exacerbada.

Dessa forma, a pedagogia empreendedora, ao ser instrumentalizada pela racionalidade neoliberal, configura-se como uma estratégia de adaptação ao mercado, mas sacrifica valores essenciais da educação democrática e da formação cidadã. Esse contexto desafia a sociedade a reavaliar o papel da educação e a importância de uma formação que valorize a solidariedade e o pensamento crítico, resistindo à lógica de mercado que hoje domina o setor educacional. Assim, uma pedagogia comprometida com a emancipação dos indivíduos e com a justiça social precisa ir além da mera adaptação ao mercado e se firmar como um espaço de resistência às desigualdades e de construção de uma sociedade mais equitativa.

Por fim, compreende-se que, a racionalidade neoliberal, ao moldar a educação para priorizar o desenvolvimento de habilidades voltadas à adaptação ao mercado, contrasta diretamente com os valores da educação do empreendedorismo social e solidário. Enquanto a pedagogia empreendedora busca maximizar o potencial competitivo e a capacitação técnica dos indivíduos para atuarem como "empreendedores de si", o empreendedorismo social e solidário enfatiza o valor do coletivo, a cooperação e a responsabilidade social. Nesse sentido, o empreendedorismo solidário não é apenas uma resposta às demandas do mercado, mas sim uma prática educacional e social que busca transformar e fortalecer comunidades, promovendo a inclusão e a justiça social. A educação voltada para o empreendedorismo solidário, portanto, transcende a lógica neoliberal ao propor uma formação que prioriza o desenvolvimento de soluções colaborativas e sustentáveis, alinhadas às necessidades da sociedade e comprometidas com a criação de valor para todos.

Além disso, ao contrário da pedagogia empreendedora que segue uma lógica individualista e mercadológica, a educação para o empreendedorismo social e solidário defende uma pedagogia crítica e participativa, onde o foco está na formação de cidadãos conscientes e engajados socialmente. Esse modelo educacional desafia a racionalidade neoliberal ao incentivar que os indivíduos atuem coletivamente na resolução de problemas sociais e

econômicos, promovendo o bem comum em vez da mera competição individual. Como indicam Dardot e Laval (2016), ao se posicionar contra o modelo de "empreendedores de si" e a lógica de capital humano, o empreendedorismo social e solidário reforça valores de solidariedade e cooperação, opondo-se à visão neoliberal de uma educação voltada para o retorno financeiro. Essa abordagem fomenta a criação de uma sociedade onde a educação não apenas prepara para o mercado, mas, sobretudo, forma cidadãos ativos na transformação e no desenvolvimento social sustentável.

#### **4.9 Empreendimentos Sociais Internacionais e Seus Impactos**

Na sociologia, alguns dos empreendimentos sociais internacionais mais conhecidos representam exemplos notáveis de inovação e impacto global em suas respectivas áreas de atuação. Para compreender a importância e o impacto que esses empreendimentos podem causar na sociedade, é necessário conhecer alguns exemplos de empreendimentos sociais que têm transformado a vida das pessoas em suas regiões, os quais serão elencados a seguir.

De acordo com as informações disponíveis no site do Grameen Bank (2024), localizado em Bangladesh e fundado por Muhammad Yunus em 1983, cuja sede é na capital do país, Dhaka. Muhammad Yunus, um economista bengali e professor da Universidade de Chittagong, começou a desenvolver suas ideias sobre microcrédito e microfinanças na década de 1970. A origem do Grameen Bank está intimamente ligada à sua visão de fornecer acesso a serviços financeiros para os pobres, especialmente para mulheres em áreas rurais.

O termo "*Grameen*" significa "rural" em bengali e reflete o compromisso inicial do banco em atender às necessidades das comunidades rurais pobres de Bangladesh. O conceito principal por trás do *Grameen Bank* era oferecer pequenos empréstimos sem garantia para indivíduos de baixa renda que não tinham acesso aos serviços financeiros tradicionais.

Muhammad Yunus acreditava que, ao fornecer crédito para empreendedores de base, especialmente mulheres, era possível não apenas ajudar essas pessoas a melhorar suas condições de vida, mas também impulsionar o desenvolvimento econômico das comunidades.

O modelo de microcrédito do *Grameen Bank* revolucionou a maneira como instituições financeiras encaravam o crédito para os pobres. Ao invés de exigir garantias materiais, o banco baseava suas decisões de empréstimo na confiança social e no potencial empreendedor dos mutuários. Esse modelo mostrou-se altamente eficaz na redução da pobreza e na promoção da autonomia econômica das mulheres, que representam a maioria dos beneficiários dos empréstimos do Grameen Bank.

Ao longo dos anos, o sucesso e a eficácia do *Grameen Bank* inspiraram a criação de instituições semelhantes em todo o mundo, ajudando a popularizar o conceito de microfinanças como uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento sustentável e inclusivo. Muhammad Yunus e o *Grameen Bank* foram laureados com o Prêmio Nobel da Paz em 2006, em reconhecimento ao seu trabalho pioneiro na área de microcrédito e seu impacto positivo na redução da pobreza.

Também em destaque, como empreendimento social, é a Ashoka. De acordo com os dados do site da Ashoka (2024), é uma organização global que foi fundada por Bill Drayton em 1980. O objetivo principal da Ashoka é identificar e apoiar empreendedores sociais ao redor do mundo. Bill Drayton, inspirado pela ideia de "empreendedorismo social", fundou a Ashoka com a missão de catalisar uma mudança sistêmica através do apoio a indivíduos visionários que desenvolvem soluções inovadoras para problemas sociais. A Ashoka, uma organização global sem fins lucrativos que apoia empreendedores sociais, tem presença em diversos países ao redor do mundo. Não possui uma sede central única, mas coordena suas atividades globais através de escritórios regionais e parceiros em diferentes países.

Bill Drayton fundou a Ashoka com base na crença de que os empreendedores sociais têm o potencial de transformar sistemas inteiros, proporcionando soluções escaláveis para desafios sociais globais. A organização foi pioneira na ideia de "empreendedorismo social", que se diferencia do empreendedorismo tradicional ao focar não apenas na criação de valor econômico, mas principalmente na criação de valor social.

O principal objetivo da Ashoka é identificar, investir e apoiar empreendedores sociais em todo o mundo. Para isso, a organização realiza um rigoroso processo de seleção, identificando indivíduos com soluções inovadoras e impactantes para problemas sociais críticos. A Ashoka oferece aos seus *Fellows* (membros) suporte financeiro, acesso a uma rede global de outros empreendedores sociais, mentoria e recursos para ajudá-los a escalar suas iniciativas e maximizar seu impacto.

Além de apoiar empreendedores sociais individuais, a Ashoka também promove a disseminação de ideias e práticas transformadoras, inspirando outras organizações e governos a adotarem abordagens mais eficazes para resolver problemas sociais. A organização tem uma presença global e continua a expandir seu alcance e impacto através do reconhecimento e apoio aos líderes de mudança social em diferentes países e regiões.

Já a Skoll Foundation, uma organização filantrópica fundada em 1999 por Jeff Skoll, está localizada em Palo Alto, Califórnia, nos Estados Unidos. Essa é a sede principal da fundação, onde ela coordena suas atividades de apoio a empreendedores sociais e iniciativas

filantrópicas globais, segundo as informações do site da Skoll Foundation (2024). O principal escopo da Skoll Foundation é promover soluções para os problemas sociais globais mais urgentes através do apoio a empreendedores sociais e inovadores.

Jeff Skoll, um empresário e filantropo canadense-americano, fundou a Skoll Foundation com a intenção de aplicar sua experiência em empreendedorismo e investimento para catalisar mudanças sociais significativas. Skoll, que foi o primeiro presidente da eBay, utilizou sua fortuna para criar a fundação como uma forma de contribuir para um impacto positivo duradouro no mundo.

O objetivo central da Skoll Foundation é identificar, investir e apoiar empreendedores sociais ao redor do mundo que desenvolvem soluções inovadoras e escaláveis para desafios sociais complexos. A fundação foca em áreas como saúde, educação, mudança climática, desenvolvimento econômico inclusivo, direitos humanos e outros temas críticos para o bem-estar global.

A Skoll Foundation não apenas oferece financiamento inicial e contínuo para empreendedores sociais (conhecidos como *Skoll Awardees*), mas também fornece suporte estratégico, mentorias, acesso a uma rede global de líderes e recursos para ajudar esses empreendedores a expandir e multiplicar seu impacto. Além do apoio direto aos empreendedores sociais, a Skoll Foundation promove a conscientização e o aprendizado sobre práticas eficazes de inovação social, buscando influenciar políticas públicas e inspirar outras organizações e governos a adotarem abordagens mais colaborativas e sustentáveis para enfrentar os desafios globais. Assim como outros empreendimentos sociais, a Skoll Foundation opera com a missão de criar mudanças transformadoras e duradouras, com foco em um futuro mais justo e equitativo para todos.

Já a Teach For All (2024) não possui uma sede central única, pois é uma rede global de organizações independentes que operam em diferentes países ao redor do mundo. Cada organização membro da Teach For All está localizada em seu respectivo país e adapta suas operações e programas de acordo com as necessidades educacionais locais. A Teach For All é uma rede global de organizações independentes que compartilham a missão de expandir oportunidades educacionais e promover a equidade educacional em todo o mundo. A rede coordena suas atividades e promove a colaboração entre as organizações membros para melhorar a equidade educacional globalmente.

Teach For All foi inspirada pelo sucesso do Teach For America, um programa fundado por Wendy Kopp em 1989 nos Estados Unidos. A ideia central era recrutar graduados universitários excepcionais para ensinar por dois anos em escolas de comunidades de baixa

renda, visando reduzir as desigualdades educacionais. Ela foi formalmente lançada em 2007, com a visão de adaptar e replicar o modelo do Teach For America em diferentes países ao redor do mundo. A fundação da Teach For All permitiu a criação de organizações independentes em diferentes países que seguem princípios semelhantes, mas adaptados às necessidades educacionais locais. O objetivo da Teach For All é transformar sistemas educacionais em todo o globo, capacitando líderes educacionais locais e apoiando suas iniciativas para melhorar o acesso à educação de qualidade. A rede busca identificar e desenvolver líderes comunitários e educadores comprometidos em promover mudanças sistêmicas nas escolas e comunidades desfavorecidas.

Cada organização membro da Teach For All recruta e treina graduados talentosos e profissionais de diversas áreas para atuar como professores por um período inicial em escolas com desafios socioeconômicos. Esses líderes são capacitados não apenas para ensinar, mas também para mobilizar recursos, colaborar com outras partes interessadas e influenciar políticas educacionais.

A Teach For All promove a troca de conhecimentos e melhores práticas entre suas organizações membros, incentivando a inovação e o aprendizado contínuo para enfrentar os desafios complexos da educação globalmente. Ao conectar líderes e comunidades em todo o mundo, a Teach For All busca criar um movimento global de mudança educacional responsável e inclusiva.

Por fim, a Kiva, uma plataforma de empréstimos *peer-to-peer* (P2P), para empreendedores de baixa renda, está localizada em San Francisco, Califórnia, nos Estados Unidos. É lá onde a organização coordena suas operações globais, facilitando empréstimos de pequeno porte para empreendedores através de sua plataforma online, de acordo com as informações do site da Kiva (2024). É uma organização sem fins lucrativos que facilita empréstimos de pequeno porte para empreendedores de baixa renda em todo o mundo.

Kiva foi fundada em 2005 por Matt Flannery e Jessica Jackley, que inicialmente conceberam a ideia durante uma viagem ao Quênia. Eles observaram que muitos empreendedores locais não tinham acesso a financiamento tradicional para expandir seus negócios. Inspirados por microfinanças e pela ideia de "empréstimos entre pares" (*peer-to-peer lending*), eles criaram a plataforma Kiva para conectar empreendedores de baixa renda a financiadores ao redor do mundo.

O objetivo principal da Kiva é permitir que indivíduos de comunidades de baixa renda tenham acesso a capital para iniciar ou expandir pequenos negócios, melhorar suas casas, pagar por educação ou cobrir despesas emergenciais de saúde. A Kiva opera uma plataforma online

na qual empreendedores (chamados de "mutuários") podem criar perfis descrevendo seus projetos e necessidades de empréstimo.

Pessoas que desejam apoiar esses empreendedores podem emprestar quantias tão pequenas quanto \$25 através da plataforma da Kiva. Esses empréstimos são agrupados até que o valor total necessário seja alcançado e então transferido para o empreendedor. Conforme os empreendedores pagam os empréstimos, os fundos são reembolsados aos financiadores, permitindo que eles reinvestam em novos empreendimentos ou retirem o dinheiro.

A Kiva trabalha com uma rede de instituições parceiras locais em todo o mundo, que auxiliam a identificar e verificar os empreendedores e administrar os empréstimos. Essa abordagem não apenas ajuda a fornecer capital acessível para aqueles que mais precisam, mas também promove a autonomia econômica e o desenvolvimento sustentável nas comunidades locais. Em resumo, Kiva facilita o microcrédito de uma maneira inovadora e colaborativa, permitindo que indivíduos em qualquer parte do mundo se conectem diretamente para apoiar o crescimento econômico e a redução da pobreza através de empréstimos acessíveis e transparentes.

Os empreendimentos sociais mencionados podem causar diversos impactos positivos na sociedade, tais como a redução da pobreza. Iniciativas da Grameen Bank e Kiva proporcionam acesso a financiamento para pequenos empreendedores de baixa renda, ajudando a criar oportunidades econômicas e reduzir a pobreza.

Quanto à melhoria da educação, a Teach For All trabalha para melhorar a qualidade da educação em comunidades desfavorecidas, capacitando líderes educacionais e promovendo a equidade educacional globalmente. Já a Ashoka tem foco na inovação social, identificando e apoiando empreendedores sociais que desenvolvem soluções criativas e sustentáveis para problemas sociais, incentivando a inovação e a replicação de modelos bem-sucedidos. Por sua vez, sobre desenvolvimento econômico inclusivo, a Skoll Foundation investe nessas iniciativas, focando em saúde, educação, mudança climática e outras áreas críticas para o bem-estar social e econômico.

Nesse contexto, todos esses empreendimentos sociais fortalecem as comunidades ao capacitar indivíduos e grupos excluídos, promovendo um ambiente de cooperação e sustentabilidade, e também abordam questões ambientais, contribuindo para práticas sustentáveis e conscientização ambiental. Tais impactos demonstram como o empreendedorismo social e solidário pode ser uma poderosa ferramenta para promover mudanças positivas e sustentáveis em diferentes aspectos da sociedade, melhorando a qualidade de vida de indivíduos e comunidades ao redor do mundo. Esses empreendimentos são estudados

na sociologia por suas abordagens inovadoras para resolver problemas sociais e econômicos, promovendo mudanças significativas nas comunidades em que atuam.

#### **4.10 O Olhar do Empreendedorismo para Além do Capital**

Uma outra perspectiva quanto à ideia do empreendedorismo como princípio educativo, inspirada nas reflexões de Mészáros (2008), é que a educação não deve preparar os estudantes somente para o mercado, como evidenciado no ensino voltado ao empreendedorismo, mas sim para a vida. Para o autor, a educação não pode ser tratada como um produto comercial; ao contrário, deve promover uma abordagem emancipatória, capacitando os indivíduos a desafiar o domínio do capital e transformar seu meio social. Ele adverte, no entanto, que isso requer "romper com a lógica do capital se desejamos considerar seriamente a criação de uma alternativa educacional significativamente distinta" (MÉSZÁROS, 2008, p. 27), sustentando que "a educação deve ser sempre continuada, permanente, ou não é educação" (MÉSZÁROS, 2005, p. 45). Ele defende a existência de práticas educacionais que permitam aos educadores e alunos trabalharem as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade na qual o capital não explore mais o tempo de lazer.

Segundo Mészáros (2005), as classes dominantes impõem uma educação para o trabalho alienante, com o objetivo de manter o homem dominado. Já a educação libertadora teria como função transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, age e usa a palavra como arma para transformar o mundo. Assim, "uma educação para além do capital deve, portanto, andar de mãos dadas com a luta por uma transformação radical do modelo econômico e político hegemônico" (MÉSZÁROS, 2005, p. 78). Além disso, alerta que "a sociedade só se transforma pela luta de classes, e é necessário romper com a lógica do capital, se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente" (MÉSZÁROS, 2005, p. 102). Nesse contexto, tanto o empreendedorismo exclusivamente capitalista quanto a educação que promove sua disseminação são antiquados. Para se aproximarem do cenário descrito por Mészáros (2008), precisam passar por uma completa reinvenção. Uma sugestão seria que o empreendedorismo abandonasse sua abordagem convencional e adotasse um modelo de "desenvolvimento" cooperativo, coletivo, inclusivo e solidário, ideologia presente, por exemplo, na Economia Solidária. De acordo com o exposto, a ideia de empreender se distancia da lógica capitalista, que se fundamenta na competição, no lucro e no individualismo e se alinha ao conceito de desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, Siedenberg (2010) argumenta que, desde 1950, o conceito de desenvolvimento tem sido interpretado de várias maneiras e associado a diferentes qualificações. Em uma breve análise dos principais modelos do desenvolvimento, Siedenberg (2010) demonstra que o termo evoluiu desde a ideia de modernização através da industrialização, passando por abordagens que priorizaram o desenvolvimento endógeno, ou dissociado, a satisfação das necessidades básicas, o ajuste estrutural, o desenvolvimento sustentável, até chegar a perspectivas mais recentes que destacam o debate sobre a governança global.

Conhecida também como desenvolvimento tardio, a modernização por meio da industrialização foi propagada principalmente nos países da América Latina, sob a nova ordem econômica do pós-Segunda Guerra Mundial, através de três enfoques principais: políticas de substituição de importações, incentivo às exportações e desenvolvimento de polos setoriais (SIEDENBERG, 2010).

Na década de 1960, apesar dos progressos econômicos alcançados, mas principalmente devido às críticas recebidas, o modelo da modernização foi substituído pelo conceito de desenvolvimento endógeno. Esse conceito foi apresentado “[...] como estratégia e tentativa de isolar uma sociedade dos efeitos dinâmicos do desenvolvimento global e desigual, promovendo o mercado interno e subsidiando o aumento da produção agrícola” (SIEDENBERG, 2010, p. 163). Essas concepções se revelaram ineficazes para melhorar o padrão de vida da população e reduzir as desigualdades regionais internas, de acordo com Siedenberg (2010). No Brasil, a modernização resultou em uma grande quantidade de pessoas excluídas e criou altos níveis de desigualdade de renda entre trabalhadores e regiões.

Dessa forma, sob a influência de uma "cultura da pobreza", esses modelos abriram caminho para “políticas voltadas à erradicação da miséria e à priorização de enfoques regionais em detrimento dos setoriais, configurando as chamadas estratégias de atendimento às necessidades básicas” (*op. cit.* p. 164). Segundo Siedenberg (2010), a própria história demonstrou que nenhum desses três paradigmas teve sucesso suficiente para se consolidar.

Nos anos 1980, prevaleceu “[...] o modelo do ajuste estrutural, que priorizava o equilíbrio das finanças públicas e o controle da inflação” (SIEDENBERG, 2010, p. 164). As medidas macroeconômicas implementadas durante esse período também impuseram altos custos sociais à população, especialmente nos países latino-americanos. Já em 1987 apresentase o fomento ao conceito de desenvolvimento sustentável e se torna popular. Assim, conforme Siedenberg (2010, p. 165), “A implementação de diretrizes mundiais de desenvolvimento sustentável acabou suscitando um novo modelo de desenvolvimento: o modelo da governança

global”. Para Siedenberg (2010, p. 165), essa evolução do conceito de desenvolvimento delinea os principais trajetos pelos quais o termo se transformou, em âmbito internacional, desde a década de 1950 até o final dos anos 1990. Contudo, nem todos os países experimentaram essas mudanças de maneira uniforme ou no mesmo período, “[...] pois, do ponto de vista operacional e ideológico, algumas concepções são completamente opostas”.

Depois desse período, nas tensões decorrentes do debate que procura novos elementos dessa dinâmica, surgiram novamente as propostas de alternativas de desenvolvimento conhecidas como sociais e solidárias. Como afirma Singer (2004), o desenvolvimento solidário é:

[...] um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma [...]. O desenvolvimento solidário é o desenvolvimento realizado por comunidades de pequenas firmas associadas ou de cooperativas de trabalhadores, federadas em complexos, guiado pelos valores da cooperação e ajuda mútua entre pessoas ou firmas, mesmo quando competem entre si nos mesmos mercados (SINGER, 2004, p. 7-9).

A proposta de solidariedade, cooperativismo e autogestão na economia não é uma novidade contemporânea, mas um fenômeno antigo que remonta ao século XIX, surgido devido aos custos humanos elevados da revolução industrial. A partir dos anos 1980, essas ideias ressurgiram com interpretações modernas em resposta à crise do sistema capitalista, que resultou em significativas transformações econômicas, políticas e culturais, além de um cenário dramático de desemprego devido ao fechamento de muitas empresas. Com muito esforço, buscavam-se alternativas para recuperar esses empregos, ou mesmo considerando a criação de novas oportunidades de trabalho como alternativa ao modelo capitalista de exploração assalariada, surgiram práticas associativas e cooperativistas, no contexto da produção, comercialização, consumo, crédito, entre outras, para lidar com esse desafio. Esse contexto inspirou intelectuais de várias partes a estudar e desenvolver teorias que buscavam explicar essa nova realidade sociopolítica, resultando em uma diversidade de termos como a Economia Solidária, Economia Social, Economia Social e Solidária, Economia Popular, Socioeconômica Solidária, Terceiro Setor, entre outros, e diferentes definições para cada um deles.

No final das contas, essas denominações podem ser vistas como equivalentes? Têm o mesmo significado? Estão interligadas? Representam as mesmas ideias? Coexistem no mesmo contexto? E quanto às suas múltiplas definições, que às vezes incluem até discrepâncias e contradições em relação aos seus próprios objetivos?

Para Lechat (2002), as fronteiras teóricas desses conceitos ainda estão em definição, e, por isso, as respostas para essas perguntas variam conforme a perspectiva dos acadêmicos em diferentes regiões geográficas, e se estendem até em alguns países; “[...] há autores que veem similaridades nos processos sociais descritos por esses diversos termos [...]” (LECHAT, 2002, p. 127), enquanto em outros países não é o caso. Dessa forma, essas expressões são utilizadas de maneiras variadas, podendo ou não denotar significados diferentes.

Independentemente dos termos utilizados e das várias definições, destaca-se que, para a proposta aqui delineada, é crucial que o conceito de empreendedorismo esteja ligado a uma forma de organização do trabalho e da sociedade que, fundamentalmente, subverta além da lógica capitalista. Isso implica uma economia baseada na cooperação entre os indivíduos, buscando a melhoria da qualidade de vida, através de “[...] práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por novos valores culturais que colocam o ser humano, e não o capital e sua acumulação, como sujeito e finalidade da atividade econômica” (ARRUDA, 2003, p. 230).

É nesse contexto que Gaiger (2008) e Gaiger e Corrêa (2010, 2011) sustentam e desenvolvem a ideia de um "empreendedorismo solidário". Esse conceito é fundamentado nas propostas da Economia Solidária, um fenômeno que ganha cada vez mais destaque social como uma alternativa para criar empregos e gerar renda, em contraste com o modelo de produção capitalista dominante, que, apoiado no direito à propriedade privada, fomenta a busca pelo lucro e o individualismo competitivo.

Até agora, percebe-se que não há soluções definitivas que resolvam plenamente esse complexo diálogo. Assim, é claro que essa nova cultura do trabalho demanda também uma nova cultura educacional, fruto de novas disputas e conquistas no campo. No entanto, podem ser considerados direcionamentos gerais para formulações teóricas, como as propostas de Gaiger e Corrêa (2010, 2011).

Nesse olhar, sugere-se que os jovens estudantes, durante a sua estada acadêmica, sejam inseridos em um horizonte de formação solidamente pautado pelo “[...] trabalho como produção coletiva da existência humana [...]” (NOSELLA, 2009, p. 1), isto é, que eles compreendam a história da humanidade como resultado de um processo, em que o trabalho, ao permear toda a produção da existência humana, constitui-se como uma atividade vital e origina um princípio educativo. Isso apoia-se nas afirmações de Singer (2005), de que:

Os [indivíduos] que se formam em um meio em que prevalece a Economia Solidária vivem desde cedo situações definidas por comportamentos recíprocos de ajuda mútua. Aprenderão que as pessoas diferem, mas que essas diferenças provêm do meio e da

educação; que ninguém é tão forte que não precise do auxílio dos outros e que a união faz a força. São levados a perceber que a desigualdade social e econômica não é natural e nem decorre da superioridade de quem tem e manda sobre quem nada tem e obedece. Que a desigualdade é ruim e injusta e que ela só pode ser abolida pela prática da solidariedade entre os homens [...] (SINGER, 2005, p. 17).

Espera-se que esses jovens sejam profundamente imersos nos princípios de uma organização do trabalho e da sociedade orientada por valores essenciais como associação, cooperação, coletividade, solidariedade, sustentabilidade ambiental e autogestão. A introdução a esses valores não só enriquece suas perspectivas sobre a dinâmica social e econômica, mas também lhes oferece uma alternativa sólida ao modelo individualista e competitivo que domina a maioria das estruturas educacionais e profissionais atuais.

Por fim, conclui-se que, considerando os sujeitos da tese e o campo de atuação sendo o da educação superior, e compreendendo que esse campo não é neutro, trata-se de um espaço a ser disputado. Portanto, como operar nesse ambiente sob a perspectiva de um desenvolvimento empreendedor no cooperativo, coletivo, inclusivo e solidário?

Nesse sentido, é fundamental reconhecer que os princípios da Economia Solidária e todos os termos e conceitos relacionados têm um potencial transformador significativo nas práticas educacionais. Esses princípios oferecem não apenas uma alternativa viável ao modelo capitalista tradicional, mas também uma oportunidade de integrar políticas que desafiam e reconfiguram o *status quo*.

Ao promover valores que transcendem a mera competição e a busca pelo lucro, como cooperação, justiça social e sustentabilidade, a Economia Solidária, a Economia Social e a Economia Circular possibilitam um diálogo robusto e crítico sobre a formação de uma hegemonia dominante. Esse enfoque não apenas capacita os estudantes a questionarem as normas estabelecidas, mas também a desenvolverem soluções inovadoras que priorizam o bem-estar humano e social, pavimentando o caminho para uma sociedade mais justa e equilibrada. Integrar esses valores no currículo educacional pode, portanto, equipar os futuros profissionais com uma compreensão mais holística e ética dos desafios e oportunidades no campo do empreendedorismo, promovendo um impacto positivo duradouro na sociedade.

## 5. PROBLEMA

O conceito de empreendedorismo social e solidário foi fundamental para a compreensão e o desenvolvimento desta tese. Foi nele – e a partir dele – que as ideias e a problematização que nortearam as investigações foram elencadas e estruturadas.

Pode-se caracterizar o empreendedorismo social e solidário pela intervenção social através da criação de formas alternativas de produção econômica associadas à participação social e democrática. As capacidades de inovação social, de identificação e aproveitamento de oportunidades para a criação de novos negócios e mercados, bem como o capital social, estão a serviço da geração concomitante de valores sociais e econômicos.

Ao mesmo tempo, observa-se que não existe um modelo a ser seguido. As decisões devem ser tomadas com base no formato mais eficaz para mobilizar os recursos necessários para enfrentar os problemas sociais. Do ponto de vista do desenvolvimento local, iniciativas de Economia Solidária podem atuar como agentes de desenvolvimento, promovendo o desenvolvimento comunitário.

Nessa condição, tais iniciativas podem conscientizar a comunidade, especialmente seus líderes, de que o esforço conjunto, amparado por crédito assistido, assessoria técnica e acompanhamento sistemático, capacita-os a enfrentar problemas reais à medida que surgem (QUINTÃO, 2004; SINGER, 2004; SEKN, 2006; GODÓI-DE-SOUSA, 2010; FISCHER, 2011).

É comum perceber-se nesse cenário uma 'sensação de desilusão', em que o progresso econômico ocorre em detrimento do aumento dos problemas sociais. Seria apenas uma sensação, ou de fato as pessoas encontram-se desiludidas? As respostas emergem ao observar os impactos negativos, incluindo a desordem social, a exclusão produtiva e diversas consequências, como o aumento da população pobre, do desemprego e da dificuldade de acesso ao trabalho decente (Dowbor, 2008; Singer, 2003).

Observa-se cada vez mais que a sociedade civil vem se organizando de forma espontânea e autônoma em grupos caracterizados por organizações, associações e movimentos. Essas iniciativas buscam gerar propostas que possam enfrentar os problemas causados pelo capitalismo. Nesse contexto, a Economia Solidária, as redes associativas de desenvolvimento local, as empresas sociais e outros empreendimentos sociais lutam para contribuir para o desenvolvimento social e econômico (Santos, 2005).

Em resposta a essas dificuldades, como evidenciado na contextualização empírica e teórica, o empreendedorismo social e solidário emerge na sociedade, e o interesse por essa nova forma de organização social mostra-se cada vez mais crescente, impactando a sociedade ao apresentar abordagens inovadoras na resolução de diversos problemas sociais.

O empreendedorismo social e solidário compreende o reconhecimento, a avaliação e a exploração de oportunidades que podem resultar em valor social. Segundo Melo Neto e Fróes (2002), o objetivo desse tipo de empreendedorismo é retirar as pessoas da situação de risco social. Embora essa amplitude seja muito interessante no cenário nacional, o empreendedorismo social e solidário enfrenta inúmeros desafios, distintos, decorrentes de condicionamentos sociais, econômicos, políticos e, sobretudo, culturais e ambientais.

Ao tratar das barreiras que impedem e freiam o desenvolvimento do empreendedorismo social e solidário, Hopkins (2007) destaca o aspecto informacional, como o acesso à educação, construção e disseminação do conhecimento sobre o tema. É exatamente aqui que se indaga o ponto chave da pesquisa proposta e pergunta-se: **quais seriam os limites e possibilidades para implementação e inserção do empreendedorismo social e solidário, mediante o fomento à educação e sua formação, como parte do currículo escolar no Brasil?** O que está impedindo que as instituições de ensino superior (IES) privadas do Distrito Federal possam se apropriar dessa temática e implementar a educação e formação do empreendedorismo social e solidário em suas matrizes curriculares nos cursos de Administração e Tecnólogos da área de negócios?

Em face desses questionamentos, podem-se ainda indagar outras questões que servirão como orientação a essa pesquisa, apoiando a construção de uma análise exploratória e descritiva. Quais os desafios político-pedagógicos quanto à implementação de um currículo com a inclusão destes conceitos? Quais as possíveis implicações no aspecto de autorização e aceitação por parte dos envolvidos? Ademais, como o Conselho Regional de Administração (CRA), o Conselho Federal de Administração (CFA), a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ANGRAD) e as Instituições de Ensino Superior (IES), representadas por diversos atores, como conselheiros, gestores educacionais, coordenadores, professores e estudantes, atuam nesse contexto? Quais as experiências na educação do empreendedorismo social e solidário em outras regiões e até outros países? E ainda, quais as possibilidades de inserção e implantação de um currículo escolar para a educação do empreendedorismo social e solidário nos cursos superiores de negócios de instituições de ensino superior privadas do Distrito Federal, como uma experiência válida e representativa?

Algumas dessas questões foram respondidas a partir da análise das Novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração – DCNs. Esse documento é

o principal norteador para a formação dos profissionais, orientando as instituições de ensino superior sobre como devem estruturar suas matrizes curriculares. As DCNs auxiliam na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação das propostas pedagógicas voltadas aos futuros profissionais.

O principal papel dessa regulamentação refere-se ao plano das competências e habilidades. As DCNs orientam as Instituições de Ensino Superior de maneira abrangente, valorizando aquelas que implicam o domínio dos instrumentos conceituais e metodológicos da área em toda a sua riqueza e diversidade, o diálogo interdisciplinar e a capacidade de pesquisa tanto básica quanto aplicada.

Por isso, há um grande interesse em estudar, entender, conhecer e compreender qual a interação que essa normatização possui no desenvolvimento e na formação da futura gestão empresarial. Assim, poderemos inferir como esses futuros agentes transformadores da economia estarão atuando em suas áreas de trabalho e em suas funções, além de serem estimuladores e disseminadores de conhecimento para as próximas gerações.

Outras questões norteadoras desta pesquisa foram levantadas em torno da necessidade de se compreender a polissemia do conceito de empreendedorismo e analisar de que forma, e com quais limites e implicações, esse conceito tem sido desenvolvido em escolas de negócios no ensino superior das instituições (IES) privadas do Distrito Federal. Assim, torna-se importante também o seguinte questionamento: quais análises teórico-metodológicas são fundamentais para o estudo do empreendedorismo social e solidário, considerando que na literatura esses conceitos estão ainda em formação no Brasil, apresentando-se muito enraizados nos conceitos do empreendedorismo constituído através do modelo hegemônico da economia contemporânea, com o foco para formação de acúmulo de capital e riqueza?

Faz-se necessário esclarecer a semelhança, no entanto, surgem diversas dúvidas quanto às reais convergências e divergências do empreendedorismo social e solidário com o empreendedorismo empresarial, este já amplamente institucionalizado no país. Ambos se distinguem por meio de quatro pontos, conforme Austin *et al.* (2006):

1) missão: o empreendedorismo social tem como missão a criação de valor social, enquanto o empresarial centra-se na criação de valor econômico privado; 2) mobilização de recursos: é mais difícil ao empreendedor social obter recursos financeiros e humanos, uma vez que apresenta ofertas menos competitivas; 3) medida de desempenho: enquanto o empreendedorismo empresarial tem medidas de desempenho bem definidas (indicadores de liquidez, rentabilidade, risco), o empreendedorismo social não tem medidas tão bem

quantificáveis, e 4) falha de mercado: o empreendedorismo social consegue preencher a lacuna que é deixada pelo empreendedorismo empresarial.

Como dito anteriormente por Melo Neto e Fróes (2002), o empreendedorismo social difere do empresarial no sentido de que não visa apenas à produção de bens e serviços para venda, mas sim a solução de problemas sociais. Nesse contexto, torna-se essencial a participação e o engajamento da população para promover mudanças de comportamento, incentivar a autossustentação e a geração de renda e emprego, além de introduzir e promover novas formas de inserção social.

Como se sabe, a crescente explosão de ofertas de cursos de graduação nas IES nem sempre vem acompanhada de qualidade. Desde a década de 1980, Castro (1981) percebia que os cursos de Administração do país sofriam constantemente de um mal, o “mau ensino”, e que uma das formas estratégicas para superar essa baixa qualidade estaria na identificação de disciplinas que fossem mais críticas na formação do administrador. Assim, torna-se indiscutível a necessidade de reformar a estrutura curricular e atualizar os currículos dos cursos de Administração, considerando as realidades, necessidades, competências, habilidades, as tendências para uma possível transformação da educação superior.

No decorrer das décadas, várias propostas foram apresentadas para elevar a qualidade do ensino superior em Administração, a exemplo do que Fischer (2001), que postula que, de forma geral, os currículos adotados no país nos anos 1950 são usados inercialmente até a atualidade, em que o estudo da Administração foi fragmentado em disciplinas generalistas ou em disciplinas focalizadas em temas de forte apelo comportamentalista. Observa-se que esse desajuste curricular é consequência, principalmente, da orientação altamente focada no emprego e de uma cultura pedagógica voltada para valores e comportamentos. Contudo, o modelo universitário direcionado exclusivamente para a conquista de empregos parece esgotado diante das profundas alterações nas relações de trabalho e de produção que o mundo moderno tem presenciado.

É possível observar mudanças acontecendo com a adoção das Novas DCNs, aprovadas em 8 de outubro de 2021 e agora em vigor. É crucial entender, como parte do contexto desta pesquisa, como gestores educacionais, membros da academia, professores e estudantes estão percebendo essas mudanças. Além disso, como irão articular as novas competências e quais são suas percepções sobre os temas que não foram incluídos nas novas diretrizes das DCNs para a formação dos profissionais? Será que o empreendedorismo social e solidário emerge nessas novas diretrizes como um elemento crucial na construção da economia, atendendo às demandas da sociedade e contribuindo para a criação de alternativas para um desenvolvimento integrado

e sustentável? Acredita-se que as IES possuem um papel primordial ao acesso à educação, construção e disseminação do conhecimento sobre o tema, sendo essencial para que o empreendedorismo social e solidário avance em seu desenvolvimento.

Portanto, o investimento na formação do ensino superior é fundamental para que os candidatos a empreendedores sociais adquiram a capacidade de reconhecer e buscar novas oportunidades para a criação de valor social, de engajar-se proativamente em processos de inovação contínua, adaptação e aprendizagem, além da habilidade de explorar todas as opções de recursos, da filantropia pura aos métodos do mundo dos negócios (Clamp & Alhamis, 2010). É neste contexto que se insere a necessidade da educação do empreendedorismo social e solidário enquanto currículo escolar nos cursos de graduação em Administração e Tecnólogos nas IES do Distrito Federal.

Por fim, não foi objetivo desta proposta o esgotamento dos esforços de pesquisa em análises acerca das possibilidades apresentadas. Pelo contrário, o que se quer é justamente, a partir delas, sistematizar e iluminar compreensões amplas e plurais sobre o desenvolvimento teórico-metodológico e as experiências empíricas da área.

## **6. OBJETIVOS**

### **6.1. Objetivo Geral**

Analisar as possibilidades e os limites da educação e da formação “em” e “para” empreendedorismo social e solidário em instituições privadas brasileiras de ensino superior de Administração e Tecnólogos, como forma de responder a demandas da sociedade e contribuir na construção de alternativas para um desenvolvimento integrado e sustentável.

### **6.2. Objetivos Específicos**

- Contribuir na elaboração do estado da arte de conceitos relativos ao empreendedorismo social e solidário;
- Compreender as concepções e motivações da comunidade acadêmica em torno da educação e formação em e para o empreendimento;
- Caracterizar e analisar concepções ou métodos e práticas de estímulo à educação do empreendedorismo social e solidário em nível superior;
- Descrever os desafios pedagógicos quanto à proposta de implantação de um currículo escolar de educação e formação em empreendedorismo social e solidário;
- Produzir subsídios para a inserção ou aprimoramento – debates, formação de professores, estruturação de ações de ensino, pesquisa e extensão – da educação do empreendedorismo social e solidário em cursos de negócios no Distrito Federal.

## 7. METODOLOGIA

O objetivo principal desta tese é analisar as possibilidades e limitações da educação e formação em empreendedorismo social e solidário em instituições brasileiras de ensino superior, especialmente nos cursos de Administração e Tecnólogos, visando atender às demandas da sociedade e contribuir para a construção de alternativas para um desenvolvimento integrado e sustentável. Este estudo foi conduzido sob uma abordagem metodológica qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. As modalidades de levantamento bibliográfico e documental foram utilizadas. Para a coleta de dados, empregaram-se técnicas como observação participante, levantamento sistemático, questionário e entrevista semiestruturada. Essas técnicas foram organizadas em três fases, seguindo o desenvolvimento lógico e cronológico dos tópicos abordados.

### 7.1. Fase exploratória e descritiva

Foi necessário realizar uma profunda análise teórico-metodológica dos conceitos de empreendedorismo social e solidário, utilizando-se de pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica "é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". Essa etapa envolveu levantamento, análise e compilação em ordem cronológica dos temas abordados pelos respectivos autores, considerando seus contextos, concordâncias e/ou diferenças.

Sendo objeto desta pesquisa relatar sobre modelos existentes de fomento à educação do empreendedorismo social e solidário, este estudo utilizou-se ainda de pesquisa de campo exploratória, que, de acordo com Gil (2002), no primeiro caso transpõe proporcionar maior familiaridade com determinado problema, com vistas na construção das hipóteses, e torná-lo mais explícito.

Também, para esta pesquisa, foi proposta a utilização da análise documental das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração – DCNs, uma vez que, de acordo com Gil (2002), a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou ainda o estabelecimento de relações entre variáveis. A análise documental nesse sentido foi utilizada com suas especificidades e está vinculada aos objetos de investigação escolhidos pela pesquisadora.

A análise documental das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração – DCNs foi de grande importância para o estudo, dado o foco da pesquisa nas

competências, principalmente sociais, necessárias para a formação dos profissionais em Administração e áreas correlatas nos cursos das escolas de negócios. O principal documento utilizado foi o Parecer CNE/CES Nº. 438/2020, que detalha as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, abordando a formação de habilidades e competências desses profissionais. Além disso, foi observada e identificada a sua forma historiográfica e sua criação, relacionando as alterações e mudanças ocorridas no decorrer dos anos nas diretrizes desse documento.

O principal objetivo da análise documental das Novas DCNs foi apresentar alguns elementos que auxiliaram a perceber suas características, principalmente no que tange à orientação para todo o âmbito acadêmico e seus direcionamentos pedagógicos – especialmente aos educadores, professores diretos, os que para Corsetti (2006) estão profundamente imbricados em uma tradição multidisciplinar, e que vem sistematizando conhecimento, formulando teorias e desenvolvendo tecnologias muitas vezes através de um processo de agregação ou articulação de diferentes tradições disciplinares, baseadas nessas diretrizes. Por meio dessa análise, ficou mais claro compreender o que se espera do perfil e das competências do egresso do curso de Administração e áreas afins, bem como entender as ações que as IES precisam movimentar para a construção desse profissional.

Para Corsetti (2006), o que representa e caracteriza uma direção multidisciplinar e interdisciplinar, e que coloca em discussão sobre as condições de constituição de uma identidade epistemológica própria ao grupo educacional superior, na possível situação de um lado, a investigação sobre as transformações ocorridas ao longo do tempo nessas diretrizes de habilidades e competências e, de outro, o estudo sobre o pensamento pedagógico dos atores envolvidos neste cenário.

Em 08 de outubro de 2021, as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração - DCNs foram homologadas pelo Ministério da Educação, através do gabinete do Ministro Milton Ribeiro. Essa homologação destacou a análise documental como um aspecto crucial nesta pesquisa. Considerou-se não apenas a criação, implementação, capacitação e adequação dos sujeitos envolvidos com as novas diretrizes curriculares, mas também o papel dos reguladores e operadores dessas Novas DCNs.

Enfim, é fundamental lembrar que esses futuros profissionais em formação serão atores essenciais no processo de estrutura, construção e reconstrução econômica tanto nacional quanto global.

## 7.2. Pesquisa de Campo

O que contribuiu bastante para a coleta de dados da pesquisa foi a **observação de campo**, que, de acordo com Quaresma e Jurema (2005), é considerada uma técnica para obtenção de informações sobre determinados aspectos de cunho real. Essa abordagem obriga o pesquisador a ter um contato mais direto com a realidade, sendo denominada técnica de observação participante e assistemática. Nela, o pesquisador busca recolher e registrar fatos do campo de pesquisa, com ou sem a utilização de meios técnicos especiais, ou seja, com ou sem planejamento ou controle específico.

A técnica de **observação participante** foi realizada no campo empírico da comunidade acadêmica, abrangendo faculdades, universidades e centros universitários privados do Distrito Federal. Essa abordagem envolveu uma aproximação direta e indireta com os sujeitos envolvidos, como gestores educacionais (diretores e coordenadores), membros da comunidade acadêmica, professores e estudantes dos cursos de Administração e áreas afins das escolas de negócios. O objetivo foi reconhecer e identificar as percepções e experiências desses atores em relação à temática da pesquisa, bem como entender seus interesses sobre o assunto.

Para Lima (2016), a observação participante se vale do acompanhamento das atividades do grupo estudado. O pesquisador se insere no dia a dia do grupo, participa dele, como se fosse um membro, o que se justifica pela atuação da pesquisadora como professora e coordenadora dos campos observados. Sobre a técnica de observação participante, Foote-Whyte (1980), destaca:

[...] Na medida em que sentei e ouvi, obtive respostas para perguntas que nem teria feito se tivesse obtendo informações somente através de entrevistas. Naturalmente não abandonei de todo as perguntas. Aprendo apenas a avaliar a susceptibilidade da pergunta e o meu relacionamento com as pessoas de modo que só fazia perguntas em uma área sensível quando estava seguro de que meu relacionamento com a pessoas era sólido. (FOOTE-WHYTE, 1980, p. 82).

A técnica de **observação assistemática** foi realizada também no campo empírico das faculdades, universidades e centros universitários privados do Distrito Federal, com aproximação direta e indireta aos atores envolvidos, como diretores, coordenadores, professores e estudantes do curso de Administração e cursos afins das escolas de negócios, reconhecendo as experiências e vivências dos sujeitos envolvidos e suas expectativas sobre a temática no cenário atual. A observação assistemática é também conhecida como observação casual ou simples, é quando a observação é feita de forma livre e sem que seja feito qualquer

planejamento prévio, o que foi muito útil para a pesquisa no sentido de conhecer melhor o problema.

Quanto ao objetivo de analisar as possibilidades de introduzir no currículo escolar, de forma transversal, a educação do empreendedorismo social e solidário em cursos de negócios no Distrito Federal, como uma experiência representativa, foi utilizado como instrumento de coleta de dados o **questionário**, que, na visão de Marconi e Lakatos (2010), é um meio destinado à coleta de informações composto por um conjunto ordenado de perguntas respondidas fora da presença do pesquisador. O questionário foi construído e composto por questões de cunho estatístico e informativo do tipo fechadas, com o intuito de levantar discussões qualitativas. Nesse momento, o questionário foi direcionado aos estudantes ativos matriculados nos cursos de Administração e tecnólogos das escolas de negócios privados do Distrito Federal. Os tecnólogos foram selecionados com base na análise do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, na categoria de Gestão e Negócios, considerando apenas os cursos que incluíam em sua matriz curricular a disciplina de empreendedorismo ou alguma correlata. Foi utilizado, como fonte de dados, o último Censo da Educação Superior (2022), pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

O Censo INEP (2022) dos Cursos de Bacharelado em Administração traz informação de 4,740 estudantes ingressantes no Distrito Federal e dos Cursos Superiores de Tecnologia Conexos à Administração. São 30.684 estudantes ingressantes no Distrito Federal, ou seja, um universo total de 35.424 estudantes de Administração e tecnólogos, aplicado o questionário a uma amostra de 286 estudantes de Administração e áreas afins. Além do curso de Administração, os cursos tecnólogos que fizeram parte desta amostra de pesquisa são: Gestão Comercial, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Financeira, Gestão Pública e Gestão Hospitalar, bem como os cursos de bacharel em Ciências Contábeis e Ciências Econômicas.

Ainda como análise de possibilidades e limites de introduzir no currículo escolar, de forma transversal, a educação do empreendedorismo social e solidário em cursos de negócios no Distrito Federal, foi utilizada a **entrevista semiestruturada**, pois, para Gil (2002), é uma maneira de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. Nesse momento, foram entrevistados 24 sujeitos do cenário acadêmico, como diretores, coordenadores, gestores educacionais e professores, das Instituições de Ensino Superior do Distrito Federal privadas, do curso de Administração e áreas afins, participantes das escolas de negócios.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), sendo uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), há o registro, no seu último Censo da Educação Superior (2022), de 45 instituições de ensino superior (IES) no Distrito Federal privadas, que ofertam o curso de Bacharel em Administração e Tecnólogos em Gestão e Negócios nas modalidades presenciais e EaD.

Convém destacar que “a entrevista é uma técnica que consiste em gerar e manter conversações com pessoas consideradas chaves no processo de investigação”. (LIMA 2016, p.27). Trata-se de um recurso comumente utilizado por pesquisadores sociais e, importante frisar, em geral está associada ao uso de outras técnicas de pesquisa, justificando, assim, a utilização de outras ferramentas metodológicas nesta pesquisa. Assim, “na entrevista semiestruturada, o entrevistador segue um determinado número de questões principais e específicas, em uma ordem prevista, mas é livre para incluir outras questões”. (LIMA 2016, p.27). Isso proporcionará, nesta pesquisa, uma interação muito mais próxima e precisa quanto à coleta de dados, entre pesquisadora e entrevistado.

Quanto à elaboração e condução do roteiro da entrevista semiestruturada, segundo Lima (2016), existem alguns itens importantes. O conteúdo da entrevista visa qualificar e dar consistência às informações coletadas. Isso significa que os autores não esgotam as possibilidades de elaboração de roteiros de entrevistas, mas destacam a importância de pequenas e sutis distinções na busca por respostas sobre fatos, sentimentos, atitudes e comportamentos. O roteiro de entrevista semiestruturada apresentado nesta pesquisa foi construído com base em observações teóricas e empíricas, de orientanda e orientadora.

Para Quaresma e Jurema (2005), a entrevista semiestruturada combina perguntas abertas e fechadas para abordar o tema proposto. Segue um conjunto de questões previamente definidas, criando um ambiente semelhante ao de uma conversa informal. Durante a entrevista, o entrevistador precisa conduzir a discussão de forma oportuna, direcionando ao entrevistado questões que possam não ter ficado claras ou que evidenciem dificuldades na resposta. A entrevista semiestruturada, ainda de acordo com Quaresma e Jurema (2005), delimitam o volume de informações referente a pesquisa, trazendo o direcionamento maior ao tema, conduzindo para que os objetivos sejam alcançados. Além disso, essa técnica, para Quaresma e Jurema (2005), possui muitos fatores positivos, pois produz uma melhor amostra da população de interesse, bem como possibilita a correção de enganos dos informantes, que podem ser corrigidos, se necessário, permitindo também a cobertura mais profunda sobre determinados assuntos. De muita importância, destaca-se que a entrevista semiestruturada permite a interação entre entrevistador e entrevistado, permitindo uma aproximação maior entre ambos, gerando

respostas mais espontâneas e favorecendo ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados, de acordo com Quaresma e Jurema (2005).

Para Bourdieu (1999), esse assunto permeia com o seguinte sentido:

Para que seja possível uma relação de pesquisa o mais próxima possível do limite ideal, muitas condições deveriam ser preenchidas: não é suficiente agir, como o faz espontaneamente todo “bom” pesquisador, no que pode ser consciente ou inconsciente controlado na *interação*, principalmente o nível da linguagem utilizada e todos os sinais verbais ou não verbais próprios a estimular a colaboração das pessoas interrogadas, que não podem dar uma resposta digna desse nome à pergunta a menos que elas possam delas de apropriar e se tornarem os sujeitos. Deve-se agir também, em certos casos, sobre a própria *estrutura* da relação (e, por isso, na estrutura do mercado linguístico e simbólico), portanto na própria escolha das pessoas interrogadas e dos interrogadores. (BOURDIEU, 1999 p. 696).

Considera-se ainda a utilização dessa técnica metodológica como colaboradora primordial aos aspectos afetivos e valorativos dos entrevistados, trazendo significados pessoais, de atitudes e comportamentais dos envolvidos.

Para Lima (2016), a entrevista qualitativa é caracterizada pela maior interação e fluidez entre entrevistador e entrevistado, melhorando a qualidade dos dados coletados. O conhecimento prévio das características e do perfil dos entrevistados é considerado uma prerrogativa importante para essa abordagem. Nesta pesquisa, a escolha foi feita considerando a proximidade por vínculo de trabalho e nomeação, já que a pesquisadora atua como conselheira, coordenadora e professora dos entrevistados em diversos cenários em que a entrevista foi aplicada.

Os sujeitos escolhidos para aplicação da entrevista qualitativa foram Presidentes do CFA - Conselho Federal de Administração e CRA - Conselho Regional de Administração, Ex-Presidentes do CFA - Conselho Federal de Administração e CRA - Conselho Regional de Administração, Conselheiros(as) do CFA- Conselho Federal de Administração e CRA - Conselho Regional de Administração, Ex-Conselheiros(as) do CFA - Conselho Federal de Administração e CRA - Conselho Regional de Administração, Membros da Comissão Instituída para Novas DCNs, Membros da Comissão Especial de Análise das DCNs do CFA - Conselho Federal de Administração e CRA - Conselho Federal de Administração e Membros da Comunidade Acadêmica, sendo um total de 11 entrevistados.

A escolha desse instrumento ocorreu por considerar como indispensável entrevistar os sujeitos que tenham sido e continuam sendo centrais nos processos de criação e formulação das Novas DCNs, sobre a autorização, implantação e normatização da regularização, sendo sujeitos

de muita importância para a tese, uma vez que são agentes transformadores e práticos sobre o olhar da temática da tese.

Diante dessa explicação sobre a entrevista semiestruturada e a entrevista qualitativa, a pesquisa considerou-as como ferramentas facilitadoras em sua estrutura para levantamento de informações de maior cunho qualitativo, o que é de grande relevância para tratar os dados estatísticos de forma probabilística em primeiro lugar, para somente depois indagar sobre questões comportamentais.

Nesse sentido, a **pesquisa qualitativa**, de acordo com Alonso (2016), referindo-se às dificuldades do ponto de isolar os fenômenos sociais para analisá-los, define o objeto da investigação das ciências sociais como pessoas capazes de alterar a sua conduta na presença do pesquisador, ou seja, negando informações, alterando e mudando da maneira que irá satisfazê-lo, entendendo que o mundo social é constituído por sujeitos ativos, e não objetos passivos, e que esses “objetos” da ciências sociais são dotados de intencionalidades e pensamento autônomo. "Cada ator social é também um teórico social, no sentido de que interpreta a sua própria conduta e a situação social em que se insere para poder agir" (ALONSO, 2016, p. 9). Esses atores produzem interpretações do mundo social, o que impõe aos cientistas sociais certas necessidades e cuidados. Anthony Giddens (1978) chamou isso de "dupla hermenêutica": o sociólogo interpreta a interpretação que os sujeitos produzem de sua prática. Além disso, as ciências sociais são autorreflexivas: o processo de estudar afeta o que será estudado. A pesquisa qualitativa, de acordo com Deslauriers e Kérisit (2012), ainda possibilita familiarizar-se com as pessoas e suas preocupações, colaborando, por meio da precisão dos detalhes, com a questão dos mecanismos e dos atores.

Ainda quanto a pesquisa qualitativa, na visão de Creswell (2007), ela consiste em uma forma de exploração interpretativa em que os pesquisadores fazem um exame do que veem e ouvem dos seus sujeitos de pesquisa, mas tendo em vista sempre o foco da análise que está nas percepções e nas experiências dos pesquisados, no sentido que dão a suas experiências e ações.

Para a fase de pesquisa de campo, foi considerado, independentemente das modalidades e instrumentos aplicados, o período a partir de 2022 até o momento atual, refletindo e considerando as mudanças, principalmente do cenário econômico brasileiro, bem como as mudanças no âmbito acadêmico das instituições de ensino superior, durante a pandemia e pós-pandemia.

### 7.3. Análise e sistematização dos dados

Por fim, os dados obtidos pela pesquisa da **análise documental** das Novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração de 2021 - DCNs foram interpretados através da **análise de discurso**. Foi realizado assim para melhor compreensão dos problemas de tese, entendendo e identificando a realidade sutil, ou da não abordagem do tema empreendedorismo social e solidário nas novas diretrizes curriculares. De forma clara e transparente para as IES, esse documento é considerado uma fonte primordial e valiosa de coleta de dados para a temática de pesquisa.

A consideração da análise documental, das Novas DCNs, foi pautada por ser uma metodologia de investigação científica que adota determinados procedimentos técnicos e científicos com o intuito de examinar e compreender o teor de documentos dos mais variados tipos, e deles obter as mais significativas informações, conforme o problema de pesquisa estabelecido. (JUNIOR; OLIVEIRA; SANTOS; SCHNEKENBERG, 2021).

Para Gil (2008), na observação participativa, o pesquisador precisa se preocupar com alguns fatores. Primeiramente, é essencial identificar os sujeitos e suas características, como quem são, quantos são e qual a sua faixa etária, entre outros detalhes relevantes. Além disso, é importante observar o cenário em que ocorre a interação social, compreendendo o sistema de integração e interação das pessoas envolvidas, assim como as características do local onde ocorre a observação. Não menos importante é analisar o comportamento das pessoas, incluindo os termos sociais que utilizam, seus padrões de relacionamento e as linguagens empregadas durante as interações.

Os dados levantados pelo **questionário** foram **tratados, tabulados e convertidos** em gráficos, tabelas e quadros ilustrativos mediante programa computacional estatístico - *Google Forms*, subsequentemente com suas análises, esclarecendo o resultado da coleta de dados. Esse instrumento foi aplicado aos estudantes, foco da pesquisa, esclarecendo questões norteadoras da temática pesquisada.

O questionário, segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” Assim, nas questões de cunho empírico, o questionário é uma técnica que serviu para coletar as informações da realidade, tanto do empreendimento quanto do mercado que o cerca. Essas informações foram fundamentais na construção da pesquisa.

A análise das **entrevistas semiestruturadas e qualitativas** foi realizada mediante a **transcrição das falas dos entrevistados** sobre o ponto de vista dos enfoques propostos inicialmente na estrutura do roteiro, levantando elementos que serviram de subsídios para explicar os objetivos que norteiam essa etapa.

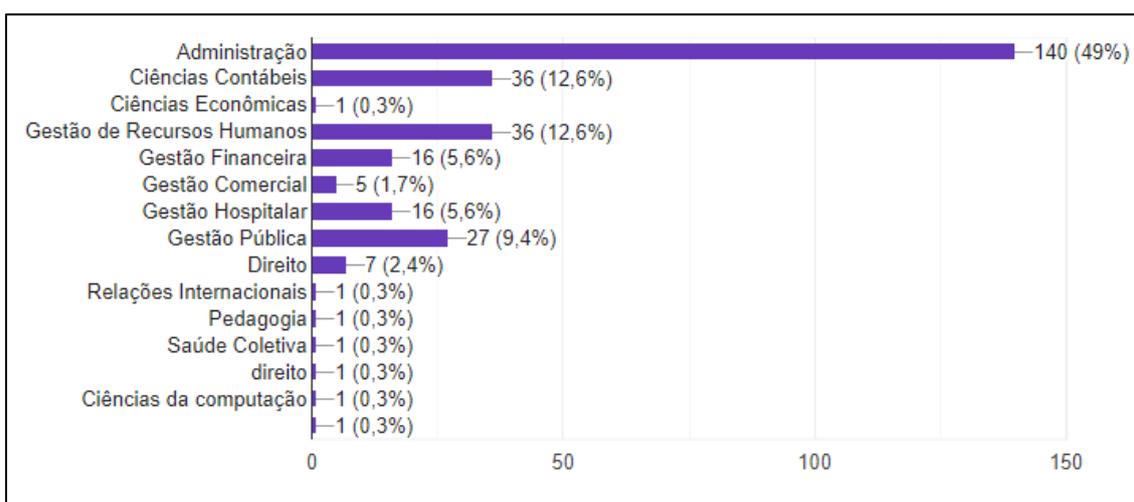
De acordo com Triviños (1987), a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos podem gerar novas hipóteses a partir das respostas dos informantes, sendo o foco principal estabelecido pelo investigador-entrevistador. Afirma, ainda, que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...],” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

## 8. INTERPRETAÇÕES E PERCEPÇÕES

### 8.1. Análise do questionário aplicado aos estudantes das Escolas de Negócios

O questionário sobre Empreendedorismo Social e Solidário foi respondido por 286 estudantes, representados em sua maioria pelas Escolas de Negócios das IES, computando 96,8% da pesquisa, no entanto, pelo agrupamento de turmas, eventuais estudantes de outros cursos também responderam, em uma quantidade não representativa para a pesquisa.

Gráfico 01 – Curso

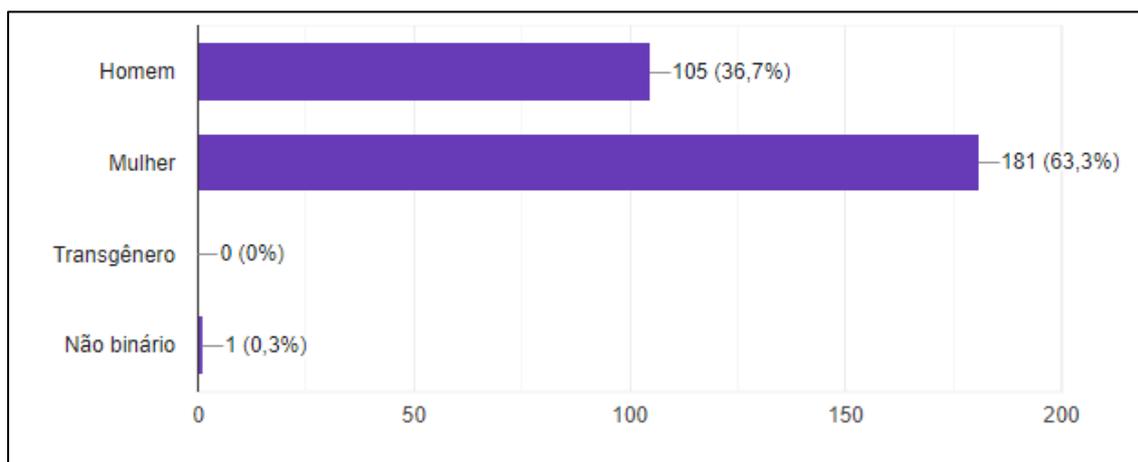


Fonte: Autora da pesquisa, 2024

O curso de Administração foi representado em 49% dos estudantes respondentes, seguido de 12,6% do curso de Ciências Contábeis, 12,6% do curso de Gestão de Recursos Humanos, 9,4% do curso de Gestão Pública, 5,6% do curso de Gestão Financeira, 5,6% do curso de Gestão Hospitalar, 1,7% do curso de Gestão Comercial, 0,3% do curso de Ciências Econômicas e 3,2% foi representado por uma minoria de outros cursos que responderam pela junção de turma.

Com relação ao gênero e identificação, as respostas se concentraram em:

Gráfico 02 – Gênero



Fonte: Autora da pesquisa, 2024

O gráfico representa 63,2% dos estudantes respondentes mulheres, 36,6% dos estudantes respondentes homens e 0,2% dos estudantes identificam-se como não binários. Esse gráfico expressa exatamente os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2023), quanto às pesquisas sobre mulheres brasileiras na educação superior e na preparação para o mercado de trabalho, revelando que cada vez mais têm ocupado o espaço no sistema de aprendizagem e, conseqüentemente, no ambiente acadêmico. Segundo o IBGE (2023), há uma tendência geral de aumento da escolaridade das mulheres em comparação aos homens.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD (2022), dos homens com 25 anos ou mais de idade, 15,1% têm ensino superior completo, já dentre as mulheres com 25 anos ou mais, 19,4% completaram o ensino superior no Brasil. Portanto, apresentam maior tendência de completarem a graduação comparadas aos homens. Nesse sentido, pode-se perceber que existe uma relação entre esses dados e a pesquisa, propondo um campo para o desenvolvimento feminino quanto ao empreendedorismo social e solidário de forma sustentável.

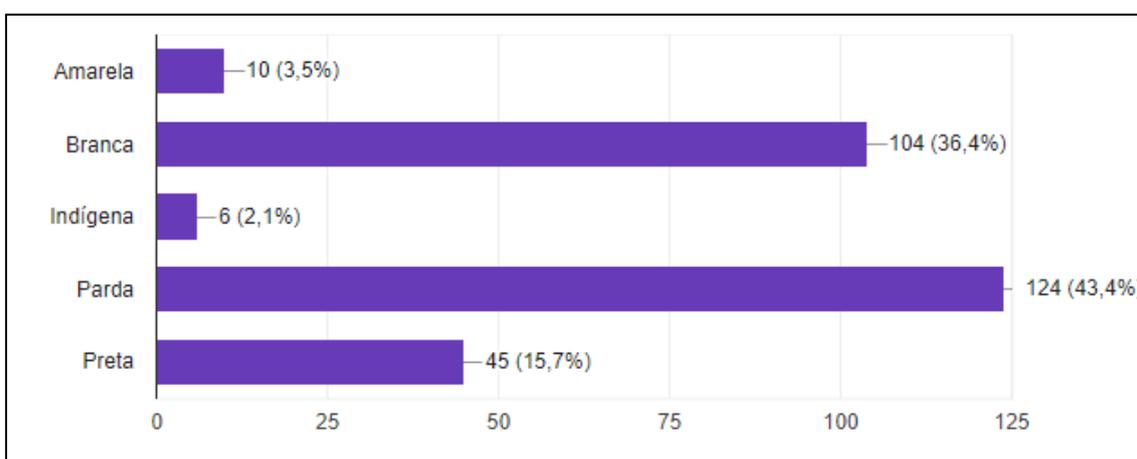
De acordo com o Sebrae (2022), o Brasil é o 7º país com maior número de empreendedoras. Dos 52 milhões de empreendedores existentes no país, 32 milhões são mulheres, com 46% dos empreendedores iniciais mulheres e 49% das empreendedoras mulheres sendo chefes de família. As mulheres são cada vez menos “cônjuges” e cada vez mais “Chefes de Domicílio”.

Na visão de seus negócios, ainda segundo o Sebrae, 40% das empreendedoras iniciais pretendem abrir de 1 a 5 vagas de emprego; 82% empreendem por necessidade e 69% empreendem para fazer a diferença no mundo.

No entanto, um dos principais obstáculos para o avanço das mulheres empreendedoras é a jornada tripla. Elas dedicam 17% menos horas ao próprio negócio do que os homens. Esse fato justifica que, durante seus estudos, as mulheres precisam estar profundamente inseridas e integradas às práticas de gestão. Esse é um dos papéis fundamentais das Instituições de Ensino Superior (IES): garantir, em suas matrizes curriculares e no desenvolvimento diário da academia, uma preparação realista para esse mercado em expansão. Isso assegura que essas empreendedoras possam conhecer diversas vertentes do empreendedorismo social e solidário, compreendendo como podem impactar positivamente a vida das pessoas e reconhecendo-o como uma alternativa para fazer a diferença no mundo.

Quanto à origem étnica e raça dos respondentes, representa-se:

Gráfico 03 – Etnia e raça

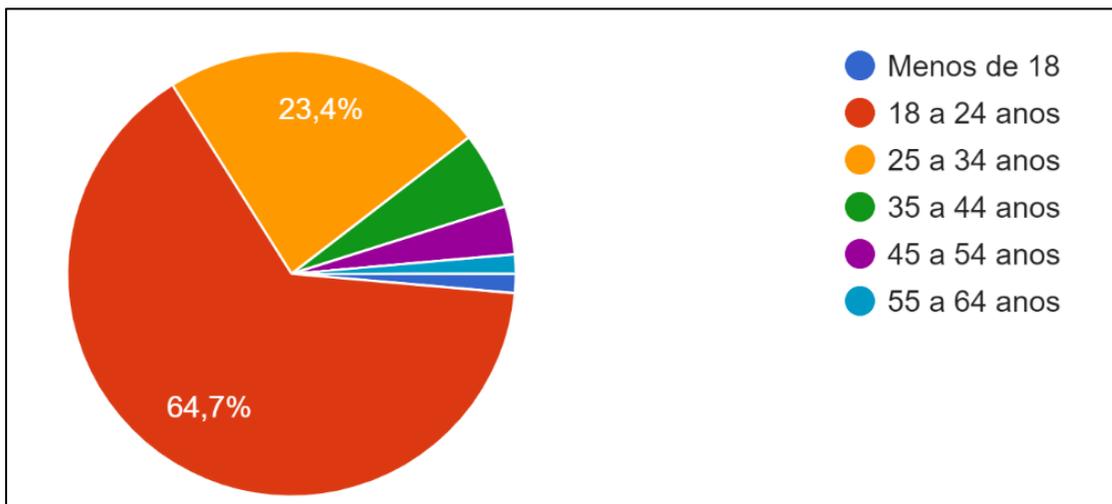


Fonte: Autora da pesquisa, 2024

Com relação a origem étnica e raça dos estudantes respondentes, identificou-se que 43,4% são pardos, 36,4% são brancos, 15,7% são pretos, 3,5% são amarelos e 2,1% dos estudantes respondentes são indígenas. Nesse mesmo contexto, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD, a população de mulheres brancas, de 25 anos ou mais de idade com ensino superior completo naquele ano foi de 23,5%, enquanto a de mulheres pretas foi de 10,4%. Os dados da pesquisa do IBGE (2022) mostram claramente que a etnia ou raça é fator preponderante na desvantagem educacional. Nesta pesquisa também fica claro que homens e mulheres pretos são inferiores aos pardos e brancos.

Quanto à idade dos respondentes, representa-se:

Gráfico 04 – Idade

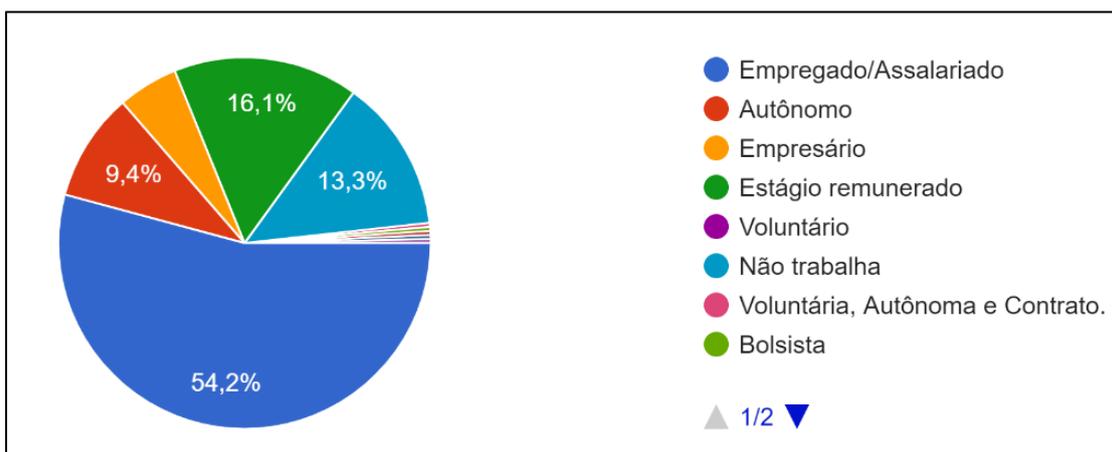


Fonte: Autora da pesquisa, 2024

No que se refere à idade dos estudantes respondentes, em sua maioria, 64,7% estão entre 18 a 24 anos e 23,4% estão entre 25 a 34 anos, 5,6% dos estudantes respondentes estão entre 35 a 44 anos, 3,5% dos estudantes respondentes estão entre 45 a 54 anos, 1,4% dos estudantes respondentes estão entre 55 a 64 anos e 1,4% dos estudantes respondentes são menores de 18 anos.

Quanto à situação atual de emprego dos respondentes, representa-se:

Gráfico 05 – Situação atual de emprego



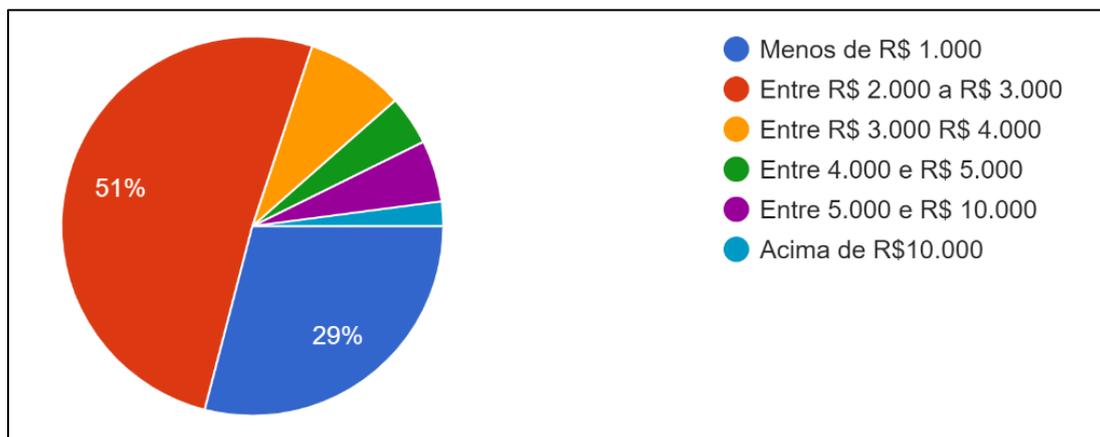
Fonte: Autora da pesquisa, 2024

Quanto à situação atual de emprego dos estudantes respondentes, em sua maioria, 54,2% são empregados/assalariados, 16,1% são estagiários remunerados, 13,3% não estão trabalhando e 9,4% são autônomos, 1,8% dos estudantes respondentes são bolsistas, 1,8% dos

estudantes respondentes são militares, 1,8% dos estudantes respondentes são empresários e 1,6% dos estudantes respondentes são voluntários.

Quanto à faixa de renda dos respondentes, representa-se:

Gráfico 06 – Faixa de renda



Fonte: Autora da pesquisa, 2024

De acordo com os estudantes respondentes, em sua maioria, 51% possuem renda entre R\$2.000 a R\$3.000, 29% possuem renda menor que R\$1.000, 8,4% dos estudantes respondentes possuem renda entre R\$ 3.000 a R\$ 4.000, 5,2% dos estudantes respondentes possuem renda entre R\$ 5.000 e 10.000, 4,2% dos estudantes respondentes possuem renda entre R\$ 4.000 e R\$ 5.000 e 2,2% dos estudantes respondentes possuem renda acima de R\$ 10.000.

Percebe-se nesse item que, para os jovens moradores de Brasília e regiões administrativas, a renda de R\$2.000 a R\$3.000 é baixa, se comparada ao custo de vida do Distrito Federal, para jovens solteiros, segundo o IBGE (2022), mesmo aqueles que moram em regiões administrativas pertencentes ao Distrito Federal e em situação mais vulnerável ainda quando analisamos os 29% dos estudantes pesquisados com renda menor de R\$1.000.

O Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDEF) e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) divulgaram o boletim anual “Juventude e Mercado de Trabalho”. A publicação analisa a inserção da população de 15 a 29 anos no mercado de trabalho brasileiro em 2022. Em 2022, os jovens correspondiam a 27,7% da população com idade para trabalhar (15 anos ou mais), totalizando 701 mil pessoas distribuídas em três grupos: adolescentes, entre 15 e 17 anos (5,1%), jovens-jovens, entre 18 e 24 anos (13,2%), e jovens adultos, entre 25 e 29 anos (9,4%). A juventude tinha uma expressiva participação no mercado de trabalho local, representando 28,8% da população ocupada ou em busca de ocupação.

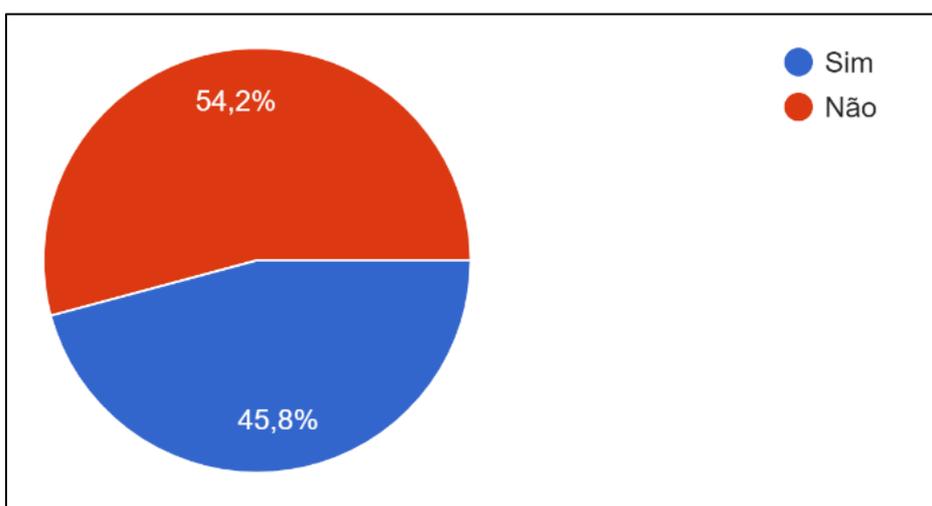
A taxa de desemprego entre os jovens economicamente ativos (ocupados ou em busca de ocupação) alcançava 29,2% em 2022. Em 2022, os jovens correspondiam a 54,6% dos desempregados e a 24,1% dos ocupados no DF, de acordo com o IPEDF e DIEESE.

A análise revela um preocupante alto nível de desemprego entre os jovens, sublinhando a necessidade de qualificação e preparação para um mercado de trabalho competitivo. As IES devem ir além da oferta de diplomas e focar em como preparar os estudantes para contribuir efetivamente no mercado de trabalho.

Convém destacar que, se 29% dos entrevistados recebem uma renda inferior a R\$1000, é possível descrever um cenário bastante precário, levando-se em consideração apenas as despesas de cuidados pessoais, educacionais e de sustento básico para a sobrevivência, ficando a situação de vulnerabilidade socioeconômica ainda mais evidenciada nos casos em que esses estudantes moram sozinhos ou são provedores ou colaboradores nas despesas familiares. Aqui reside uma responsabilidade significativa sobre as IES no que tange ao ensino, formação e educação em empreendedorismo social e solidário.

O gráfico a seguir é sobre o seguinte questionamento – Já teve familiaridade com algum dos termos: Economia Solidária, Economia Social, Economia Popular e Outra Economia?

Gráfico 07 – Possui familiaridade com algum dos termos: Economia Solidária, Economia Social, Economia Popular e Outra Economia?



Fonte: Autora da pesquisa, 2024

Quanto à familiaridade com algum dos termos: Economia Solidária, Economia Social, Economia Popular e Outra Economia, 54,2% dos estudantes respondentes disseram que não têm familiaridade alguma, e 45,8% dos estudantes respondentes disseram que possuem familiaridade com os termos citados. Ou seja, mais da metade dos estudantes respondentes não

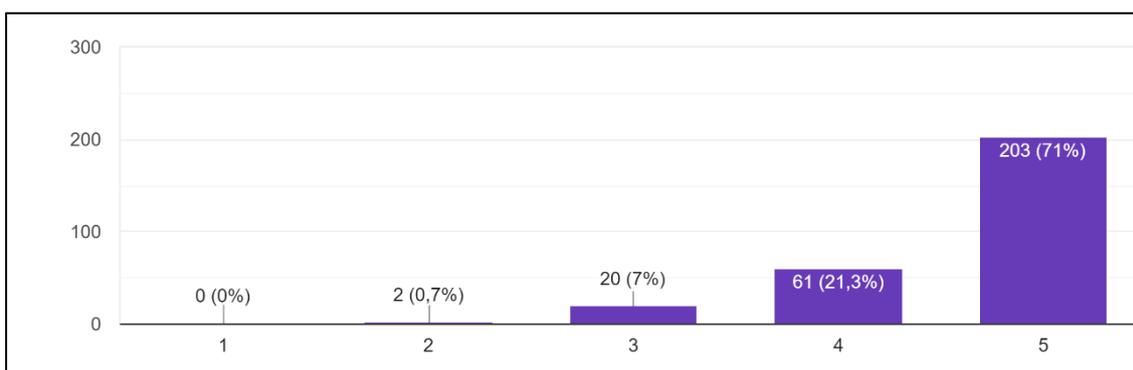
têm conhecimento profundo sobre as temáticas apresentadas e nenhuma intimidade com os termos.

A compreensão atual sugere que as IES não estão tratando os conceitos de forma suficientemente ampla, estruturada e formalizada com os estudantes de gestão em suas Escolas de Negócios. Isso revela uma lacuna significativa na formação dos futuros gestores. A falta de uma abordagem mais aprofundada e institucionalizada pode limitar a capacidade dos estudantes de aplicar eficazmente esses conceitos na prática, perdendo assim oportunidades de promover impactos positivos sustentáveis em suas futuras carreiras e na sociedade em geral.

No século XXI, economias como a circular, regenerativa, bioeconomia e de baixo carbono, que promovem práticas ambientais responsáveis, ainda são pouco abordadas pelos estudantes. As IES frequentemente limitam-se a oferecer apenas uma disciplina sobre esses temas, geralmente ministrada por um único professor, o que restringe a exploração completa do potencial educacional desses conceitos.

Uma abordagem mais integrada e colaborativa, envolvendo diversos especialistas e setores da comunidade acadêmica, poderia enriquecer a experiência dos estudantes e alinhar a educação com as demandas contemporâneas. Atualmente, há uma lacuna significativa na formação dos jovens para enfrentar desafios de vulnerabilidade econômica e desigualdade social.

Gráfico 08 – Numa escala de 1 a 5, sendo 1 nenhuma e 5 muita, qual a importância você dá ao tema do empreendedorismo?

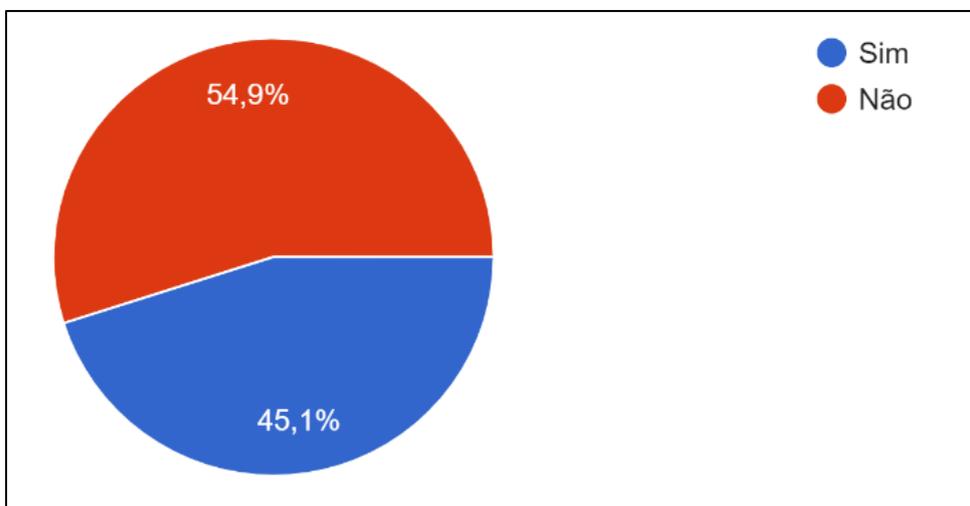


Fonte: Autora da pesquisa, 2024

De acordo com a Escala de Likert, de 1 a 5, sendo 1 nenhuma e 5 muita, qual a importância você dá ao tema do empreendedorismo? 71% dos estudantes respondentes consideram muito importante o tema, 21,3% dos estudantes respondentes consideram importante o tema, e 7% dos estudantes respondentes consideram moderado o tema.

Representando a pesquisa, os jovens atribuem em sua maioria um grau de muita importância ao tema empreendedorismo, abrindo o pré-requisito de interesse à temática trabalhada na tese.

Gráfico 09 – Qual o significado de Empreendedorismo Social e Solidário?

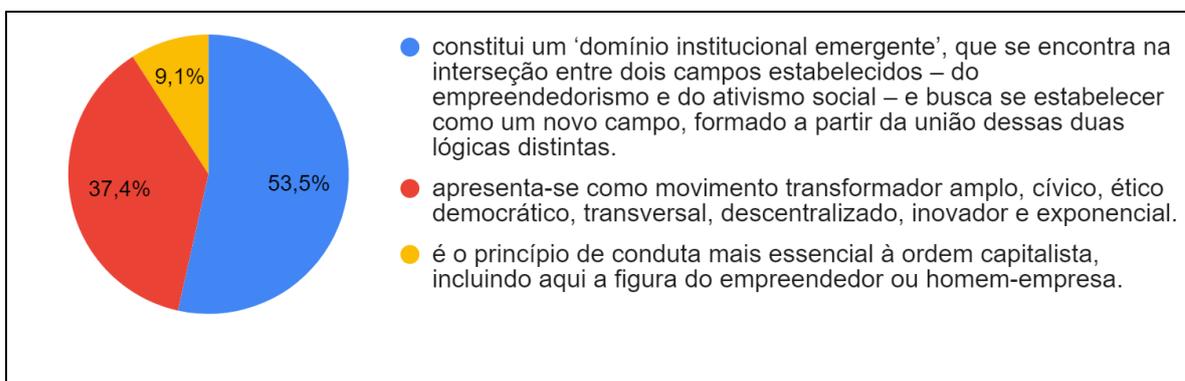


Fonte: Autora da pesquisa, 2024

No gráfico 09, os estudantes respondentes indicaram que 54,9% não sabem o significado de empreendedorismo social e solidário, enquanto 45,1% afirmaram conhecer esse conceito. Essa representação sugere que, apesar de as IES incluírem a disciplina de Empreendedorismo em suas matrizes curriculares na área de negócios, a maioria dos estudantes desconhece os conceitos de empreendedorismo social e solidário.

Isso evidencia a necessidade de ações coordenadas pelas IES para enfrentar essa lacuna, que vão desde a atualização das DCNs até a capacitação dos professores e da comunidade acadêmica em geral, visando integrar eficazmente essa temática ao processo educacional.

Gráfico 10 – Qual das alternativas se enquadram melhor na definição (ou conceito) de empreendedorismo social e solidário?



Fonte: Autora da pesquisa, 2024

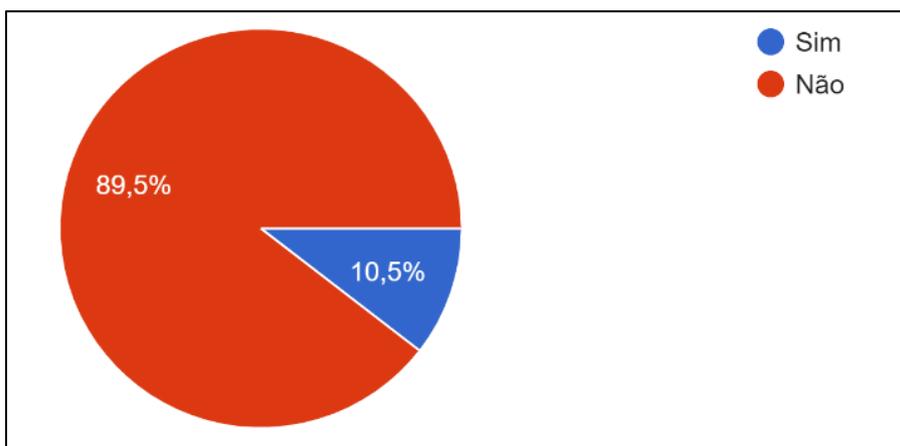
Apesar de no gráfico 09, 54,9% dos estudantes responderem não conhecer o conceito de empreendedorismo social e solidário, quando apresentados de forma escrita aos mesmos conceitos, os respondentes conseguiram detectar, em 53,5% das respostas, que a melhor alternativa para o conceito de empreendedorismo social e solidário era: constitui um ‘domínio institucional emergente’, que se encontra na interseção entre dois campos estabelecidos – do empreendedorismo e do ativismo social – e busca estabelecer-se como um novo campo, formado a partir da união dessas duas lógicas distintas.

No gráfico 09, 37,4% dos estudantes responderam que a melhor alternativa de definição do conceito de empreendedorismo social e solidário era: apresenta-se como um movimento transformador amplo, cívico, ético, democrático, transversal, descentralizado, inovador e exponencial. Apenas 9,1% acreditam que a melhor alternativa de conceito para o empreendedorismo social e solidário seria: é o princípio de conduta mais essencial à ordem capitalista, incluindo aqui a figura do empreendedor ou homem-empresa.

Assim, quanto ao entendimento dos gráficos 09 e 10, constata-se que, quando o aluno interpreta os significados dos conceitos, ele se aproxima melhor das alternativas corretas. Porém, quando questionado se conhece o conceito, muitas vezes ele não se sente seguro e confiante para definir os termos e acaba declarando desconhecimento.

A dificuldade em conceituar algo pode decorrer da falta de uma compreensão profunda do tema. Para formular um conceito, é necessário ter uma estrutura conceitual bem desenvolvida. Isso indica que os respondentes da pesquisa não têm uma compreensão sólida dos termos de empreendedorismo social e solidário.

Gráfico 11 – Já teve contato direto com o empreendedorismo social e solidário?

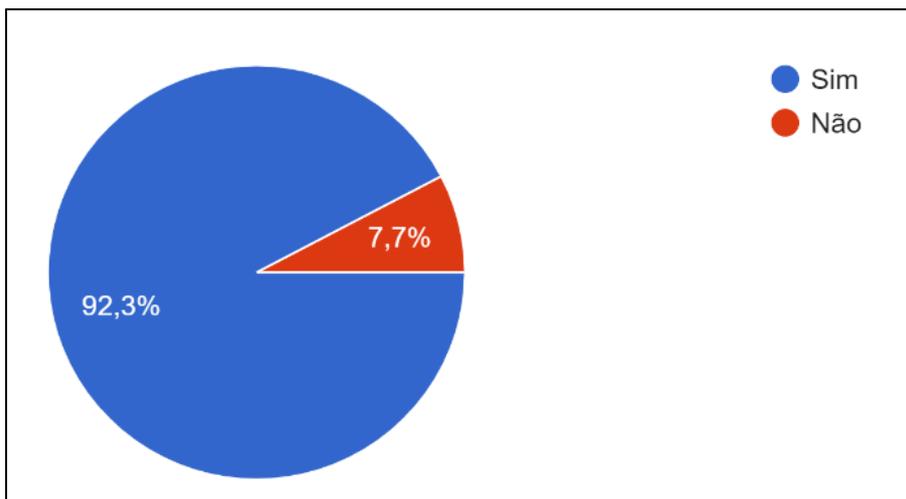


Fonte: Autora da pesquisa, 2024

Dentre os estudantes respondentes quanto ao contato direto com o empreendedorismo social e solidário, 89,5% disseram que não possuem contato direto e 10,5% disseram que

possuem contato direto. Entende-se que, sem um contato direto com o empreendedorismo social e solidário, os estudantes correm o risco de não desenvolver competências cruciais para enfrentar os desafios contemporâneos. Essas habilidades incluem a capacidade de inovar em soluções para problemas sociais, entender a dinâmica de trabalho colaborativo e sustentável e aplicar princípios éticos e de responsabilidade social na prática empresarial.

Gráfico 12 – Tem interesse em conhecer melhor sobre a temática do empreendedorismo social e solidário?

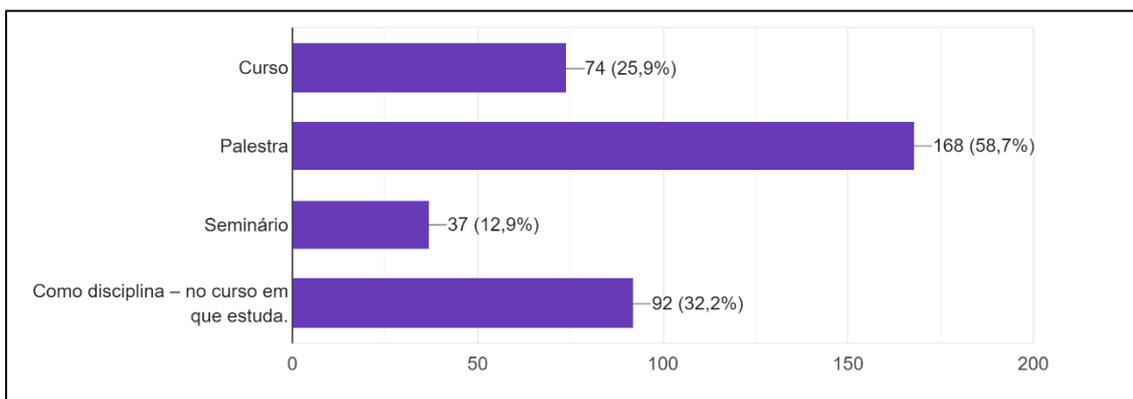


Fonte: Autora da pesquisa, 2024

Quando se trata de interesse de conhecer melhor sobre a temática do empreendedorismo social e solidário, 92,3% dos estudantes respondentes disseram ter interesse, e apenas 7,7% dos estudantes respondentes disseram não ter interesse. Isso demonstra, majoritariamente, que os estudantes respondentes acreditam ser importante, útil e vantajoso, principalmente socialmente, considerando a temática digna de atenção.

O interesse do estudante em empreendedorismo social e solidário traz benefícios educacionais e sociais significativos. Demonstra uma disposição para adotar práticas empresariais que visam ao impacto social positivo, ajudando a desenvolver soluções inovadoras para problemas sociais. Além disso, esse interesse reflete uma maior consciência das necessidades da comunidade e do ambiente, promovendo ações empresariais mais responsáveis e éticas, o que pode influenciar positivamente sua carreira ao buscar oportunidades alinhadas com seus valores.

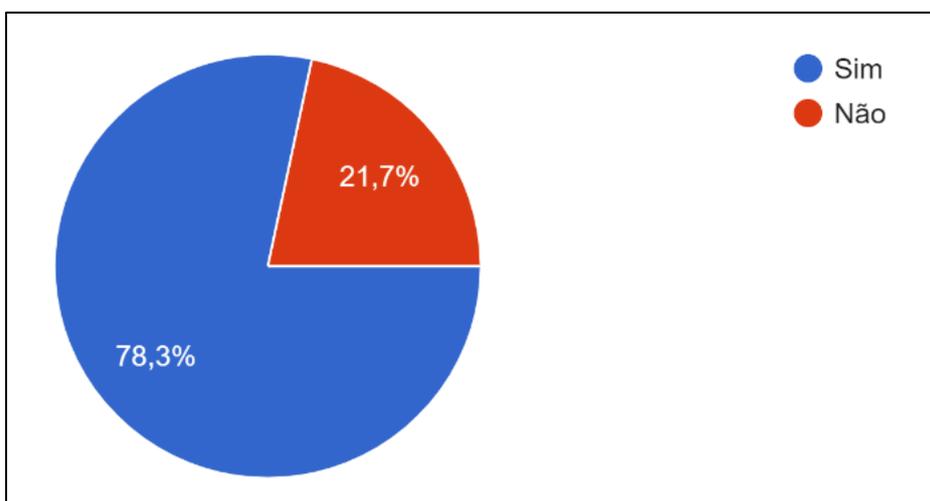
Gráfico 13 – Quais das opções de apresentação sobre a temática do empreendedorismo social e solidário você prefere?



Fonte: Autora da pesquisa, 2024

De acordo com o gráfico 13, que está relacionado com o gráfico 12, quanto às formas de apresentação ao interesse na temática empreendedorismo social e solidário, 58,7% dos respondentes disseram ter interesse na palestra; 32,2% disseram ter interesse na temática como disciplina no curso em que estuda; 25,9% disseram ter interesse como curso e 12,9% dos estudantes respondentes disseram ter interesse como seminário.

Gráfico 14 – Gostaria de se envolver com projetos, empresas ou atividades de gestão voltadas para o empreendedorismo social e solidário?

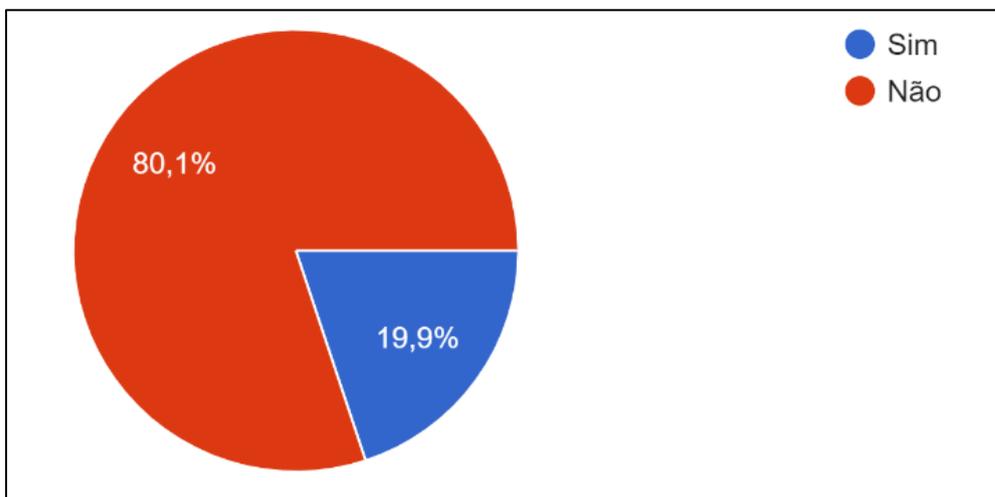


Fonte: Autora da pesquisa, 2024

Ao perguntar sobre o envolvimento com projetos, empresas ou atividades de gestão, voltadas para o empreendedorismo social e solidário, 78,3% dos estudantes respondentes disseram que sim, gostariam de se envolver, e 21,7% disseram que não gostariam de se envolver. Um percentual significativo da pesquisa com os estudantes respondentes gostaria de se envolver com projetos, empresas ou atividades da gestão, voltadas para o empreendedorismo

social e solidário, demonstrando para a pesquisa que existe o interesse em práticas curriculares e extracurriculares pelos estudantes nas IES sobre a temática.

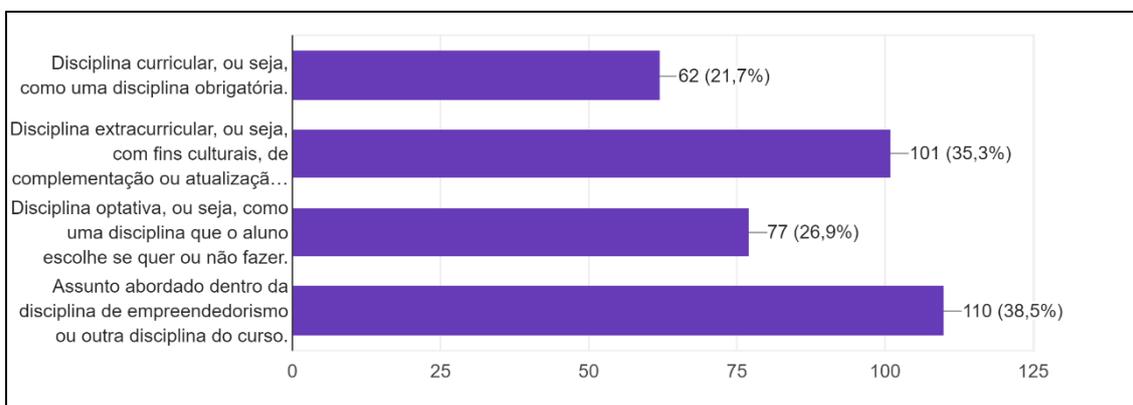
Gráfico 15 – Já realizou algum curso onde foi abordada a temática do empreendedorismo social e solidário?



Fonte: Autora da pesquisa, 2024

Quando se pergunta sobre ter realizado algum curso em que foi abordada a temática do empreendedorismo social e solidário, 80,1% dos estudantes respondentes disseram que não, e 19,9% dos estudantes respondentes disseram que sim. Portanto, a grande maioria dos estudantes respondentes, ao realizar cursos diversos, não tiveram em seus conteúdos a temática do empreendedorismo social e solidário. Diante disso, revela-se que, entre outros fatores, a não oferta nos cursos minimiza a importância dessa temática como forma de desenvolvimento de habilidade e competências para a gestão dos negócios.

Gráfico 16 – Quais das opções você escolheria em realização do tema sobre empreendedorismo social e solidário no curso em que estuda atualmente?



Fonte: Autora da pesquisa, 2024

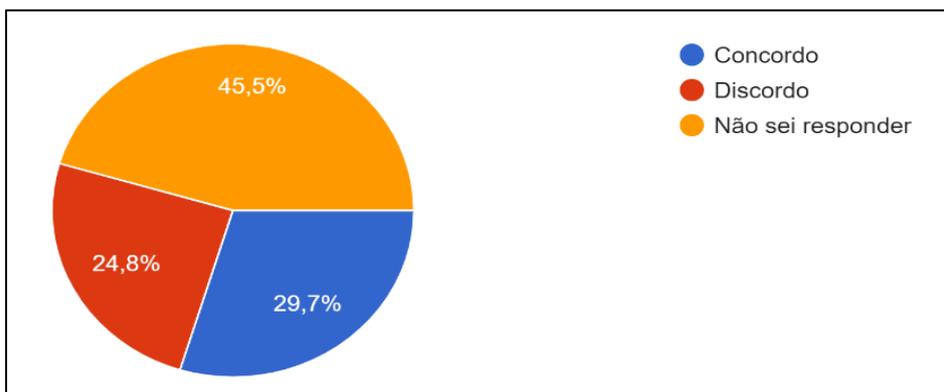
As opções de resposta do gráfico 16 foram as seguintes: Disciplina curricular, ou seja, como uma disciplina obrigatória; Disciplina extracurricular, ou seja, com fins culturais, de complementação ou atualização de conhecimento; Disciplina optativa, ou seja, como uma disciplina que o aluno escolhe se quer ou não fazer; Assunto abordado dentro da disciplina de empreendedorismo ou outra disciplina do curso, as quais foram respondidas nas proporções abaixo.

O gráfico apresenta dados quantitativos sobre a preferência dos estudantes em relação à integração do empreendedorismo social e solidário nos currículos acadêmicos. A análise desses dados revela que uma parcela significativa dos estudantes (38,5%) deseja que o tema seja integrado como parte da disciplina de empreendedorismo ou outra disciplina do curso em que estão matriculados. Isso sugere que muitos veem valor em aprender sobre empreendedorismo social de maneira integrada aos conteúdos principais do curso. Além disso, 35,3% dos estudantes preferem que o empreendedorismo social seja oferecido como disciplina extracurricular, o que indica um interesse em explorar o tema de forma complementar ou cultural, sem necessariamente integrá-lo diretamente ao currículo obrigatório.

Na opção por disciplinas optativas, 26,9% dos estudantes reflete um desejo por escolha individual na formação acadêmica, permitindo-lhes a liberdade de decidir se desejam se aprofundar nesse campo específico. Por fim, 21,7% dos estudantes expressaram que preferem que o empreendedorismo social seja uma disciplina curricular obrigatória, o que evidencia um reconhecimento da importância do tema, independentemente de suas especializações.

Essa divisão de preferências dos estudantes destaca a diversidade de opiniões e necessidades dentro do ambiente acadêmico, sublinhando a importância de abordagens flexíveis e adaptáveis na inclusão do empreendedorismo social e solidário nos currículos das instituições de ensino superior.

Gráfico 17 – Na sua opinião, atualmente as IES (Instituições de Ensino Superior) trabalham a temática do empreendedorismo social e solidário em seus cursos de gestão?



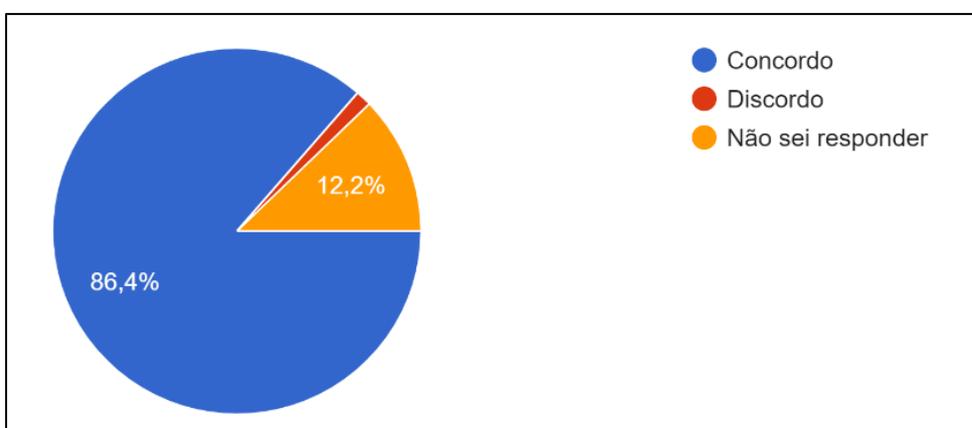
Fonte: Autora da pesquisa, 2024

O gráfico apresenta uma análise dos dados sobre a percepção dos estudantes em relação à abordagem do empreendedorismo social e solidário nos cursos de gestão das IES. Inicialmente, observa-se que 45,5% dos estudantes não souberam responder se o tema é abordado em seus cursos. Isso sugere uma falta de clareza ou informação por parte dos estudantes sobre os conteúdos curriculares relacionados ao empreendedorismo social e solidário.

Entre os respondentes que conseguiram opinar, 29,7% concordaram que a temática é tratada em seus cursos, enquanto 24,8% discordaram dessa afirmação. Essa divisão revela uma certa polarização de opiniões entre os estudantes que têm alguma noção sobre o que é ensinado em seus programas acadêmicos.

Ao somar os estudantes que não sabem responder com aqueles que discordam, totalizando 70,3% dos respondentes, fica evidente que uma grande parte dos estudantes ingressa no ensino superior sem um conhecimento prévio claro das matrizes curriculares de seus cursos. Isso não apenas indica uma possível lacuna na comunicação institucional, mas também sugere que muitos estudantes iniciam seus estudos sem compreender plenamente quais habilidades e competências serão desenvolvidas ao longo do curso de gestão. Portanto, esses dados destacam a importância de uma comunicação mais transparente e eficaz por parte das IES para informar melhor seus estudantes sobre os conteúdos e temáticas abordadas nos cursos, especialmente no que diz respeito ao empreendedorismo social e solidário, que pode ser crucial para a formação de gestores preparados para os desafios contemporâneos.

Gráfico 18 – Você considera que as IES (Instituições de Ensino Superior) podem orientar quanto a educação do empreendedorismo social e solidário nos cursos de negócios?



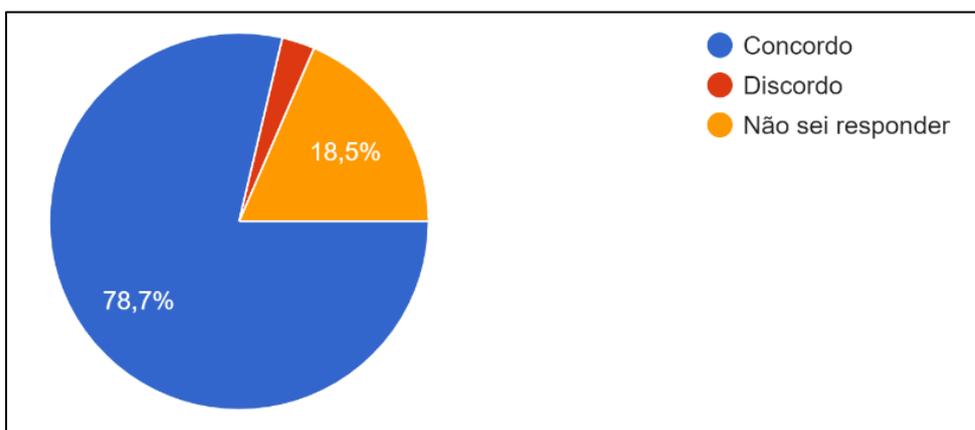
Fonte: Autora da pesquisa, 2024

O gráfico 18 analisa a percepção dos estudantes em relação ao papel das IES na orientação quanto a educação do empreendedorismo social e solidário nos cursos de negócios. Segundo os dados apresentados, 86,4% dos estudantes concordam que as IES podem desempenhar um papel orientador nessa temática. Esse alto percentual de concordância sugere uma percepção positiva por parte dos estudantes em relação ao potencial das instituições em guiar a educação e a aprendizagem do empreendedorismo social e solidário.

Por outro lado, 12,2% dos estudantes apontaram que não sabiam responder à questão, o que pode indicar uma falta de clareza ou informação por parte desses estudantes sobre a atuação das IES nesse contexto específico. Apenas 1,4% dos respondentes discordaram da afirmação de que as IES podem orientar sobre essa temática, representando uma minoria.

Esses dados levantam reflexões importantes sobre como os estudantes percebem o papel das IES no ensino e formação em empreendedorismo social e solidário. A maioria dos respondentes reconhece a importância das instituições como condutoras de orientação nesse campo, o que ressalta a necessidade de as IES continuarem investindo em iniciativas que fortaleçam essa percepção e promovam uma educação mais alinhada com as demandas sociais e econômicas atuais.

Gráfico 19 – As IES (Instituições de Ensino Superior) possuem um papel fundamental na construção e na evolução dos conceitos de empreendedorismo social e solidário no âmbito acadêmico?



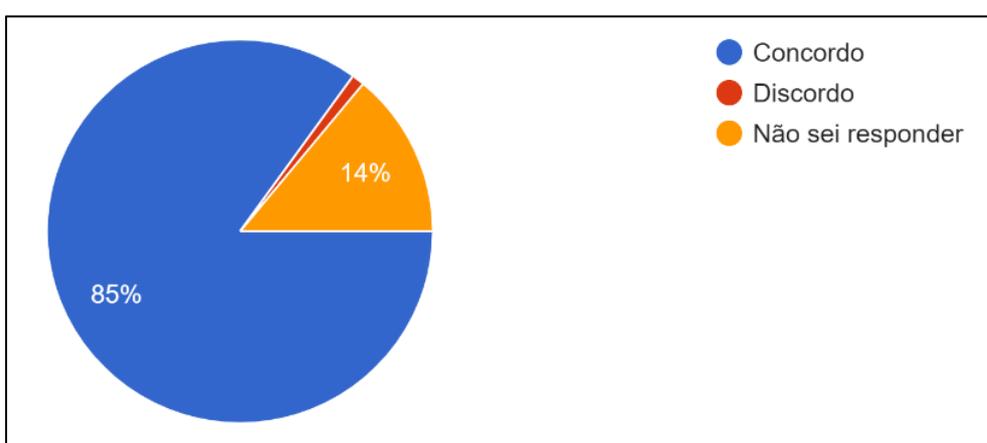
Fonte: Autora da pesquisa, 2024

Já o gráfico 19 analisa a percepção dos estudantes sobre o papel das IES na construção e evolução dos conceitos de empreendedorismo social e solidário no âmbito acadêmico. Segundo os dados apresentados, a maioria expressiva – 78,7% dos estudantes – concorda que as IES desempenham um papel fundamental nesse sentido. Isso reflete uma visão positiva dos

estudantes sobre o potencial das instituições em educar, ensinar e disseminar conhecimentos sobre empreendedorismo social e solidário.

Por outro lado, 18,5% dos estudantes afirmaram não saber responder à questão, o que pode indicar uma falta de informação ou reflexão sobre o tema por parte desses respondentes. Apenas 2,8% discordaram da afirmação de que as IES têm um papel crucial na formação desses conceitos, representando uma minoria.

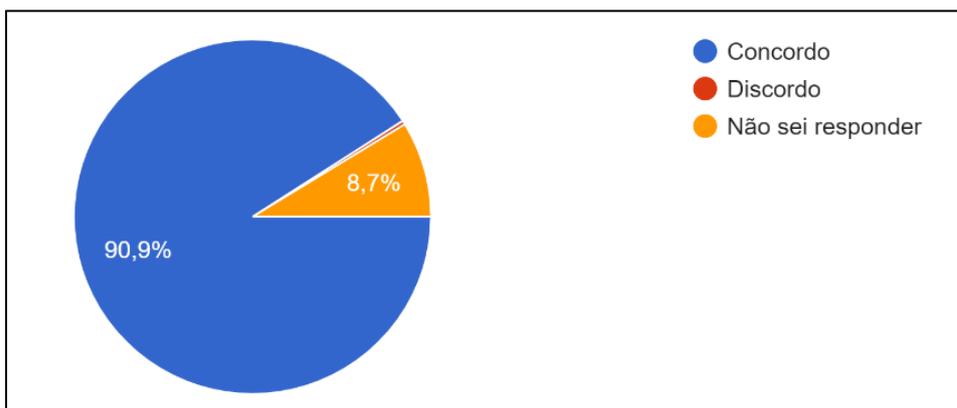
Gráfico 20 – Considerando o cenário da pandemia e pós-pandemia, você acredita que o empreendedorismo social e solidário poderia ajudar como mais uma forma de produção na economia?



Fonte: Autora da pesquisa, 2024

Quando questionado se, considerando o cenário da pandemia e pós-pandemia, você acredita que o empreendedorismo social e solidário poderia ajudar como mais uma forma de produção na economia, 85% dos estudantes respondentes disseram que concordam, 14% disseram que não sabiam responder e 1% disse que discordam. A análise destaca que o empreendedorismo social e solidário não apenas melhora a qualidade de vida dos colaboradores, fornecedores e comunidades locais, mas também promove o desenvolvimento sustentável. Além disso, facilita o acesso a produtos e serviços que anteriormente estavam fora do alcance de certos grupos sociais, contribuindo, assim, para a redução das desigualdades sociais e econômicas. Esses benefícios são percebidos como particularmente relevantes durante e após a pandemia, período em que muitas vulnerabilidades econômicas e sociais foram exacerbadas.

Gráfico 21 – Você acredita que a temática do Empreendedorismo social e solidário contribuiria para a formação dos profissionais das áreas de negócios?



Fonte: Autora da pesquisa, 2024

Os dados fornecidos pelo gráfico 21 revelam uma forte concordância dos estudantes quanto à contribuição do empreendedorismo social e solidário para a formação dos profissionais das áreas de negócios. Especificamente, 90,9% dos estudantes concordaram que essa temática é relevante para sua formação, enquanto uma parcela pequena, 8,7%, não soube responder e apenas 0,4% discordaram.

A alta porcentagem de concordância sugere que os estudantes reconhecem o potencial do empreendedorismo social e solidário como uma ferramenta importante para promover inovação e estratégias diferenciadas no âmbito dos negócios. Isso reflete que uma compreensão ampla de que habilidades empreendedoras, aliadas a preocupações sociais e ambientais, são fundamentais para enfrentar os desafios contemporâneos e para contribuir positivamente com a sociedade.

## 8.2. Interpretação dos questionários aplicados aos estudantes das Escolas de Negócios

Após analisar os dados obtidos no questionário aplicado aos estudantes de Administração e Gestão nas Escolas de Negócios das IES sobre empreendedorismo social e solidário, observam-se diversas representações dentro desse contexto acadêmico. Esse campo é tanto expressivo quanto repleto de oportunidades científicas e práticas para aprendizado, especialmente no que diz respeito ao empreendedorismo social e solidário.

Na análise do questionário, verificou-se que, em média, 49% dos respondentes são estudantes do curso de Administração, enquanto os demais são estudantes de cursos nas áreas de gestão e negócios. Nesse contexto, é importante destacar que as IES implementam diversas estratégias de redução de custos para manter a viabilidade econômica dos cursos. Uma dessas

estratégias envolve a junção e o compartilhamento de diversos cursos durante um período, que pode variar de um semestre a um ano, dependendo das áreas de atuação. Isso significa que os estudantes compartilham a mesma sala e convivem com os mesmos professores durante esse tempo. A questão central que emerge é: será que esses compartilhamentos, focados na viabilidade econômica, estão proporcionando a qualidade de educação esperada? As novas DCNs consideraram essa realidade prática das IES? Esse modelo de compartilhamento consegue realmente atender às especificidades de cada curso, mesmo considerando as disciplinas comuns às áreas de interesse?

Com base na observação de campo pela técnica participante e assistemática, bem como na experiência vivencial da autora desta tese, conclui-se que esse modelo de educação atende de forma parcial e homogênea às necessidades dos estudantes. Outrossim, ele não alcança o nível de qualidade esperado e necessário para a formação integral desses estudantes. Cada curso possui especificidades únicas, que se tornam ainda mais pronunciadas quando se consideram as questões locais e regionais.

As questões locais referem-se às particularidades econômicas, sociais e culturais específicas de uma região. Por exemplo, um curso de Administração em uma região predominantemente agrícola precisa incluir conhecimentos e práticas de gestão voltadas para o agronegócio, enquanto um curso similar em uma região urbana e industrial deve focar em gestão de manufatura e serviços. Essas especificidades são cruciais para preparar os estudantes para os desafios reais que enfrentarão em seus respectivos contextos locais.

Além disso, as questões regionais envolvem fatores como as necessidades, por exemplo, do mercado de trabalho local, as oportunidades de estágio e as parcerias com empresas e organizações regionais. Ignorar essas variáveis pode resultar em uma formação desconectada da realidade dos estudantes, comprometendo sua preparação para o mercado de trabalho e sua capacidade de contribuir de maneira significativa para o desenvolvimento regional.

Dessa forma, ao questionar a qualidade da educação proporcionado por essa abordagem, percebe-se que a visão puramente lucrativa das IES perde sua força e entra em xeque, gerando dúvidas e incertezas sobre a formação dos futuros agentes transformadores da sociedade. A busca pela viabilidade econômica não deve comprometer a qualidade da educação, que é essencial para o desenvolvimento de profissionais competentes e capazes de enfrentar os desafios do mercado e da sociedade.

As instituições que operam dentro de uma lógica neoliberal, em que os objetivos financeiros e a maximização de lucros prevalecem sobre a missão educativa e a responsabilidade social, em vez de promover um aprendizado crítico e inclusivo que aborda questões sociais relevantes, tendem a oferecer cursos e programas que atendem principalmente

à demanda do mercado, muitas vezes com uma ênfase na maximização de receitas. Esse modelo contribui para a reprodução de desigualdades sociais, pois favorece aqueles que têm condições econômicas para pagar por uma educação de qualidade, enquanto negligencia as necessidades e desafios enfrentados por comunidades marginalizadas. Esse enfoque pode levar a uma diminuição na qualidade da educação e na capacidade das IES de formar profissionais comprometidos com a justiça social e a transformação social, em detrimento de uma visão mais holística e crítica da educação.

Já os dados demográficos relativos aos cursos de Administração e gestão nas IES forneceram *insights* valiosos sobre o perfil dos estudantes e permitiram uma análise aprofundada sobre as implicações desses dados para a qualidade e a eficácia da educação.

Primeiramente, é importante observar que a maioria dos respondentes é composta por mulheres. Esse dado reflete uma tendência crescente de aumento da participação feminina no ensino superior, especialmente em cursos tradicionalmente dominados por homens. A presença predominante de mulheres pode indicar uma mudança positiva em direção à igualdade de gênero no mercado de trabalho e uma maior diversidade nas áreas de Administração e gestão. No entanto, essa mudança também traz desafios específicos, como a necessidade de criar um ambiente educacional inclusivo, que promova a equidade de gênero, oferecendo apoio e recursos para atender às necessidades específicas das mulheres, como programas de mentoria, redes de apoio e políticas de conciliação entre vida acadêmica e familiar.

Quanto à etnia e raça, os dados indicaram uma predominância de estudantes pardos e brancos, com idades entre 18 e 24 anos. Esse perfil demográfico revela algumas questões críticas que precisam ser abordadas pelas IES. Primeiramente, a presença significativa de estudantes pardos destaca a importância de políticas de inclusão e diversidade que garantam a equidade racial no ambiente educacional superior. É essencial que as IES implementem estratégias para combater o racismo e a discriminação, promovendo um ambiente onde todos os estudantes, independentemente de sua raça ou etnia, possam se sentir valorizados e apoiados.

Além disso, a faixa etária predominante dos estudantes está entre 18 e 24 anos, sugerindo que a maioria dos estudantes está em uma fase decisiva de transição entre a adolescência e a vida adulta. Essa fase é marcada por desafios significativos, como a busca por identidade profissional, a pressão para alcançar sucesso acadêmico e a necessidade de equilibrar estudos, trabalho e vida pessoal. As IES precisam estar atentas a essas necessidades, por exemplo, oferecendo suporte psicológico, orientação vocacional e oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional que ajudem os estudantes a navegar por essa fase de maneira eficaz e saudável.

Ao considerar esses dados demográficos, é essencial que as IES adaptem suas abordagens pedagógicas e curriculares para atender às necessidades específicas desse perfil estudantil. Apoiando as necessidades dos estudantes, as IES não apenas melhorarão a qualidade da educação, mas também contribuirão para a formação de profissionais mais preparados e conscientes.

A seguir, entre os estudantes de Administração e gestão nas IES, a pesquisa revelou que 54,2% estão empregados como assalariados. Desses, 51% possuem uma renda mensal entre R\$ 2.000 e R\$ 3.000, enquanto 29% ganham menos de R\$ 1.000. Esses números são alarmantes quando se considera o custo médio mensal de vida em Brasília. Um dado bem importante, necessário para análise, é que, segundo IBGE, o custo de vida para uma família de quatro pessoas em Brasília é de R\$ 13.249, e para uma pessoa solteira é de R\$ 5.938,80 aproximadamente. Esses valores incluem despesas essenciais como moradia, alimentação, transporte e outros custos, que são notoriamente mais altos em Brasília do que em muitas outras cidades brasileiras.

A discrepância entre os salários dos estudantes e o custo de vida em Brasília expõe uma realidade socioeconômica profundamente injusta. Mesmo aqueles que ganham entre R\$ 2.000 e R\$ 3.000 mensais enfrentam dificuldades significativas para cobrir suas despesas básicas, enquanto os que ganham menos de R\$ 1.000 estão em uma situação de vulnerabilidade extrema. Essa disparidade não apenas compromete a capacidade desses estudantes de se sustentarem adequadamente, mas também limita drasticamente suas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

Essa situação revela que a pobreza é um conceito multifacetado, que vai além da simples insuficiência de renda. Ela engloba a falta de oportunidades, direitos e acesso a recursos essenciais. Em um contexto em que a concentração de renda é extremamente alta, como em Brasília, a desigualdade se torna ainda mais evidente e pernicioso. Muitos estudantes, apesar de estarem empregados, não conseguem alcançar um padrão de vida digno, o que perpetua um ciclo vicioso de pobreza e exclusão.

A negligência em tratar adequadamente esse tema nas políticas educacionais e sociais é um reflexo de uma falha sistêmica. As IES e as políticas públicas precisam adotar uma abordagem mais abrangente e inclusiva para abordar as múltiplas dimensões da pobreza. Isso deve incluir, por exemplo, a oferta de bolsas de estudo, programas de apoio financeiro e a criação de parcerias com o setor privado para oferecer estágios e oportunidades de emprego que paguem salários justos e compatíveis com o custo de vida local.

É fundamental que as IES ajustem seus currículos e serviços de apoio para atender às necessidades específicas de seus estudantes. Sem essas adaptações, a formação dos futuros

profissionais será prejudicada, perpetuando desigualdades que afetam tanto os indivíduos quanto o desenvolvimento econômico e social do país.

Os dados demográficos e de renda dos estudantes de Administração e gestão em Brasília evidenciam a urgência de políticas e estratégias que enfrentem as questões financeiras e estruturais de desigualdade e falta de oportunidades. Sem ações concretas, a formação desses profissionais continuará deficiente, preservando um ciclo de privação e desamparo social que prejudica a sociedade como um todo.

Igualmente, a pesquisa revela que 54,2% dos estudantes pesquisados não têm, ou nunca tiveram, familiaridade com os termos Economia Solidária, Economia Social, Economia Popular e Outra Economia. Essa deficiência no conhecimento sugere uma falha significativa no processo educacional desses futuros profissionais, que estão em uma fase crucial de construção de suas carreiras. Considerando a relação entre o empirismo e a teoria da pesquisa apresentada na visão de Gaiger, observa-se que esses termos, ao ser impulsionados pelo engajamento cívico, estabelecem vínculos sociais de reciprocidade entre seus membros. Esses vínculos formam a base para suas relações de cooperação e, simultaneamente, possibilitam a criação de novas formas de vida que incorporam valores de justiça, uma ética redistributiva e uma busca pela humanização.

Sob essa perspectiva, essas temáticas surgem como alternativas ao modelo convencional de economia de mercado, sendo definida pela organização coletiva de trabalhadores e pelo fomento a relações mais equitativas e sustentáveis. Nesse cenário, o empreendedorismo social e solidário desempenha um papel fundamental ao incorporar princípios de cooperação, autoadministração e sustentabilidade ambiental em suas práticas econômicas.

Os empreendimentos fundamentados nesses termos são frequentemente organizados de forma cooperativa, permitindo que os trabalhadores associados participem das decisões e dos resultados econômicos da empresa. Esse modelo não apenas busca a criação de renda e emprego, mas também promove uma economia mais justa e inclusiva, na qual os benefícios são distribuídos de maneira adequada entre os membros da comunidade.

Logo, ignorar essas áreas de estudo não apenas limita a compreensão deles sobre uma ampla gama de práticas e teorias econômicas, mas também prejudica sua capacidade de entender e implementar estratégias organizacionais que promovam a justiça social e a sustentabilidade.

O impacto dessa lacuna é considerável, uma vez que as questões relacionadas à Economia Solidária e à Economia Social estão cada vez mais em evidência no cenário econômico global. Empresas e organizações que adotam esses princípios frequentemente

demonstram um compromisso com a inclusão, a equidade e a responsabilidade ambiental. Esses conceitos não são apenas acadêmicos, mas possuem implicações práticas significativas para a gestão moderna. A falta de familiaridade com esses princípios pode resultar em uma formação deficiente, em que os futuros gestores não estão equipados para lidar com os desafios contemporâneos de maneira ética e inovadora.

A não inclusão desses tópicos no currículo escolar prejudica o desenvolvimento de competências essenciais para uma gestão sustentável e responsável. Além disso, a ausência de conhecimento sobre essas áreas pode limitar as oportunidades de emprego e a capacidade dos estudantes de se destacarem como líderes comprometidos com a transformação positiva. A formação acadêmica precisa ser abrangente e adaptada às demandas atuais.

Apesar da lacuna significativa na compreensão dos conceitos de Economia Solidária, Economia Social, Economia Popular e Outras Economias, é notável que 71% dos estudantes pesquisados reconheçam e deem grande importância à educação do empreendedorismo. Esse fato revela uma disjunção crítica entre o conhecimento atual e as expectativas dos estudantes, sinalizando uma oportunidade crucial para as IES.

A valorização do empreendedorismo pelos estudantes, mesmo sem a devida familiaridade com essas vertentes econômicas, destaca um paradoxo que deve ser urgentemente abordado. Os estudantes demonstram uma clara disposição para explorar novas dimensões do empreendedorismo, sugerindo que há uma demanda subjacente por um currículo escolar mais integrado e inovador. Essa disposição não pode ser ignorada, pois reflete uma abertura para novas abordagens que poderiam enriquecer a formação acadêmica e prática dos estudantes.

A falta de conhecimento sobre conceitos emergentes revela a necessidade urgente de evolução nas IES para atender às demandas contemporâneas. Ignorar essas lacunas resulta em uma formação defasada, inadequada para os desafios do mercado atual. Em um ambiente de negócios que valoriza inovação e sustentabilidade, a ausência desses tópicos pode limitar o potencial dos futuros empreendedores e comprometer sua competitividade global. Portanto, as IES devem reavaliar e atualizar seus currículos, incorporando uma visão holística do empreendedorismo social e solidário. Essa atualização não só atenderá à demanda atual, como preparará os estudantes para se tornarem líderes visionários e responsáveis.

A educação deve refletir a evolução do mercado e as necessidades dos estudantes, e agora é o momento de transformar essa oportunidade em uma estratégia educacional proativa. Ao fazer isso, as IES não apenas alinham-se com as expectativas dos estudantes, mas também fortalecem sua posição como instituições que promovem uma educação relevante e adaptada aos desafios do século XXI.

Da mesma forma, a pesquisa evidencia a distância que os estudantes têm em relação ao conceito de empreendedorismo social e solidário. A pesquisa mostrou que 54,9% dos estudantes não sabem o significado do termo, destacando uma lacuna crítica no conhecimento sobre uma área fundamental para o desenvolvimento de práticas empresariais éticas e sustentáveis. Esse dado sublinha uma falha significativa nas matrizes curriculares dos cursos de negócios, nos quais, apesar do empreendedorismo ser abordado como um conceito geral, o empreendedorismo social e solidário frequentemente é negligenciado.

Incorporar o empreendedorismo social e solidário no currículo acadêmico não se resume a adicionar novos conteúdos, mas a preparar os futuros líderes para um ambiente que demanda práticas empresariais responsáveis. Os estudantes desempenham um papel vital na construção de um ecossistema econômico mais justo e sustentável. Desconsiderar ou abordar superficialmente esses conceitos restringe sua capacidade de contribuir de forma significativa para essa mudança.

A dificuldade dos estudantes em compreender o empreendedorismo social e solidário reflete abordagens insuficientes nos cursos de negócios, especialmente considerando a crescente relevância dessas práticas. Apesar de o empreendedorismo ser abordado nos currículos acadêmicos, os conceitos de empreendedorismo social e solidário são frequentemente tratados de maneira fragmentada ou superficial, levando a um entendimento inadequado.

É também nesse contexto que se afirma a polissemia do conceito, destacando a necessidade de uma abordagem mais abrangente e profunda. O conceito de empreendedorismo social e solidário é notavelmente polissêmico, abrangendo uma ampla variedade de interpretações e práticas, dependendo do contexto em que é aplicado. Nota-se que, em sua dimensão econômica, ele pode ser visto como uma alternativa ao modelo capitalista tradicional, referindo-se a iniciativas que buscam gerar valor econômico enquanto promovem impactos sociais positivos, como a criação de empregos para populações vulneráveis ou o desenvolvimento de produtos sustentáveis.

Sob a dimensão social, o empreendedorismo social e solidário é entendido como uma ferramenta poderosa para inclusão e empoderamento de comunidades. Projetos nessa área visam reduzir desigualdades, melhorar a qualidade de vida e proporcionar acesso a serviços básicos como saúde, educação e saneamento. Esse enfoque destaca o papel crucial dessas iniciativas na construção de uma sociedade mais equitativa.

Na dimensão ambiental, o conceito engloba práticas que visam a sustentabilidade e a preservação dos recursos naturais. Empreendimentos sociais e solidários focam em soluções ecológicas, como reciclagem, energia renovável e agricultura sustentável, buscando equilibrar

o desenvolvimento econômico com a responsabilidade ambiental. Esse aspecto é fundamental em um mundo cada vez mais consciente da necessidade de práticas sustentáveis.

Já no contexto educacional, o empreendedorismo social e solidário envolve a integração de valores e práticas que promovem a justiça social e a cidadania ativa nos currículos acadêmicos. Isso inclui o uso de metodologias, ferramentas e práticas ativas que engajem os estudantes em projetos reais, preparando-os para serem agentes de mudança em suas comunidades. A educação nessa área não só informa, mas também capacita os estudantes a fazerem uma diferença concreta.

Já na dimensão organizacional, o conceito pode se referir a práticas de gestão que priorizam o bem-estar dos colaboradores e das comunidades em que operam. Isso pode incluir a adoção de modelos de governança participativa, a promoção de ambientes de trabalho inclusivos e a responsabilidade social corporativa. Essas práticas destacam a importância de uma abordagem holística e ética na gestão empresarial.

A polissemia do empreendedorismo social e solidário reflete sua natureza multifacetada e sua capacidade de se adaptar a diferentes necessidades e contextos. Essa variedade de significados permite que o conceito seja aplicado de maneira flexível e inovadora, respondendo às complexas demandas sociais, econômicas e ambientais do mundo contemporâneo. Ao abraçar essa diversidade de interpretações, o empreendedorismo social e solidário se afirma como um caminho viável e necessário para o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

No campo do empreendedorismo social e solidário, a polissemia é ainda mais pronunciada devido à variedade de objetivos e impactos que essas iniciativas podem ter. Sociologicamente, o empreendedorismo social é visto como um fenômeno que busca conciliar a inovação com a solução de problemas sociais. No entanto, a compreensão do que constitui um "impacto social" ou uma "iniciativa sustentável" pode variar amplamente. Por exemplo, enquanto alguns podem entender o impacto social como melhorias diretas em saúde ou educação, outros podem focar em mudanças estruturais nas políticas públicas ou na capacitação de comunidades.

Da mesma forma, a sustentabilidade pode ser interpretada de diferentes maneiras, englobando aspectos ambientais, sociais ou econômicos. Essa diversidade de interpretações reflete a complexidade das questões sociais que o empreendedorismo social e solidário visa abordar e destaca a necessidade de uma análise crítica das diferentes formas como o sucesso e a eficácia são medidos e avaliados.

Cada interpretação ilustra como as práticas e os conceitos desses campos são moldados por uma variedade de fatores sociais e culturais, oferecendo uma perspectiva única sobre como

podem ser entendidos e aplicados. Isso evidencia a necessidade de uma abordagem contextualizada e crítica para compreender as dinâmicas e os impactos dessas práticas em diferentes sociedades.

No entanto, é encorajador notar que, quando apresentados os conceitos de forma escrita para escolha, 53,5% dos estudantes demonstraram um entendimento preciso dos conceitos relacionados ao empreendedorismo social e solidário, baseado em suas percepções sociais. Isso indica que, embora haja uma lacuna no conhecimento formal e estrutural dos conceitos, os estudantes têm a capacidade de compreender e aplicar esses conceitos quando expostos de maneira mais direta e prática.

Diante dessa realidade, é essencial que as IES revisem suas abordagens curriculares e integrem de forma mais sólida o empreendedorismo social e solidário. Adotar metodologias que valorizem o aprendizado prático e reflexivo, considerando tanto as dinâmicas materiais quanto as interações sociais, pode proporcionar aos estudantes uma compreensão mais profunda e aplicável desses conceitos. Também programas que proporcionem experiências práticas e envolventes, que liguem teoria à prática, podem ajudar a superar a desconexão atual e preparar os estudantes para serem agentes de mudança efetivos.

Portanto, a urgência em endereçar essa deficiência educacional é clara. O futuro econômico e social depende de líderes que não apenas compreendam as práticas tradicionais de empreendedorismo, mas que também estejam equipados para implementar modelos que promovam as questões sociais.

As IES devem adotar uma abordagem mais inclusiva e estratégica para a educação do empreendedorismo social e solidário, garantindo que os estudantes não apenas conheçam, mas também entendam e possam aplicar esses conceitos em suas futuras carreiras. Ignorar essa necessidade é um equívoco que pode comprometer o desenvolvimento de uma geração de profissionais capazes de enfrentar os desafios complexos e multifacetados do mundo contemporâneo.

Em seguida, a pesquisa revela de forma contundente a falta de contato dos estudantes com o empreendedorismo social e solidário, evidenciada pelo fato de que 89,5% dos entrevistados afirmaram não ter nenhuma experiência ou interação com essa temática. Esse dado não apenas confirma a distância significativa entre os jovens e o empreendedorismo social e solidário, mas também aponta uma preocupante lacuna educacional que precisa ser urgentemente abordada pelas IES. Essa situação traz responsabilidades e desafios para as IES. Além de ser urgente revisar e atualizar os currículos dos cursos de Administração e áreas relacionadas para integrar de forma sólida e prática o empreendedorismo social e solidário, as IES devem garantir que esses conceitos não sejam tratados superficialmente, mas de maneira

profunda e abrangente, por exemplo, por meio da introdução de disciplinas específicas, estudos de caso reais e projetos práticos que permitam aos estudantes aplicar os conceitos.

Além disso, é essencial investir na formação continuada dos professores para que eles estejam atualizados e capacitados a ensinar esses temas de maneira eficaz. Professores bem preparados podem inspirar os estudantes a se interessarem e se envolverem mais com o empreendedorismo social e solidário, criando um ambiente acadêmico mais engajado e dinâmico.

As IES podem também buscar parcerias com organizações que atuam no campo do empreendedorismo social e solidário. Isso pode proporcionar aos estudantes oportunidades diversas, e essas parcerias são fundamentais para criar uma ponte entre o conhecimento acadêmico e a aplicação prática no mercado.

Incorporar o empreendedorismo social e solidário no currículo acadêmico também implica desenvolver competências transversais nos estudantes, como pensamento crítico, responsabilidade social e habilidades de liderança orientadas para a sustentabilidade e a justiça social, visto que essas competências são essenciais para preparar os estudantes para os desafios do mercado de trabalho.

Ademais, promover a pesquisa acadêmica e a inovação no campo do empreendedorismo social e solidário pode ajudar a criar um ambiente acadêmico mais dinâmico e engajado com as questões sociais contemporâneas. As IES devem incentivar projetos de pesquisa que explorem novas formas de aplicar esses conceitos na prática, contribuindo para o desenvolvimento de novas soluções para problemas sociais e econômicos. Do mesmo modo, fomentar e apoiar iniciativas e empreendimentos estudantis voltados para o empreendedorismo social e solidário pode ser uma forma prática de engajar os estudantes. Incubadoras, aceleradoras e fundos de apoio a projetos sociais podem ser criados dentro das universidades para incentivar a aplicação prática dos conceitos aprendidos em sala de aula.

Por outro lado, a ausência de exemplos visíveis e de modelos de sucesso no campo do empreendedorismo social e solidário pode limitar a inspiração e a motivação dos jovens. A falta de exposição dos líderes de sucesso e figuras públicas inspiradoras pode fazer com que essa área pareça menos acessível ou atraente. Em algumas culturas e contextos, pode haver uma percepção negativa ou uma falta de compreensão sobre o valor do empreendedorismo social e solidário. Isso pode levar a uma desvalorização das iniciativas sociais em comparação com modelos mais tradicionais de negócios. Muitos jovens podem não estar informados sobre as oportunidades e os impactos do empreendedorismo social e solidário. A falta de informação sobre como iniciar, os benefícios sociais e econômicos e as possibilidades de carreira podem desmotivar o envolvimento. Além disso, a pressão para seguir carreiras tradicionais e

potencialmente mais lucrativas pode desviar a atenção dos jovens das oportunidades no empreendedorismo social e solidário. A valorização de profissões convencionais pode ofuscar a importância do impacto social. Contudo, a constatação de que 89,5% dos estudantes não têm contato com o empreendedorismo social e solidário deve funcionar como um alerta para as IES, no intuito de implementar ações concretas para integrar esses conceitos nos currículos escolares e na cultura acadêmica.

Em relação a isso, a pesquisa também revela de maneira positiva que 92,3% dos estudantes demonstraram um forte interesse em aprofundar seu conhecimento sobre o empreendedorismo social e solidário. Esses estudantes não apenas se mostram dispostos a se familiarizar com o conceito, mas também reconhecem sua importância, entendendo que o empreendedorismo social e solidário desempenha um papel crucial no desenvolvimento da sociedade. Eles percebem que essa forma de empreendedorismo promove inovação, gera empregos, impulsiona a economia e fomenta a inclusão social.

Os empreendedores sociais são vistos como agentes de mudança que criam oportunidades, transformam ideias em realidade e deixam um legado duradouro. Assim, os estudantes acreditam que poderiam aprofundar seu conhecimento sobre o empreendedorismo social e solidário por meio de diferentes métodos de aprendizagem, como palestras e disciplinas específicas oferecidas em seus cursos, além de seminários, que se destacam como uma das formas preferidas de aprendizagem.

No entanto, percebe-se que, devido à falta de familiaridade com o termo, os estudantes ainda não conseguem visualizar outras formas de aprendizagem. Além de palestras e disciplinas, existem métodos igualmente valiosos, como, por exemplo, os projetos de extensão e trabalhos de conclusão de curso aplicados e estágios obrigatórios, que oferecem oportunidades práticas integradas ao currículo escolar. Esses métodos não apenas proporcionam um aprendizado teórico, mas também uma aplicação prática dos conceitos e da aprendizagem.

É encorajador notar que, apesar dessa limitação inicial, os estudantes demonstram uma abertura significativa para explorar e se engajar com o universo da aprendizagem em suas múltiplas dimensões. Isso indica um vasto campo de oportunidades para as IES, que podem capitalizar esse interesse e desenvolver programas educacionais significativos nesse processo. E aqui fica bem clara a oportunidade que as IES possuem em promover a integração dos aspectos relacionados as outras alternativas econômicas e uma educação empreendedora plural, sendo essencial para formar profissionais aptos a enfrentar os desafios atuais.

As IES desempenham um papel crucial na implementação dessa visão, proporcionando uma formação que transcenda a lógica tradicional do mercado e abrace diferentes paradigmas econômicos. Incorporar aspectos de outras economias no currículo

acadêmico permite aos estudantes entender e aplicar modelos econômicos que priorizam a cooperação, a justiça social e a sustentabilidade. Esses modelos oferecem alternativas viáveis à economia tradicional, focada no lucro e na competição, e promovem práticas que valorizam o social e o ambiental.

Essas temáticas são extremamente importantes no processo de ensino aprendizagem dos estudantes, pois são fundamentadas de forma sólida e representativa para as questões sociais. Por exemplo, a Economia Solidária fomenta a criação de redes de produção e consumo baseadas na cooperação, autogestão e solidariedade. Isso permite aos estudantes compreenderem a importância de iniciativas comunitárias e coletivas que buscam o desenvolvimento local e a redução das desigualdades.

Já a Economia Social enfatiza a importância de organizações sem fins lucrativos e cooperativas que operam com um forte compromisso social. Integrar essa abordagem na educação ajuda a formar profissionais que valorizam a responsabilidade social e a ética nos negócios. Por sua vez, a Economia Circular promove a reutilização, reciclagem e redução de resíduos, incentivando a inovação sustentável.

Nesse sentido, as IES estariam permitindo aos cursos de Administração, negócios e áreas afins uma educação empreendedora plural, abrangendo uma ampla gama de abordagens e metodologias, indo além do ensino tradicional do empreendedorismo. Isso inclui a introdução de temas como empreendedorismo social, empreendedorismo inclusivo e inovação social, proporcionando uma visão mais holística e diversificada do campo.

Uma vez compreendendo a ênfase de cada um desses termos, como o empreendedorismo social, que enfatiza a criação de valor social e a resolução de problemas sociais através de iniciativas empreendedoras, os estudantes aprendem a identificar oportunidades de negócio que geram impacto positivo na sociedade, ao mesmo tempo em que são financeiramente sustentáveis.

Assim, o empreendedorismo inclusivo foca na inclusão de grupos marginalizados e na promoção da equidade. Isso incentiva os estudantes a desenvolverem negócios que empoderam comunidades vulneráveis e promovem a diversidade. Já a inovação social ensina aos estudantes a aplicar métodos inovadores para resolver desafios sociais complexos. Através de projetos práticos e estudos de caso, os estudantes aprendem a criar soluções que são não apenas inovadoras, mas também escaláveis e sustentáveis.

Nesse mesmo contexto, propõe-se uma educação empreendedora plural, em que o estudante estaria também mais preparado para uma dimensão propositiva aos termos, ou seja, para desempenhar um papel fundamental em qualquer campo de estudo ou prática profissional ao ir além da simples análise da realidade atual, em vez de se limitar a diagnosticar problemas,

focando na criação de propostas concretas para resolver desafios identificados e melhorar situações existentes. Essa abordagem envolve a formulação de sugestões práticas, como políticas, estratégias e métodos inovadores, que possam ser implementados para promover mudanças significativas e eficazes.

Além disso, os estudantes preparados para uma dimensão propositiva estão profundamente ligados ao planejamento do futuro, em que se define uma visão clara para o que se deseja alcançar. Esse planejamento estratégico envolve a definição de metas e objetivos que orientam as ações necessárias para atingir propósitos de longo prazo. Ao antecipar tendências e desafios, o planejamento propositivo assegura que os esforços e recursos sejam direcionados de maneira eficiente, alinhando-se aos objetivos estratégicos.

Assim, a capacidade de solucionar problemas é outro aspecto essencial da dimensão propositiva. Ela não se limita a identificar o que está errado, mas busca oferecer soluções práticas e aplicáveis que possam efetivamente resolver os problemas enfrentados. Esta abordagem envolve a identificação de causas raízes e a implementação de estratégias que proporcionem soluções duradouras e eficazes, promovendo melhorias contínuas e resultados tangíveis.

Ademais, através da abordagem da dimensão propositiva, esse estudante estará fundamentado e intimamente ligado à inovação e ao desenvolvimento de novas ideias e conceitos. Ao incentivar a exploração de novas abordagens e métodos, essa dimensão promove a criatividade e o avanço contínuo no campo de estudo ou na prática profissional. A inovação propositiva é fundamental para impulsionar o progresso e adaptar-se às novas demandas e desafios, assegurando que o conhecimento e as práticas evoluam de forma significativa e sustentável.

Contudo, para efetivar essa educação empreendedora plural, as IES devem adotar, por exemplo, as metodologias ativas de aprendizagem que envolvam os estudantes de maneira prática e significativa. Isso inclui a incorporação de projetos interdisciplinares, parcerias com organizações sociais, estágios em empreendimentos solidários e a utilização de tecnologias inovadoras que simulam ambientes empresariais reais. Além disso, é essencial promover uma cultura institucional que valorize a diversidade de perspectivas e incentive a participação ativa dos estudantes em iniciativas que abordem problemas sociais e econômicos complexos. Dessa forma, as IES não apenas cumprem com o interesse dos estudantes de conhecer e se envolver melhor com a temática da pesquisa, mas também contribuem para a formação de profissionais preparados para atuar em um mercado de trabalho cada vez mais volátil e competitivo.

Isso se torna evidente na pesquisa, quando 78,3% dos estudantes afirmaram estar dispostos a se engajar em projetos voltados para o empreendedorismo social e solidário. Esse

dado sugere que os estudantes possuem uma visão que vai além das propostas tradicionais da economia, abrangendo não apenas produção e gestão, mas também articulações organizacionais, empresariais e sociais. Eles demonstram um interesse por inovações capazes de provocar mudanças positivas nos cenários econômico, ambiental e social, em contraste com os resultados dos modelos econômicos tradicionais.

Há diversas maneiras pelas quais os estudantes podem se engajar com o empreendedorismo social e solidário, participando de projetos e atividades específicas, por exemplo, atividades de voluntariado em ONGs ou instituições que trabalham com causas sociais, como apoio a comunidades carentes, proteção ambiental ou educação para populações vulneráveis.

Além disso, podem criar e gerenciar projetos que visem solucionar problemas sociais, como iniciativas de inclusão digital para pessoas em situação de vulnerabilidade, ou programas de capacitação profissional para jovens em áreas desfavorecidas. Também seria muito válido envolver-se com incubadoras ou aceleradoras que apoiam startups sociais, contribuindo com ideias inovadoras, desenvolvendo planos de negócios ou participando de mentorias.

Uma outra forma que estimula muito os jovens a se envolverem com esses projetos está na participação de eventos que desafiem os participantes a desenvolver soluções para problemas sociais, como *hackathons* (eventos intensivos de curta duração, geralmente de um a três dias, em que pessoas com diferentes habilidades se reúnem para colaborar na criação de soluções inovadoras para problemas específicos), voltados para a criação de tecnologias assistivas ou competições de empreendedorismo social e solidário. Nesse sentido, trabalhar em projetos acadêmicos ou pesquisas que abordem temas relacionados ao empreendedorismo social e solidário, contribuindo para o desenvolvimento de novas soluções e estratégias, torna-se essencial. Também é importante assistir e participar de conferências, *workshops* e seminários sobre empreendedorismo social para aprender, discutir e fazer *networking* com profissionais da área, além de oferecer mentoria para novos empreendedores sociais ou participar de programas de tutoria para jovens interessados em seguir carreiras no setor social. Além disso, é possível criar e gerenciar campanhas de conscientização sobre temas sociais importantes, utilizando mídias sociais e outras plataformas para aumentar a visibilidade e mobilizar a comunidade, ao mesmo tempo em que se oferecem serviços de consultoria para organizações sociais, ajudando a melhorar sua eficácia, desenvolver estratégias e implementar melhores práticas de gestão e operação.

Em contraste, a pesquisa revela também que 21,7% dos estudantes não demonstram interesse em se envolver com projetos, atividades e gestão relacionados ao empreendedorismo social e solidário. Esse dado sugere a necessidade de uma análise mais profunda sobre o fato

de esses jovens estarem “alienados” no modelo econômico tradicional, ignorando alternativas econômicas existentes e viáveis.

Muitos desses estudantes, com renda inferior a R\$1.000,00, não demonstram interesse em explorar outras possibilidades, o que parece contradizer sua própria realidade. Por exemplo, alguns estão em subempregos como entregadores de moto ou motoboys, enfrentando subutilização de suas qualificações, remuneração inadequada, condições de trabalho precárias e falta de benefícios. Isso reafirma mais ainda a relevância de uma educação empreendedora plural.

No entanto, nesse contexto de mudanças globais rápidas e a transição para a era do conhecimento e das novas tecnologias da informação e comunicação, as instituições de ensino enfrentam o desafio de adaptar suas estruturas da era industrial para esse novo cenário.

Sobre outro aspecto, é necessário observar que 80,1% dos estudantes na amostra da pesquisa não participaram de nenhum curso que abordasse o empreendedorismo social e solidário. Esse dado suscita sérios questionamentos sobre a percepção das instituições de ensino em relação à importância dessa temática. A ausência de cursos voltados para o empreendedorismo social e solidário pode indicar uma falha significativa na preparação dos estudantes.

Em um mundo cada vez mais interconectado e em expansão dos diálogos mais conscientes das questões sociais, a falta de ênfase nessa área sugere que as instituições de ensino superior podem não estar reconhecendo plenamente a necessidade de formar profissionais com competências para promover mudanças positivas e sustentáveis na economia. Esse cenário destaca a urgência de repensar a importância dessa temática para o desenvolvimento das competências necessárias à mão de obra produtiva do país. Afinal, na visão dos estudantes, a inclusão do empreendedorismo social e solidário é essencial para aprimorar sua aprendizagem e gerar impacto positivo na sociedade. Eles argumentam que esse conhecimento deveria ser integralmente incorporado aos cursos de gestão e negócios nas IES, reconhecendo que tal inclusão poderia ocorrer de várias formas: como parte da disciplina de empreendedorismo, em outras disciplinas relacionadas, ou mesmo como disciplina extracurricular.

É primordial destacar que, apesar das Novas DCNs apresentarem uma proposta para a aplicação prática e vivencial do empreendedorismo social e solidário em suas IES, muitas instituições ainda não integraram esses tópicos como disciplinas específicas em seus currículos. A ausência dessa inclusão limita o contato inicial dos estudantes com conceitos importantes. Embora adicionar uma disciplina não resolva todos os desafios, é essencial para familiarizar os estudantes com termos e princípios relevantes. Sem essa integração, os estudantes permanecem desconectados da temática. Incorporar o empreendedorismo social e solidário no currículo

escolar ajudaria as IES a preparar melhor os futuros profissionais para os desafios modernos, enriquecendo o conteúdo acadêmico e alinhando a educação com as necessidades do mercado e da sociedade.

Neste contexto, ao avaliar a oferta das IES para o empreendedorismo social, é pertinente também analisar o entendimento do termo. Pode ser que algumas instituições de ensino interpretem erroneamente o conceito de empreendedorismo social e solidário, acreditando que ele não valoriza os resultados financeiros e que se destina exclusivamente aos grupos vulneráveis.

Enquanto isso, na pesquisa, 45,5% dos estudantes expressaram insegurança em confirmar se as IES estão efetivamente integrando o empreendedorismo social e solidário em seus currículos de negócios. Esse dado evidencia um amplo desconhecimento sobre a presença e a profundidade dessa abordagem nos cursos que frequentam. Além disso, 24,8% dos estudantes manifestaram discordância quanto à adequação com que a temática é abordada nos programas de gestão, o que indica uma percepção crítica sobre a relevância e a qualidade do tratamento dado ao tema. Esse desconhecimento vai além da mera ausência de conteúdos curriculares, abrangendo também a percepção dos estudantes sobre o papel das IES na criação de conhecimento científico e tecnológico, na formação de profissionais qualificados e na promoção da inclusão social.

As instituições desempenham um papel central na integração desses conceitos e na sua aplicação prática, que tem implicações diretas tanto para o desenvolvimento pessoal quanto para a preparação profissional dos estudantes. A falta de clareza sobre esses aspectos essenciais reflete uma lacuna significativa na consciência e no entendimento dos estudantes sobre como suas instituições estão contribuindo para a formação de um perfil profissional apropriado.

Por outro lado, os estudantes são unânimes ao reconhecer que as IES possuem um papel fundamental no desenvolvimento do conhecimento sobre o empreendedorismo social e solidário nos cursos de negócios. Um significativo percentual de 86,4% expressa confiança nessa capacidade das IES, destacando que essas instituições não apenas podem, mas devem assumir a responsabilidade de orientar os estudantes nesse campo crucial. Esse dado reflete não apenas a expectativa dos estudantes quanto ao papel das IES na formação acadêmica, mas também reforça a importância de integrar essa temática de forma consistente nos currículos educacionais.

As IES podem ser vistas como um meio para promover uma educação focada na libertação e no desenvolvimento completo dos estudantes. Em outras palavras, as IES devem se preocupar em desenvolver a capacidade dos indivíduos de pensar e agir de forma

independente, tanto intelectualmente quanto culturalmente, promovendo a autonomia e a emancipação dos estudantes.

É necessária, nesse sentido, a defesa de um modelo de instituição que desenvolva novas relações entre o trabalho intelectual e o trabalho manual e industrial. Esse modelo propõe a criação de um ambiente educacional que valorize igualmente tanto as atividades mentais e acadêmicas quanto as atividades práticas e operacionais. Além disso, as IES devem se concentrar em propostas educacionais que visem à emancipação da classe trabalhadora, capacitando os trabalhadores a se tornarem mais independentes, tanto intelectual quanto economicamente.

As IES, ao adotar uma abordagem educativa abrangente, não só preparam os estudantes para diversas áreas profissionais, mas também contribuem para uma sociedade mais justa e equilibrada. Integrando teoria e prática, elas capacitam os trabalhadores para enfrentar futuros desafios. Além de sua função educacional, as IES têm o poder de influenciar positivamente as relações sociais e produtivas, promovendo inovação, inclusão e desenvolvimento sustentável, e transformando comunidades por meio da geração de novos conhecimentos.

Esse envolvimento não só enriquece o ambiente acadêmico, mas também fortalece as conexões entre academia, mercado e sociedade, criando um ciclo virtuoso de aprendizado e aplicação prática do conhecimento. Em relação a isso, os estudantes também acreditam que as IES são propulsoras na construção e evolução dos conceitos de empreendedorismo social e solidário no âmbito acadêmico, como indicado pela forte crença de 78,7% dos estudantes.

Formar conceitos é uma tarefa complexa que exige a combinação de várias habilidades mentais importantes, como memória, lógica, abstração, atenção e a capacidade de comparar e diferenciar ideias. Esses processos são essenciais para que conceitos novos e mais avançados possam alterar e expandir o entendimento dos conceitos mais básicos. Dada a essa complexidade da formação conceitual, os estudantes dependem das IES para esse desenvolvimento. As instituições de ensino têm o compromisso de formar indivíduos, incentivando relações interpessoais e com o meio ambiente, além de preparar os estudantes para o mercado de trabalho e para interações com as comunidades locais e globais.

Como as IES são essenciais na evolução do empreendedorismo social e solidário, é crucial aprimorar a visão "para além do capital". Essa abordagem inovadora não se limita à busca por lucro financeiro, mas considera uma gama mais ampla de valores e impactos. Em vez de focar exclusivamente no retorno financeiro, busca-se gerar um impacto positivo na sociedade e no meio ambiente, promovendo práticas sustentáveis e responsáveis e solucionando problemas sociais.

Os empreendedores que adotam essa abordagem focam na inovação social, criando soluções criativas para questões como pobreza, desigualdade e degradação ambiental. Eles reconhecem a importância de não apenas gerar lucro, mas também de contribuir para o desenvolvimento local e para a melhoria das condições de vida das pessoas em suas comunidades. A valorização do impacto comunitário se torna central, promovendo a coesão social e a inclusão.

Além disso, a sustentabilidade é uma preocupação fundamental. Os empreendimentos são planejados e executados de maneira a respeitar e preservar o meio ambiente, adotando práticas que asseguram a sustentabilidade para as gerações futuras. Esse enfoque integra modelos de negócios alternativos que não se baseiam exclusivamente na maximização do lucro, mas também priorizam a cooperatividade, a economia solidária e a responsabilidade social.

A valorização do capital humano também é um aspecto crucial. Empreendimentos voltados para além do capital reconhecem a importância de tratar seus colaboradores com justiça e investir no seu desenvolvimento pessoal e profissional. A criação de um ambiente de trabalho que valoriza e desenvolve as pessoas é vista como essencial para o sucesso sustentável a longo prazo. É nessa mesma perspectiva que os estudantes entrevistados acreditam que as IES desempenham um papel essencial na formação e desenvolvimento dos conceitos de empreendedorismo social e solidário no contexto acadêmico.

Por fim, os estudantes pesquisados também acreditam que o empreendedorismo social e solidário pode representar uma contribuição significativa de mais uma forma de produção para a economia, com 85% deles expressando concordância com essa ideia. A pandemia e suas consequências agravaram e destacaram problemas sociais preexistentes, como a falta de serviços básicos de saneamento e saúde, além de infraestrutura inadequada, introduzindo novos desafios para todos os setores da sociedade: cidadãos, empresas e governos. A crise econômica desencadeada pela pandemia de Covid-19 não apenas empurrou muitas pessoas para a pobreza, mas também revelou vulnerabilidades estruturais profundas na sociedade.

Nesse contexto desafiador, o empreendedorismo social e solidário emerge como uma resposta essencial, capaz de mitigar os impactos sociais e ambientais adversos e de promover soluções inovadoras e sustentáveis. À medida que se busca reconstruir economias afetadas e fortalecer a resiliência comunitária, as iniciativas de empreendedorismo social não podem ser subestimadas, pois oferecem um caminho para enfrentar desafios persistentes com criatividade e impacto positivo.

Os estudantes reconhecem que o empreendedorismo social e solidário não é apenas uma alternativa viável, mas uma necessidade urgente. A capacidade de criar soluções que vão além do lucro e se concentram em melhorar a qualidade de vida das pessoas e das comunidades

torna esse modelo de empreendedorismo uma ferramenta poderosa para a transformação social. As IES têm um papel vital nesse processo, ao preparar os futuros líderes para pensar criticamente e agir de maneira responsável e inovadora.

Finalmente, nessa etapa da pesquisa, 90,9% dos estudantes afirmam que o empreendedorismo social e solidário, sem dúvida, desempenha um papel significativo na formação dos profissionais nas áreas de negócios. Sob essa perspectiva, a formação profissional envolve um conjunto de atividades que ajudam os estudantes a adquirir conhecimentos, habilidades técnicas e conceituais, além de desenvolver atitudes essenciais ao longo de sua educação.

Nesse contexto de formação profissional destinada aos futuros administradores e gestores das áreas de negócios, é fundamental enfatizar o desenvolvimento de competências essenciais na gestão social. Essas habilidades são decisivas para o êxito no ambiente complexo dos negócios, particularmente nos empreendimentos sociais. As competências para uma gestão social abrangem os processos de administração que levam em conta o interesse coletivo da sociedade e sua interação com o aspecto econômico. Esse modelo de gestão busca facilitar o diálogo entre várias dimensões essenciais, como o interesse público bem definido, a solidariedade, a democracia deliberativa, as comunidades de prática e a sustentabilidade.

Além disso, a gestão social implica a implementação de ações racionais substantivas, que visam não apenas eficiência econômica, mas também eficácia na promoção do bem-estar social e ambiental. A intersubjetividade desempenha um papel essencial nesse contexto, permitindo a construção de consensos e a cooperação entre diversos atores sociais e organizacionais. Já a interorganização possui um papel significativo ao promover parcerias e colaborações que fortalecem as iniciativas sociais e ampliam seu impacto.

O diálogo sobre empreendedorismo social e solidário é extenso, mas, para ter um impacto real, sua inclusão nos currículos acadêmicos das IES deve ir além de uma simples introdução. É fundamental que a abordagem seja bem estruturada para que os estudantes não apenas adquiram conhecimento, mas também desenvolvam competências práticas. A implementação deve ser acompanhada de estratégias de educação que promovam habilidades essenciais, preparando os estudantes para enfrentar desafios reais e contribuir para a transformação social. É vital uma articulação forte entre estudantes, professores, gestores e a comunidade para garantir que a teoria seja aplicada de forma concreta.

Iniciativas de empreendedorismo social são mais do que criar empregos; são ferramentas para enfrentar desigualdades e melhorar o acesso a serviços essenciais. Elas estimulam a economia local, promovem inclusão social e fortalecem o tecido comunitário, capacitando indivíduos a melhorar suas próprias realidades.

A colaboração entre empreendedorismo social e IES pode e deve ser um motor de inovação social, gerando novas soluções e preparando os estudantes para serem agentes de mudança. É preciso integrar essas iniciativas e oferecer oportunidades práticas prepara os estudantes para contribuir de maneira criativa e justa para um desenvolvimento sustentável e equitativo.

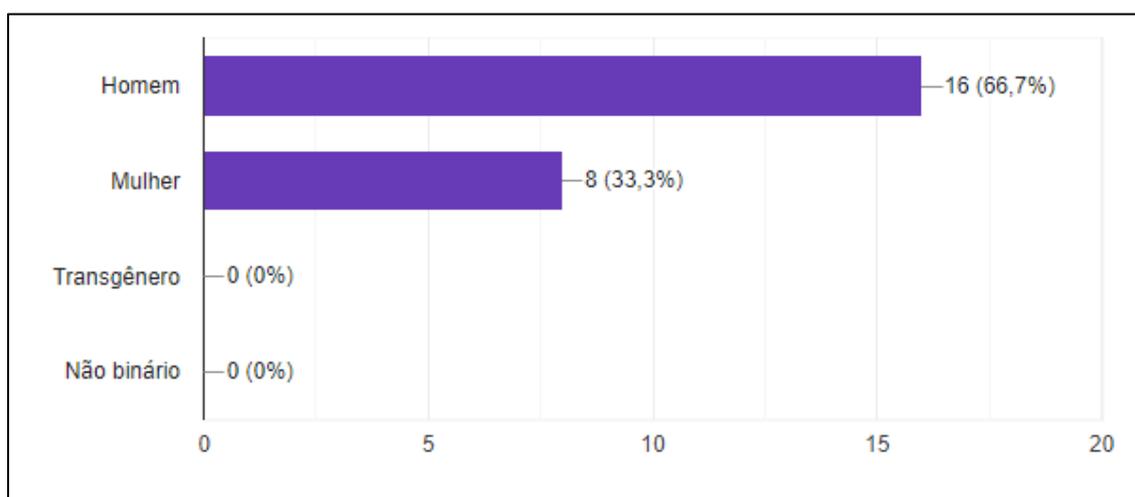
### 8.3. Análise da Entrevista A - Diretores, Coordenadores, Gestores Educacionais e Professores

A entrevista A, realizada sobre o Empreendedorismo Social e Solidário, foi respondida por 24 entrevistados que ocupam diversos cargos e funções dentro das Instituições de Ensino Superior (IES), como diretores, coordenadores, gestores educacionais e professores. Esses profissionais são atuantes na academia e têm relação direta e/ou indireta com as Escolas de Negócios, cursos de Administração e áreas correlatas.

As instituições de ensino produzem novos conhecimentos, técnicas e tecnologias por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Esse conhecimento é disseminado na sociedade através de programas, projetos e ações que contribuem para melhorar a qualidade de vida de muitas pessoas na região do Distrito Federal. Nesse sentido, segue a análise da entrevista A.

Com relação ao gênero e identificação dos entrevistados, concentrara-se em:

Gráfico 22 - Gênero

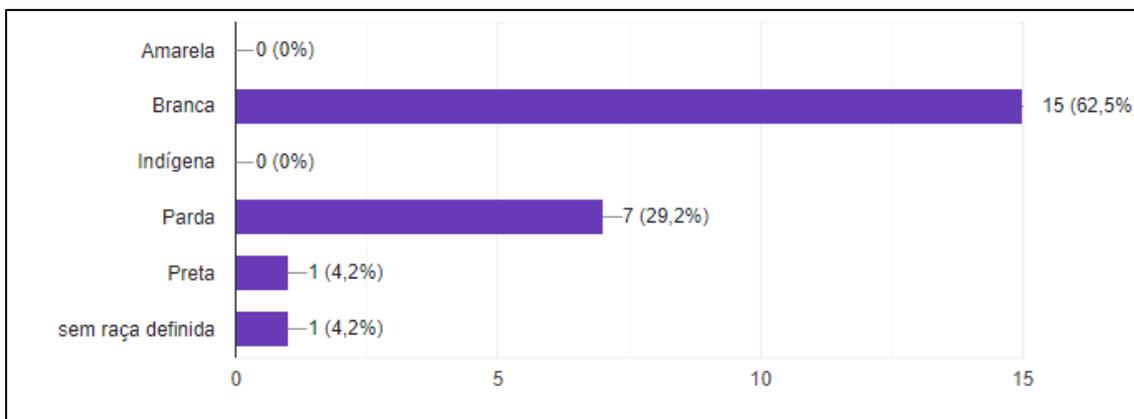


Fonte: Autora da pesquisa, 2024

A entrevista A apresentou, no quesito sexo, 66,7% homens e 33,3% mulheres. Pode-se observar que, nesse caso, para as universidades entrevistadas, referentes aos cargos e funções de diretores, coordenadores, gestores educacionais e professores, a predominância são homens.

Quanto à origem étnica e raça dos entrevistados, representam-se:

Gráfico 23 – Etnia e raça

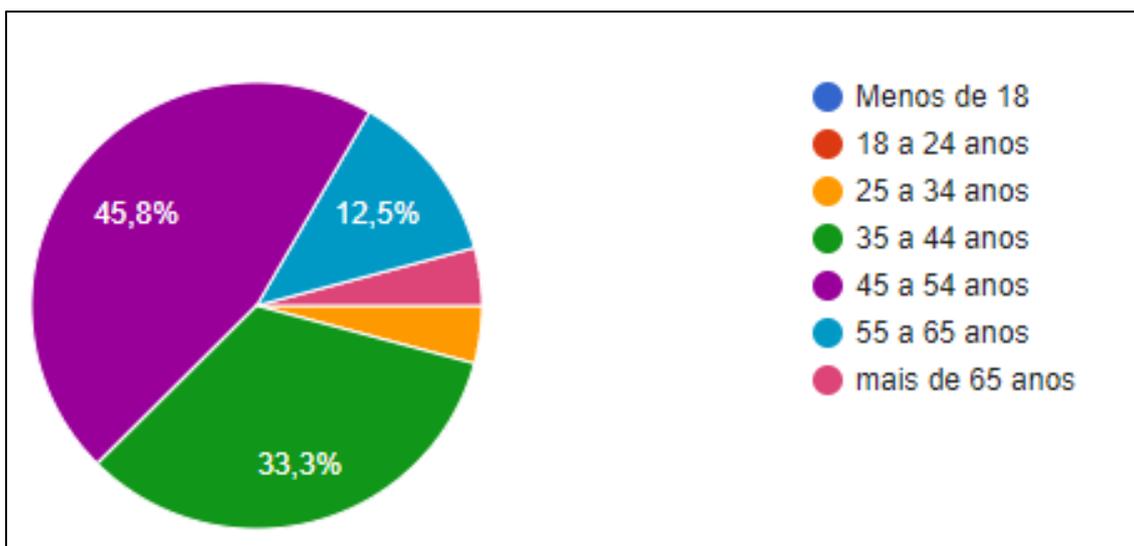


Fonte: Autora da pesquisa, 2024

Com relação à origem étnica e à raça dos entrevistados, identificou-se que 62,5% são brancos, 29,2% são pardos, 4,2% são pretos e 4,1% dos entrevistados preferiram não se identificar com alguma raça definida. A representação nessas universidades em questão demonstra que, para os cargos e funções de diretores, coordenadores, gestores educacionais e professores, a predominância é branca.

Quanto à idade dos entrevistados, os dados são os seguintes:

Gráfico 24 – Idade

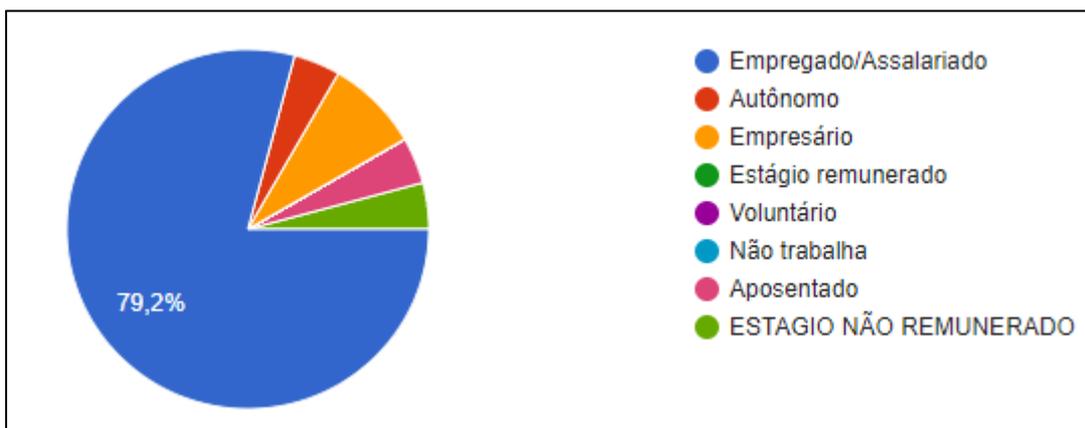


Fonte: Autora da pesquisa, 2024

No que se refere a idade dos entrevistados, 45,8% estão entre 45 e 54 anos, 33,3% estão entre 35 a 44 anos, 12,5% estão entre 55 a 65 anos, 4,2% estão entre 25 a 34 anos e 4,2% tem acima de 65 anos.

Quanto à situação atual de emprego dos respondentes, verifica-se:

Gráfico 25 – Situação atual de emprego

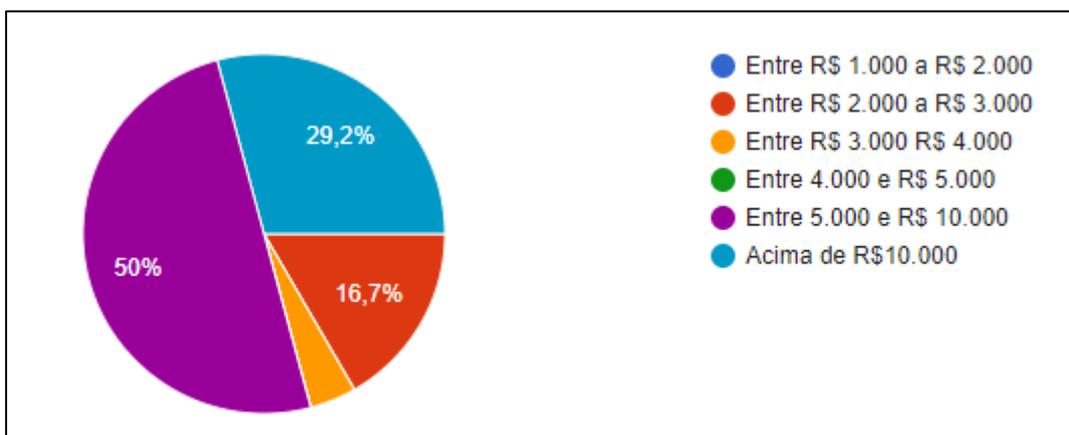


Fonte: Autora da pesquisa, 2024

Quanto à situação atual de emprego dos entrevistados, em sua maioria, 79,2% são empregados/assalariados, 8,2% são empresários, 4,2% fazem estágio não remunerado, 4,2% autônomos e 4,2% aposentados.

Quanto à faixa de renda dos respondentes, verifica-se:

Gráfico 26 – Faixa de renda

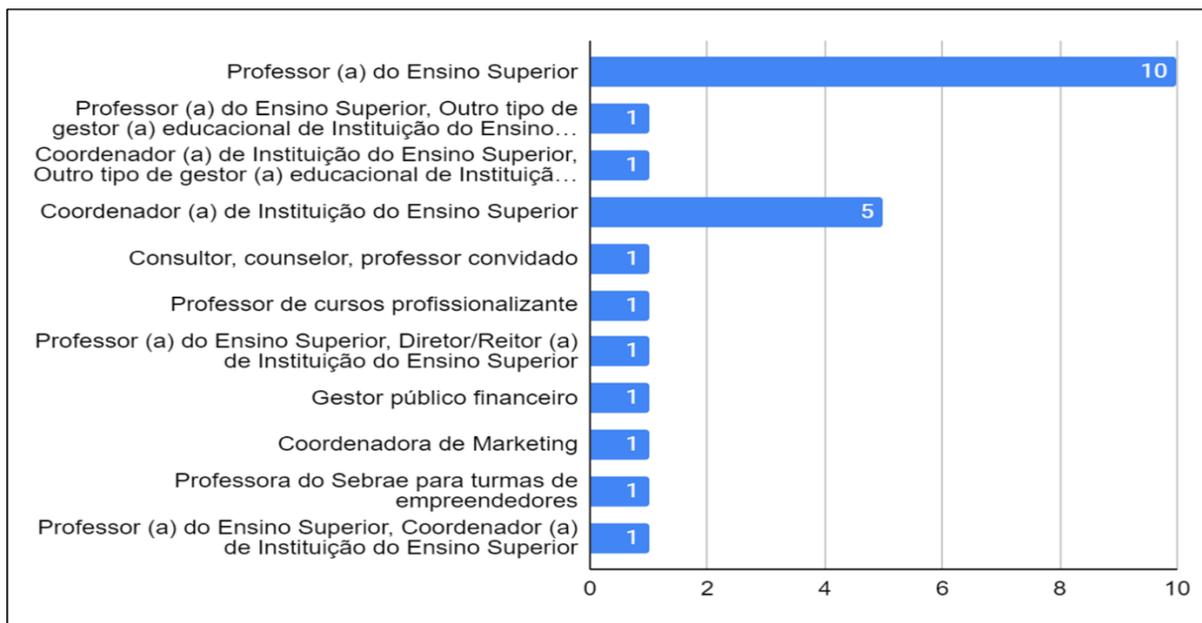


Fonte: Autora da pesquisa, 2024

De acordo com os entrevistados, 50% possuem renda entre R\$ 5.000 e R\$ 10.000, 29,2% possuem renda acima de R\$ 10.000, 16,7% possuem renda entre R\$ 2.000 a R\$ 3.000 e 4,1% possuem renda entre R\$ 3.000 a R\$ 4.000.

Quanto à função atual dos entrevistados, os cargos são os seguintes:

Gráfico 27 – Função atual

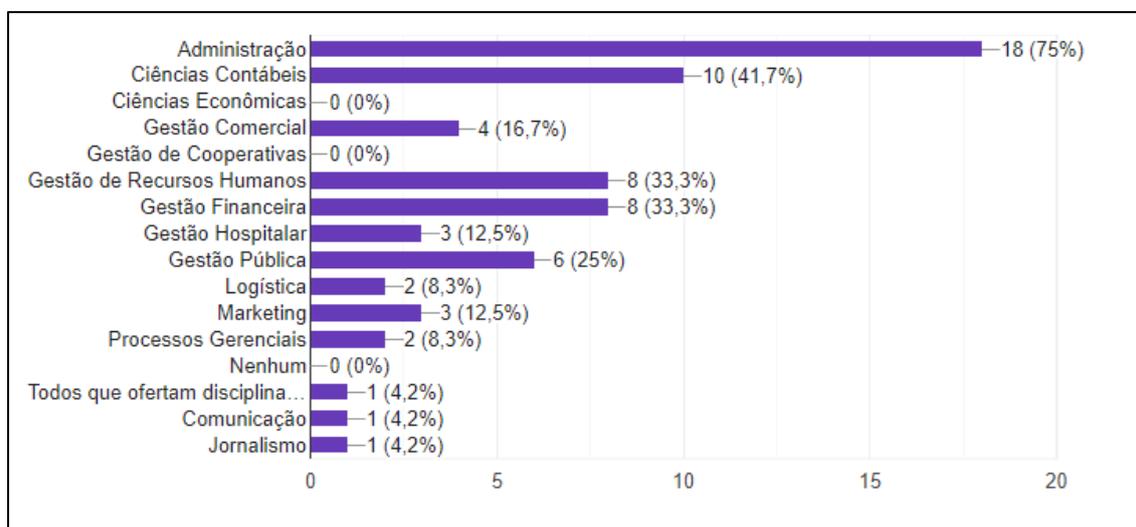


Fonte: Autora da pesquisa, 2024

Quanto a função atual dos entrevistados, todos são envolvidos direta ou indiretamente no curso de Administração e áreas afins, cuja amostra representa a 41,6% apenas de professores do ensino superior; 20,8% de coordenadores de cursos das IES somente, 12,6% de outros tipos de gestores educacionais, 4,2% diretor, 4,2% consultor e professor da área de negócios, 4,2% gestor público financeiro, 4,2% coordenador de marketing, 4,2% professor de cursos profissionalizantes e 4,2% professor do Sebrae para turmas de empreendedores – NEJ (Núcleo de Empreendedorismo Juvenil).

Quanto à atuação dos entrevistados nos cursos de Administração, Gestão e áreas afins, verifica-se:

Gráfico 28 – Cursos de atuação dos entrevistados

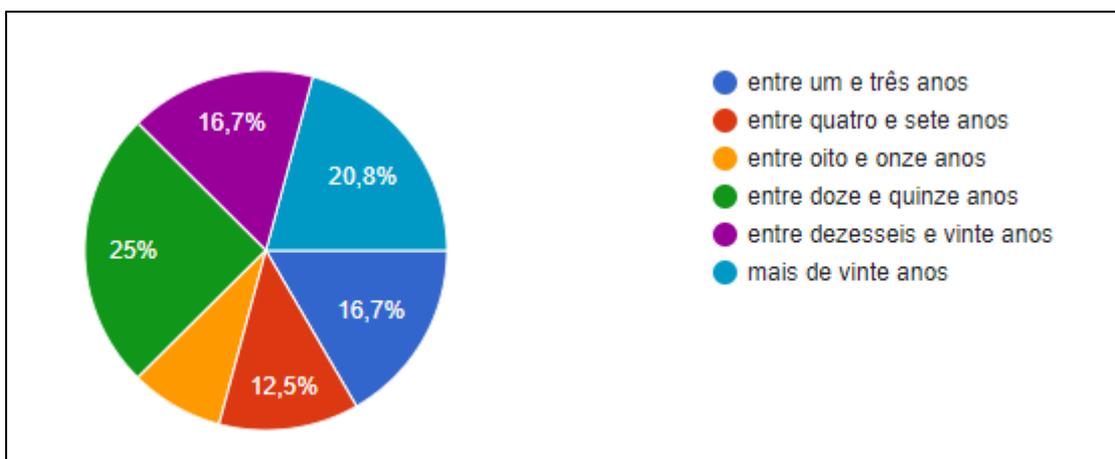


Fonte: Autora da pesquisa, 2024

Sobre em qual(is) curso(s) os entrevistados atuam, 75% são atuantes no curso de Administração, 41,7% são atuantes no curso de Ciências Contábeis, 33,3% são atuantes no curso de Gestão Financeira, 33,3% são atuantes no curso de Gestão de Recursos Humanos, 25% são atuantes no curso de Gestão Pública, 16,7% são atuantes no curso de Gestão Comercial, 12,5% são atuantes no curso de Gestão Hospitalar, 12,5% são atuantes no curso de Marketing, 8,3% são atuantes no curso de Processos Gerenciais, 8,3% são atuantes no curso de Logística, 4,2% (1 entrevistado) é atuante no curso de comunicação, 4,2 (1 entrevistado) é atuante no curso de jornalismo e 4,2% (1 entrevistado) atua em todos os cursos que a IES oferta.

Quanto ao tempo em que os entrevistados possuem envolvidos na Educação Superior, representa-se:

Gráfico 29 – Tempo em que os entrevistados se encontram envolvidos em atividade na Educação Superior



Fonte: Autora da pesquisa, 2024

De acordo com os entrevistados, no que se refere ao tempo de envolvimento com a Educação Superior, 25% dos entrevistados têm entre doze e 15 anos de atuação, 20,8% dos entrevistados têm mais de vinte anos de atuação, 16,7% dos entrevistados têm entre dezesseis e vinte anos de atuação, 16,7% dos entrevistados têm entre um e três anos de atuação, 12,5% dos entrevistados têm entre quatro e sete anos de atuação e 8,3% dos entrevistados têm entre oito e onze anos de atuação.

De acordo com a entrevista A, os entrevistados responderam às perguntas pertinentes à temática, que será ilustrada através de tabelas com suas respectivas respostas.

**Tabela 01: Qual a importância do tema do empreendedorismo para a formação dos estudantes dos cursos da área de gestão e negócios?**

Entrevistado	Resposta
1	Alta
2	Empreendedorismo é essencial na formação acadêmica, haja vista a possibilidade de o estudante e ou o egresso gerar oportunidade de trabalho para ele próprio e para outros.
3	Total. Muito além que apenas ensinar a empreender, a educação do empreendedorismo fornece uma visão holística de uma organização, que é fundamental para um gestor.
4	Mandatária.
5	Fundamental, considerando ser uma opção de carreira.
6	Empreendedorismo na IES vai além de abrir um negócio. É refletir/agir como as relações de trabalho (emprego) vão mudar conforme o período/ano do mercado local e mundial.
7	Mostrar os caminhos para os estudantes de administração que podem ser seguidos.
8	Muito importante.
9	O tema empreendedorismo é fundamental, pois se encontra na base da formação dessas áreas, ainda mais considerando-se que é uma formação que habilita à atuação como profissional liberal, que precisa compreender o que é empreender e até realizar atividades empreendedoras.
10	Muito importante.
11	Entendo que o empreendedorismo é vital para estudantes de gestão e negócios, pois desenvolve habilidades críticas como inovação, resolução de problemas e visão estratégica, preparando-os para os desafios do mercado atual e incentivando a criação de novos negócios.

12	Grande importância, pois nele os estudantes poderão desenvolver, além de habilidades específicas, o desejo e a motivação em empreender.
13	O empreendedorismo é crucial para a formação em gestão e negócios, capacitando estudantes com habilidades práticas, visão estratégica e a capacidade de inovar em ambientes empresariais dinâmicos.
14	Suma importância!
15	Muitíssimo importante, sobretudo, dentro de um cenário econômico que demanda, mais e mais, produção otimizada de bens e serviços para o atendimento da sociedade como um todo.
16	Demonstra um alto grau de importância, haja visto que o empreendedorismo é responsável por mudanças radicais na gestão e no ambiente corporativo do século 21. Os alunos passam a perceber e aproveitar novas oportunidades no âmbito empresarial.
17	Muito relevante.
18	É de extrema importância, o tema empreendedorismo é a base destes cursos.
19	É importante porque estimula a criatividade, a inovação e a visão de oportunidades no mercado, além de promover a autonomia, a responsabilidade, a persistência e o comprometimento dos estudantes.
20	Possui relevância nos cursos ao ponto de o empreendedorismo ser conteúdo programática de disciplina. O empreender, criar seu próprio negócio, saber como se deve seguir para a geração de um empreendimento é algo necessário/fundamental dentre as capacitações dos gestores de empresas.
21	Fundamental para o ingresso e sucesso no mercado de trabalho, seja como colaborador, seja como empreendedor.
22	Estimula competências e criatividade.

23	É de grande importância para o desenvolvimento de diversas capacidades.
24	Muito importante, incentiva o aluno a pensar fora da caixa, buscar soluções criativas para os problemas e transformar ideias em ações.

Fonte: Autora da pesquisa, 2024

**Tabela 02: Na sua opinião, qual o significado de empreendedorismo social e solidário?**

<b>Entrevistado</b>	<b>Resposta</b>
1	Empreendedorismo social pode ser entendido como a transformação da realidade - ou diminuição dos impactos socioeconômicos - de pessoas e/ou comunidades em vulnerabilidade social.
2	Empreendedorismo que prega além do lucro, mas sim ensina a como mudar sociedade.
3	Gerador de renda com propósito.
4	Modelos de negócio em que alguma ação de impacto social faz parte da missão do negócio.
5	Ser empreendedor social significa fazer parte de um movimento transformador de desenvolvimento sustentável.
6	Fazer a diferença nas comunidades.
7	Extremamente importante e relevante.
8	Empreendedorismo social e solidário, para além da perspectiva de inovação e criação em negócios empresariais, considera o desenvolvimento social como mote e os aspectos da gestão solidária, da participação comum de todos e na partilha dos resultados.
9	Social para sociedade em geral, com ganho remunerado e solidário; a mesma coisa, porém sem lucros.
10	São aquelas iniciativas empresariais focadas em resolver problemas sociais e promover impacto social positivo, priorizando o bem-estar coletivo e a sustentabilidade em vez do lucro.

11	Em palavras simples, o empreendedorismo social busca, além de iniciar um novo negócio ou empreendimento, se preocupar com as questões socioambientais de sua comunidade, já o empreendedorismo solidário é mais complexo para descrever, mas baseia a sua atuação nos princípios da solidariedade e do cooperativismo.
12	O ato de multiplicar ações de inclusão.
13	O empreendedorismo social e solidário envolve a criação de iniciativas de negócios com o propósito principal de gerar impacto positivo na sociedade, abordando questões sociais e promovendo a solidariedade.
14	Um modo de empreendedorismo que busca desenvolver produtos e serviços que impactem a sociedade, ajudando a solucionar problemas, utilizando práticas comuns no meio corporativo, como criatividade e inovação.
15	Sua concepção está bastante além de interesses focados, apenas, no lucro em si. Seu foco visa trazer benefícios maiores à sociedade, por exemplo, numa esfera de ganho coletivo de uma determinada comunidade que atua em projetos como construção de casas, reciclagem de materiais etc.
16	O empreendedor social tem como missão de vida construir um mundo melhor para as pessoas, envolvendo causas humanitárias. Já o empreendedorismo solidário tem a ver com o propósito de empreender, buscando resultados que vão além do lucro econômico-financeiro e um propósito maior para a sociedade.
17	Ações que sejam impactantes para algum grupo social que também sejam lucrativas, beneficiando empreendedor e a sociedade.
18	É empreender buscando o benefício da sociedade.
19	Significa gerar impacto positivo na sociedade, principalmente nas populações mais vulneráveis ou excluídas, as quais buscam solucionar problemas sociais, ambientais, culturais ou econômicos por meio de ações inovadoras, sustentáveis e participativas.

20	Microrrenda.
21	Empreendedorismo social e solidário, no meu entendimento, é ajudar a comunidade principalmente naquilo que o Estado deveria oferecer, mas não tem atendido diretamente. Esses empreendimentos acabam por amenizar um pouco as mazelas e efeitos danosos das diferenças sociais.
22	Um empreendedorismo que visa ao coletivo, buscando o bem-estar social e auxílio aos mais necessitados.
23	Promover ações capazes de causar impacto na sociedade.
24	De grande importância o conhecimento do tema além do lucro da empresa.

Fonte: Autora da pesquisa, 2024

**Tabela 03: Possui algum contato direto com o empreendedorismo social e solidário? Conte como foi sua experiência.**

Entrevistado	Resposta
1	Não!
2	Não tenho.
3	Sim. no passado fundei e mantive com meus sócios uma organização que gerava empregabilidade para pessoas PCDs.
4	Não.
5	Somos colaboradores do ChildFund Brasil, uma organização que tem objetivos de apoiar o desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens em situações de privação, exclusão e vulnerabilidade social, capacitando-os a melhorar suas vidas e oferecendo oportunidades para se tornarem adultos, pais e líderes capazes de promover mudanças sustentáveis e positivas em suas comunidades. A parceria com a Igreja Memorial Batista (Brasília/DF) iniciou-se em 2015. Na época, foram pesquisadas cidades próximas a Brasília que estivessem dentro das necessidades apontadas pela organização e também com os propósitos

	da igreja. Dessa forma, foi escolhido o município de Cavalcante/GO, iniciando o apadrinhamento comunitário e o apadrinhamento de crianças.
6	Não, só teoricamente.
7	Não.
8	Atuei no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, no qual empreendíamos ações de formação e capacitação em artes marciais e panificação que fazia com que a empregabilidade e a possibilidade de geração de renda fossem mais viáveis na vida das pessoas. Hoje retomo projetos desse tipo em comunidades religiosas nas quais participo.
9	Sim, ultimamente muito empreendedorismo solidário é enriquecedor, porém pouco valorizado para quem recebe.
10	Não tenho experiência direta com empreendedorismo social e solidário.
11	Apenas a nível de estudo.
12	Trabalho em uma instituição que oferece cursos de inclusão digital, e quando conseguimos auxiliar uma pessoa a conseguir resolver suas situações do dia a dia sozinha sem dependência dos demais isso é muito gratificante
13	Minhas aulas no Sebrae, que envolve cursos para empreendedoras em ONGs e aulas para pessoas em recuperação, demonstram um compromisso significativo em capacitar grupos diversos, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico. A abordagem abrangente e inclusiva destaca a importância do empreendedorismo como uma ferramenta transformadora.
14	Ao longo da carreira acadêmica e profissional, com consultorias e aconselhamentos a órgãos públicos e representações nacionais e estrangeiras.

15	Não tive contato direto para além de projetos de igreja, contudo, sempre foram "sem fins lucrativos".
16	Não.
17	Não tenho.
18	Não conheço nenhuma empresa, porém o Sebrae é um órgão que de certa forma fomenta o empreendedorismo com responsabilidade social no país.
19	Tive experiência com minha esposa no CECON – Centro de Convivência do CRAS onde são feitas atividades criativas e inovadoras buscando autonomia de seus usuários a fim de saírem de uma situação de vulnerabilidade social.
20	Apenas como professor de empreendedorismo, auxiliando alunos a desenvolver planos de negócios
21	Infelizmente não. Minha participação está mais voltada a ajudar em determinadas campanhas por meio de doações, quando estas surgem.
22	Não.
23	Ainda não!
24	Não.

Fonte: Autora da pesquisa, 2024

**Tabela 04: Tem interesse em conhecer melhor sobre a temática do empreendedorismo social e solidário? De que forma: Curso, palestra, seminário etc.?**

Entrevistado	Resposta
1	Palestra.
2	Sim!
3	Sim. Palestra e posteriormente curso.
4	Sim. seminário.

5	Sim. Investir na capacitação é muito importante.
6	Não é necessário.
7	Sim.
8	Tenho interesse em aprofundar e conhecer para poder multiplicar. Pode ser por vários formatos, inicialmente podendo ser um folder ou e-book, seguido de seminários e palestras e finalmente em um curso.
9	Sim, tenho interesse em aprofundar meus conhecimentos sobre o tema, o que poderia ser feito por meio de webinários.
10	Sim, gostaria de poder participar de ações de fomento e de uma educação mais empreendedora.
11	Sim, cursos e seminários.
12	Certamente, tenho grande interesse em aprofundar meu conhecimento sobre empreendedorismo social e solidário. Se houver oportunidade, um curso ou palestra seria uma excelente maneira de adquirir insights valiosos e compreender melhor as práticas e desafios envolvidos nessa área. Estou aberta a sugestões de eventos ou recursos que possam enriquecer minha compreensão sobre o tema.
13	Sim, por todos os meios.
14	Sim. Palestras são bem-vindas.
15	Sim. Palestras.
16	Sim. Quaisquer das formas indicadas.
17	Sim, seminários seriam interessantes.
18	Sim.
19	Palestras.
20	Sim. Palestras que demonstram experiências bem sucedidas e as dificuldades enfrentadas.

21	Sim, palestras.
22	Sim. Curso e palestra, seminários etc.
23	Sim, em forma de palestra.
24	Sim. Palestra e seminário.

Fonte: Autora da pesquisa, 2024

**Tabela 05: Gostaria de se envolver com projetos, empresas, gestão, voltados para o empreendedorismo social e solidário? Por quê?**

Entrevistado	Resposta
1	Sim! É importante e necessário dentro do cenário socioeconômico atual.
2	Sim, porque acredito no papel social das organizações.
3	Sim. este é um setor com muitas oportunidades.
4	Seria interessante.
5	Sim. Pois tenho uma missão de vida: mobilizar pessoas e instituições para que atuem na valorização, na proteção e na promoção dos direitos das crianças na sociedade.
6	Não.
7	Sim.
8	Já estou envolvido e preparando processos de gestão nesse sentido.
9	No momento não, estou em duas frentes de voluntariado.
10	Sem dúvidas. Tenho interesse em envolver-me com tais projetos para contribuir para o impacto social positivo na nossa cidade, aplicando meus conhecimentos em gestão para iniciativas que beneficiem a sociedade.
11	Sim, porque nelas podemos ajudar o próximo.

12	Sim, pois tenho interesse em lecionar em universidades no curso de administração, e essa pode ser uma matéria importante.
13	Sim, tenho interesse. O empreendedorismo social e solidário oferece a oportunidade única de combinar paixão por impacto social positivo com práticas de negócios inovadoras. Acredito no poder transformador dessas iniciativas para promover mudanças significativas na sociedade
14	No momento, não. Por razões de ocupações profissionais e particulares.
15	Sim. Necessidade de autorrealização, na Pirâmide de Maslow, sempre proporcionam resultados que vão além de recompensas materiais e/ou salariais. De modo geral, efetivamente, é uma necessidade do ser humano.
16	No momento não.
17	Sim, a depender da disponibilidade e local.
18	Sim, acho legal a ideia de o empreendedorismo ir além do crescimento da empresa, pois, se você ajuda a sociedade a se desenvolver, também ajudará a sua empresa a crescer.
19	Sim, porque, através disso, posso desenvolver minhas competências e habilidades empreendedoras como criatividade, inovação, liderança, gestão, planejamento, comunicação etc.
20	Sim, porque assim desenvolvemos a sociedade.
21	No momento não. A dificuldade de horário disponível para todas as atividades que exerço dificultam.
22	Sim, bem-estar social e auxílio à comunidade.
23	Sim. Para mudar realidades.
24	Sim, gostaria de saber se é possível através de mentorias.

Fonte: Autora da pesquisa, 2024

**Tabela 06: Já realizou algum curso livre, técnico, tecnólogo, graduação ou pós-graduação, em que foi abordada a temática do empreendedorismo social e solidário? Onde?**

Entrevistado	Resposta
1	Não.
2	Não.
3	Não.
4	Não.
5	Sim! Unisinos.
6	Não.
7	Sim. Inclusive conduzi com colegas um projeto de pesquisa nessa área durante meu mestrado
8	Sim. No SEBRAE existe o Curso de Extensão em empreendedorismo social e negócios de impacto social. Formato (Online), com duração de 24h.
9	Não.
10	Não.
11	Até o momento, não.
12	Sim, no mestrado e doutorado.
13	Curso específico não, somente leituras sobre o tema.
14	Sim, ao longo das carreiras docente e profissional, quando os termos "empreendedorismo social e solidário" ainda nem haviam sido cunhados.
15	Sim. Curso de especialização.
16	Sim. Centro Universitário Unifatecie.
17	Sim, porém, não específico desse tema, no Mestrado.

18	Sobre empreendedorismo sim, mas especificamente sobre empreendedorismo social e solidário não.
19	Ainda não.
20	Sim, na universidade.
21	Não.
22	Até agora não.
23	Nada específico sobre empreendedorismo social e solidário.
24	Não.

Fonte: Autora da pesquisa, 2024

**Tabela 07: Se a resposta anterior for afirmativa, como foi abordada a temática do empreendedorismo social e solidário? Exemplo: disciplina curricular, disciplina extracurricular, disciplina optativa, assunto abordado dentro da disciplina de empreendedorismo, outra.**

Entrevistado	Resposta
1	Não.
2	Não.
3	Disciplina curricular.
4	Nunca fiz.
5	Disciplina curricular.
6	Fortalecer iniciativas a partir de um olhar prático e um aprendizado inovador. Assim, ele estimula uma educação que promova uma intervenção na sociedade, incentivando o desejo de transformar o mundo, a partir de desafios sociais de uma determinada localidade.
7	Não participei.
8	Optativa, curricular ou extracurricular.

9	Não se aplica.
10	Em disciplinas específicas.
11	Não.
12	Não tenho conhecimento.
13	À época, como conteúdo dentro da disciplina de empreendedorismo. Como consultor, na qualidade de sugestões e aconselhamento.
14	Assunto abordado no contexto de uma disciplina.
15	Disciplina curricular de empreendedorismo.
16	Não participei.
17	Assuntos abordados dentro da disciplina.
18	Minha resposta anterior foi negativa.
19	Não se aplica.
20	A resposta anterior foi negativa para o tópico específico de empreendedorismo social e solidário.
21	Ainda não.
22	Disciplina curricular de projeto.
23	Não.
24	Não se aplica.

Fonte: Autora da pesquisa, 2024

**Tabela 08: Em sua visão, atualmente as Instituições de Ensino Superior têm dado importância à temática do empreendedorismo social e solidário em seus cursos de gestão e negócios? Comente de que forma.**

Entrevistado	Resposta
1	Sim! Por meio da extensão.

2	Não. Está bem distante do tema.
3	Não. Sinto que esse é um tema esquecido.
4	Parcialmente. Por meio da disciplina de empreendedorismo que aborda minimamente o tema.
5	Sim. Na UniLS, a educação superior tem um papel muito importante no que concerne ao ensino do empreendedorismo. Um dos principais desafios está na necessidade de aplicar atividades a inovação social e solidário. Ou seja, construção de alternativas de transformação social e desenvolvimento sustentável, envolvendo a cooperação mútua de pessoas e organizações (educação empreendedora plural).
6	Não tem o cuidado necessário.
7	Pouca importância.
8	Somente aspectos muito teóricos do empreendedorismo são colocados em sala, experiências são poucas.
9	É pouco explorado.
10	Observo que muitas instituições, sobretudo aquelas que integram o Sistema S, estão começando a integrar o empreendedorismo social em seus currículos, reconhecendo sua relevância para uma formação holística e responsável em gestão e negócios.
11	Não como deveriam.
12	Não, é necessário um maior desenvolvimento no assunto.
13	Não tenho conhecimento para responder.
14	Sim, em algumas instituições que conheço.
15	Não é um debate amplo, mas há espaço no âmbito de disciplinas, pesquisa, palestras, painéis, dentre outras abordagens que podem ser utilizadas e, no atual cenário, o tema tem ganhado algum espaço, embora possa melhorar.

16	Não.
17	Pouca atenção.
18	Acredito que sim, introduzindo o tema juntamente com outras disciplinas.
19	Não o suficiente. O empreendedorismo tem que ser inserido no projeto de vida de cada um.
20	Deveria haver mais atenção.
21	Creio que seja de forma bastante superficial, em atividades que complementam a formação. Essas atividades estão mais voltadas à campanhas de doação do que propriamente ao aprofundamento do tema como a gestão do empreendimento social e solidário.
22	Desconheço cursos sobre o tema na minha instituição.
23	Não respondeu.
24	Acredito que ainda pode ser melhorado nas disciplinas com projeto.

Fonte: Autora da pesquisa, 2024

**Tabela 09: Considerando o cenário da pandemia e pós-pandemia, em qual sentido você considera que o empreendedorismo social e solidário se apresenta como uma opção de desenvolvimento econômico sustentável?**

Entrevistado	Resposta
1	No sentido de diminuir a desigualdade social.
2	Necessário formamos profissionais voltados à gestão ESG, o que pode (e deve) ser abordado no empreendedorismo social.
3	O empreendedorismo social somente se mantém viável em uma agenda liberal com a sociedade assumindo as ações e com interferência mínima do Estado.
4	Essencialmente a partir do momento em que traga alguma vantagem também para empresa.

5	Sim. As empresas precisam se adequar, mudar seu discurso, sua prática, assumir compromissos públicos, metas e pensar modelos de negócios que, de fato, sejam sustentáveis e, de fato, gerem valor para o mundo.
6	Sim.
7	Para sobrevivência de redes.
8	Potencializa o interesse pelo crescimento pessoal e comunitário; partilhando de custos e dos resultados, a ação pode ser muito maior do que individualmente e pode atingir muitas pessoas.
9	Sim, de grande valia e precisa de aprofundamento de ações em prol dessa iniciativa.
10	Creio que, no contexto determinado, o empreendedorismo social e solidário surge como uma ferramenta crucial para o desenvolvimento econômico sustentável, atendendo a necessidades sociais urgentes, em que observamos o crescimento nos índices de desemprego e das relações formais de trabalho.
11	Trata-se de uma excelente possibilidade em detrimento das dificuldades socioeconômicas pelas quais passa nosso país.
12	Geração de renda.
13	O empreendedorismo social e solidário se revela como uma opção vital para o desenvolvimento econômico sustentável pós-pandemia, pois impulsiona resiliência comunitária, fomenta inovação social, promove inclusão e equidade, abraça práticas ambientalmente conscientes e capacita empreendedores a criar negócios orientados para o bem comum, proporcionando uma resposta eficaz aos desafios contemporâneos.
14	Em todos os cenários. O sucesso de qualquer entidade pública ou privada é determinado pela contribuição à sociedade.

15	A pandemia gerou benefícios, mas também desemprego, dificuldades para pessoas com acesso limitado a recursos tecnológicos, dentre outros problemas. Pode-se considerar, por exemplo, negócios com valores mais populares para atender a parcela da sociedade com menor renda, serviços em torno da saúde (consultas, exames...), educação (cursos técnicos com preços acessíveis), dentre outras possibilidades
16	O cenário da pandemia do Corona Vírus nos mostrou que o desenvolvimento patrimonial das pessoas se torna insignificante diante da necessidade de manutenção da vida humana. A busca por projetos que trazem resultados para os outros e não para si próprios faz a diferença no mundo em que vivemos atualmente.
17	Iniciativas individuais para sobrevivência econômica permitiram surgimento de vários pequenos negócios que persistem e geram renda.
18	Para o desenvolvimento social, para o meio ambiente, para economia.
19	Sim.
20	É uma das opções possíveis, mas há outras.
21	Tradicionalmente os empreendimentos sociais e solidários não têm sido autossustentáveis, sempre dependendo da ajuda do estado ou da comunidade. Creio que essa situação infelizmente tenda a se manter mesmo após essa tragédia que foi a pandemia.
22	Auxiliando na criação de novos postos de emprego.
23	Unir a lucratividade da empresa com ações e estratégias de responsabilidade social a compra de produtos sustentáveis e o uso de matérias-primas com baixo impacto ambiental.
24	Pode ser uma boa opção para recolocar profissionais no mercado.

Fonte: Autora da pesquisa, 2024

**Tabela 10: Na sua percepção, qual é a contribuição da educação do empreendedorismo social e solidário na formação dos estudantes dos cursos da área de gestão e negócios?**

Entrevistado	Resposta
1	Contribui para que o estudante tenha uma visão além da economia clássica.
2	É necessário que entendam o papel social das organizações.
3	Importante, desde que sejam capazes de criar a narrativa atrativa aos ouvidos dos acionistas. No fim do dia, se trata de \$\$\$.
4	Considerando as tendências, faz-se importante.
5	As IES têm uma função social muito importante de gerar novos conhecimentos e aprimorar a prática existente, introduzindo valores na sociedade que possam incentivar e formar empreendedores por meio dos processos educacionais.
6	Sim.
7	Ensina os alunos a sobreviver, mas não resolve problemas de políticas públicas.
8	A abertura de mente e o aumento do repertório de conhecimentos e habilidades que podem ajudar a direcionar mais a atuação profissional posterior à realização de suas graduações.
9	Conhecimento e diretrizes de estratégias.
10	A educação desse tema contribui para formar profissionais mais conscientes socialmente, éticos e inovadores, capazes de liderar negócios que geram impacto social positivo para além do lucro financeiro.
11	De grande importância, pois, além de despertar neles o desejo de empreender, poderia criar também uma consciência social e mais solidária.
12	A apresentação de novas perspectivas.

13	Na minha percepção, a educação do empreendedorismo social e solidário oferece uma valiosa perspectiva humanitária aos estudantes de gestão e negócios. Ele não apenas instiga habilidades empreendedoras tradicionais, como inovação e gestão, mas também introduz uma abordagem ética, focada no impacto social positivo. Isso cria líderes empresariais mais conscientes e engajados com questões sociais, contribuindo para uma abordagem mais holística e responsável na condução dos negócios.
14	Discentes, quando instruídos sobre a necessidade do desenvolvimento social, econômico e ambiental, garantirão o retorno à sociedade, proporcionando sucesso e progresso.
15	Visão de mundo e humanidade, penso, seja uma frase bastante adequada.
16	O empreendedorismo social e solidário pode apresentar aos alunos de gestão e negócios que é possível, dentro dos ambientes corporativos, uma junção do lucro com o comprometimento singular em causas humanitárias.
17	Importante tanto quanto as demais abordagens sobre empreendedorismo
18	Contribuiria para que mais pessoas pudessem empregar o empreendedorismo social e solidário em suas empresas ou que fomentasse o conhecimento dessa temática a outros empreendedores.
19	Desenvolvimento da criatividade para a inovação.
20	Eu acho que tem que ser apenas um tema, dentro de um curso maior de empreendedorismo.
21	A formação de nível superior deve atender mais que a formação específica, deve atender também a formação do cidadão para a sociedade, integrante, atuante e preocupado em soluções para os problemas. Nesse contexto, o empreendedorismo social e solidário

	oportuniza avanços na formação de profissionais atentos as necessidades da comunidade.
22	Auxilia na criação de uma consciência coletiva, de comunidade.
23	Prepara jovens aptos a encontrar soluções criativas para problemas complexos, para si e para a comunidade em que estão inseridos.
24	É uma boa opção para desenvolver algumas capacidades e empatia nos alunos.

Fonte: Autora da pesquisa, 2024

**Tabela 11: Você considera importante ou fundamental que as IES adotem a educação do empreendedorismo social e solidário como disciplina curricular dos cursos da área de gestão e negócios? Por quê?**

<b>Entrevistado</b>	<b>Resposta</b>
1	Não há necessidade, pois os conceitos podem ser trabalhados nas disciplinas de economia e ou extensão.
2	Talvez não como disciplinar curricular, mas dentro das disciplinas de responsabilidade social e empreendedorismo.
3	Fundamental. Todavia, não se pode esquecer da tradução dos benefícios em termos de ganhos para os acionistas. Sem isso, os projetos sociais perdem prioridade.
4	Já seria suficiente uma atualização no plano de ensino da disciplina de Empreendedorismo.
5	Sim. O empreendedorismo social prepara o caminho para um futuro que pode permitir que as gerações futuras satisfaçam suas necessidades de uma forma bem melhor do que somos capazes de satisfazer as necessidades básicas da população de hoje.
6	Sim.
7	Não sei.

8	Totalmente importante e deve sim ser fundamento nos cursos de gestão e negócios.
9	Sim, para um ambiente mais sustentável e justo.
10	É fundamental que as IES incluam o empreendedorismo social como disciplina curricular regular, pois isso preparará os estudantes para atender às demandas sociais e ambientais diárias, além de formar profissionais e líderes responsáveis socialmente.
11	Fundamental, pois na atualidade não podem existir mais negócios que visem apenas ao lucro e ao bem-estar individual do empresário.
12	Sim, por proporcionarem novas condições de aplicação dos conhecimentos.
13	Sim, considero fundamental que as Instituições de Ensino Superior (IES) adotem a educação do empreendedorismo social e solidário como disciplina curricular nos cursos de gestão e negócios. Essa abordagem não apenas prepara os estudantes para desafios práticos do mundo empresarial, mas também os sensibiliza para questões sociais e ambientais.
14	Importantíssimo. Ou como disciplina curricular ou como conteúdo programático.
15	Reitero posicionamento em torno de ampliar o senso crítico do profissional para necessidades presentes na atual sociedade e que podem e precisam ser atendidas com formação, disponibilização de serviços etc., cujo profissional precisa conhecer, entender, para que tenha condições de criar e/ou gerenciar negócios dessa natureza.
16	Sim. Porque o desenvolvimento do espírito empreendedor dos discentes é primordial para que eles iniciem suas carreiras dentro de um ambiente corporativo competitivo. As habilidades e competências da profissão do século 21 estão em constantes mudanças, e o profissional comprometido com as causas sociais e humanitárias encontra-se em maior evidência.

17	Incluir como temática e não exclusivamente.
18	Sim, fundamental para o desenvolvimento da sociedade e a preservação da mesma.
19	Sim. Porque amplia sua rede de contatos e parcerias, conhecendo pessoas e organizações que compartilham os mesmos valores e propósitos.
20	Não. Apenas um tema dentro de empreendedorismo.
21	Nessa filosofia capitalista que vivemos, em que o lucro e o sucesso financeira são priorizados, os estabelecimentos de ensino caminham nessa mesma toada e, para se manterem, precisam colocar profissionais competitivos no mercado. Essa afirmação, embora pouco agradável de se ler, tenta representar ou representa um pouco de nossa realidade. Inserir a parte humana (behaviorismo) com mais ênfase do que é realizado atualmente é importante para o desenvolvimento do "ser humano" e, nesse contexto, o empreendedorismo social e solidário como disciplina obrigatória traria um olhar mais "humanizado" para o profissional de negócios.
22	Sim, pois os formandos integrarão o comércio e postos de trabalho locais; com o conhecimento fornecido poderão visualizar novas formas e métodos para o empreendedorismo.
23	Sim, os benefícios de se ensinar empreendedorismo social e solidário podem ser muitos, uma vez que os jovens aprendem a lidar com os desafios, seja pessoal ou profissional, tendo a capacidade de resolver problemas e tomar decisões.
24	Sim, para o desenvolvimento de proatividade, capacidades de empreendedorismo, visão de negócios e empatia nos alunos.

Fonte: Autora da pesquisa, 2024

**Tabela 12: Na sua percepção, as Novas DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, homologadas pelo parecer CNE/CES nº 438/2020 – abordam ou corroboram que o empreendedorismo social e solidário poderia contribuir para novas competências na formação dos profissionais de Administração e áreas afins? Em qual sentido?**

Entrevistado	Resposta
1	As DCNs corroboram por meio das competências gerais e por meio da recomendação de estimular atividade acadêmicas, como a cultura empreendedora.
2	Poderiam ter se aprofundado mais. O tema ainda fica meio a critério das IES e não definido de forma padronizada.
3	Não estou habilitado a responder no momento.
4	Não identifiquei isso no parecer.
5	Sim. As novas DCNs vêm seguindo a tendência da formação de profissionais voltados à lógica do mercado e da busca da eficiência, focadas fortemente em desenvolver sólidas competências em Administração e rever, de forma radical, essa lógica pedagógica ultrapassada que ainda ancoram os cursos de Administração.
6	Não tenho conhecimento necessário para responder.
7	Não tenho opinião.
8	Sim, as novas DCNs já apontam uma abertura para experiências inovadoras e que permitam que os aspectos do empreendedorismo sejam fortalecidos tanto em termos acadêmicos quanto práticos, assim como permitem que a visão sobre negócios e organizações da economia circular e da economia solidária sejam fortalecidos em surgimento, melhorias e inovação.
9	Não tenho essa informação de forma correta, não saberia responder.
10	Não tive muito contato com as novas DCNs, mas observando o conteúdo disponível nos meios digitais, parecem reconhecer a

	importância do empreendedorismo social e solidário, incentivando competências que alinham a formação profissional com as necessidades sociais e ambientais atuais.
11	Abordam de maneira muito discreta.
12	Não.
13	Não tenho conhecimento específico sobre as Novas DCNs de Administração homologadas em 2020, mas, considerando a tendência geral de inclusão de temas contemporâneos nas diretrizes curriculares, é possível que haja uma valorização do empreendedorismo social e solidário.
14	Seguramente as DCNs do curso de Administração abordam e corroboram o empreendedorismo social e solidário, proporcionando aos discentes uma visão ampla e clara de mundo, onde o sucesso de qualquer empreendimento está ligado ao tríptico econômico, social e ambiental.
15	Sim. A revisão é constante. O próprio parecer aponta sobre a indústria 4.0, mas é fato de que já se aborda a indústria 5.0. De todo modo, a inclusão de propostas que pontuam o tema é de grande valia para uma discussão mais ampla e assertiva que traga resultados positivos para empresas e para a sociedade como um todo.
16	Em minha percepção não abordam de forma substancial o tema.
17	As novas DCNs enfatizam as transformações tecnológicas e os impactos tanto nas organizações quanto no mercado de trabalho e nas pessoas. Tratam de apresentar as alterações necessárias na formatação dos cursos de administração de modo a atingir um também novo cidadão-sujeito às contínuas mudanças no (e do) mundo. Talvez, e somente talvez, discutir empreendedorismo social possa contribuir em alguma medida para o que se coloca nessa questão.

18	Sim, contribuem ao inserir o tema em disciplinas já estabelecidas. Porém, essa contribuição poderia ser maior se houvesse uma disciplina nesse tema específico.
19	Abordam em relação às competências esperadas do Egresso em que há dimensões sociais, humanas, ambientais, éticas etc. Abordagem vista com oportunidades.
20	Acho que sim, pois abordam a formação de competências individuais, necessárias ao empreendedorismo
21	Sim, o inciso I do Art. 3º orienta sobre o perfil do egresso no sentido de "criar ou aprimorar de forma inovadora os modelos de negócios, de operacionais e organizacionais, para que sejam sustentáveis nas dimensões sociais, ambientais, econômicas e culturais." As Diretrizes oportunizam/orientam o desenvolvimento de atividades relacionadas à parte social, assim como as demais áreas dos gestores. O ponto a ser discutido é o quanto cada estabelecimento de ensino vai aprofundar esse tema!
22	Formação de profissionais qualificados.
23	Não respondeu.
24	Sim, no desenvolvimento de proatividade, capacidades de empreendedorismo, visão de negócios e empatia nos alunos.

Fonte: Autora da pesquisa, 2024

#### **8.4. Interpretação dos dados aplicados aos Diretores, Coordenadores, Gestores Educacionais e Professores – Entrevista A**

Depois de examinar as informações coletadas na entrevista A sobre Empreendedorismo Social e Solidário realizada junto aos diretores, coordenadores, gestores educacionais e professores das IES, torna-se fundamental reconhecer suas experiências, entendimentos e vivências para uma compreensão profunda da temática. A partir dessas interações, foram extraídas interpretações e percepções que contribuem significativamente para a construção do conhecimento sobre a educação do Empreendedorismo Social e Solidário.

A colaboração desses profissionais proporcionou *insights* valiosos sobre como integrar efetivamente esses temas nos currículos acadêmicos, promovendo não apenas o aprendizado teórico, mas também a aplicação prática dos conceitos. Portanto, as conclusões alcançadas a partir da pesquisa destacaram a importância da participação ativa e do engajamento dos líderes educacionais na promoção de uma abordagem educacional que valorize o ensino e a formação no empreendedorismo social e solidário, reconhecendo-o como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

As IES não foram descritas para manter sua identidade anônima. Como mencionado anteriormente, essas instituições desempenham um papel crucial como formadoras de pensamento e opinião. Elas têm o potencial de ampliar a disseminação de um pensamento mais sustentável para a economia, utilizando o empreendedorismo social e solidário como uma vertente importante na formação dos estudantes universitários durante seu processo de construção profissional. Para tanto, é necessário que as pessoas envolvidas no desenvolvimento das atividades universitárias atuem como base para a disseminação do conhecimento e fortalecimento de práticas sociais sustentáveis na gestão por meio do empreendedorismo social e solidário.

Nesse sentido, observa-se que o desenvolvimento sustentável se caracteriza pela capacidade de satisfazer as necessidades atuais sem comprometer os recursos e as possibilidades das futuras gerações, integrando crescimento econômico, proteção ambiental e justiça social. Isso também pode ser entendido como uma forma de melhorar substancialmente os direitos e condições das amplas massas de população e reduzir as distâncias imensas entre os padrões de vida de abastados e de pobres.

Compreende-se que o desenvolvimento sustentável não se resume a uma escolha entre a proteção ambiental e o progresso social, mas sim a um esforço mais amplo para alcançar um desenvolvimento econômico e social que seja compatível com a proteção ambiental. É nesse cenário amplo e complexo do mundo dos negócios que as IES atuam como organismos de grande importância no desenvolvimento da sociedade, como um dos principais agentes transformadores de profissionais que ditarão os rumos do mercado e da sociedade.

Após uma análise detalhada do papel das IES na sociedade, torna-se evidente que o panorama revelado pela pesquisa realizada com diretores, coordenadores, gestores educacionais e professores expõe questões críticas de desigualdade e falta de diversidade. Primeiramente a predominância masculina, com 66,7% dos entrevistados sendo homens, ilustra uma clara disparidade de gênero no corpo docente e nas posições administrativas. Essa discrepância enfraquece a representatividade das mulheres em papéis de liderança, podendo também limitar

a inclusão de perspectivas diversas e necessárias para uma abordagem educacional mais abrangente e equitativa.

Além disso, a concentração de 62,5% de entrevistados brancos entre os líderes acadêmicos destaca uma carência significativa de diversidade racial nas funções de liderança. Essa falta de pluralidade racial não apenas restringe a variedade de experiências e pontos de vista dentro das instituições, mas também pode resultar em práticas e políticas educacionais que não abordam adequadamente as necessidades e realidades de uma sociedade multicultural. A ausência de representatividade racial nas esferas de liderança acadêmica pode perpetuar estereótipos e desigualdades, comprometendo a capacidade das IES de promover um ambiente verdadeiramente inclusivo e de preparar os estudantes para interagir efetivamente com uma sociedade diversificada.

Em relação à faixa etária dos entrevistados, a maioria, representando 45,8%, situa-se entre 45 e 54 anos. Essa predominância de profissionais mais experientes indica uma riqueza de conhecimento acumulado e uma profunda compreensão das dinâmicas do ensino superior. No entanto, essa mesma concentração etária evidencia a necessidade premente de renovação e de inclusão de perspectivas mais jovens. Incorporar vozes e ideias inovadoras é essencial para enfrentar os desafios contemporâneos e para inovar nas abordagens educacionais. A diversidade etária no corpo docente e administrativo não só enriquece o ambiente acadêmico, mas também garante que as instituições de ensino superior estejam melhor preparadas para responder às demandas de um mundo em constante transformação.

A análise da situação atual de emprego dos respondentes educacionais revela que 79,2% ocupam posições de empregados ou assalariados, o que demonstra uma significativa estabilidade laboral entre os profissionais das IES. Essa estabilidade é um indicativo importante de um ambiente de trabalho seguro e consistente, o que pode influenciar positivamente a qualidade do ensino e a dedicação dos profissionais. Ademais, os dados mostram que metade dos entrevistados possui uma renda mensal entre R\$ 5.000 e R\$ 10.000, enquanto 29% relatam uma renda superior a R\$ 10.000. Um dado muito importante para análise, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, informa que em 2023 a classe média brasileira inclui aqueles com renda domiciliar mensal entre R\$ 5.037,94 e R\$ 10.075,88. Portanto, é evidente que a maioria dos entrevistados se encontra predominantemente na classe média do Distrito Federal. Esse perfil econômico estável dos respondentes reflete uma posição social que pode ter um impacto significativo em suas percepções e abordagens dentro das IES. Profissionais com estabilidade financeira tendem a ter maior acesso a recursos, oportunidades de desenvolvimento profissional e redes de contatos que podem enriquecer suas práticas pedagógicas e administrativas. Além disso, essa estabilidade pode permitir uma maior

dedicação e inovação nas suas funções, contribuindo para a implementação de programas educacionais mais sólidos e inclusivos.

A predominância de uma classe média entre os profissionais das IES também sugere que suas experiências de vida e contexto socioeconômico podem influenciar suas atitudes e decisões sobre políticas educacionais e currículos acadêmicos. É fundamental que as IES reconheçam essa dinâmica e busquem diversificar ainda mais suas equipes para incluir uma gama mais ampla de experiências e perspectivas, assegurando uma educação mais abrangente e representativa.

A pesquisa revela uma predominância marcante de professores no ensino superior, representando 54,2% dos entrevistados, enquanto 29,2% ocupam cargos de coordenação nos cursos de Administração, gestão e áreas correlatas. Essa distribuição evidencia a diversidade de funções dentro das IES e ainda destaca a fundamental presença de profissionais que estão diretamente envolvidos tanto na formação acadêmica quanto na gestão educacional. A elevada proporção de docentes indica um forte comprometimento com a educação e a transmissão de conhecimento, enquanto a significativa representação de coordenadores realça a importância da liderança e da organização curricular na garantia de uma educação de qualidade. Essa composição de funções é essencial para o desenvolvimento de uma abordagem educativa forte.

Além disso, 75% dos entrevistados atuam especificamente no curso de Administração, 41,7% no curso de Ciências Contábeis e 33,3% em Gestão Financeira e Gestão de Recursos Humanos. A sobreposição de funções, com muitos desses profissionais lecionando em múltiplos cursos, não apenas evidencia a versatilidade desses educadores, mas também destaca o profundo compromisso que eles têm com diversas áreas de gestão. Esse envolvimento abrangente demonstra uma dedicação significativa à formação acadêmica e ao desenvolvimento integral dos estudantes, refletindo um esforço para integrar e aplicar conhecimentos em diferentes contextos de gestão. A capacidade desses profissionais de transitar entre áreas distintas denota sua vasta experiência e seu compromisso em preparar os estudantes de forma mais holística. Apesar das dificuldades associadas à integração de diferentes turmas e disciplinas, essa abordagem contribui significativamente para potencializar o impacto educacional.

A pesquisa revela que os entrevistados possuem uma vasta gama de experiências acadêmicas, com uma distribuição significativa de tempo de atuação no ensino superior. Especificamente, 25% dos profissionais têm entre doze e quinze anos de experiência, enquanto 20,8% têm mais de vinte anos na área. Essa distribuição temporal não apenas demonstra uma trajetória profissional sólida, mas também revela a profundidade da bagagem acadêmica dos entrevistados.

A variação no tempo de atuação, que vai desde um ano até mais de duas décadas, ilustra a presença de uma diversidade de perfis profissionais no ambiente acadêmico. Por um lado, isso inclui profissionais em início de carreira, que trazem novas perspectivas e abordagens inovadoras. Por outro, inclui veteranos com ampla experiência, cujas práticas e conhecimentos acumulados oferecem uma base firme e uma compreensão aprofundada dos desafios e das dinâmicas do ensino superior.

Essa combinação diversificada de experiências é fundamental para enriquecer o ambiente acadêmico. Ela proporciona uma ampla gama de perspectivas e práticas pedagógicas, o que não apenas enriquece o processo de educação e aprendizagem, mas também contribui significativamente para a formação abrangente dos estudantes nas áreas de Administração, gestão e negócios. A presença de profissionais com diferentes níveis de experiência facilita um ambiente educacional mais amplo.

A presença de uma mistura de gerações no ambiente de trabalho e na sociedade é extremamente positiva. Contar com pessoas de diferentes perspectivas, experiências e percepções trabalhando juntas proporciona uma vasta gama de tradições compartilhadas e distintas formas de pensar. A interação entre indivíduos em diferentes fases da vida estimula a troca de ideias, o desenvolvimento de novas soluções para problemas e a promoção de uma cultura organizacional mais flexível e adaptável. Logo, após a análise dos dados demográficos obtidos na Entrevista A e a avaliação detalhada do perfil dos entrevistados, é possível avançar para uma análise mais aprofundada das percepções e interpretações desses indivíduos.

Os dados da pesquisa revelam que os entrevistados reconhecem a importância do empreendedorismo na formação dos alunos dos cursos de Administração, gestão e negócios. Consideram o empreendedorismo não apenas relevante, mas essencial para a educação desses futuros profissionais. A alta valorização do empreendedorismo é clara, com muitos destacando-o como uma competência decisiva para o sucesso acadêmico e profissional. Os entrevistados salientam que a inclusão do empreendedorismo nos currículos acadêmicos é essencial para preparar os alunos para os desafios futuros, proporcionando uma chance de desenvolver competências práticas e estratégias decisivas para o sucesso profissional.

Além disso, existe o consenso entre os participantes de que, sem um foco estruturado em empreendedorismo, a formação acadêmica ficaria incompleta, privando os estudantes das competências necessárias para se destacar no competitivo ambiente de negócios. Referem também que o empreendedorismo promove a autonomia das pessoas e incentiva o estudante a pensar “fora da caixa”, buscando soluções criativas para os problemas e transformando ideias em ações.

Portanto, ficou evidente que a introdução e o fortalecimento do empreendedorismo nos cursos de gestão e negócios são vistos como essenciais, com uma ampla aceitação de que esse é um componente indispensável e relevante para uma formação acadêmica completa e alinhada com as demandas do mercado.

Enquanto isso, a respeito do significado do empreendedorismo social e solidário, na opinião dos entrevistados, houve uma variedade de compreensões e interpretações. Para alguns, o empreendedorismo social e solidário é visto como um movimento transformador, destinado a mudar a sociedade ao abordar problemas sociais que o Estado muitas vezes não consegue atender adequadamente. Assim, esse entendimento enfatiza o papel do empreendedorismo social e solidário como uma ferramenta para transformar a realidade e resolver problemas sociais, proporcionando um impacto positivo e um ganho coletivo para as comunidades envolvidas. Já outros entrevistados destacaram que o empreendedorismo social e solidário funciona como um gerador de renda com propósito, em que a missão do negócio vai além da simples geração de lucro, buscando diminuição dos impactos socioeconômicos e promoção de inclusão social. Esse ponto de vista vê a atividade empreendedora como um meio de multiplicar ações de inclusão, que promove a gestão solidária e aplica princípios de solidariedade e cooperativismo para criar um impacto social significativo. Ademais, alguns acreditam que o empreendedorismo social e solidário é uma forma de inovação, que não apenas introduz novas soluções para problemas sociais, mas também busca estabelecer uma diferença nas comunidades através de ações sustentáveis e criativas. Essa abordagem ressalta a importância de um propósito para a sociedade, destacando como iniciativas empreendedoras podem atuar como um catalisador de mudança ao ajudar a sociedade, bem como promover um ambiente de gestão solidária que cria valor tanto social quanto econômico.

No entanto, a análise das respostas sobre o conceito de empreendedorismo social e solidário revela que, embora a maioria dos entrevistados estejam alinhados com a definição geral do termo, ainda persiste uma certa superficialidade na compreensão desse conceito. Apesar de os entrevistados reconhecerem os aspectos fundamentais do empreendedorismo social e solidário, como uma relação transformadora da realidade e a promoção de impacto social positivo, suas respostas indicam uma compreensão que não ultrapassa as noções básicas. A superficialidade do entendimento foi manifestada pela falta de profundidade nas explicações fornecidas, que muitas vezes se limitam a uma visão simplificada do conceito. Apesar de os entrevistados reconhecerem a importância do empreendedorismo social e solidário para a diminuição dos impactos socioeconômicos e para a promoção de uma gestão solidária e inovadora, as respostas não revelam uma análise crítica ou detalhada das complexidades e desafios envolvidos. Em outras palavras, há um alinhamento com os princípios gerais, mas a

aplicação e o conhecimento aprofundado do conceito ainda são rarefeitos. Essa compreensão rasa pode comprometer a capacidade dos indivíduos de aplicar eficazmente o empreendedorismo social e solidário em práticas reais e impactantes. Para que o conceito seja realmente aproveitado, é essencial que haja uma visão mais completa e crítica, que considere não apenas os benefícios e os princípios básicos, mas também as nuances e os desafios associados à implementação de iniciativas de empreendedorismo social e solidário.

Após a análise dos dados e das respostas obtidas, ficou evidente que as IES precisam adotar uma abordagem mais atenta e especializada na formação do corpo acadêmico, especialmente em relação ao conceito de empreendedorismo social e solidário. A complexidade e a multiplicidade de significados associados a esse conceito exigem que os esses profissionais compreendam a diversidade de interpretações, além de estarem capacitados para expandir e aprofundar o entendimento dos estudantes sobre o tema.

Nesse viés, é fundamental que as IES invistam no desenvolvimento contínuo, principalmente dos seus docentes, para que eles possam não só entender a polissemia do conceito, mas também aplicar esse conhecimento de maneira eficaz em suas práticas pedagógicas. A preparação e a capacitação do corpo docente devem incluir uma formação que permita aos profissionais explorar e integrar diferentes abordagens e práticas empreendedoras no currículo acadêmico. Além disso, é vital que a educação empreendedora oferecida seja plural, refletindo uma diversidade de perspectivas e práticas. Isso garantirá que os estudantes recebam uma formação rica e abrangente, capaz de prepará-los para enfrentar os desafios contemporâneos e aproveitar as oportunidades na área do empreendedorismo social e solidário. Para tanto, uma compreensão clara e precisa do termo "social" no contexto de iniciativas e discursos no âmbito acadêmico é primordial. A clarificação e a precisão no uso desse termo são essenciais para garantir que as práticas e os objetivos desses atores estejam verdadeiramente alinhados com princípios éticos e um compromisso genuíno com a melhoria da qualidade de vida e a equidade social. Quando o conceito "social" estiver bem definido e compreendido, com certeza, irá ajudar a evitar ambiguidades e mal-entendidos, assegurando que as iniciativas não apenas aparentem estar promovendo o bem-estar social, mas realmente atuem em conformidade com normas de um propósito autêntico de impacto positivo. Além disso, essa clareza permite que as ações realizadas sejam efetivamente direcionadas para a redução das desigualdades e para a promoção de uma justiça social mais ampla.

A seguir, dos vinte e quatro entrevistados, apenas oito relataram ter tido algum contato direto com o empreendedorismo social e solidário. Esses contatos ocorreram predominantemente em ambientes religiosos, onde foram desenvolvidos projetos específicos focados em crianças, adolescentes e jovens em situação de privação, exclusão e vulnerabilidade

social. Esses projetos visavam não apenas à assistência imediata, mas também à capacitação e à geração de oportunidades de longo prazo. Entre as iniciativas mencionadas, destacaram-se programas direcionados a meninas e meninos em situação de rua, oferecendo formação e capacitação em áreas como artes marciais e panificação. Essas ações tinham como objetivo principal proporcionar oportunidades de empregabilidade e, potencialmente, gerar renda para esses jovens, promovendo uma inclusão mais ampla na sociedade. Além disso, os entrevistados relataram experiências com cursos de inclusão digital, que buscavam integrar jovens e adultos ao mundo tecnológico, aumentando suas chances de sucesso no mercado de trabalho. Houve também menção a programas voltados para empreendedoras em ONGs, que tinham como objetivo empoderar mulheres e capacitá-las para iniciar e gerir seus próprios negócios. Outro exemplo foi a oferta de aulas para pessoas em recuperação, com o intuito de reintegrá-las na sociedade através de habilidades práticas e úteis para a geração de renda.

Essas iniciativas revelam um esforço significativo por parte das instituições e dos profissionais envolvidos para abordar questões de exclusão social e vulnerabilidade, utilizando o empreendedorismo social e solidário como uma ferramenta de transformação e desenvolvimento. Tais ações mostram como o contato direto com o empreendedorismo social pode impactar positivamente comunidades e indivíduos. Sem dúvida, o contato direto do corpo acadêmico com o empreendedorismo social e solidário pode transformar o ambiente de sala de aula e a abordagem dos professores. Educadores com experiência prática nesse campo oferecem uma compreensão mais realista das dinâmicas sociais e econômicas, tornando a educação mais relevante e aplicável, e aproximando os estudantes da realidade do mercado e das comunidades. Além disso, a experiência prática dos professores permite que eles ajudem a desenvolver competências específicas nos estudantes, como liderança, empatia, trabalho em equipe, resolução de problemas sociais e inovação. Essas habilidades são essenciais para formar profissionais completos e preparados para o mercado de trabalho.

O envolvimento direto dos professores em projetos de empreendedorismo social e solidário fortalece as conexões com a comunidade, resultando em colaborações como projetos de extensão, estágios e pesquisas aplicadas que beneficiam a todos. Esses projetos oferecem aos estudantes oportunidades práticas de aprendizado, enriquecendo sua formação. Além disso, professores com experiência nesse campo são mais sensíveis a questões de justiça social, inclusão e sustentabilidade, contribuindo para a formação de cidadãos comprometidos com a transformação social. A vivência direta também permite que os professores mantenham os currículos atualizados, incorporando práticas e teorias emergentes do empreendedorismo social e solidário. Além disso, professores com experiência prática promovem uma cultura de

responsabilidade social, incentivando os estudantes a se envolverem em projetos que impactem positivamente a sociedade e tornando a responsabilidade social um valor central na educação.

Por outro lado, apesar da relativa falta de familiaridade com o termo "empreendedorismo social e solidário" entre os vinte e quatro participantes, a pesquisa revelou um interesse considerável em aprofundar o conhecimento sobre o conceito. De maneira consensual, vinte e três dos entrevistados, manifestaram um forte desejo de explorar e entender melhor o empreendedorismo social e solidário, evidenciando o interesse e uma abertura significativa para novas ideias e práticas inovadoras. Apenas um participante indicou desinteresse, o que ressalta ainda mais o potencial de disseminação e aceitação do conceito. Esse cenário destaca a necessidade de um esforço contínuo das IES em promover a conscientização e a formação sobre temas emergentes e relevantes, como o empreendedorismo social e solidário.

Na visão dos entrevistados, a forma de oferta preferida seria por meio de palestras, seminários e cursos. Essa preferência indica uma demanda por oportunidades educacionais que expliquem e promovam o empreendedorismo social e solidário de forma acessível e informativa. No entanto, para abordar uma educação empreendedora plural e disseminar a polissemia do empreendedorismo social e solidário nas IES, principalmente nos cursos de Administração, gestão e áreas afins, a simples realização de palestras, seminários e cursos pode não ser suficiente. Embora esses eventos sejam importantes para introduzir conceitos e estimular o interesse, uma abordagem mais integrada e contínua é essencial para promover uma compreensão profunda e abrangente do tema. As palestras e seminários podem servir como pontos de partida valiosos, proporcionando entendimentos iniciais e motivando os estudantes a explorar mais sobre o empreendedorismo social e solidário. Entretanto, para realmente inculcar esses conceitos de forma significativa, é necessário um esforço sistemático e constante que inclua a integração de um currículo específico, a implementação de projetos práticos, a oferta de programas de mentoria, o incentivo à pesquisa acadêmica, a organização de eventos multidisciplinares e o fortalecimento do engajamento comunitário. Portanto, enquanto palestras, seminários e cursos são componentes valiosos na promoção do empreendedorismo social e solidário, uma abordagem mais holística e integrada é necessária para garantir uma compreensão profunda e a aplicação efetiva desses conceitos nas IES. Primeiro, a natureza do empreendedorismo social e solidário demanda uma compreensão profunda das dinâmicas sociais, econômicas e culturais que o envolvem.

Integrar teoria e prática permite que os estudantes vivenciem conceitos em contextos reais através de projetos e iniciativas comunitárias, solidificando o conhecimento. Essa abordagem contínua ajuda os alunos a desenvolver habilidades essenciais para atuar em

contextos sociais complexos. Além disso, considerar os contextos local e global do empreendedorismo social amplia a relevância da educação, permitindo que os estudantes compreendam as especificidades culturais, econômicas e políticas que influenciam as iniciativas sociais. Essa abordagem também aumenta o engajamento e a motivação dos estudantes, ao incorporar métodos de ensino variados e a aplicação prática dos conceitos. Projetos colaborativos, simulações reais e interação com profissionais e organizações atuantes no setor social tornam o aprendizado mais relevante e envolvente. Portanto, a preparação para desafios reais é aprimorada, pois os estudantes são expostos a diferentes perspectivas e metodologias, desenvolvendo a capacidade de analisar problemas complexos e implementar soluções sustentáveis. Para promover uma integração efetiva desses temas, é necessário que as IES não apenas considerem diversas abordagens de educação e ensino, mas também se tornem agentes ativos na implementação de práticas que reflitam a importância dessa construção.

Enquanto isso, sobre o interesse dos entrevistados em se envolver com projetos, empresas e formas de gestão voltados para o empreendedorismo social e solidário, dos vinte e quatro entrevistados, apenas cinco afirmaram "não ter interesse no momento", enquanto os outros dezenove responderam de forma afirmativa. Entre as razões apresentadas para a resposta positiva a respeito desse envolvimento, destacam-se vários fatores importantes. Primeiramente, muitos entrevistados apontaram que o atual cenário socioeconômico cria uma necessidade premente de iniciativas que promovam mudanças sociais significativas.

Os participantes acreditam que as organizações devem gerar lucro e também melhorar as condições de vida e proteger os direitos de grupos vulneráveis, como crianças. Alguns veem o empreendedorismo social e solidário como uma missão alinhada com valores de responsabilidade social e ética, aplicando conhecimentos em gestão para causar um resultado positivo. Outros destacam que esse campo une a paixão por um impacto social favorável com práticas de negócios inovadoras, permitindo a combinação de habilidades empresariais com um propósito significativo.

Finalmente, um entrevistado ressaltou que, ao se envolver com o empreendedorismo social e solidário, ele espera desenvolver uma gama de competências e habilidades empreendedoras, incluindo criatividade, inovação, liderança, gestão, planejamento e comunicação. Esse desenvolvimento pessoal e profissional é visto como um benefício adicional, que contribui para o crescimento individual e ainda para a eficácia das iniciativas empreendedoras.

Embora as percepções de envolvimento com o empreendedorismo social e solidário sejam geralmente bem recebidas e consideradas válidas, elas tendem a ser limitadas em termos de abrangência quando se trata de reconhecer todos os benefícios desse engajamento. Muitos

participantes da pesquisa manifestaram um interesse genuíno em empreender com um propósito social, valorizando o impacto positivo que essas iniciativas podem gerar para a sociedade. No entanto, as justificativas apresentadas frequentemente se concentram em aspectos superficiais ou imediatos, sem explorar a profundidade completa das vantagens envolvidas. Entretanto, essas percepções, embora válidas, muitas vezes não capturam a amplitude completa dos benefícios que o empreendedorismo social e solidário pode oferecer. O engajamento nesse campo não apenas promove um impacto imediato e tangível nas comunidades, mas também fomenta mudanças estruturais de longo prazo.

Iniciativas sociais podem transformar sistemas, criar novas oportunidades e promover modelos de negócios mais sustentáveis e inclusivos. A contribuição para a equidade social e a justiça econômica, além da construção de redes de apoio entre setores, muitas vezes é subestimada nas percepções superficiais do empreendedorismo social e solidário. É essencial ampliar as discussões sobre esse tema para incluir uma análise mais ampla dos benefícios estruturais e sistêmicos, proporcionando uma compreensão mais abrangente e informada do seu impacto transformador.

Nesse sentido, quanto à realização e experiência em algum curso em que foi abordada a temática do empreendedorismo social e solidário, apenas nove dos entrevistados responderam "sim", enquanto quinze entrevistados disseram "não". Os nove que tiveram alguma experiência com o tema relatam que foi através de projeto de pesquisa durante o mestrado e o doutorado, como curso de extensão em empreendedorismo social e negócios de impacto social pelo Sebrae, na carreira profissional como docente, ou ainda em curso de especialização *latu sensu*. Observa-se que a pesquisa revela que apenas nove dos entrevistados tiveram algum tipo de contato com a temática do empreendedorismo social e solidário ao longo de suas carreiras profissionais, sendo que essa exposição não ocorreu durante a formação acadêmica nos cursos de graduação. Para os quinze entrevistados restantes, o tema não foi abordado em nenhum momento ou pontuado durante sua formação e qualificação acadêmica.

Esse cenário evidencia uma lacuna significativa na oferta de conteúdos relacionados ao empreendedorismo social e solidário nas IES. A falta de inclusão desse tema nos currículos acadêmicos sugere uma deficiência na preparação dos envolvidos para enfrentar e contribuir efetivamente para questões sociais e empresariais contemporâneas. A carência de uma abordagem abrangente e sistemática sobre empreendedorismo social e solidário nas graduações destaca a necessidade de reavaliar e enriquecer os programas acadêmicos para oferecer uma formação mais completa e relevante, que alinhe teoria e prática.

É fundamental ressaltar que o grupo estudado é formado, em sua maioria, por profissionais como professores de administração, gestão e áreas correlatas, além de

coordenadores, diretores e gestores educacionais. Essa composição é essencial para a análise, pois esses indivíduos desempenham papéis centrais na formação e orientação dos futuros profissionais da área de negócios e gestão. Os professores de administração e gestão estão na linha de frente da educação acadêmica em escolas de negócios, influenciando diretamente o currículo acadêmico e a metodologia de ensino. Sua experiência e perspectiva sobre o empreendedorismo social e solidário têm um impacto significativo na formação dos estudantes, moldando a forma como esses futuros profissionais percebem e aplicam esses conceitos em suas práticas profissionais. Já os coordenadores e diretores, por sua vez, têm a responsabilidade de definir e implementar políticas educacionais e curriculares que integram ou deixam de integrar temas como o empreendedorismo social e solidário. Sua visão e decisões são determinantes para a inclusão desses tópicos nos programas de estudo e para a promoção de uma formação acadêmica que responda às necessidades e desafios contemporâneos. Além disso, os gestores educacionais também desempenham um papel importantíssimo na administração de recursos que afetam a implementação e o desenvolvimento de projetos educacionais e programas de capacitação. Sua experiência na coordenação e gestão dos processos acadêmicos pode influenciar diretamente a forma como o empreendedorismo social e solidário é abordado e incentivado dentro das IES.

A distância existente das IES e outras instituições de ensino na área de Administração e gestão em relação à temática e sua polissemia é tão significativa que acaba excluindo os profissionais dessa área do conhecimento sobre as diversas alternativas econômicas disponíveis. Essa falha impede a compreensão de diferentes modelos econômicos e limita o aprendizado a um único modelo, podendo restringir a visão desses profissionais.

É preciso refletir sobre a educação não como um mero processo de transmissão de conhecimento técnico ou especializado, mas um campo fundamental na formação da consciência crítica e na construção da hegemonia cultural; que essa educação, especialmente nas instituições de ensino superior, frequentemente se torna um mecanismo de reprodução das estruturas sociais existentes, em vez de um meio para a transformação social. Porém, as instituições de ensino muitas vezes negligenciam a formação de um pensamento crítico e uma compreensão aprofundada das questões sociais e políticas. Incrivelmente, em vez de promover um aprendizado que desafie e questione o estado das coisas, muitas vezes a educação é reduzida a uma simples preparação técnica para o mercado de trabalho, limitando a capacidade dos estudantes de refletirem criticamente sobre sua posição na sociedade e sobre o papel das estruturas de poder.

Enquanto permanecer o modelo educacional restritivo, permanecerá a visão de mundo que não questiona a ordem estabelecida, mas a aceita passivamente. As instituições de ensino,

ao se concentrarem predominantemente em habilidades técnicas e especializadas, falham em proporcionar uma formação integral que permita aos estudantes entenderem e confrontarem as dinâmicas de poder e as injustiças sociais. A verdadeira educação deve ser um processo de conscientização, que capacite os indivíduos a reconhecerem e desafiar as relações de poder dominantes, promovendo uma mudança social significativa. Assim, é fundamental que a educação vá além da preparação técnica para o mercado de trabalho e ajude a desenvolver uma compreensão crítica das condições sociais e políticas. A formação deve abordar também justiça social, ética e democracia. A pesquisa destaca a necessidade de incluir conteúdos sobre empreendedorismo social e solidário de maneira prática e substancial nos currículos acadêmicos.

Percebe-se, dentro da mesma amostra da questão anterior, que os poucos entrevistados que tiveram algum contato com a temática do empreendedorismo social e solidário relataram algumas formas de realização desse estudo nas instituições de ensino. Entre os poucos entrevistados que responderam afirmativamente, mencionaram que o contato ocorreu por meio de disciplinas curriculares, extracurriculares, optativas, projetos curriculares ou como parte integrante da disciplina de empreendedorismo e outras disciplinas específicas. Notavelmente, as disciplinas de empreendedorismo e os projetos curriculares foram os formatos mais destacados. Esses resultados indicam que, embora haja uma oferta limitada da temática nas IES, as oportunidades de contato com o empreendedorismo social e solidário são predominantemente através de disciplinas específicas e alguns projetos educacionais focados. Observa-se, através da análise dos dados da pesquisa, que não há um direcionamento curricular mais específico sobre o empreendedorismo social e solidário nas IES em que os entrevistados atuam, atuaram ou estudaram. A maioria das IES não demonstraram ocupação ou preocupação em oferecer a temática como parte da formação e qualificação profissional, seja como disciplina curricular ou projetos específicos. Destarte, esses resultados indicam uma lacuna significativa na oferta de conteúdos relacionados ao empreendedorismo social e solidário dentro das IES pesquisadas. A falta de iniciativas estruturadas para incorporar esses temas nos currículos pode limitar a preparação de todos os envolvidos no ecossistema educacional das instituições.

Nesse contexto, a visão predominante entre os entrevistados é que as IES não estão concedendo a devida importância ao tema do empreendedorismo social e solidário nos cursos de gestão e negócios. Os entrevistados destacam e reconhecem que as IES frequentemente negligenciam a temática, abordando-a de maneira superficial e integrando-a apenas de forma fragmentada em outras disciplinas. Esse tratamento limitado resulta em uma carência de enfoque específico e sistemático, essencial para o desenvolvimento de competências sólidas relacionadas ao empreendedorismo social e solidário.

Além disso, os entrevistados apontam que, quando o tema é abordado, geralmente é tratado de forma predominantemente teórica. Essa abordagem, apesar de relevante, é insuficiente para proporcionar aos estudantes uma compreensão prática e aprofundada. A falta de experiências práticas e de aprofundamento empírico compromete a capacidade dos estudantes de aplicar os conceitos em contextos reais, o que é importante para a formação de profissionais capacitados a enfrentar os desafios do empreendedorismo social e solidário.

Essas observações evidenciam a necessidade urgente de uma integração mais estruturada e impactante do empreendedorismo social e solidário na realidade das IES. É importante compreender em qual campo de atuação as IES estão operacionalizando a educação, considerando suas tradições, valores e práticas pedagógicas que podem ser profundamente enraizadas. Essas disposições determinam, em parte, o que é valorizado e ensinado dentro da instituição. Pode-se entender que o campo da educação superior é estruturado de acordo com as expectativas e normas estabelecidas por acadêmicos, autoridades educacionais e outras partes interessadas. As instituições operam dentro desse campo, tentando equilibrar suas ofertas educacionais com as demandas do mercado de trabalho e as expectativas sociais.

A introdução e o enfoque em temas como empreendedorismo social e solidário são moldados pelo interesse das instituições e pela necessidade de adaptar-se às mudanças nas demandas sociais e econômicas. No entanto, a forma como esses temas são abordados pode variar conforme as prioridades e as estruturas internas de cada instituição. A introdução desses temas, portanto, reflete uma tentativa das instituições de responder ao campo em que operam, ajustando suas práticas educacionais para alinhar-se com novas expectativas sociais e profissionais.

Embora as instituições possam estar introduzindo o empreendedorismo social e solidário em seus currículos acadêmicos, o que se questiona é: a forma e a profundidade com que isso é feito são influenciadas pela disposição institucional e pelas demandas do campo. Pode haver uma discrepância entre a inclusão formal desses temas e a profundidade real da educação, refletindo um compromisso que pode ser visto como mais simbólico do que substancial.

A seguir, na perspectiva dos entrevistados sobre o desenvolvimento econômico sustentável, considerando o período da pandemia e o cenário pós-pandemia, revela-se que o empreendedorismo social e solidário é visto como uma alternativa viável para promover o desenvolvimento nesse contexto.

Os relatos destacaram, ainda, a importância de reduzir a desigualdade social e a necessidade de formar profissionais voltados para a gestão no ESG. A importância de preparar

profissionais capacitados para a gestão de práticas voltadas para ESG (*Environmental, Social, and Governance*) é um aspecto fundamental na atualidade.

A crescente demanda por especialistas que compreendam e possam aplicar os princípios de sustentabilidade ambiental, responsabilidade social e governança ética reflete uma transformação significativa nas expectativas e exigências do mercado empresarial. As organizações estão cada vez mais reconhecendo a necessidade de integrar práticas ESG em suas operações para não apenas atender às exigências regulatórias e de mercado, mas também para promover um impacto positivo na sociedade e no meio ambiente. A formação desses profissionais é importante para garantir que as práticas ESG sejam efetivamente implementadas e monitoradas. Um entendimento profundo dos princípios de sustentabilidade ambiental permite que os gestores desenvolvam estratégias que minimizem o impacto ambiental das operações empresariais. Da mesma forma, uma sólida compreensão da responsabilidade social e da governança ética capacita os profissionais a adotar práticas que promovam a equidade social e a transparência organizacional.

Além disso, a inclusão de práticas ESG nas operações empresariais desempenha um papel importante na redução das desigualdades sociais. Profissionais bem treinados podem ajudar as organizações a adotar políticas e práticas que promovam a inclusão, a justiça social e o desenvolvimento sustentável, contribuindo, desse modo, para uma sociedade mais equitativa. Assim, mantém a importância das redes organizacionais para a sobrevivência, o papel potencial da comunidade e o impacto na sociedade, atendendo a necessidades sociais urgentes como o aumento do desemprego e a erosão das relações formais de trabalho.

Também acreditam que é uma excelente oportunidade diante das dificuldades socioeconômicas enfrentadas pelo país, contribuindo para a geração de renda, impulsionando a resiliência comunitária e fomentando a inovação social para promover inclusão e equidade. Além disso, entendem o termo como uma iniciativa que promove práticas ambientalmente conscientes e capacita empreendedores a criar negócios voltados para o bem comum, oferecendo uma resposta eficaz aos desafios contemporâneos.

A pandemia de Covid-19 evidenciou que um modelo de desenvolvimento focado apenas no acúmulo individual de bens e riquezas não é sustentável e torna-se insignificante diante da necessidade urgente de preservação da vida humana. Destarte, uma visão mais sistêmica, colaborativa, cooperativa e comunitária torna-se essencial no contexto atual para enfrentar os desafios globais. Nesse sentido, o empreendedorismo social e solidário oferece várias contribuições importantes para o desenvolvimento econômico sustentável. Nessa visão de alternativa para o desenvolvimento econômico sustentável, é preciso trazer ao diálogo a visão de Karl Polanyi, cujas ideias revolucionaram a compreensão sociológica das interações

entre economia e sociedade, oferecendo uma análise profunda das implicações sociais da ascensão do mercado livre e do capitalismo, revelando como esses sistemas impactam as estruturas sociais. Nesse sentido, não cabe mais nos dias atuais uma economia de mercado autorregulada; ela não é apenas insustentável, mas também prejudicial para a coesão social, em sua tentativa de transformar a economia em um sistema de mercado totalmente livre levou a sérias disfunções sociais e econômicas, evidenciando o impacto negativo que essa abordagem pode ter sobre as comunidades, sugerindo a necessidade de mecanismos de regulação para garantir a estabilidade social e econômica. É importante compreender que a economia está sempre entrelaçada com contextos sociais e culturais específicos, e suas práticas não podem ser compreendidas sem considerar esses aspectos sociais; em outras palavras, a economia não pode ser separada das instituições sociais e das relações humanas.

As sociedades frequentemente buscam regular e moderar os impactos negativos e desumanizantes que podem resultar da desregulação econômica. Quando os mercados operam sem regulamentações adequadas, eles podem gerar consequências prejudiciais, como aumento das desigualdades, exploração laboral e degradação ambiental. Em resposta a esses efeitos adversos, as sociedades implementam regras e leis com o objetivo de suavizar os impactos negativos e proteger o bem-estar das pessoas e do meio ambiente. Portanto, a busca por regulação surge como uma estratégia para equilibrar os interesses econômicos com a necessidade de preservar valores sociais e humanos, garantindo uma maior proteção e justiça para todos os envolvidos.

Outro ponto essencial – e que pode ser uma das mais fortes causas de desestrutura econômica e social – é transformar a terra, o trabalho e o dinheiro em mercadorias, ou seja, ao tratá-los como bens que podem ser comprados e vendidos no mercado, as sociedades enfrentam consequências negativas. Esses elementos são essenciais para a vida e o funcionamento das comunidades, e sua mercantilização pode levar à desestabilização das estruturas sociais e econômicas.

Portanto, sob a perspectiva sociológica, é essencial compreender que a análise das economias de mercado modernas deve considerar as complexas interações entre as estruturas sociais e os processos econômicos. A abordagem sociológica oferece uma visão aprofundada das dinâmicas que moldam e influenciam o funcionamento dos mercados, revelando como as práticas econômicas afetam e são afetadas pelas instituições sociais e culturais. Essa compreensão é fundamental para identificar e abordar as questões que surgem da interação entre economia e sociedade, possibilitando um entendimento mais abrangente e crítico das economias contemporâneas. Logo, o empreendedorismo social e solidário se encaixa nessa dimensão, sendo não apenas uma alternativa econômica, mas uma abordagem integrada que

reintegra práticas econômicas às necessidades e valores sociais. Essa abordagem oferece um caminho sólido para o desenvolvimento sustentável no cenário pós-pandemia.

Sob esse mesmo olhar, o empreendedorismo social e solidário possui diversos potenciais para contribuir na formação dos estudantes dos cursos de Administração, gestão e negócios. Segundo os entrevistados, ele pode ampliar a visão dos estudantes além da "economia clássica", auxiliando na compreensão das questões sociais contemporâneas.

Ao incorporar o empreendedorismo social e solidário no currículo escolar, os estudantes são expostos a uma gama mais ampla de desafios e soluções econômicas, o que os prepara para enfrentar a complexidade do mundo real. Além disso, o empreendedorismo social e solidário facilita a assimilação das novas tendências de gestão e suas redes, incentivando a criação de novos conhecimentos e estratégias organizacionais. Ao trabalhar com modelos de negócios que priorizam o impacto social, os estudantes desenvolvem habilidades inovadoras e aprendem a aplicar práticas de gestão que são adaptáveis e sustentáveis, contribuindo para um ambiente empresarial mais resiliente e responsivo às necessidades sociais.

É fundamental que a educação do empreendedorismo social e solidário aborde diversas competências essenciais para preparar os estudantes para enfrentar os desafios atuais e promover um impacto positivo na sociedade. Primeiramente, é essencial desenvolver a visão crítica e a análise social, capacitando os estudantes a compreender problemas sociais e econômicos e identificar oportunidades para soluções inovadoras e sustentáveis.

Além disso, a inovação social deve ser incentivada, promovendo a criatividade e a capacidade de criar novas abordagens para resolver questões sociais. A gestão de projetos sociais é outra competência chave, pois envolve o planejamento, a implementação e a avaliação de iniciativas com impacto social, incluindo a administração de recursos e cronogramas.

A empatia e a sensibilidade social também são indispensáveis, pois ajudam os estudantes a compreender as necessidades das comunidades e a adotar uma abordagem mais humana e inclusiva. Familiarizar os estudantes com modelos de negócios sociais é essencial, permitindo-lhes entender como esses modelos combinam objetivos sociais e financeiros e como são sustentados.

A capacidade de mobilização e redes de contato é igualmente importante, permitindo aos estudantes construir parcerias, engajar comunidades e mobilizar recursos para suas iniciativas sociais. A avaliação de impacto social, utilizando indicadores e métodos apropriados, é importantíssima para medir a eficácia e garantir a sustentabilidade dos projetos.

O conhecimento sobre gestão financeira específica para projetos sociais, incluindo captação de recursos e planejamento financeiro, assegura a sustentabilidade a longo prazo das

iniciativas. Além disso, é necessário entender a legislação relevante e as políticas públicas que afetam o setor social, ajudando os estudantes a navegar e influenciar o ambiente regulatório.

Também a habilidade de comunicação é fundamental para promover e defender causas sociais, criar campanhas de sensibilização e engajar o público-alvo. Todas essas competências prepararam os estudantes para se tornarem líderes e profissionais capazes de enfrentar desafios sociais. E, claro, acredita-se que o empreendedorismo social e solidário contribui para formar profissionais mais éticos e inovadores, com uma consciência social e solidária mais desenvolvida, tornando-os capazes de visualizar futuros mais humanitários.

Através da educação oferecida pelas IES, esses jovens poderiam retornar à sociedade resultados de gestão mais sustentáveis e equitativos. A educação em empreendedorismo social e solidário capacita os estudantes a serem competentes em suas funções, além de inspirá-los a adotar valores que promovam a justiça social. Consequentemente, os entrevistados se posicionam de forma afirmativa sobre a necessidade da educação do empreendedorismo social e solidário, sendo importante e fundamental sua aplicabilidade no currículo acadêmico dos cursos da área de gestão e negócios. Dos vinte e quatro entrevistados, dezoito expressaram forte apoio à ideia de incluir a educação do empreendedorismo social e solidário nos currículos acadêmicos dos cursos da área de gestão e negócios, juntamente com suas vivências práticas. Eles enfatizam que essa inclusão é essencial para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para uma gestão mais social e, consequentemente, para um futuro melhor.

No entanto, a maioria dos entrevistados acredita ser crucial a inclusão da temática nos currículos acadêmicos, no formato de disciplina curricular, ou incluir o assunto dentro da disciplina do empreendedorismo. Isso demonstra que os entrevistados não possuem entendimento suficiente para serem críticos quanto ao processo de inserção e implementação da temática nos currículos escolares.

Incluir a temática do empreendedorismo social e solidário como disciplina curricular não é suficiente para aprofundar no tema por várias razões. Primeiramente, o empreendedorismo social e solidário é um campo complexo e multifacetado que exige mais do que uma simples introdução teórica. A sua verdadeira compreensão e aplicação prática requerem um engajamento contínuo e uma abordagem interdisciplinar que vão além do conteúdo de uma única disciplina. Uma disciplina curricular isolada pode fornecer uma base teórica, mas é limitada na sua capacidade de oferecer experiências práticas essenciais para entender plenamente o impacto e as nuances do empreendedorismo social e solidário. Sem a aplicação prática e o envolvimento em projetos reais, os estudantes podem não desenvolver as habilidades necessárias para implementar essas ideias no mundo real. Além disso, a integração

de experiências práticas é importantíssima para a formação de uma compreensão profunda e aplicável.

Uma abordagem curricular limitada pode não abordar adequadamente a necessidade de um pensamento crítico e reflexivo sobre os desafios e as oportunidades que o empreendedorismo social e solidário apresenta. As questões sociais são dinâmicas e frequentemente envolvem complexidades que exigem soluções inovadoras e adaptáveis. Uma abordagem mais integrada e contínua permite aos estudantes explorar essas complexidades ao longo de sua formação, promovendo uma visão mais ampla e crítica.

Também é importante considerar que o empreendedorismo social e solidário não deve ser visto como um tópico isolado, mas como uma parte integrante de uma educação mais holística em gestão e negócios. A integração dessa temática em várias disciplinas e áreas de estudo pode ajudar os estudantes a ver como os princípios do empreendedorismo social e solidário se aplicam a diferentes contextos e desafios empresariais. A inclusão dessa temática deve ser acompanhada por uma cultura institucional que valorize e promova o empreendedorismo social e solidário. Isso inclui o apoio de políticas e práticas institucionais, a presença de mentores e professores experientes na área e a criação de um ambiente que incentive a inovação social e a colaboração. Em suma, para que a educação do empreendedorismo social e solidário seja verdadeiramente eficaz e profundo, ele deve ser parte de uma abordagem educacional ampla e integrada, que combina teoria com prática e que está enraizada em uma cultura institucional de apoio e valorização deste campo.

É preciso entender que a introdução do empreendedorismo social e solidário como disciplina curricular pode despertar o interesse dos estudantes e fornecer uma base teórica essencial. Isso inclui a compreensão de conceitos-chave, a história do movimento e as diferenças entre o empreendedorismo tradicional e o social. É uma oportunidade para educar os estudantes sobre a importância de abordar problemas sociais por meio de soluções inovadoras e sustentáveis.

Os entrevistados acreditam que a educação do empreendedorismo social e solidário nos currículos acadêmicos prepara os alunos para enfrentar demandas sociais e formar líderes mais conscientes. Essa educação promove um ambiente mais equitativo e sustentável, ampliando a perspectiva dos futuros administradores e empresários para além do lucro pessoal, e os conscientiza sobre questões sociais e ambientais, aplicando novos conhecimentos de forma prática. Nesse sentido, os entrevistados expressam a convicção de que a integração de pessoas e organizações alinhadas em valores e propósitos é elementar. Eles argumentam que essa conexão não só enriquece as experiências pessoais, mas também fortalece as relações profissionais e colaborativas.

Finalmente, quanto às Novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração (DCNs) – no sentido de o documento abordar ou corroborar para que o empreendedorismo social e solidário possa contribuir com novas competências na formação dos profissionais de Administração e áreas afins (e em que medida) –, os entrevistados responderam de acordo com suas percepções e vivências acadêmicas no ensino superior. Observa-se que, dos vinte e quatro entrevistados, dez deles acreditam que as Novas DCNs abordam e corroboram para a formação da temática em questão. No entanto, catorze entrevistados possuem percepções diferentes, de forma negativa. Os entrevistados percebem que as DCNs abordam o tema por meio de competências gerais e com recomendações de estímulo para atividade acadêmicas dentro da cultura empreendedora, mas alguns acreditam que fica a critério da IES o modo como será trabalhada a temática, visto que não há um formato padronizado. Outros entendem as Novas DCNs como uma construção baseada em tendências para a formação de profissionais voltados “à lógica do mercado” e da “busca da eficiência”, interpretando-as como fortemente focadas em desenvolver “sólidas competências em Administração”, revendo a estrutura pedagógica ultrapassada do passado em que ainda se “ancoram os cursos de Administração”.

Alguns acreditam nas diretrizes das Novas DCNs como uma visão sobre negócios e organizações da economia circular e da economia solidária, sendo fortalecidas com o surgimento de melhorias e inovação. Além disso, percebem e afirmam “seguramente” no que tange às Novas DCNs do curso de Administração abordarem e corroborarem para o empreendedorismo social e solidário, “proporcionando aos discentes uma visão ampla e clara de mundo, em que o sucesso de qualquer empreendimento está ligado ao tríptico econômico, social e ambiental”. Sugerem também que as Novas DCNs apresentam as “alterações necessárias na formatação dos cursos de administração de forma a atingir um novo cidadão-sujeito às contínuas mudanças no (e do) mundo”. Acreditam também na ideia de que a relação das competências esperadas do egresso, em dimensões sociais, humanas, ambientais e éticas é vista como uma abordagem de oportunidades. Há também o reconhecimento dos entrevistados, de acordo com o inciso I do Art. 3º, da orientação sobre o perfil do egresso, no sentido de "criar ou aprimorar de forma inovadora os modelos de negócios, de operacionais e organizacionais, para que sejam sustentáveis nas dimensões sociais, ambientais, econômicas e culturais." As diretrizes orientam e oportunizam o desenvolvimento das atividades relacionadas ao âmbito social, assim como outras áreas da gestão.

De acordo com a entrevista A, os entrevistados observam que as Novas DCNs poderiam ter explorado mais profundamente o tema do empreendedorismo social e solidário. Alguns responderam que não conseguiram identificar claramente diretrizes específicas para o

empreendedorismo social e solidário no documento. Um participante admitiu não se sentir "habilitado" para responder à questão, sinalizando a necessidade de uma abordagem mais explícita e detalhada do tema nas diretrizes curriculares.

Compilando as respostas dos entrevistados que manifestaram suas percepções menos positivas em relação ao conhecimento da temática nas Novas DCNs, existe uma variedade de respostas como: “Não tenho conhecimento necessário para responder”, “não tenho opinião” a respeito das diretrizes, “Não tenho esta informação de forma correta, e não saberia responder”, “Não tive muito contato com as novas DCNs”, “Abordam de maneira muito discreta”, “Não tenho conhecimento específico sobre as Novas DCNs de Administração”, “Em minha percepção não abordam de forma substancial o tema” e, por último, “Acho que sim”.

Ademais, compreendendo a análise dos dados e suas interpretações, ficou evidente que os educadores do ensino superior nas IES, ao serem entrevistados, apresentaram preocupante falta de familiaridade com as Novas DCNs. Isso pode impactar negativamente a implementação eficaz das diretrizes educacionais, comprometendo o desenvolvimento de habilidades essenciais nos estudantes. Apesar de estarem diretamente envolvidos com essas diretrizes em suas atividades acadêmicas nos cursos de Administração, gestão e áreas correlatas, muitos educadores desconhecem suas diretrizes, orientações e suas verdadeiras interpretações. Essa falta de conhecimento compromete seriamente a aplicação e a integração dessas diretrizes na academia, bem como a sua eficácia no preparo dos estudantes e no engajamento com a comunidade local, regional e global.

A exemplo, quando o entrevistado vinte e três da tabela 12 não responde à pergunta sobre as Novas DCNs, fica clara sua falta de familiaridade com a diretriz, o que é bastante negativo e preocupante. A falta de familiaridade do corpo acadêmico com as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais de Administração pode causar diversos impactos nas IES. Como figura central da educação, o professor, ao não estar alinhado com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação, pode contribuir para um currículo desatualizado ou não alinhado com as necessidades do mercado e da sociedade. A falta de compreensão das Novas DCNs pode comprometer a qualidade da educação oferecida aos estudantes, pois os professores podem não estar utilizando metodologias ou conteúdos adequados para atender aos objetivos propostos pelas diretrizes.

Além disso, as IES estão sujeitas a avaliações e credenciamentos que levam em consideração a implementação das DCNs. A falta de familiaridade do corpo docente pode prejudicar a avaliação positiva da instituição, afetando sua reputação e até mesmo sua continuidade no sistema educacional. Cabe destacar que as Novas DCNs têm como objetivo formar profissionais capacitados e alinhados com as demandas do mercado de trabalho.

Conseqüentemente, a falta de articulação com elas pode comprometer essa formação, deixando os estudantes menos preparados para enfrentar os desafios profissionais durante e após a graduação.

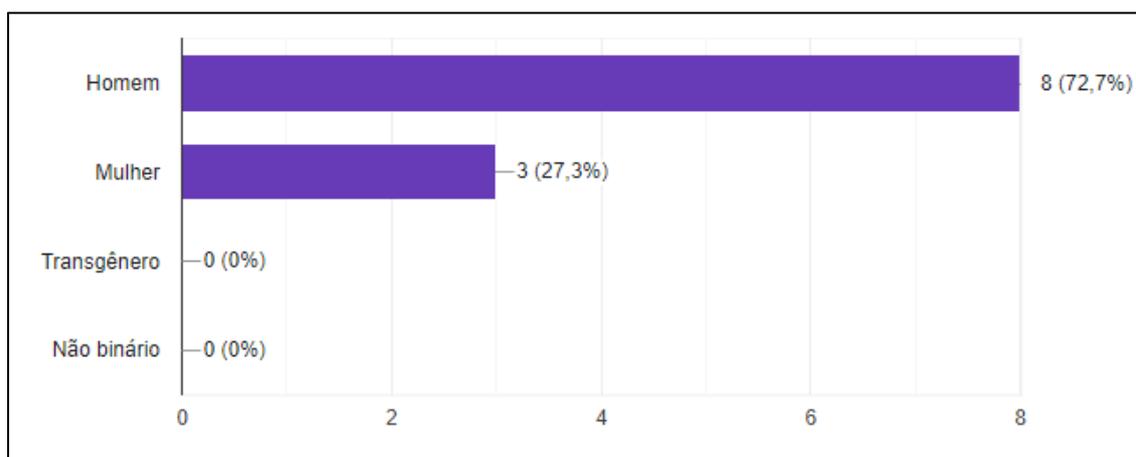
Essas Novas DCNs incentivam a inovação e a atualização curricular para acompanhar as mudanças sociais, tecnológicas e econômicas. Por isso, a falta de familiaridade ou a implementação limitada delas pode dificultar a adoção de mudanças necessárias para manter o curso relevante e atrativo para os estudantes. Portanto, conclui-se que é fundamental que as IES se dediquem à capacitação e atualização contínua de seu corpo acadêmico em relação às Novas DCNs, assegurando que a educação oferecida esteja em conformidade com as diretrizes educacionais estabelecidas pelos órgãos reguladores, mantendo a qualidade da educação e a relevância dos conteúdos ministrados. A atualização constante não só garante que os professores estejam alinhados com as melhores práticas e os mais recentes avanços na área, mas também assegura que os estudantes recebam uma formação que reflita as exigências e expectativas atuais do mercado e da sociedade. Além disso, a capacitação contínua do corpo docente contribui para a melhoria da prática pedagógica, a inovação no currículo escolar e a adequação dos programas de educação às necessidades emergentes, promovendo uma educação mais eficiente e adaptativa.

#### **8.5. Análise da Entrevista B - Presidentes do CFA e CRA, Ex-Presidentes do CFA e CRA, Conselheiros(as) do CFA e CRA, Ex-Conselheiros(as) do CFA e CRA, Membros da Comissão Instituída, Membros da Comissão Especial de Análise das DCNs do CFA e CRA e Membros da Comunidade Acadêmica**

A entrevista B, realizada sobre o Empreendedorismo Social e Solidário, foi respondida por 11 entrevistados, pertencentes ao Conselho Regional de Administração (CRA) – Autarquia Federal, integrante do Sistema Conselho Federal de Administração e Conselhos Regionais de Administração — (CFA/CRAs), com sede em Brasília/DF, criado pela Lei n.º 4.769 de 09/09/1965, para disciplinar e fiscalizar o exercício profissional da Administração. São representados pelos cargos de Presidentes do CFA e CRA Ex-Presidentes do CFA e CRA, Conselheiros(as) do CFA e CRA, Ex-Conselheiros(as) do CFA e CRA, Membros da Comissão Instituída, Membros da Comissão Especial de Análise das DCNs do CFA e CRA e Membros da Comunidade Acadêmica. A pesquisa também contou com a participação do presidente e diretores da Associação Nacional dos Cursos de Graduação Administração (ANGRAD). Segue a análise dos dados.

Com relação ao gênero e identificação dos entrevistados, concentram-se em:

Gráfico 30 - Gênero

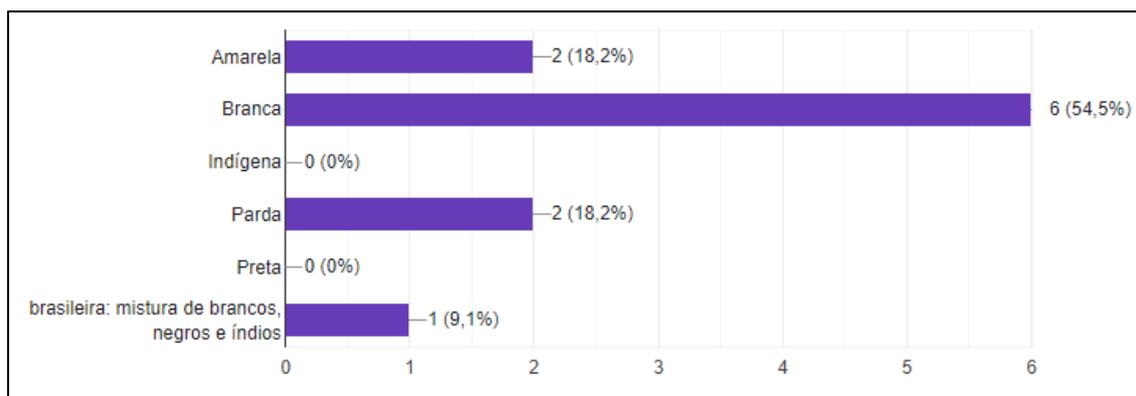


Fonte: Autora da pesquisa, 2024

A entrevista B apresentou na questão de gênero, sendo 72,7% de homens e 27,3% de mulheres. De acordo com pesquisas feitas no site do CFA e CRAs sobre a mulher e sua importância no espaço da gestão, além de diversos textos escritos por autoridades representativas e por toda a luta feminina por equidade de gênero, ainda existem grandes discrepâncias. Observa-se que na pesquisa isso fica expressivo, e ainda que a grande maioria dos gestores são homens dentro da autarquia.

Quanto à origem étnica e raça dos entrevistados, temos a seguinte representação:

Gráfico 31 – Etnia e raça

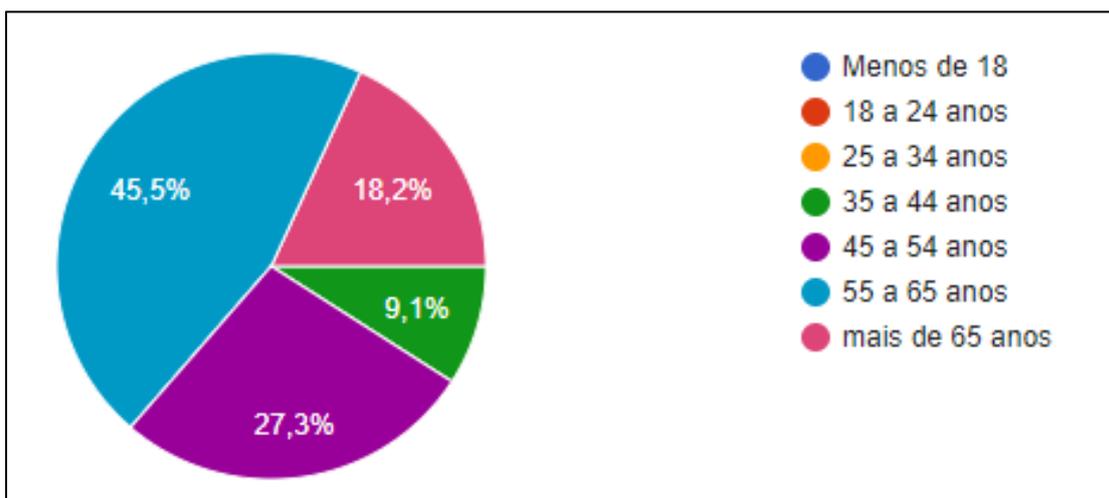


Fonte: Autora da pesquisa, 2024

Com relação a origem étnica e raça dos entrevistados, foram identificados que 54,5% são brancos, 18,2% são pardos, 18,2% são amarelos, 9,1% são mistura de brancos, negros e índios.

Quanto à idade dos entrevistados, temos a seguinte representação:

Gráfico 32 – Idade

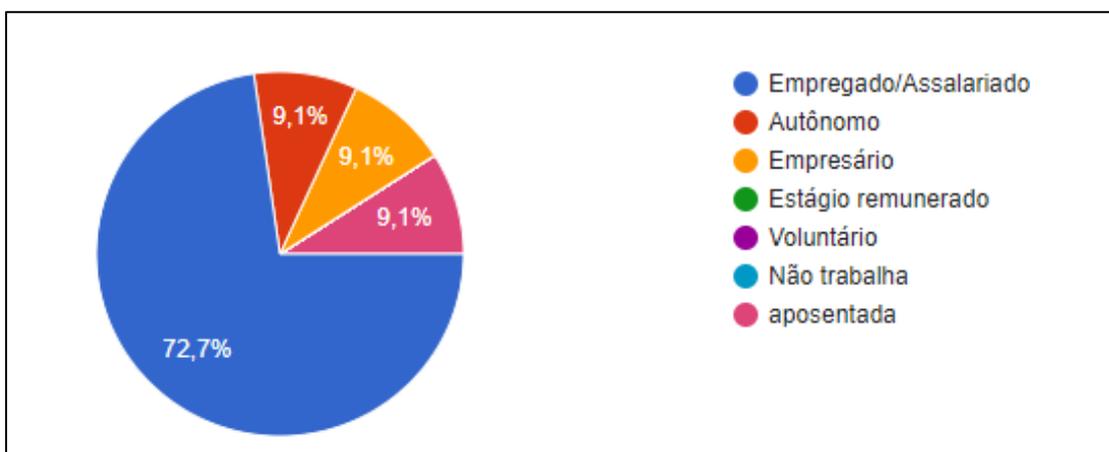


Fonte: Autora da pesquisa, 2024

No que se refere à idade dos entrevistados, 45,5% estão entre 55 a 65 anos, 27,3% estão entre 45 a 54 anos, 18,2% têm mais de 65 anos, 9,1% estão entre 35 a 44 anos.

Quanto à situação atual de emprego dos respondentes, temos a seguinte representação:

Gráfico 33 – Situação atual de emprego

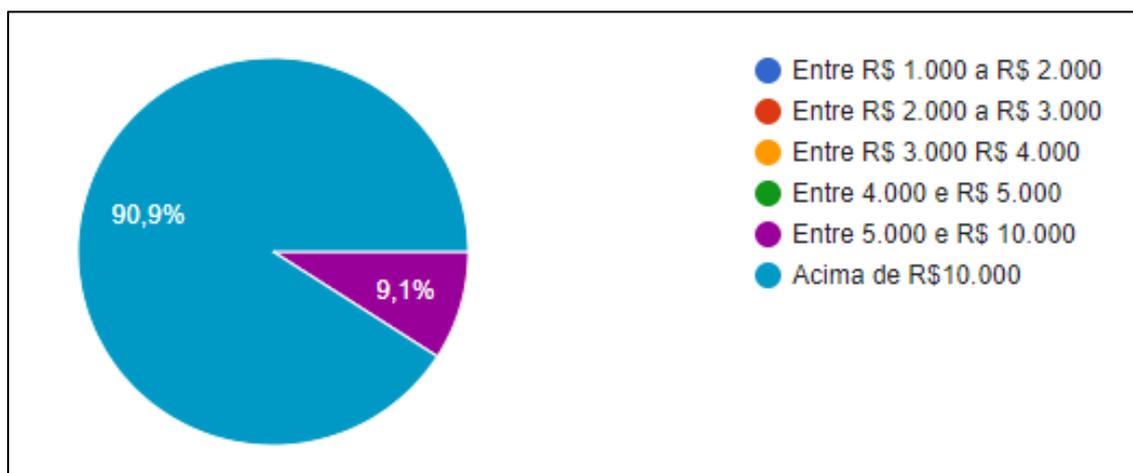


Fonte: Autora da pesquisa, 2024

Quanto à situação atual de emprego dos entrevistados, em sua maioria, 72,7% são empregados/assalariados, 9,1% são autônomos, 9,1% são empresários e 9,1% são aposentados.

Quanto à faixa de renda dos respondentes, temos a seguinte representação:

Gráfico 34 – Faixa de renda

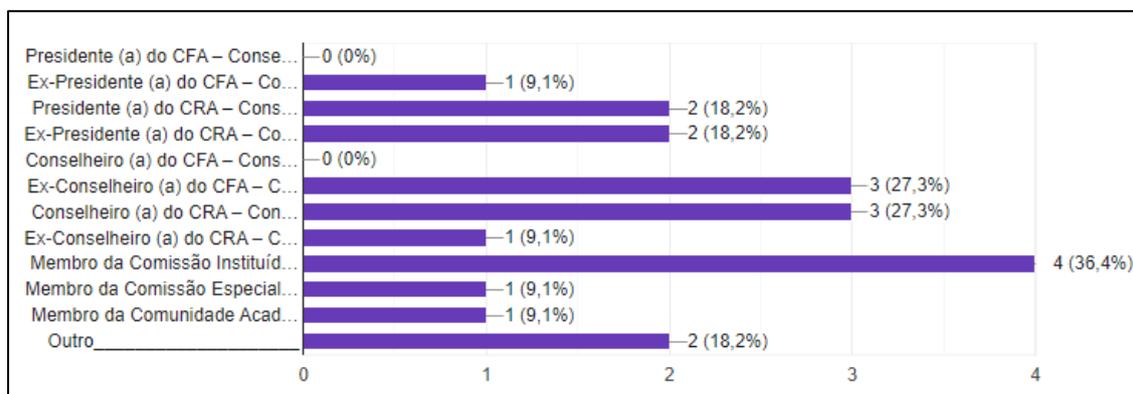


Fonte: Autora da pesquisa, 2024

De acordo com os entrevistados, 90,9% possuem renda acima de R\$ 10.000 e 9,1% possuem renda entre R\$ 5.000 e R\$ 10.000.

Quanto ao perfil dos entrevistados, temos a seguinte representação:

Gráfico 35 – Perfil dos entrevistados



Fonte: Autora da pesquisa, 2024

Quanto ao perfil dos entrevistados, 36,4% são membros da Comissão Instituída para as Novas DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração). Além disso, 27,3% atuam como conselheiros do CRA (Conselho Regional de Administração), enquanto outros 27,3% são ex-conselheiros do CFA (Conselho Federal de Administração). Também foram entrevistados 18% que ocupam a posição de presidente do CRA e outros 18% que são ex-presidentes do CRA. Há ainda 18% que representam áreas afins dos conselhos. Foram entrevistados 9,1% que são ex-presidentes do CFA, 9,1% que são ex-conselheiros do

CRA, 9,1% que são membros da Comissão Especial de Análise das Novas DCNs e outros 9,1% que são membros da comunidade acadêmica.

Cabe observar que muitos dos entrevistados circulam nos cargos, hora como presidentes, hora como conselheiros, hora como diretores dentro da autarquia, também como participantes das comissões, e o mesmo acontece com os representantes da ANGRADE - Associação Nacional dos Cursos de Graduação Administração, a depender das eleições e suas formações referentes a cada mandato.

Para a entrevista B, os entrevistados tiveram uma breve explicação conceitual sobre o empreendedorismo social e solidário, como forma de ambientalização da temática, e posteriormente responderam seis perguntas pertinentes, que foram ilustradas através do quadro com as perguntas norteadoras. As entrevistas foram narradas de acordo com a nomenclatura escolhida pela autora, para manter em sigilo a identidade, inclusive o pronome de tratamento dos entrevistados: Gestor A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, totalizando 11 entrevistados.

Nos relatos a seguir, buscou-se apresentar, dos entrevistados, a sua trajetória na Administração, na Gestão, na Academia e as suas percepções quanto a educação do empreendedorismo social e solidário no contexto das IES. Também se considera sua articulação com o Conselho Federal e os Conselhos Regionais que regem a profissão do Administrador e áreas afins, buscando-se observar questões necessárias para uma análise temática vivencial dos sujeitos pesquisados na construção das Novas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Administração - DCNs.

As perguntas norteadoras nessa fase da pesquisa foram estabelecidas de modo a conhecer as percepções dos entrevistados envolvidos nas questões estruturais e de tomada de decisões que permeiam a Administração e suas áreas afins. São elas:

**Tabela 13 – Questões norteadoras para entrevista B**

<b>Questão</b>	<b>Perguntas norteadoras</b>
1	Perfil dos Entrevistados
2	Uma vez compreendido o conceito de empreendedorismo social e solidário, na sua opinião, ele é ensinado ou até mesmo desenvolvido de maneira transversal nas Instituições de Educação Superior?
3	De acordo com as Novas DCNs, a grande missão de uma Instituição de Educação Superior é fazer com que os conteúdos curriculares dos cursos de Administração sejam relevantes para o futuro profissional de Administração

	e que o diploma não apenas represente titulação acadêmica. A responsabilidade socioambiental e a preocupação com a vulnerabilidade social tornam-se também relevantes na formação deste profissional. Nesse sentido, qual a sua visão sobre um projeto de educação e ensino em empreendedorismo social e solidário nas IES?
4	Na sua percepção, durante a elaboração das Novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, com Publicação da Resolução CNE/CES 5/2021 de 14/10/2021 no DOU de 01/11/2021, foi pensada e discutida a temática do empreendedorismo social e solidário como um tipo de formação de competências essenciais para o desenvolvimento dos novos profissionais de Administração e áreas afins? Qual a sua opinião sobre estas competências?
5	Quais são ou seriam as dificuldades e limites para inserção do empreendedorismo social e solidário como disciplina curricular ou temas transversais para o curso de Administração e áreas afins?
6	Quais atores ou membros da sociedade, na sua opinião, deveriam participar ou se envolver no processo de elaboração das DCNs para inclusão de temáticas como a do empreendedorismo social e solidário como disciplina curricular para o curso de Administração e áreas afins nas Instituições de Educação Superior?
7	Caso você concorde com essa temática, como os Conselhos Federais e Regionais de Administração podem contribuir para que a temática do empreendedorismo social e solidário faça parte da educação e formação dos profissionais em Administração e áreas afins, no intuito de ser uma alternativa socialmente responsável ao mercado de trabalho?

Fonte: Autora da pesquisa, 2024

**O Gestor A** - Quando questionado sobre a educação e desenvolvimento de maneira transversal do empreendedorismo social e solidário nas IES, ele acredita que “algumas estão ensinando de forma transversal, em poucas IES, mas já aparece em muitos currículos como disciplinas pontuais”.

Para o entrevistado, sobre a visão de projetos de ensino e educação do empreendedorismo social e solidário nas IES, ele entende que “essa temática deve estar em

todos os currículos, vendo o tema conectado diretamente a outra normativa do MEC 10% de atividades extensionistas obrigatórias”.

Completa ainda sua fala explicando seu entendimento como “uma superoportunidade para as IES e os estudantes desenvolverem competências fundamentais nessa área, e ainda o famoso ESG (*Environmental, Social and Governance*)”, que está diretamente conectado e pode potencializar a educação do empreendedorismo social.

Na percepção dele, durante a elaboração da Novas DCNs, o tema empreendedorismo social e solidário estava presente o tempo todo, quando discutida as competências dos administradores, e completa: “eu e outros integrantes da comissão de análise das DCNs somos estudiosos também da temática”.

Quanto os limites e dificuldades para inserção do tema nas IES, o gestor A enxerga que primeiramente precisa desmistificar para todos que o empreendedorismo social não é coisa de “favelado” ou de “pobre”, como ele mesmo relata que já ouviu; depois é necessário “qualificar professores e engajar mais colegas na temática, para termos o diferencial ao ensinar e passar informações aos estudantes”.

Na elaboração das DCNs, ele entende que o grupo que foi formado para tal, tinha todos os profissionais necessários, acrescentando: “eu trabalho com a temática social desde 2001 e em projetos sociais também”. Também propõe que os Conselhos Federais e Regionais possam explorar a temática na academia com “cursos e formações aos administradores e professores que, tenham interesse, e divulgar mais a temática também”.

**O Gestor B** - Acredita que não é ensinado e nem desenvolvido o tema do empreendedorismo social e solidário nas IES, mas acrescenta ser de “extrema relevância para o aluno e a sociedade” e que as IES precisam ter projetos de ensino e educação para essa temática.

Para o gestor B, durante a elaboração das novas DCNs, a temática do empreendedorismo social e solidário, como um tipo de formação de competências essenciais, foi considerada parcialmente adequada, não sendo muito praticada pelas IES. Ele acredita que as principais dificuldades e limites para inserção do empreendedorismo social e solidário no ensino das IES está na qualificação dos professores e no “interesse dos mantenedores das IES”.

Quanto aos atores ou membros da sociedade que deveriam participar ou se envolver no processo de elaboração das DCNs, o presidente acredita serem os “sistemas CFA/CRA, ONGs e MEC”. Não visão dele, o Conselho Federal e os Regionais podem contribuir com a temática, gerando “conteúdos sobre empreendedorismo social solidário, formando conselheiros e profissionais registrados”, com intuito de contribuição para o desenvolvimento do tema.

**O Gestor C** - Quando questionado sobre a educação e desenvolvimento do empreendedorismo social e solidário de maneira transversal nas IES, em sua visão: “Infelizmente não, nossas IES ainda estão longe disso”. Quanto ao projeto de educação em empreendedorismo social e solidário nas IES, sua resposta foi: “Muito importante ensinar e motivar os estudantes a aplicarem e se disporem a participar solidariamente”.

O entrevistado não tem opinião definida quando questionado sobre a temática do empreendedorismo social e solidário como um tipo de formação de competências essenciais para o desenvolvimento dos novos profissionais de Administração e áreas afins na elaboração das novas DCNs. Ele diz crer que “é apenas uma questão de vontade e de visão de oportunidade” para que a temática do empreendedorismo social e solidário seja inserido como disciplina curricular nos cursos de Administração e áreas afins. O gestor C compreende que o “CFA e CRAs, Associações Empresariais que praticam, poder público e instituições do terceiro setor” deveriam participar ou se envolver nos processos de elaboração das novas DCNs e completa a fala comentado que o Conselho Federal e os Regionais devem “primeiramente instituir internamente, aplicar e capacitar” os envolvidos ao empreendedorismo social e solidário.

**O Gestor D** - Entende que o empreendedorismo social e solidário não é ensinado ou até mesmo desenvolvido de maneira transversal nas IES, e acrescenta: “as IES têm uma perspectiva de educação e ensino voltada às teorias clássicas, os conceitos são rasos e por outro lado os alunos têm pouca capacidade de reflexão, tornando os conceitos abstratos e desfocados da realidade profissional hodierna”.

Quando questionado sobre um projeto de ensino e educação em empreendedorismo social e solidário nas IES, o gestor D responde:

“Esse projeto é bem utópico, lembrando que a gênese profissional era a formação do "Administrador de Empresas". Ocorre que o ensino da administração perdeu uma qualidade enorme, e alguns fatores são relevantes para este fenômeno, a saber: 1) Concentração das IES em grandes grupos econômicos; 2) Necessidade de diminuição de custos das IES; 3) Diminuição do tempo de formação; 4) Alunos com deficiências educacionais; 5) Pandemia de Covid-19 e necessidade de adaptações abruptas no processo educacional. Nesse contexto, identificamos uma necessidade de "cortar custos" e transformar os cursos em módulos educacionais sem uma profundidade em temas como o empreendedorismo”.

A respeito da elaboração das novas DCNs, em relação à temática do empreendedorismo social e solidário como um tipo de formação de competências essenciais para o desenvolvimento dos novos profissionais de Administração e áreas afins, o gestor D compreende afirmativamente: “foi pensada sim”. E acrescenta: “A temática foi abordada de forma transversal, e das nove Competências, descritas no Art. 3º da norma supracitada,

identifico como profissional de administração em pelo menos seis aspectos que permeiam o empreendedorismo”.

No entendimento do entrevistado, quanto às dificuldades e limites para inserção do empreendedorismo social e solidário como disciplina curricular ou temas transversais para o curso de Administração e áreas afins, relata:

“Inicialmente, todas as vezes em que se fala em implementar novos conteúdos, estamos criando uma nova estrutura de custos a formação do graduando. Se imaginarmos pela ótica do empresário prestador de serviços, este sempre pensa nas disciplinas obrigatórias. Noutra giro, os cursos de administração passam por formações muito heterogêneas, ao passo que temos mensalidades que variam de pouco menos que 1/3 do salário-mínimo a até 2 salários mínimos. Nesse contexto, a dinâmica do empreendedorismo se molda aos cursos mais caros que são frequentados por uma nata social, que por sua vez é constituída em muitas circunstâncias por herdeiros de grupos econômicos ou sucessores de seus pais em empreendimentos, que por sua vez já detêm um conhecimento empresarial avançado. Então, o empreendedorismo social só entra no currículo das faculdades com o ticket médio maior. Nas faculdades voltadas ao público C e D, a realidade é totalmente diferente, criando assim um abismo entre as formações de administração entre as faculdades para os públicos A e B em relação aos públicos C, D e E”.

Também o gestor D entende que os atores ou membros da sociedade que deveriam participar ou se envolver no processo de elaboração das DCNs para inclusão de temáticas como a do empreendedorismo social e solidário seriam os “Conselhos de Classe como o CRA e o CFA, que devem ser inseridos neste contexto”. E afirma que: “Não há participação efetiva desses atores”. O gestor D acredita que o Conselho Federal e os Regionais podem contribuir com a temática para a formação dos profissionais de Administração e áreas afins da seguinte forma: “Poderiam buscar aumentar a empregabilidade sensibilizando a importância da temática na formação profissional”.

**O Gestor E** - Compreende que muitas IES desejam e planejam ensinar ou até desenvolver o empreendedorismo social e solidário de maneira transversal, mas acrescenta ser “difícil saber se efetivamente conseguem, pois isso exigiria um conhecimento interno das instituições que não tenho”, e completa: “Intuo, entretanto, que há um esforço significativo em muitas instituições”.

Quando questionado sobre qual a sua visão sobre um projeto de educação em empreendedorismo social e solidário nas IES, o gestor E respondeu que “essa seria uma iniciativa maravilhosa”, mas pontua ser um desafio de “sobrevivência significativo” e acrescenta que “as únicas instituições que poderiam liderar tal iniciativa provavelmente seriam somente as públicas”.

Também de acordo com o gestor E, em relação à elaboração das novas DCNs e à temática do empreendedorismo social e solidário como um tipo de formação de competências

essenciais para o desenvolvimento dos novos profissionais de Administração e áreas afins, ele compreende que houve uma grande preocupação com o social, sendo “representado principalmente pelos temas da ESG (*Environmental, Social and Governance*) e sustentabilidade”. Ele completa: “Meu entendimento é de que ela ocorreu não como uma iniciativa diferenciada a ser desenvolvida, mas sim como um esforço transversal em todos os cursos de administração”. Quanto às dificuldades e limites para inserção do empreendedorismo social e solidário como disciplina curricular ou temas transversais nas IES, o entrevistado respondeu que “nesse nível de inserir disciplinas ou temas transversais, não vejo problema algum”.

Na visão do gestor E, sobre os atores ou membros da sociedade, sua participação e envolvimento no processo de elaboração das novas DCNs, para inclusão de temáticas como a do empreendedorismo social e solidário como disciplina curricular para o curso de Administração e áreas afins nas IES, ele considera que:

“Não me parece sadio entrar nesse nível de intervenção. Um curso de administração com grande foco no social exige vocação e recursos públicos que o sustentem. Exigir isso nas DCNs criaria dificuldades enormes que inviabilizariam os cursos de escolas privadas, produzindo enormes prejuízos à carreira da administração”.

No fim da entrevista com o gestor E, quando indagado sobre a contribuição do Conselho Federal e Regionais para que a temática do empreendedorismo social e solidário faça parte da formação dos profissionais em Administração e áreas afins, ele responde: “como já mencionei acima, isso seria um golpe mortal para os cursos de administração, principalmente nas escolas privadas”.

**O Gestor F** - Relata que, por informações via ANGRAD, ele considera que “parte das IES tem ministrado cursos sobre a temática” do empreendedorismo social e solidário; ele também acredita que, pelo “processo de curricularização da extensão”, a temática terá “um campo mais fértil para sua disseminação”, e completa: “É preciso citar, ainda, os esforços empreendidos pelos próprios estudantes via FENEAD, empresas juniores, ENACTUS, AIESEC etc.”.

Na visão do entrevistado sobre um projeto de educação em empreendedorismo social e solidário nas IES, ele entende que “é, sem dúvida, uma temática relevante, crucial para a formação do perfil do egresso”. Compreende que as novas DCNs contemplam a perspectiva da temática do empreendedorismo social e solidário como um tipo de formação de competências essenciais para o desenvolvimento dos novos profissionais de Administração e áreas afins, entendendo também que “em combinação com a curricularização da extensão e a perspectiva

de desenvolvimento de competências, o empreendedorismo social está valorizado e reconhecido”.

O gestor F explica ainda que há diversos desafios e limites para essa temática nas IES: “Talvez um primeiro seja a falta de compreensão acerca dessa forma de empreender; a falta de capacitação ou mesmo de docentes/pesquisadores devidamente formados nessa temática”.

Quando questionado sobre os atores e membros da sociedade, na opinião dele, que deveriam participar ou se envolver no processo de elaboração das novas DCNs, para inclusão de temáticas como o empreendedorismo social e solidário no curso de Administração e áreas afins nas IES, o mesmo respondeu que “a ANGRAD realizou diversas escutas com organizações empresariais e da sociedade civil”. E completa: “Entre elas, podem-se citar o Instituto de Cidadania Empresarial, o Instituto Ethos, o GIFE, a Aliança Empreendedora, assim como os pesquisadores no tema”.

Sobre a contribuição do Conselho Federal e Regionais para que a temática do empreendedorismo social e solidário faça parte da formação dos profissionais em Administração e áreas afins nas IES, o entrevistado entende que, sem dúvida, “O CFA e os CRAs têm um papel relevante e estratégico nesse sentido”.

**O Gestor G** - entende que, nas IES pelas quais ele passou, o empreendedorismo social e solidário é ensinado “em um grau muito superficial”, citado apenas como um “tipo” Weberiano, e acrescenta: “mas não aprofundado, estudado ou até mesmo incentivado”. Para ele, quando indagado sobre um projeto de educação em empreendedorismo social e solidário nas IES, responde:

“Um projeto de grande importância e relevância social, especialmente nesta época em que os cenários geopolíticos, demográficos e ambientais não são nada promissores, qualquer fomento ao empreendedorismo, especialmente em se tratando de economia solidária ou projetos de cunho social seriam não somente uma alternativa aos alunos, mas uma grande contribuição às comunidades locais onde estudam e vivem”.

Acredita que, quando foram elaboradas as novas DCNs, não foi pensada e discutida essa temática, no sentido de formação de competências “em termos de economia solidária”, mas sim de “maneira geral”, com “foco na importância de projetos sociais de vida, emprego e negócios”, e completa: “sem uma direção mais clara quanto ao estudo desta temática, de maneira específica”.

Na visão do gestor G, existem algumas dificuldades e limites quanto à temática do empreendedorismo social e solidário como disciplina curricular ou temas transversais nas IES. Sua linha de percepção primeiramente se concentra no “conhecimento propriamente dito quanto

a esses dois termos”, observando que a temática “é pouco discutida nos meios acadêmicos”. Ele ainda destaca que há exceções nas carreiras das Ciências Sociais.

Continuando seu relato, explica que “há poucos professores com essa formação, especialmente nos cursos de Administração”, e completa sua fala ressaltando: “Ainda vejo como dificuldade também os projetos pouco divulgados de cunho social ou solidário, com raras exceções, que sirvam de inspiração para os estudantes e docentes”.

Sobre os atores ou membros da sociedade que deveriam participar e estar envolvidos na elaboração das DCNs, o entrevistado entende que seriam “aqueles que estejam envolvidos com esses projetos, estudiosos e pesquisadores da área do empreendedorismo social solidário”, e acrescenta “bem como algumas associações que, além de promover, também divulgam essa temática no Brasil ou fora”.

Não visão do entrevistado quanto ao Conselho Federal e Regionais e suas contribuições para a temática do empreendedorismo social e solidário, ele compreende ser importante:

“Em primeiro lugar, debater esses temas em suas plenárias, convidando especialistas da área e fazendo estudos e pesquisas sobre as possibilidades desses enfoques empreendedores. Ainda caberia uma profunda inserção desses temas em simpósios, palestras, seminários e demais, para que a temática seja bastante difundida, também entre seus registrados”.

**O Gestor H** - Quanto à educação e desenvolvimento do empreendedorismo social e solidário, afirma que, na IES em que trabalha, sim, é abordado. Disse também que a “instituição privilegia atividades voltadas para o empreendedorismo social e solidário em suas disciplinas regulares de estágio supervisionado obrigatório”. O entrevistado afirma que existe uma “aderência sobre a temática da responsabilidade social, e o empreendedorismo social e solidário está cada vez mais presente em nossa sociedade local”; além disso, considera que ações são sempre necessárias nesse sentido. Por fim, completa: “nossa IES busca arduamente corresponder com tais expectativas” referentes aos projetos propostos.

Na visão do gestor H, durante o momento formativo dos alunos, são necessárias as competências voltadas ao empreendedorismo social e solidário – “até imprescindíveis” – e completa que essas “competências sociais são estimuladas com a presencialidade nos locais e organismos demandantes”. Na percepção do entrevistado, sobre as dificuldades e limites de inserção do tema, seriam “dificuldades apenas de cunho cultural”.

Ele identifica que os jovens da comunidade local, por serem protegidos pelas famílias, ficam cada vez mais longe “das realidades sociais”. Uma grande dificuldade, em sua visão, está em “fazer os jovens alunos saírem de suas zonas de conforto para fazerem imersões junto à

comunidade atendida”. E acredita que, após essa barreira da resistência ser rompida, os resultados “são muito positivos e muitas vezes atingem o âmbito familiar”.

Para o gestor H, os atores da sociedade que deveriam participar ou se envolver no processo de elaboração das DCNs, para a inclusão da temática discutida, vão “além da comunidade acadêmica”, completando que “as comunidades sociais diretamente envolvidas precisam formar um só corpo”. Afirmar, ainda, que “para formação de uma comunidade maior e forte, é necessário que o Estado e o mundo empresarial façam parte desse novo cenário”. E finaliza sua fala, quando questionado sobre a atuação do Conselho Federal e Regionais como contribuintes para a temática do empreendedorismo social e solidário, afirmando: “Todo o ecossistema da profissão tem por compromisso fazer parte do projeto”.

**O Gestor I** – Quando questionado ao gestor I se, na sua opinião, o empreendedorismo social e solidário é ensinado ou até mesmo desenvolvido de maneira transversal nas IES, o entrevistado foi bem categórico na resposta e disse “não, não é ensinado”. No entanto, acredita ser fundamental, haver projetos de educação em empreendedorismo social e solidário nas IES.

Na percepção do gestor I, durante a elaboração das novas DCNs, também não foi pensada e nem discutida a temática do empreendedorismo social e solidário como um tipo de formação de competências essenciais para o desenvolvimento dos novos profissionais de Administração e áreas afins. No entendimento do entrevistado, não há nenhuma dificuldade ou limite para inserção do empreendedorismo social e solidário como disciplina curricular ou temas transversais para o curso, “exceto a falta de vontade devido ao fato da inadequada compreensão da importância do tema”.

A respeito dos atores ou membros, na opinião do gestor I, que deveriam participar ou se envolver no processo de elaboração das DCNs para inclusão da temática em questão, o entrevistado entende que seriam “dirigentes e lideranças educacionais, profissionais e empresariais”.

Argumentando ainda sobre a participação e contribuição do Conselho Federal e Regionais para que a temática do empreendedorismo social e solidário faça parte da formação dos profissionais em Administração e áreas afins, o gestor I acredita que a “academia é autônoma no tocante à organização curricular e pedagógica”, e caberia ao “CFA e CRAs um trabalho de sensibilização junto à academia a respeito da importância do tema nos cursos de administração”.

**O Gestor J** - Acredita que, quando se observa a educação e desenvolvimento do empreendedorismo social e solidário de maneira transversal nas IES, isso acontece “muito pouco”. Para o gestor J, quando se fala em projeto de ensino e educação em empreendedorismo social e solidário nas IES, ele compreende que só “terá sustentabilidade neste processo, se

fincada em um tripé social, econômico, ambiental; só desta forma teremos efetividade nesse ensino se articulado”, e acredita ainda que “sempre que dissociamos em disciplinas, deixamos o tripé em desequilíbrio, o que enfraquece a formação dos futuros administradores”.

Ainda na percepção do gestor J, quanto à elaboração das novas DCNs: “trata-se de uma Diretriz mais avançada que as anteriores, pois está baseada mais em competências, mas, ainda assim, o empreendedorismo social não foi focado intensamente”. Considera que “levando em conta que as diretrizes são apenas uma orientação, abriu-se a possibilidade de que as instituições possam inclusive criar cursos específicos com o foco no empreendedorismo social e solidário”.

Sobre os limites e dificuldades para inserção da temática em pesquisa, como disciplina curricular ou temas transversais para o curso de Administração e áreas afins, o entrevistado defende que “não ver limites”, e enxerga uma disciplina “como caixa fechada” sem poder ajudar muito; ele ainda aponta que, “como tema transversal ou mesmo como projetos, creio que funciona melhor, pois permite a interdisciplinaridade e a percepção do seu tripé de suporte”.

De acordo com o entrevistado, em sua opinião, quando abordado o assunto dos atores ou membros da sociedade que deveriam participar ou se envolver no processo da elaboração das novas DCNs, “todos os órgãos envolvidos na formação profissional devem se envolver no desenvolvimento de competências de empreendedorismo social”.

Por fim, quando abordado sobre as contribuições que o Conselho Federal e Regionais podem propiciar à temática do empreendedorismo social e solidário, o gestor J relata:

“Os Conselhos devem, além de debater, incentivar e recomendar a inclusão e o desenvolvimento dessas competências nos currículos de graduação e de especializações, tanto lato quanto stricto sensu, contribuir para a formação dos profissionais de Administração por meio de suas diretorias de formação profissional. Isso pode ser feito oferecendo cursos e palestras, que podem ser incorporados como atividades complementares aos currículos dos alunos e também como formação continuada para os profissionais registrados”.

**O Gestor K** - Quando questionado se é ensinado ou até mesmo desenvolvido de maneira transversal o empreendedorismo social solidário nas IES, ele respondeu que não, relatando que “nas IES é ensinado o empreendedorismo tradicional”, afirmando que as IES ensinam a temática apenas com “foco no retorno financeiro”. Também reconhece ser a favor do implemento de projetos com a temática do empreendedorismo social e solidário nos cursos de Administração “para formar profissionais que sejam capazes de transformar a realidade em nosso país”. Contudo, ele acredita que foi considerada a temática do empreendedorismo social e solidário na elaboração das novas DCNs, completando que “as competências sociocomportamentais, as *soft skills*, fazem parte das competências que devem ser desenvolvidas ao longo do curso”.

Na opinião do gestor K sobre os limites e dificuldades para inserção do empreendedorismo social e solidário como disciplina curricular ou temas transversais para o curso, ele acredita que existe uma “visão desfocada da realidade” e que “muitas pessoas que ocupam cargo de liderança entendem que o propósito da IES é formar administradores que trarão resultados positivos para as organizações; caso contrário, o curso não será considerado um curso de excelência”. Relata também entender que os “Representantes do CFA, CRAs, ANGRAD e pesquisadores da área são sujeitos fundamentais para participarem ou se envolverem no processo de elaboração das novas DCNs para inclusão da temática. O gestor K traz também um relato a respeito das contribuições que o Conselho Federal e o Regionais, podem atuar sobre a temática do empreendedorismo social e solidário:

“Em primeiro lugar, é necessário que haja conscientização sobre o tema.; fazer lives, seminários, mesa-redonda para debater e assim trazer os estudantes para refletir a respeito. Importante que os órgãos representativos se unam em prol da formação do Gestor Contemporâneo. Sou diretor de EaD e novas tecnologias, tentei essa aproximação, porém sem sucesso. Estamos pensando a Administração, debatendo sobre *soft skills*, porém, a maioria ainda não enxerga o todo, pensam e agem de forma individualizada”.

#### **8.6. Interpretação dos dados gerados pelos respondentes Presidentes do CFA e CRA, Ex-Presidentes do CFA e CRA, Conselheiros(as) do CFA e CRA, Ex-Conselheiros(as) do CFA e CRA, Membros da Comissão Instituída, Membros da Comissão Especial de Análise das DCNs do CFA e CRA e Membros da Comunidade Acadêmica – Entrevista B**

Após a realização da Entrevista B, sua transcrição e análise dos dados relacionados ao empreendedorismo social e solidário aplicado aos Presidentes do CFA e CRA, Ex-Presidentes do CFA e CRA, Conselheiros do CFA e CRA, Ex-Conselheiros do CFA e CRA, Membros da Comissão Instituída, Membros da Comissão Especial de Análise das DCNs do CFA e CRA e Membros da Comunidade Acadêmica, bem como presidentes e diretores da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ANGRAD), considerando esses sujeitos da pesquisa como gestores altamente influentes, elaboradores e criadores das Novas DCNs - Diretrizes Curriculares Nacionais, chegou-se a algumas possíveis compreensões e visões. Os resultados apontam para diversas percepções sobre o impacto e a implementação da educação e formação do empreendedorismo social e solidário nas diretrizes curriculares. As interpretações e percepções do ecossistema educacional da educação superior desses gestores, suas vivências e expertises agregam muito valor para a construção e evolução da Administração, Gestão e áreas afins de negócios. Seus saberes voltados para as IES, para o

mercado de trabalho e para a sociedade são indispensáveis para a formação de profissionais e organizações mais conscientes socialmente no mundo dos negócios.

Primeiramente, a análise da representação de gênero dos entrevistados revela que 72,7% são homens e 27,3% são mulheres. Esses dados refletem um padrão consistente com estudos sociológicos sobre liderança feminina e sua participação em cargos de gestão. A desigualdade de gênero observada não resulta de uma falta de competência das mulheres, mas de fatores culturais e patriarcais que possam estar profundamente enraizados nas instituições. Além disso, as estruturas sociais e culturais, incluindo o patriarcado, perpetuam a desigualdade de gênero, criando barreiras invisíveis que limitam as oportunidades das mulheres. Essa reprodução das desigualdades através de normas e expectativas sociais influencia diretamente a distribuição de poder e liderança nas organizações.

Assim, as ideias dominantes em uma sociedade são aquelas que favorecem os interesses dos grupos hegemônicos, nesse caso, homens em posições de poder. Mesmo quando os Conselhos e outras instituições promovem a diversidade de gênero em suas comunicações, essa promoção não se traduz automaticamente em mudanças estruturais. A hegemonia cultural e as práticas institucionais arraigadas continuam a favorecer a manutenção do “status quo”, dificultando a efetiva implementação da diversidade. Portanto, a disparidade de gênero evidenciada pela pesquisa não é simplesmente um reflexo de diferenças individuais, mas de uma complexa teia de fatores sociais e culturais que sustentam e perpetuam a desigualdade.

Isso também se reflete na origem étnica e racial dos entrevistados, dos quais 54,4% são brancos, 18,2% são amarelos e 18,2% são pardos. Esses números mostram que a diversidade racial ainda não é valorizada como um elemento positivo para o avanço nesse cenário. Esses números destacam a persistência de barreiras que impedem a plena valorização da miscigenação como um elemento positivo para o avanço nesse cenário. Sob o olhar da sociologia, essas desigualdades refletem as estruturas sociais e culturais que historicamente marginalizam determinados grupos étnicos e raciais. Nesse sentido, as desigualdades não são meramente acidentais, mas são sistematicamente reproduzidas através de processos sociais que favorecem os grupos dominantes.

No Brasil, a história colonial e a escravidão estabeleceram uma hierarquia racial que continua a influenciar o acesso a oportunidades e posições de liderança. Essa hierarquia é perpetuada por mecanismos institucionais e culturais que, consciente ou inconscientemente, privilegiam os brancos, marginalizando os amarelos e pardos. Entende-se que mesmo em ambientes onde a discriminação explícita é desencorajada, as estruturas sociais continuam a favorecer os brancos, criando barreiras invisíveis para negros (pretos + pardos); esse ambiente pode ser um reflexo direto das dinâmicas estruturais.

Outrossim, a valorização da diversidade étnico-racial é essencial para o desenvolvimento social e econômico. Estudos mostram que equipes diversificadas tendem a ser mais inovadoras e capazes de abordar problemas complexos de forma mais eficaz. No entanto, para que a diversidade seja verdadeiramente valorizada, é necessário enfrentar e dismantelar as barreiras estruturais que limitam a inclusão de todas as etnias. Para criar um ambiente realmente inclusivo, é essencial reconhecer e desafiar esses privilégios, promovendo políticas e práticas que incentivem a participação equitativa de todas as origens raciais e étnicas. Somente assim será possível aproveitar plenamente o potencial da diversidade étnico-racial como um ativo para o progresso.

A distribuição etária diversificada entre os entrevistados – 45,5% têm entre 55 e 65 anos, 27,3% estão na faixa de 45 a 54 anos, 18,2% têm mais de 65 anos e 9,1% estão entre 35 e 44 anos – revela aspectos sociológicos importantes sobre a composição etária em contextos profissionais e organizacionais. Compreende-se que cada faixa etária traz consigo um conjunto único de vivências e valores que moldam suas abordagens e atitudes no ambiente de trabalho. Por exemplo, aqueles entre 55 e 65 anos e os que têm mais de 65 anos podem ter vivido e trabalhado em períodos de grandes mudanças econômicas e tecnológicas, o que influencia suas expectativas e métodos de trabalho. Por outro lado, os mais jovens, entre 35 e 44 anos, podem estar mais adaptados às novas tecnologias e práticas de trabalho emergentes, trazendo uma perspectiva de inovação e adaptabilidade.

É possível que existam desafios em harmonizar as diferentes abordagens e expectativas dessas faixas etárias diversas. No entanto, esta diversidade também pode ser uma fonte de riqueza, visto que o intercâmbio de ideias e experiências entre as gerações mais velhas e mais jovens pode fomentar um ambiente de aprendizado contínuo e inovação. Assim, a diversidade etária deve ser vista não apenas como uma característica demográfica, mas como uma oportunidade para construir uma cultura organizacional mais inclusiva e resiliente. A integração efetiva de diferentes gerações pode levar a uma maior coesão social. Promover programas de mentoria intergeracional, por exemplo, pode facilitar a transferência de conhecimentos e fortalecer os laços entre as diferentes faixas etárias, criando um sentido de continuidade e respeito mútuo.

Vale ressaltar que a formação e as experiências pessoais e profissionais dos atores são elementos chave que definem suas perspectivas e ações. Esses profissionais, ao longo de suas carreiras, desenvolvem uma gama de habilidades, conhecimentos e atitudes que podem impactar positivamente a administração.

Os valores pessoais também desempenham um papel significativo nas atitudes e decisões dos profissionais de administração. Valores como ética, responsabilidade social e

compromisso com a excelência podem orientar suas ações e moldar a cultura organizacional. Trabalhando juntos, esses profissionais têm a capacidade de criar alianças que potencializam os resultados da administração. A colaboração entre indivíduos com diferentes experiências e valores pode gerar novas ideias e abordagens inovadoras para resolver problemas complexos.

A situação atual de emprego dos entrevistados revela uma predominância de vínculos empregatícios tradicionais, com 72,7% dos entrevistados sendo assalariados. Essa estatística evidencia uma falta de envolvimento direto com o empreendedorismo, incluindo o empreendedorismo social e solidário. Embora haja algum contato com essas formas de empreendedorismo, a maioria dos entrevistados não experimenta ou vivencia seus principais ganhos financeiros através dessas fontes de renda alternativas.

Essa situação é ainda melhor elucidada quando analisados os dados sobre renda. Um índice impressionante de 90,9% dos entrevistados afirmou ganhar acima de R\$ 10.000 mensais. Essa informação, quando comparada à renda dos estudantes, que varia entre R\$ 2.000 e R\$ 3.000, com muitos ganhando abaixo de R\$ 1.000, revela uma discrepância significativa. Há uma distância considerável entre a realidade financeira e de vida dos entrevistados e dos estudantes, refletindo diferenças marcantes em termos de acesso à educação, formação e qualificação profissional.

Do ponto de vista sociológico, essa disparidade pode ser interpretada como um reflexo das estruturas sociais e econômicas que perpetuam a desigualdade. A predominância de empregos assalariados entre os entrevistados, combinada com altos níveis de renda, sugere que esses indivíduos estão inseridos em uma classe econômica média alta, que possui melhores oportunidades e recursos. Essa classe média alta, devido a sua condição econômica favorável, tem acesso facilitado à educação de qualidade, redes de contatos e oportunidades de desenvolvimento profissional que são inacessíveis para a maioria dos estudantes desse estudo.

O foco nesse contexto não reside apenas no valor da renda do grupo entrevistado, uma vez que os profissionais em questão dedicaram considerável esforço para suas qualificações e consequentemente alcançar estabilidade econômica. Em vez disso, a questão central é a maneira como esses profissionais, moldados por suas próprias experiências e percepções, compreendem a realidade econômica e educacional dos estudantes com os quais interagem direta ou indiretamente.

É essencial que esses profissionais não apenas reconheçam o esforço que empreenderam para alcançar sua situação atual, mas também se esforcem para entender as condições e desafios enfrentados pelos estudantes. Isso implica uma reflexão crítica sobre como suas experiências e posições podem influenciar suas percepções e práticas educacionais. A disparidade entre as

realidades econômicas e educacionais dos profissionais e dos estudantes deve ser compreendida e abordada de maneira a promover uma educação mais inclusiva e equitativa.

Portanto, no quesito renda e estabilidade financeira, compreende-se que os empreendedores no Brasil enfrentam uma série de obstáculos significativos, incluindo, muitas vezes, a falta de educação específica para o empreendedorismo; esses fatores, somados às barreiras financeiras, à gestão de pessoas, entre outros, contribuem para a busca por fontes de renda mais estáveis e seguras.

Nesse contexto, a relevância dos entrevistados para as áreas de Administração, gestão e negócios é inquestionável. A pesquisa contou com a contribuição de profissionais de destaque, incluindo presidentes e ex-presidentes dos Conselhos CFA/CRA, conselheiros e ex-conselheiros desses mesmos conselhos, bem como membros da Comissão Especial de Análise e da Comissão Instituída para a revisão das Novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). Além disso, participaram membros da comunidade acadêmica e dirigentes da ANGRAD - Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração. A diversidade e o prestígio desses participantes conferem à pesquisa um caráter de profundidade e autoridade, refletindo a importância de suas contribuições e o impacto de suas experiências nas áreas analisadas.

A pesquisa revelou percepções e interpretações variadas entre os entrevistados nessa etapa. O gestor A reconhece que o empreendedorismo social e solidário está sendo integrado de forma transversal em algumas IES, embora de maneira destacada e ainda incipiente nos currículos de várias instituições. Por outro lado, os gestores E, F e G observam que muitas instituições expressam o desejo ou planejam incluir essa temática, mas frequentemente o fazem de maneira superficial, mencionando-a talvez apenas como um conceito teórico, sem uma implementação forte como prática educacional.

Essas percepções são sustentadas pela base de dados fornecida pela ANGRAD, que indica que parte das IES já ministra cursos sobre empreendedorismo social e solidário, porém com um enfoque limitado e, por vezes, apenas formal, sem uma inserção profunda na formação dos estudantes. Nesse mesmo sentido, sete dos onze gestores entrevistados acreditam que não está sendo ensinada a temática nas IES, e relatam: "infelizmente não, nossas IES ainda estão longe disso"; "não, as IES têm uma perspectiva de ensino voltada às teorias clássicas"; "não, muito pouco" e "não, nas IES é ensinado o empreendedorismo tradicional, com foco no retorno financeiro".

Sobre os projetos de ensino e educação em empreendedorismo social e solidário nas IES, a grande maioria dos gestores entrevistados acredita e entende que são importantes; entretanto, ressaltam as dificuldades da aplicabilidade da temática. O gestor A acredita que a temática deve estar em todos os currículos, conectados diretamente a normativa do MEC dos

10% de atividades extensionistas obrigatórias, sendo uma superoportunidade para as IES e estudantes desenvolverem competências fundamentais sobre a temática, acrescentando o ESG, como potencializador da educação ao empreendedorismo social e solidário.

É um projeto de grande importância e relevância social, defende o gestor G, especialmente em momentos de crise e incertezas nos cenários geopolíticos, demográficos e ambientais que não são nada promissores. Ele acredita que "projetos de cunho social seriam não somente uma alternativa aos alunos, mas uma grande contribuição às comunidades locais onde estudam e vivem". Em concordância, o gestor H também reconhece que a "aderência temática da responsabilidade social e o empreendedorismo social e solidário está cada vez mais presente em nossa sociedade local" e acredita ser muito bom para a vivência dos estudantes.

Na perspectiva de alguns gestores, é sem dúvida uma temática relevante, crucial para a formação do perfil do egresso, fundamental para o aluno e para a sociedade. O gestor K é a favor do implemento de projetos no curso de Administração para "formar profissionais que sejam capazes de transformar a realidade em nosso país". Na compreensão do gestor E, essa seria uma iniciativa maravilhosa, mas um "desafio de sobrevivência significativo", acrescentando que "as únicas instituições que poderiam liderar tal iniciativa provavelmente seriam somente as públicas".

No entendimento do gestor J, para que a temática se torne uma realidade, se faz necessário ter uma "sustentabilidade se fincada em um tripé social, econômico, ambiental"; segundo ele, precisa haver uma articulação de educação neste sentido, e acrescenta que, quando "dissociamos em disciplinas, deixamos o tripé em desequilíbrio, o que enfraquece a formação dos futuros administradores".

Já o gestor D disse que "esse projeto é bem utópico" e se explica com a gênese profissional do "Administrador de Empresas", considerando que o "ensino da administração perdeu uma qualidade enorme, e alguns fatores são relevantes para esse fenômeno", destacando a realidade atual das IES. Nesse contexto, ele entende que existe uma necessidade de "cortar custos" e "transformar os cursos em módulos educacionais sem uma profundidade em temas como o empreendedorismo social".

Sobre a inclusão da temática ao debate nas Novas DCNs, como formação de competências essenciais para o desenvolvimento dos novos profissionais de Administração e áreas afins, os gestores entrevistados divergem em suas opiniões. O gestor A entende que, durante a elaboração das Novas DCNs, a temática foi discutida e presente o tempo todo nas pautas; inclusive acrescentou que ele e outros colegas são pesquisadores do tema, o que possivelmente contribuiu bastante para o diálogo entre as novas competências do curso de Administração, no que permeia os termos sociais. Em concordância, o gestor F também afirma

que as novas DCNs contemplam essa perspectiva da temática, e em combinação com a curricularização da extensão e a perspectiva de desenvolvimento de competências, o empreendedorismo social está "valorizado e reconhecido". Por sua vez, o gestor K acredita também que sim.

Já o gestor J entende que essas Novas DCNs vêm mais avançadas que as versões anteriores, baseadas em diversas competências, porém o empreendedorismo social "não foi focado intensamente", completando que as Novas DCNs e suas diretrizes são apenas orientações para as IES, inclusive no sentido de criar cursos específicos com foco no empreendedorismo social e solidário. No mesmo sentido, o gestor E acredita que, embora houve uma grande preocupação pelo social, "representada principalmente pelos temas da ESG e sustentabilidade", a temática na elaboração das Novas DCNs "não ocorreu como uma iniciativa diferenciada a ser desenvolvida", mas como um esforço transversal em todos os cursos de administração. Também com a mesma percepção, o gestor G acredita que a temática não foi debatida em termos da Economia Solidária, mas de maneira geral, com foco em projetos sociais de vida, emprego e negócios, e completa: "sem uma direção mais clara quanto ao estudo e educação dessa temática, de maneira específica". Assim como os outros entrevistados, o gestor H acredita que as "competências são essenciais, imprescindíveis" referentes ao empreendedorismo social e solidário, durante momento formativo dos alunos. Defende que, para desenvolver competências de cunho social, faz-se necessária a presencialidade dos estudantes nos locais e organismos demandantes, e acrescenta "ter vivências reais de contexto social".

Já os gestores B, C e I foram categóricos em suas repostas, dizendo: "são parcialmente adequadas e não muito praticadas pelas IES", "não tenho opinião definida" e "não". Portanto, no que tange às dificuldades e limites sobre a temática e sua inserção como disciplina curricular ou temas transversais para o curso de Administração e áreas afins, os gestores entrevistados possuem diversos olhares.

Na visão do gestor A, primeiramente as pessoas precisam desmistificar o termo, que o empreendedorismo social e solidário não é "coisa de 'favelado' ou de 'pobre'", sendo crucial também qualificar os professores e engajar mais pessoas na temática. Esse será o diferencial para a educação junto aos estudantes. É preocupante pensar que existam tais representações, o que apenas reforça a importância da formação adequada.

Nesse sentido, o gestor I acredita que a única barreira está na falta de vontade em compreender a importância do tema. Em concordância, o gestor G também acredita que a primeira dificuldade está no conhecimento da temática, pouco abordado e discutido nos cursos de gestão; conseqüentemente, há poucos professores qualificados com essa formação,

especialmente nos cursos de Administração. Outra dificuldade está nos escassos projetos de cunho social e solidário. Também de acordo, o gestor F entende que existem vários desafios, e que o primeiro deles está na falta de compreensão dessa forma de empreender, falta de pesquisadores e docentes formados nessa temática, ou seja: falta de capacitação. Os gestores B e C acreditam que as dificuldades estariam nos interesses dos mantenedores da IES, em professores qualificados para lecionar a temática, e uma questão de boa vontade e visão de oportunidade por parte dos envolvidos, no âmbito acadêmico.

Já o gestor E não vê problema algum, ideia com a qual compactua o gestor J; porém, ele não enxerga que uma disciplina iria dar conta de uma temática tão complexa e extensa, então acredita que, “como tema transversal ou mesmo como projetos, funciona muito melhor, pois permite a interdisciplinaridade”.

Os gestores K e H acreditam que, além de uma visão desfocada da realidade, as dificuldades são “apenas de cunho cultural”, que a juventude precisa sair da proteção familiar e conhecer as realidades sociais, sair da “zona de conforto” e ir para o campo da comunidade e suas vivências, assim as barreiras são rompidas e aparecem bons resultados.

Por fim, nesse sentido, o gestor D apresenta uma visão mais abrangente sobre a temática, inclusive de custo, toda vez que se fala em implementar novos conteúdos. Na visão do empresário, ou seja, das IES, “estas sempre pensam nas disciplinas obrigatórias”, e, considerando os valores de mensalidade existentes no mercado, o mesmo acredita que somente as universidades com mensalidades caras poderiam promover tal proposta. “São frequentados por uma nata social que, por sua vez, são em muitas circunstâncias herdeiros de grupos econômicos ou sucessores de seus pais em empreendimentos”; assim, esses estudantes já detêm um conhecimento empresarial avançado, o que representa, para o gestor D, “um abismo entre as formações de administração entre as faculdades” para os diversos públicos em questão, considerando inclusive as classes sociais.

Sobre os atores ou membros da sociedade que deveriam participar ou envolver na elaboração das Novas DCNs, incluindo a temática no currículo acadêmico para o curso de Administração e áreas afins, os entrevistados possuem diversas opiniões. Entende o gestor A que, na elaboração das Novas DCNs, a Comissão Instituída e Comissão Especial de Análise das DCNs CFA e CRA, “tinha todos os profissionais necessários”, e destaca como ele próprio trabalha com a temática social e em projetos sociais. Em concordância, o gestor F defende que a “ANGRAD realizou diversas escutas com organizações empresariais e da sociedade civil”; entre elas, podem-se citar: “o Instituto de Cidadania Empresarial, o Instituto Ethos, o GIFE, a Aliança Empreendedora, assim como os pesquisadores no tema”.

Já os gestores B, C, D, G, H, I e K compartilham da opinião de que os participantes deveriam ser o Sistema CFA/CRA, ANGRAD, ONGs, MEC, Estado, associações empresariais que praticam, poder público e instituições do terceiro setor, dirigentes e lideranças educacionais e profissionais, pesquisadores da área e associações que, além de promover, também divulgam a temática no Brasil ou fora. Um destaque da fala do gestor D é a afirmação de que “não há participação efetiva desses atores”, dos CFA e CRA. Para o gestor J, todos os órgãos envolvidos na formação profissional devem se envolver no desenvolvimento de competências de empreendedorismo social.

Isso é contraditório para o gestor E, que afirma: “Não me parece sadio entrar nesse nível de intervenção”. Esse gestor entende que um curso de administração com grande foco no social exige “vocação e recursos públicos que a sustentem”, e, se isso fosse exigido nas Novas DCNs, “criaria dificuldades enormes que inviabilizariam os cursos de escolas privadas, produzindo enormes prejuízos   carreira da administra o”.

Sobre como o Conselho Federal e Regionais podem contribuir com a temática, para fazer parte forma o dos profissionais em Administra o e áreas afins, os entrevistados têm diferentes opiniões. O gestor A propõe para explora o da temática que os Conselhos CFA/CRA ministrem cursos de forma o aos administradores e professores, para os que têm interesse, assim disseminando melhor os termos. Para os gestores B, C, D, F, e K, esses conselhos poderiam gerar conteúdo sobre a temática, primeiramente instituindo-o internamente, para depois aplicar e capacitar os interessados. Também sugerem buscar promover a empregabilidade e sensibilizar quanto a importância da temática na forma o profissional, sendo necessário que haja de fato uma conscientiza o sobre o tema; eles acreditam que os conselhos possuem um papel relevante e estratégico nesse sentido.

Ainda nesse viés, o gestor G acredita que, em primeiro lugar,   importante debater esses temas em suas “plenárias”, “convidando especialistas da área e fazendo estudos e pesquisas sobre as possibilidades desses enfoques empreendedores”. Em concordância, o gestor H entende que todo o “ecossistema da profissão tem por compromisso fazer parte do projeto”.

Já para o gestor J, os Conselhos devem “além de debater, incentivar e recomendar abordagens e desenvolvimento dessas competências nos currículos de gradua o e de especializa es”, sejam lato ou stricto sensu, e podem “contribuir na forma o dos profissionais de administra o, através das suas diretorias de forma o profissional” oferecendo cursos e palestras que podem ser incorporadas ao “currículum vitae” dos profissionais registrados. Conseqüentemente, isso entraria para “os currículos dos alunos como atividade complementar, como forma o continuada”.

O gestor I, por sua vez, compreende que a “academia é autônoma no tocante à organização curricular e pedagógica” e que caberia ao CFA e CRAs um trabalho de “sensibilização junto à academia a respeito da importância do tema nos cursos de administração”.

O gestor K acredita que os conselhos podem contribuir realizando “lives, seminários, mesas-redondas para debater e assim trazer os estudantes para refletir a respeito”, acreditando ser importante que os “órgãos representativos se unam em prol da formação do Gestor Contemporâneo”. Ele ainda destaca que: “sou diretor de EaD e novas tecnologias, e tentei essa aproximação, porém sem sucesso”. Ele acredita que existem esforços na Administração, debatendo diversas áreas de conhecimento, inclusive as sociais; todavia, “a maioria ainda não enxerga o todo, pensam e agem de forma individualizada”.

Por fim, divergente de todos os outros gestores entrevistados, o gestor E afirmou que “seria um golpe mortal para os cursos de administração principalmente nas escolas privadas” sobre a educação, a formação do empreendedorismo social e solidário aos estudantes das IES.

Após revisar e discutir as percepções dos entrevistados sobre a temática, formularam-se algumas interpretações com base na Entrevista B. Esse processo de análise crítica e diálogo aprofundado revelado entre os gestores foi essencial para integrar e interpretar as informações fornecidas, permitindo uma visão mais abrangente e refinada dos dados. A Entrevista B ofereceu uma perspectiva detalhada e contextualizada, esclarecendo como as opiniões dos entrevistados se alinham com o panorama geral da pesquisa e contribuindo para uma compreensão mais profunda do tema em questão.

Embora as IES se comprometam, muitas vezes formalmente, a incluir a educação do empreendedorismo social e solidário em seus currículos acadêmicos, a implementação real desse compromisso frequentemente se revela superficial e insatisfatória. Essa discrepância entre intenção e prática é um reflexo das limitações estruturais e culturais dentro dessas instituições.

A abordagem prevalente dentro das IES tende a tratar o empreendedorismo social e solidário como um mero adendo a cursos de empreendedorismo convencionais, frequentemente embasado nas teorias clássicas que pouco contribuem para a compreensão crítica e prática do tema. Disso resulta uma experiência educacional que não ultrapassa a superficialidade, desconsiderando a importância de práticas reais e vivências diretas que são essenciais para uma formação efetiva.

O diagnóstico dessa situação é corroborado por dados administrativos que revelam um quadro comum: algumas IES estão, de fato, introduzindo a temática, mas a forma, a extensão e a profundidade dessa integração são questionáveis. A educação do empreendedorismo social e

solidário, ao ser abordado, é muitas vezes limitado a um conteúdo teórico que não se traduz em mudanças práticas significativas na formação dos estudantes.

Essa realidade reflete uma resistência estrutural e cultural às mudanças necessárias para uma educação mais alinhada com as exigências contemporâneas do mercado e da sociedade. A abordagem formal e muitas vezes simbólica do tema nas IES evidencia uma falta de engajamento real com a transformação educativa necessária para preparar os estudantes para os desafios e oportunidades do empreendedorismo social e solidário.

Em muitas instituições, o foco predomina em modelos tradicionais de empreendedorismo, que enfatizam o lucro e a competição como motores principais da atividade empresarial. Esses modelos são sustentados por uma lógica de mercado que privilegia o capital econômico sobre o impacto social, o que contribui para uma visão limitada e restritiva do empreendedorismo. Portanto, apenas através de um compromisso genuíno e de uma implementação prática e substancial é que o verdadeiro potencial desse campo poderá ser realizado, promovendo uma educação mais relevante e eficaz para os desafios contemporâneos.

Quando os próprios sujeitos formuladores das Novas DCNs, eles reconhecem a lacuna existente na inclusão da educação do empreendedorismo social e solidário, o que desencadeia um conjunto de implicações significativas para as IES. Esse reconhecimento não é apenas um formalismo, mas um indicativo de que é necessário um profundo ajuste na abordagem educacional.

Primeiramente, como dito anteriormente, é essencial revisar e atualizar os currículos acadêmicos para integrar o empreendedorismo social e solidário de forma substancial, não como um tópico secundário. Isso implica, entre outras ações citadas, a criação de programas de certificação e especialização em empreendedorismo social e solidário. Oferecer módulos específicos como complementos aos cursos regulares proporciona aos estudantes uma formação mais aprofundada e direcionada. Complementar isso com incentivos para pesquisa e desenvolvimento, financiando projetos acadêmicos e publicando estudos de caso sobre práticas sociais inovadoras, pode gerar conhecimento valioso e soluções criativas. Do mesmo modo, organizar competições de ideias e prêmios para projetos de empreendedorismo social e solidário pode motivar os estudantes a desenvolver e apresentar suas soluções inovadoras, ao mesmo tempo em que reconhece suas contribuições. Integrar estudos de caso e histórias de sucesso de empreendedores sociais no currículo também ajuda a conectar a teoria com a prática, inspirando os estudantes e proporcionando exemplos concretos de aplicação dos conceitos.

Além disso, utilizar tecnologias digitais e plataformas online pode ampliar o acesso ao conhecimento e facilitar a colaboração em projetos de empreendedorismo social e solidário. Ferramentas como *webinars*, cursos online e fóruns de discussão podem ser extremamente

úteis. Outro fator importante são as parcerias com organizações internacionais, que podem proporcionar aos estudantes uma perspectiva global e ampliar suas oportunidades de intercâmbio e acesso a redes globais de inovação social.

Oferecer consultoria e assessoria para projetos de estudantes é outra abordagem eficaz. Esses serviços ajudam os estudantes a desenvolverem e implementarem seus projetos sociais com maior eficiência, oferecendo orientação sobre planejamento estratégico, captação de recursos e gestão de projetos. A criação de espaços de *co-working* e inovação também pode ser benéfica. Estabelecer áreas dedicadas ao empreendedorismo social e solidário, nas quais os estudantes possam trabalhar em seus projetos e colaborar com outros empreendedores, proporciona um ambiente propício à inovação e à troca de ideias.

Entretanto, a implementação dessas novas diretrizes requer um processo rigoroso de avaliação e monitoramento. Devem ser estabelecidos indicadores para medir a eficácia da integração do tema no currículo acadêmico, ajustando as abordagens conforme necessário. *Feedback* dos estudantes, avaliação dos resultados dos projetos e análise das práticas educacionais adotadas são fundamentais para essa avaliação.

No entanto, é necessário promover uma cultura institucional que valorize e apoie a educação do empreendedorismo social e solidário. Isso envolve engajar todos os interessados da instituição, incluindo a administração, o corpo docente e os estudantes, criando um ambiente que estimule a inovação social e a responsabilidade comunitária.

Os gestores das IES reconheceram unanimemente a importância da educação do empreendedorismo social e solidário na formação dos estudantes. Essa temática é crucial para o desenvolvimento de competências fundamentais para a gestão, especialmente em um contexto de crise e incertezas nos cenários geopolíticos, demográficos e ambientais. Equipar os estudantes com essas competências não só os prepara melhor para enfrentar desafios complexos, mas também permite que eles façam contribuições significativas para as comunidades locais onde estudam e vivem. A responsabilidade social e o empreendedorismo social e solidário estão se tornando mais presentes em nossa sociedade, refletindo uma demanda crescente por profissionais capazes de transformar a realidade do país.

Entretanto, a implementação eficaz dessa educação enfrenta desafios substanciais. Para que o empreendedorismo social e solidário se torne uma prática sustentável, é necessário que esteja firmemente alicerçado em várias vertentes, como a Outra Economia, e também alicerçados no tripé que abarca os aspectos sociais, econômicos e ambientais. Esse modelo integrado é importante para garantir que as iniciativas não apenas sobrevivam, mas prosperem a longo prazo.

Há, porém, uma percepção de que esse projeto possa ser utópico. Considerando que a formação profissional do administrador de empresas e gestores é tradicionalmente tecnicista, voltada para a eficiência e lucratividade, encontram-se dificuldades em se adaptar a uma abordagem que enfatiza tanto o impacto social quanto o econômico. Essa visão limitada impede a integração do empreendedorismo social e solidário aos currículos acadêmicos.

Por outro lado, o mercado cada vez mais valoriza essas práticas, pois percebe um aumento na regulamentação e nas políticas que exigem maior transparência e responsabilidade social das empresas. Essas mudanças criam uma demanda por profissionais que possam navegar e implementar essas políticas eficazmente. Aqui há uma brecha para que se criem novos consensos sobre o tema.

Administradores e gestores com uma formação acadêmica que inclui a compreensão das questões sociais estão mais bem preparados para atender a essas exigências e contribuir para o cumprimento das normas regulatórias. A integração de questões sociais na formação acadêmica responde à necessidade de inovação e adaptabilidade no ambiente de negócios contemporâneo.

Percebe-se que a liderança necessária para implementar tal iniciativa de forma abrangente e sustentável parece recair, quase exclusivamente, nas instituições públicas. Estas, teoricamente, possuiriam a capacidade e os recursos necessários para liderar a transformação. No entanto, essa expectativa revela ainda uma dependência perigosa e uma falta de engajamento do setor privado e das instituições privadas de ensino superior, que também poderiam e deveriam desempenhar um papel igualmente importante.

Contudo, essa situação reflete uma tensão entre os ideais de responsabilidade social e as exigências econômicas tradicionais. A transformação necessária para integrar o empreendedorismo social e solidário nos currículos acadêmicos exige uma reformulação profunda das prioridades educacionais e uma mudança cultural significativa dentro das IES. Tal mudança implica reconhecer o impacto social como um objetivo tão importante quanto o sucesso econômico, algo que parece estar longe de ser uma realidade nas práticas educacionais vigentes. Os gestores entrevistados apresentam opiniões divergentes sobre a integração do empreendedorismo social nos currículos acadêmicos, refletindo uma clara tensão entre a valorização da temática e as limitações de sua implementação.

Embora a importância do empreendedorismo social e solidário tenha sido destacada nas pautas, a combinação com a curricularização da extensão e a perspectiva de desenvolvimento de competências revela um reconhecimento raso. Nesse sentido, apesar das Novas DCNs representarem um avanço em relação às versões anteriores ao se basearem em diversas competências, a abordagem ao empreendedorismo social e solidário não foi intensamente focada. Percebe-se que as diretrizes foram desenvolvidas como um esforço transversal aplicável

a todos os cursos de administração, sem uma iniciativa diferenciada e específica, mesmo considerando os aspectos locais e regionais.

Convém lembrar que, embora as Novas DCNs forneçam um quadro orientador e estabeleçam os parâmetros gerais para a formação acadêmica, as IES possuem a liberdade de adaptar essas diretrizes conforme suas necessidades e contextos específicos. Dessa forma, a implementação das temáticas propostas pelas DCNs pode variar significativamente entre diferentes instituições. Sob essa perspectiva, fica evidente que os formuladores das Novas DCNs devem estabelecer um diálogo contínuo com todas as IES sobre a temática, além de criar vínculos efetivos para garantir uma maior convergência entre as normativas propostas e as práticas implementadas pelas instituições de ensino. Isso é primordial para que as diretrizes não apenas reflitam teorias distantes, mas sejam realmente aplicáveis e eficazes no cotidiano acadêmico, promovendo uma integração significativa e prática do empreendedorismo social e solidário nas IES.

Nesse sentido, a análise revela que nas novas DCNs a discussão sobre empreendedorismo social e solidário não abordou de maneira específica a Economia Solidária, limitando-se a uma abordagem geral focada em projetos sociais voltados para aspectos como vida, emprego e negócios. Essa abordagem ampla e genérica resultou em uma lacuna significativa, deixando a desejar uma orientação clara e específica para o estudo e educação do empreendedorismo social e solidário. A falta de uma diretriz mais detalhada sobre Economia Social e Solidária nas DCNs compromete a possibilidade de uma formação aprofundada e direcionada nessa área, prejudicando a integração efetiva do tema nos currículos das instituições de ensino. Essa falta de foco específico compromete o potencial transformador do empreendedorismo social e solidário. Sem uma direção mais clara e concreta, a educação da temática corre o risco de ser subestimado e subutilizado, impedindo a formação dos futuros profissionais. A sociologia ensina que as estruturas educacionais refletem e reforçam as dinâmicas sociais existentes.

Justamente porque a implementação eficaz dessa educação enfrenta obstáculos consideráveis é que desmistificar o termo "empreendedorismo social e solidário" torna-se essencial para romper preconceitos e estigmas. A percepção limitada ignora a vasta aplicabilidade e relevância dessa abordagem, ignora também casos em andamento e empobrece o ambiente acadêmico e empresarial. A verdadeira barreira para sua adoção não está na natureza do conceito, mas na falta de vontade e compreensão sobre sua importância e potencial. Muitas IES carecem de professores qualificados e pesquisadores especializados nessa área, resultando em uma significativa carência de capacitação. Além disso, a escassez de projetos de cunho social e solidário dificulta a disseminação prática e teórica desse tipo de empreendedorismo.

Há uma questão persistente na educação superior que merece uma reflexão crítica: as IES devem intensificar sua aproximação com as organizações locais e regionais, mantendo um diálogo contínuo com as demandas e ofertas do mercado. Essa necessidade de integração dinâmica entre o ambiente acadêmico e o mercado é fundamental para garantir que os cursos e programas oferecidos sejam relevantes e alinhados com as necessidades reais do contexto socioeconômico.

A estagnação nesse processo de adaptação pode resultar em uma desconexão entre a formação acadêmica e as exigências do mercado de trabalho, citada e observada pelos diversos grupos da pesquisa, prejudicando a eficácia da educação e a preparação dos estudantes para o cenário profissional atual. As IES precisam estar em constante movimento e diálogo com os empresários e suas necessidades, bem como as necessidades da comunidade.

Uma barreira significativa que deve ser enfrentada é a falta de percepção dos mantenedores das IES quanto à importância e ao potencial do empreendedorismo social e solidário para os currículos acadêmicos. Essa miopia estratégica revela uma visão limitada e desatualizada da realidade educacional e um obstinado apego a modelos tradicionais que não reconhecem as mudanças necessárias no cenário atual.

A resistência em integrar o empreendedorismo social e solidário reflete não apenas uma visão restritiva sobre as necessidades formativas dos estudantes, mas também um descompasso com as demandas sociais emergentes e as oportunidades de inovação que poderiam enriquecer a formação acadêmica e profissional. É fundamental que os mantenedores superem essa resistência e adotem uma perspectiva mais ampla e progressista, que valorize a inclusão de práticas e conhecimentos alinhados com as necessidades reais e os desafios do século XXI.

Para superar os diversos desafios na implementação da educação do empreendedorismo social e solidário, é relevante que a temática seja abordada de maneira transversal ou integrada por meio de projetos interdisciplinares. Tais abordagens não apenas facilitam uma integração mais profunda e abrangente, mas também garantem que os conceitos e práticas do empreendedorismo social e solidário sejam entrelaçados com diversas áreas do conhecimento e experiência. É preciso adotar estratégias que promovam uma verdadeira interconexão entre diferentes disciplinas e práticas acadêmicas.

Além disso, a questão dos custos é uma consideração decisiva ao discutir a implementação de novos conteúdos curriculares. Essa barreira financeira se torna especialmente relevante sob a ótica dos empresários, que frequentemente percebem um grande descompasso entre as formações em Administração e gestão oferecidas por diferentes instituições de ensino. Esse descompasso é acentuado pela diversidade de públicos e classes sociais que as instituições atendem, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais

equitativa e adaptada às realidades econômicas diversas. Portanto, a implementação de novos conteúdos não pode ser vista isoladamente, sem considerar o impacto financeiro e a adequação dos currículos às diferentes realidades sociais e econômicas. A resistência à inserção do empreendedorismo social e solidário nos currículos acadêmicos reflete problemas práticos e financeiros, além de que a falta de compreensão e valorização dessa forma de empreendedorismo impede sua completa integração e aproveitamento.

Por vez, a elaboração das Novas DCNs para os cursos de Administração e áreas afins deve, necessariamente, envolver uma ampla gama de atores e membros da sociedade. A diversidade de opiniões sobre quem deve participar desse processo revela uma convergência essencial na necessidade de uma abordagem inclusiva e multifacetada. Alguns entrevistados afirmam que o processo já contou com a participação de todos os profissionais essenciais, incluindo consultas com organizações empresariais e da sociedade civil. No entanto, há uma crítica significativa em relação à falta de engajamento efetivo de entidades relevantes, como o Sistema CFA/CRA, a ANGRAD, ONGs, o Ministério da Educação (MEC), associações empresariais, setor público, instituições do terceiro setor, dirigentes educacionais e profissionais, bem como pesquisadores especializados.

A inclusão de associações dedicadas ao empreendedorismo social, tanto no Brasil quanto no exterior, também é apontada como importante para garantir que as DCNs reflitam uma visão abrangente e integrada das necessidades sociais e econômicas. A ausência de participação efetiva de entidades como o CFA e os CRA é uma lacuna significativa que pode comprometer a eficácia das diretrizes, resultando em normas que não atendem adequadamente às demandas do mercado e da sociedade.

Cabe destacar que a pesquisa revelou, em várias ocasiões, uma notável falta de familiaridade com a temática abordada. Observou-se que muitos dos respondentes da entrevista B apresentaram respostas vagas e desprovidas de substância, indicando uma compreensão superficial ou até inexistente sobre o assunto. Em especial, alguns participantes demonstraram um conhecimento limitado sobre o empreendedorismo social e solidário, enquanto outros pareciam desconhecer os detalhes e abordagens das Novas DCNs. Esse padrão de respostas sugere que há uma carência de conhecimento e compreensão adequada entre os envolvidos, o que compromete a eficácia do debate e a elaboração de estratégias robustas para integrar a temática no currículo acadêmico. A falta de aprofundamento e a ausência de argumentação sólida nas respostas indicam não apenas deficiência no entendimento da importância do empreendedorismo social, mas também uma falta de alinhamento com as Novas DCNs. O cenário revelado evidencia a necessidade urgente de maior capacitação e engajamento dos participantes no contexto da temática para garantir que as diretrizes curriculares sejam

formuladas com base em um conhecimento sólido e uma compreensão abrangente das questões envolvidas.

A mera presença física nas reuniões não equivale a um verdadeiro comprometimento com a causa do empreendedorismo social e solidário. Para que o avanço dessa causa seja concreto e eficaz, é necessário que os participantes estejam genuinamente envolvidos, contribuindo com ideias inovadoras, apoiando iniciativas e trabalhando ativamente na implementação de ações concretas. Sem um engajamento autêntico, a presença nas reuniões torna-se superficial, não contribuindo para o progresso real das diretrizes.

É fato que a integração de uma ênfase significativa em aspectos sociais em um curso de Administração, gestão e áreas correlatas não é apenas uma questão de orientação acadêmica, mas um reflexo das demandas e valores sociais mais amplos. A necessidade de uma vocação específica implica que o curso deve ser moldado por uma compreensão profunda das dinâmicas sociais e das desigualdades que ele visa abordar. Isso requer uma equipe acadêmica que não apenas possua conhecimento teórico, mas também uma verdadeira dedicação à incorporação desses temas no currículo, refletindo a mudança de paradigmas que a sociedade exige.

Ademais, a integração desses aspectos sociais demanda investimentos financeiros substanciais, o que pode ser visto como um reflexo das tensões entre os valores educacionais e as realidades econômicas das instituições. Os custos adicionais associados, como a atualização de materiais e a contratação de especialistas, revelam uma dependência dos recursos públicos, que pode ser interpretada como uma resposta à necessidade de alinhar a educação às mudanças sociais. Na prática, isso demonstra como as estruturas educacionais precisam adaptar-se às exigências de uma sociedade em transformação, refletindo não apenas a importância de abordar questões sociais, mas também as dificuldades que surgem quando se tenta harmonizar esses objetivos com a realidade econômica das instituições de ensino.

Contudo, para que a implementação das novas DCNs seja verdadeiramente eficaz, é fundamental superar esses desafios. A participação ampla e significativa de todos os atores relevantes na formulação das diretrizes garantirá que sejam equilibradas e viáveis, refletindo tanto a importância do empreendedorismo social quanto as realidades práticas das IES. O compromisso real e a colaboração ativa são essenciais para a criação de um currículo que atenda às necessidades sociais e que também esteja alinhado com a capacidade prática das instituições de ensino superior.

Por fim, no que se refere à formação de profissionais em Administração e áreas afins, o Conselho Federal de Administração (CFA) e Conselhos Regionais de Administração (CRAs) desempenham um papel estratégico e relevante na integração da educação do

empreendedorismo social e solidário nos currículos acadêmicos. Para que essa integração seja eficaz, os Conselhos devem adotar várias estratégias.

Primeiramente, é fundamental que os Conselhos possam democratizar o acesso à informação e oferecer ferramentas para aprimoramento do ensino dos conteúdos de Administração, à luz das Novas DCNs. Os Conselhos poderiam implementar cursos de formação especificamente voltados para administradores e professores interessados em empreendedorismo social e solidário. A criação de conteúdos especializados nesse âmbito não apenas ampliaria significativamente o conhecimento desses profissionais, mas também os capacitaria para integrar efetivamente essas abordagens inovadoras em suas práticas pedagógicas, tornando-se os disseminadores do conhecimento.

Além disso, é importante que os Conselhos aproveitem suas reuniões plenárias para discutir questões relacionadas ao empreendedorismo social e solidário, envolvendo especialistas da área e promovendo estudos e pesquisas aprofundadas sobre as melhores práticas para a inclusão dessas temáticas nos currículos acadêmicos. Esses debates não apenas fortaleceriam a base de conhecimento disponível, mas também permitiriam o desenvolvimento de diretrizes práticas e bem fundamentadas para a integração efetiva do empreendedorismo social nas formações acadêmicas. A partir dessas interações, novas oportunidades poderiam surgir, a exemplo das Comissões de Trabalho dos Conselhos, que permitem o diálogo e a estruturação sobre diversas temáticas que permeiam o universo da Administração e áreas afins, com as IES e as comunidades.

Outro aspecto elementar é o papel dos Conselhos na sensibilização da academia para a importância do empreendedorismo social e solidário. Isso implica incentivar e recomendar a inclusão de abordagens que promovam o desenvolvimento de competências relacionadas a esses temas nos currículos de graduação e especializações. A sensibilização efetiva pode contribuir para uma compreensão mais profunda da relevância dessa temática e estimular as instituições a incorporá-la de forma mais substancial em seus programas acadêmicos.

Além disso, é fundamental que os Conselhos promovam um diálogo aberto e construtivo com as IES sobre a inclusão do empreendedorismo social e solidário nos cursos de Administração, gestão e áreas correlatas. Esse diálogo deve ser colaborativo e buscar alinhar as diretrizes dos Conselhos, das Novas DCNs, com as necessidades e capacidades das IES, assegurando uma integração eficaz e prática desses temas no currículo acadêmico. Esse diálogo pode e deve acontecer através dos Conselhos prestando esclarecimentos detalhados sobre as inovações introduzidas nas Novas DCNs, como as práticas profissionais supervisionadas. Tais práticas são cruciais para a integração do conhecimento teórico com a experiência prática, promovendo uma formação mais robusta e aplicável.

Os Conselhos deveriam ampliar o debate sobre novas perspectivas de gestão curricular, explorando formas de adaptar os currículos às demandas emergentes do mercado e às mudanças no campo da Administração e áreas correlatas. Esse esforço é importante para garantir que os cursos oferecidos sejam relevantes e estejam alinhados com as melhores práticas e tendências atuais, que cada vez mais vêm destacando e valorizando as questões sociais nas organizações.

Ademais, a disseminação de boas práticas e novas metodologias de educação é uma responsabilidade dos Conselhos. Compartilhar experiências bem-sucedidas e abordagens inovadoras através dos empreendimentos sociais pode ajudar as instituições de ensino a melhorar seus métodos pedagógicos e a proporcionar uma formação mais eficaz e atualizada para os futuros profissionais.

É igualmente importante que os Conselhos abordem a relevância do curso de Administração e áreas afins para um olhar mais social e sustentável para a sociedade. Essa discussão deve ressaltar como a formação em Administração contribui para o desenvolvimento econômico e social, preparando profissionais capazes de enfrentar os desafios contemporâneos e gerar impacto positivo em suas áreas de atuação.

Por último, é fundamental que os Conselhos promovam um debate construtivo sobre a interlocução entre academia, formação e mercado de trabalho, com base em dados recentes como os apresentados na "Pesquisa Nacional Perfil dos Profissionais de Administração 2023". Essa pesquisa oferece compreensões valiosas sobre as competências requeridas pelo mercado e as expectativas dos profissionais, permitindo que as instituições de ensino ajustem seus programas para melhor atender às necessidades do mercado e melhorar a empregabilidade dos graduados.

Contudo, o envolvimento ativo do CFA e dos CRAs é essencial para garantir que o empreendedorismo social e solidário se torne uma parte integral da formação em Administração e áreas afins. Através de uma comunicação efetiva e de esforços conjuntos, será possível superar obstáculos e promover uma integração mais eficaz da educação do empreendedorismo social e solidário na formação acadêmica.

Em conclusão, a participação ativa e engajada de todos esses atores é essencial para efetivar as mudanças propostas na tese, visando à inserção e à implementação da educação do empreendedorismo social e solidário de maneira robusta e sustentável. Cada um desses participantes — incluindo acadêmicos, profissionais do mercado e especialistas em empreendedorismo social — possui um papel fundamental na construção das diretrizes e na execução dessa abordagem nas IES. Suas expertises, visões e experiências são não apenas valiosas, mas indispensáveis para o avanço deste tema.

Assim, a integração dessas diversas perspectivas enriquece o debate e fortalece a formulação de estratégias mais abrangentes e eficazes. As contribuições dos acadêmicos garantem uma base teórica sólida, enquanto as experiências do mercado e do setor social fornecem percepções atualizadas. Além disso, o engajamento desses atores em uma discussão conjunta ajuda a construir um consenso sobre as melhores práticas e políticas, facilitando a implementação de iniciativas e a ampliação do impacto social. Esse processo não apenas desmantela barreiras institucionais e culturais, como também fortalece a rede de apoio necessária para a promoção e o sucesso do empreendedorismo social e solidário.

Por último, a complexidade do tema exige um diálogo amplo e contínuo. A colaboração entre os atores envolvidos aprimora a formulação das normas e diretrizes e também assegura que a implementação nas IES seja adaptada às realidades e demandas reais. Sem esse esforço conjunto, seria impossível superar as barreiras e desenvolver soluções verdadeiramente eficazes.

### **8.7. Análise Documental das Novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração**

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração

Neste momento da tese, é necessária uma análise documental sobre a Resolução Nº 5, de 14 de outubro de 2021, sobre as Novas Diretrizes Curriculares – DCNs. Os documentos são, para Oliveira (2007), registros escritos que oferecem dados para entender os acontecimentos e conexões, permitindo explorar o contexto histórico e social das ações, reconstruir eventos e seus precedentes. Eles representam manifestações documentadas dos aspectos da vida social de um grupo específico.

Retomando a reflexão sobre esse recurso metodológico, a análise documental consiste em identificar, verificar e apreciar os documentos com uma finalidade específica. Na compreensão de Moreira (2005), recomenda-se a utilização de uma fonte paralela e simultânea de informação para complementar os dados e permitir a contextualização das informações contidas nos documentos. A análise documental, ainda segundo Moreira (2005), deve refletir objetivamente a fonte original, possibilitando a localização, identificação, organização e avaliação das informações contidas no documento, além de contextualizar os fatos em momentos específicos.

Portanto, para identificação do objetivo das Novas DCNs, o Capítulo I das disposições preliminares, Art. 1º da presente Resolução dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Curso de Graduação em Administração, que devem ser observadas pelas Instituições de Educação Superior (IES) na organização, no desenvolvimento e na avaliação desse curso no âmbito dos Sistemas de Educação Superior do País.

Cabe, para melhor compreensão da tese, considerar todas as diretrizes dadas a esse documento, em sua amplitude. No entanto, foram analisados aqui, com maior precisão e detalhamento, o Capítulo II – Do Perfil e Competências Esperadas do Egresso – item I do caput, o inciso 2º, e também o Capítulo III - Organização do Curso de Graduação em Administração, inciso 6º e 8º dessa resolução. A análise do documento foi realizada por meio de leituras sucessivas e sistemáticas, nas quais se procurou identificar as ações previstas pelo respectivo documento.

No Capítulo II – Do Perfil e Competências Esperadas do Egresso –, o item I do caput dessa resolução rege:

“I - integrar conhecimentos fundamentais ao Administrador - Para além de apenas deter conhecimentos fundamentais, o egresso deve ser capaz de integrá-los para criar ou aprimorar de forma inovadora os modelos de negócios, de operacionais e organizacionais, para que sejam sustentáveis nas dimensões sociais, ambientais, econômicas e culturais. Entre os conhecimentos fundamentais incluem-se os de Economia, Finanças, Contabilidade, Marketing, Operações e Cadeia de Suprimentos, Comportamento Humano e Organizacional, Ciências Sociais e Humanas e outros que sirvam às especificidades do curso”. (MEC, RESOLUÇÃO CNE/CES 5/2021, p. 47 e 48).

Esse texto sugere que, além de possuir conhecimentos básicos, o administrador deve ser capaz de integrar esses conhecimentos de forma inovadora para criar ou aprimorar modelos de negócios, operacionais e organizacionais que sejam sustentáveis em dimensões sociais, ambientais, econômicas e culturais. Os conhecimentos fundamentais mencionados incluem áreas como Economia, Finanças, Contabilidade, Marketing, Operações e Cadeia de Suprimentos, Comportamento Humano e Organizacional, Ciências Sociais e Humanas, entre outros específicos ao curso. A ideia é que essa integração de conhecimentos permita ao administrador não apenas entender, mas também aplicar e inovar dentro dessas áreas, promovendo sustentabilidade e responsabilidade social. Considerando os conhecimentos fundamentais mencionados, que incluem várias áreas citadas, destacam-se os da Ciências Sociais e seus olhares para a Administração e áreas de gestão, como Ciências Sociais aplicadas.

A formação de um administrador qualificado e competente não se limita ao domínio de áreas técnicas e econômicas. Embora conhecimentos em Economia, Finanças, Contabilidade, Marketing, Operações e Cadeia de Suprimentos sejam indispensáveis, acreditamos que a eficácia de um administrador surge da capacidade de integrar esses conhecimentos com uma

compreensão profunda das Ciências Sociais e do Empreendedorismo Social e Solidário. Essa integração é de alta relevância para a criação de modelos de negócios atuais.

As Ciências Sociais, que englobam áreas de conhecimento como a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política, fornecem uma perspectiva mais ampla e profunda sobre as interações humanas e as dinâmicas sociais. Para um administrador, essa compreensão é vital. Ao entender como as pessoas pensam, se comportam e interagem em diferentes contextos, um administrador pode desenvolver estratégias que são eficazes e socialmente responsáveis. Por exemplo, o conhecimento em Sociologia pode ajudar na criação de políticas de inclusão no local de trabalho, enquanto a Psicologia, como uma Ciência Social aplicada, pode ser estudada para melhorar o bem-estar e a produtividade dos funcionários.

Assim como a inovação sustentável é uma necessidade crescente no mundo dos negócios, o Empreendedorismo Social e Solidário, que foca na resolução de problemas sociais e ambientais através de iniciativas inovadoras e sustentáveis, oferece um caminho poderoso para essa inovação. Integrar os princípios do Empreendedorismo Social e Solidário na formação dos administradores favorece que eles criem soluções que beneficiem tanto a empresa quanto a sociedade. Projetos de Empreendedorismo Social e Solidário podem, por exemplo, desenvolver produtos e serviços que atendam às necessidades não satisfeitas de diversas comunidades. A capacidade de integrar conhecimentos fundamentais de diversas áreas permite aos administradores desenvolver soluções inovadoras para desafios econômicos, mantendo uma sensibilidade social.

Com uma formação sólida nas Ciências Sociais e no Empreendedorismo Social e Solidário, os administradores são mais aptos a antecipar e responder a mudanças sociais e culturais, adaptando suas estratégias de negócios de maneira que promovam a sustentabilidade. Isso é particularmente importante em um mundo onde as expectativas dos consumidores e a pressão por práticas empresariais éticas estão em constante crescimento. A integração das Ciências Sociais e do Empreendedorismo Social e Solidário na formação de administradores é essencial para preparar profissionais que possam liderar com responsabilidade e inovação. Ao invés de focar exclusivamente em objetivos financeiros, os administradores devem ser preparados para considerar o impacto social e ambiental de suas decisões. Entende-se que a formação de um administrador que seja capaz de integrar conhecimentos fundamentais para criar ou aprimorar modelos de negócios sustentáveis é uma tarefa complexa que exige uma abordagem interdisciplinar.

As Ciências Sociais e o Empreendedorismo Social e Solidário desempenham um papel crucial nesse processo, fornecendo as ferramentas necessárias para entender e influenciar positivamente o comportamento humano e as dinâmicas sociais. Portanto, é imperativo que a

educação em administração e áreas da gestão incorpore profundamente esses conhecimentos, preparando profissionais que possam enfrentar os desafios contemporâneos com inovação, responsabilidade e sensibilidade social. Essas são as competências que se esperam dos egressos do curso, de acordo as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs.

Ainda no Capítulo II – Do Perfil e Competências Esperadas do Egresso, no inciso 2º dessa resolução, verifica-se que

§ 2º As competências descritas no caput, assim como as competências específicas, devem ser compreendidas como tendo seu desenvolvimento ao longo do curso, não pela simples exposição a uma disciplina ou componente curricular, requerendo que o estudante pratique a capacidade em ambientes similares ao da futura realidade de atuação e receba feedback construtivo em relação ao seu desempenho. (MEC, RESOLUÇÃO CNE/CES 5/2021, p. 47 e 48).

O inciso destaca a importância de um processo educacional contínuo e prático para o desenvolvimento de competências em estudantes, pontuando que a simples exposição a disciplinas não é suficiente para preparar profissionais competentes. Em vez disso, argumenta-se que as competências, sejam elas gerais ou específicas, devem ser cultivadas ao longo de todo o curso.

Primeiramente, é fundamental compreender que competências não se desenvolvem de forma instantânea. A formação de habilidades profissionais requer um processo contínuo de aprendizado e prática. A exposição a disciplinas ou componentes curriculares é importante para a aquisição de conhecimentos teóricos. No entanto, o verdadeiro domínio dessas competências ocorre quando os estudantes aplicam esses conhecimentos em contextos práticos.

Além disso, praticar em ambientes que simulam a futura realidade de atuação é crucial. A teoria sem prática pode levar a uma compreensão superficial. Por exemplo, um estudante de Administração pode aprender os conceitos de gestão de projetos em sala de aula, mas é ao gerenciar um projeto real, mesmo que em um ambiente simulado, que ele realmente entenderá os desafios e desenvolverá a capacidade de resolver problemas práticos.

Também ressalta-se que o *feedback* é uma ferramenta essencial no processo de aprendizado, pois oferece ao estudante uma avaliação clara de seu desempenho, destacando áreas de sucesso e apontando aspectos que precisam ser melhorados. Esse processo de *feedback* ajuda os estudantes a ajustar suas estratégias de aprendizado e aprimorar suas habilidades continuamente. Para tanto, o inciso 2º ressalta uma abordagem educacional mais holística e prática. Ela defende que o desenvolvimento de competências deve ser um processo contínuo e integrado, que vai além da sala de aula e envolve prática realista e *feedback* constante. Essa abordagem prepara melhor os estudantes para os desafios do mundo profissional, tornando-os mais competentes e eficazes em suas futuras carreiras.

Embora a Resolução preveja uma abordagem inovadora, as IES ainda resistem para integrar o empreendedorismo social e solidário de maneira efetiva em seus programas de educação. Muitas vezes, os termos e até os conceitos não são sequer incluídos como disciplinas nos cursos de Administração e áreas afins. O problema não reside apenas na ausência de disciplinas específicas sobre o tema, mas também na falta de estratégias pedagógicas que combinem teoria e prática. A dificuldade em transitar do conceito para a prática cria uma lacuna que limita a formação dos estudantes e compromete a sua capacidade de aplicar esses conceitos em contextos reais.

Primeiramente, um dos principais desafios é a resistência à mudança dentro das próprias IES. Muitas instituições estão habituadas a currículos tradicionais que focam predominantemente em aspectos técnicos e econômicos do empreendedorismo. A introdução de conceitos de empreendedorismo social e solidário pode ser vista como uma alteração disruptiva, gerando resistência por parte de gestores, professores e até mesmo alunos que estão acostumados com o modelo existente.

Outro desafio significativo é a falta de formação e especialização dos professores. Para que o empreendedorismo social e solidário seja efetivamente incorporado aos currículos, é necessário que os docentes possuam um entendimento profundo e atualizado sobre o tema. No entanto, muitos professores carecem de formação específica nessa área, o que limita a capacidade de transmitir esses conhecimentos aos estudantes de forma eficaz.

Além disso, a ausência de infraestrutura e recursos adequados é um obstáculo importante. A implementação de projetos e práticas relacionadas ao empreendedorismo social e solidário muitas vezes requer investimentos em infraestrutura, como laboratórios, centros de inovação e parcerias com organizações sociais. Muitas IES enfrentam dificuldades financeiras e estruturais que dificultam a criação e a manutenção dessas iniciativas.

A integração prática do empreendedorismo social e solidário também é um desafio considerável. Enquanto a teoria pode ser abordada em sala de aula, a aplicação prática dos conceitos requer a criação de oportunidades para os estudantes se envolverem em projetos reais. Isso pode incluir a colaboração com organizações não governamentais, empresas sociais e outras entidades que trabalham no campo do empreendedorismo social. No entanto, estabelecer essas parcerias e criar experiências práticas significativas pode ser um processo complexo e demorado.

Outro aspecto a ser considerado é a falta de uma abordagem integrada entre teoria e prática. A abordagem tradicional muitas vezes foca apenas na teoria, sem proporcionar aos alunos oportunidades para experimentar e aplicar os conceitos em contextos reais. Para superar

isso, é essencial que as IES desenvolvam metodologias de ensino que combinem aprendizado acadêmico com experiências práticas, como estágios, projetos de campo e trabalho comunitário.

Por fim, é essencial abordar o desafio da avaliação e mensuração dos resultados. Avaliar o impacto e a eficácia das iniciativas de empreendedorismo social e solidário pode ser difícil, especialmente quando se trata de medir resultados intangíveis, como o desenvolvimento de habilidades sociais e a contribuição para a comunidade. Estabelecer critérios claros e métodos de avaliação que reflitam os objetivos dessas iniciativas é fundamental para garantir a sua eficácia e continuidade.

Enfrentar esses desafios exige um esforço colaborativo entre gestores acadêmicos, professores, estudantes e parceiros externos. A superação desses obstáculos não só permitirá a integração efetiva do empreendedorismo social e solidário nos currículos acadêmicos, mas também contribuirá para a formação de profissionais mais bem preparados para enfrentar os desafios sociais e ambientais contemporâneos. Assim, torna-se evidente a necessidade não apenas de discutir teoricamente, mas também de implementar práticas que preparem os futuros profissionais para enfrentar os desafios e explorar as oportunidades desse setor em crescimento.

Assim, quando analisado o Capítulo III - Organização do Curso de Graduação em Administração, incisos 6º e 8º, e como os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação em Administração devem especificar e descrever claramente suas ações, ficam perceptíveis os desafios diversos dessa aplicabilidade das Novas DCNs.

Analisando o inciso sexto, a resolução propõe às IES a aplicação prática da interdisciplinaridade:

§ 6º Recomenda-se implementar, desde o início do curso, atividades que promovam a integração e a interdisciplinaridade em coerência com o eixo de desenvolvimento curricular, buscando integrar as dimensões técnicas, científicas, econômicas, sociais, ambientais e éticas. (MEC, RESOLUÇÃO CNE/CES 5/2021, p. 47 e 48).

O inciso 6º sugere que é recomendável iniciar desde o primeiro momento do curso atividades que promovam a integração entre diferentes disciplinas (interdisciplinaridade). Isso deve ser feito de forma consistente com o plano de desenvolvimento do currículo, com o objetivo de integrar aspectos técnicos, científicos, econômicos, sociais, ambientais e éticos. Em essência, a ideia é que os estudantes não apenas aprendam de forma isolada cada disciplina, mas que também entendam como essas diferentes áreas se relacionam e interagem, preparando-os para uma visão mais abrangente e integrada do conhecimento e da prática profissional.

No contexto descrito, o empreendedorismo social e solidário poderia ser integrado como uma das dimensões a serem consideradas nas atividades interdisciplinares. Isso significa que as atividades recomendadas poderiam incluir projetos ou iniciativas que não apenas abordem os aspectos técnicos e científicos, mas também tenham um impacto social positivo.

Por exemplo, os estudantes poderiam desenvolver projetos empreendedores que visem resolver problemas sociais específicos, aplicando conceitos de empreendedorismo social para criar soluções inovadoras e sustentáveis.

Portanto, o empreendedorismo social e solidário se apresenta como uma das dimensões éticas e sociais a serem “integradas no currículo”, contribuindo para formar profissionais que não apenas compreendam as implicações técnicas e econômicas de suas ações, mas também estejam conscientes e engajados em questões sociais e ambientais relevantes para a comunidade e para o mundo em geral. É exatamente neste ponto que surge uma divergência crucial: a lacuna entre teoria e prática, entre as diretrizes estabelecidas nos documentos acadêmicos e a realidade enfrentada pelas IES. A integração proposta nos currículos dos cursos de negócios, embora teoricamente viável e desejável nas resoluções, enfrenta desafios significativos em sua aplicação prática.

As diretrizes e documentos acadêmicos frequentemente preconizam uma integração abrangente e harmoniosa de diversas dimensões no currículo, incluindo técnicas, econômicas, sociais, ambientais e éticas. No entanto, na prática, essa implementação enfrenta obstáculos diversos. A falta de recursos adequados, a burocracia administrativa e a própria cultura acadêmica podem dificultar a efetiva integração dessas dimensões nos cursos de negócios.

Essa distância entre a teoria normativa e a prática cotidiana nas IES evidencia a necessidade de um debate mais profundo e uma abordagem mais pragmática na formulação e implementação de políticas educacionais. É crucial encontrar meios eficazes de superar esses desafios para garantir que as diretrizes não apenas existam no papel, mas também sejam efetivamente aplicadas para enriquecer a formação dos estudantes e prepará-los de maneira integral para os desafios contemporâneos do mundo dos negócios.

Já o inciso oitavo propõe

§ 8º (...) estimular atividades acadêmicas tais como trabalhos de iniciação científica, competições acadêmicas, projetos interdisciplinares e transdisciplinares, projetos de extensão, atividades de voluntariado, visitas técnicas, trabalhos em equipe, desenvolvimento de protótipos, monitorias, participação em empresas juniores, incubadoras e outras atividades que desenvolvam a cultura empreendedora. (MEC, RESOLUÇÃO CNE/CES 5/2021, p. 47 e 48).

Nesse inciso, a resolução sugere que é recomendável promover diversas atividades acadêmicas que visam estimular o desenvolvimento de habilidades como a iniciação científica, competições acadêmicas, projetos que integrem diferentes disciplinas (interdisciplinares e transdisciplinares), projetos de extensão, participação em atividades voluntárias, visitas técnicas, trabalhos colaborativos em equipe, criação de protótipos, programas de monitoria,

envolvimento em empresas juniores, incubadoras e outras iniciativas que fomentem uma cultura empreendedora.

O texto destaca a importância de proporcionar aos estudantes experiências práticas e multidisciplinares durante sua formação acadêmica, tanto para complementar o aprendizado teórico, como também para desenvolver habilidades como trabalho em equipe, iniciativa, inovação e responsabilidade social, fundamentais para uma preparação mais completa e alinhada com as demandas do mercado e da sociedade contemporânea.

Também aqui, no inciso 8º, nesse outro ponto da resolução, surge mais uma divergência ou até negligência: a análise de entendimento sobre os conceitos que abordam duas perspectivas fundamentais do empreendedorismo: “cultura empreendedora” e “cultura empreendedora social”. Enquanto a cultura empreendedora tradicionalmente enfatiza a criação de valor econômico e o desenvolvimento de negócios lucrativos, a cultura empreendedora social vai além, focando na resolução de problemas sociais e ambientais através de iniciativas inovadoras e sustentáveis.

A cultura empreendedora encoraja indivíduos e organizações a identificar oportunidades de mercado, assumir riscos calculados e buscar inovações que impulsionem o crescimento e a competitividade. Essa abordagem promove um ambiente dinâmico onde a iniciativa privada pode florescer, criando empregos, gerando receita e impulsionando a economia como um todo. Por outro lado, a cultura empreendedora social introduz uma dimensão ética e moral ao empreendedorismo. Ela reconhece que os problemas sociais e ambientais são desafios urgentes que requerem soluções inovadoras. Empreendedores sociais buscam não apenas lucro, mas também impacto positivo na comunidade e no meio ambiente. Eles desenvolvem negócios que abordam questões como pobreza, acesso à saúde, educação e sustentabilidade ambiental, com o objetivo de criar mudanças significativas e duradouras.

A combinação dessas duas culturas pode potencializar ainda mais os resultados do empreendedorismo. Ao integrar práticas e valores da cultura empreendedora com o compromisso social e ambiental da cultura empreendedora social, é possível construir uma economia mais inclusiva e sustentável. Isso fortalece o tecido econômico e também promove o bem-estar social e a preservação ambiental, criando um ambiente propício para o desenvolvimento humano integral. Portanto, a promoção de ambas as culturas é essencial para um futuro em que os desafios globais sejam enfrentados com criatividade e responsabilidade. Encorajar o empreendedorismo em todas as suas formas, desde *startups* inovadoras até negócios sociais transformadores, é investir no potencial humano de resolver problemas complexos, construindo um mundo mais justo e equitativo para todos.

Conclui-se que a falta de conhecimento sobre as diretrizes mencionadas pode causar diversos problemas nas IES. Sem um entendimento claro dessas diretrizes, as IES podem falhar em alinhar seus currículos com as expectativas e necessidades contemporâneas, resultando em uma formação inadequada dos estudantes. Isso pode levar à desatualização da educação, fazendo com que os cursos oferecidos se tornem obsoletos e não preparem adequadamente os estudantes para os desafios atuais do mercado de trabalho. Os estudantes podem sair da instituição sem habilidades essenciais, como a capacidade de integrar conhecimentos interdisciplinares, pensamento crítico, ou a compreensão e aplicação de princípios de sustentabilidade e ética.

Além disso, a falta de estímulo para atividades acadêmicas inovadoras, como atividades de voluntariado e desenvolvimento de protótipos, pode resultar em um ambiente acadêmico menos dinâmico e menos propício à inovação. A falta de alinhamento com as diretrizes também pode reduzir a competitividade das instituições em relação a outras que estão atualizadas com as tendências e exigências atuais da educação e do mercado de trabalho. Isso pode impactar negativamente na reputação das IES, já que a qualidade da educação e a formação dos egressos influenciam diretamente na imagem da instituição perante estudantes, empregadores e a sociedade em geral.

Convém registrar que talvez seja necessário considerar a temporalidade para a aplicabilidade das Novas Diretrizes. Como essas diretrizes ainda estão em fase de implementação, é possível que as IES não estejam totalmente familiarizadas e articuladas com as ações propostas no documento. Esse período de transição pode justificar a falta de alinhamento com as novas exigências e a resistência à adoção completa das diretrizes.

A implementação de novas diretrizes educacionais exige um tempo significativo para adaptação e integração por parte das instituições. Professores, gestores e estudantes precisam se acostumar com as novas normas, práticas e objetivos. A formação continuada dos professores e a revisão dos currículos demandam recursos e planejamento, o que pode levar a uma implementação gradual. Além disso, a integração de novas áreas de conhecimento, como, por exemplo, o empreendedorismo social e a sustentabilidade, requer um esforço conjunto para mudar paradigmas estabelecidos e incorporar novas metodologias de ensino. Portanto, é razoável considerar que as IES estejam em diferentes estágios de adaptação às Novas Diretrizes. Esse período de transição pode ser visto como uma oportunidade para a comunidade acadêmica se familiarizar com as mudanças e desenvolver estratégias eficazes para incorporar plenamente as novas orientações.

Durante esse período de mudanças significativas, é essencial que os responsáveis pela formulação e disseminação das Novas DCNs desenvolvam estratégias robustas para garantir

que as IES se ajustem de maneira eficiente às novas diretrizes. A criação de estratégias sólidas é justificada pela necessidade de uma transição ágil e eficaz, que permita às IES implementar as mudanças com o mínimo de interrupção possível.

Além disso, é importante que esse processo seja acompanhado de um diálogo claro e transparente, que atenda às necessidades e expectativas de todos os grupos de atores envolvidos. Esse diálogo deve envolver uma comunicação aberta e contínua para assegurar que as preocupações e sugestões de gestores acadêmicos, professores, estudantes e outras partes interessadas sejam consideradas e integradas de forma adequada.

A transparência e a clareza nas comunicações não só facilitam a adaptação das IES às novas DCNs, mas também promovem um ambiente colaborativo que pode acelerar a implementação e garantir o sucesso das novas diretrizes. Eventualmente, à medida que as instituições se tornam mais confortáveis com as diretrizes, espera-se que os benefícios de uma educação mais atualizada e integrada se tornem evidentes, resultando em uma formação mais robusta e alinhada com as demandas contemporâneas. Portanto, é fundamental que as IES compreendam e implementem essas diretrizes de maneira eficaz para garantir a formação de profissionais competentes e alinhados com as demandas atuais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta tese, é oportuno fazer uma reflexão e avaliar os principais temas abordados, bem como o impacto significativo que este trabalho teve na ampliação do conhecimento sobre o campo de estudo em questão. A pesquisa proporcionou revelações e percepções importantes, além de aprofundamentos essenciais, oferecendo uma visão mais clara e detalhada sobre o tema. Essas descobertas não apenas esclareceram aspectos complexos, mas também estabeleceram bases sólidas para futuras investigações. O trabalho trouxe à tona análises profundas que contribuem para uma melhor compreensão e aprimoramento das práticas e teorias relacionadas, ressaltando a relevância de continuar explorando e desenvolvendo o assunto para enfrentar os desafios contemporâneos de forma mais eficaz.

A investigação aprofundada sobre a Educação em e para Empreendedorismo Social e Solidário, permitiu, num primeiro momento, entender a polissemia dos conceitos de empreendedorismo social e solidário, pois observam-se diversas temáticas quanto ao termo, que remetem a experiências ligadas ao terceiro setor até a ações de responsabilidade social corporativa, passando pela economia solidária e pelo cooperativismo.

A integração do conceito de social ao empreendedorismo ainda é um campo emergente, especialmente no contexto brasileiro. No entanto, há uma crescente conscientização e interesse por parte de jovens, empresários e da sociedade em geral em relação ao empreendedorismo social e solidário. Esse aumento na atenção reflete uma evolução nas percepções e práticas, sinalizando um progresso significativo na valorização de iniciativas que combinam objetivos econômicos com impacto social positivo. À medida que mais pessoas se engajam e compreendem os benefícios desse tipo de empreendedorismo, as barreiras e os desafios históricos começam a ser enfrentados, possibilitando um desenvolvimento mais consistente e inclusivo desse campo. Cada vez mais pessoas estão interessadas em criar e apoiar negócios que não só gerem lucro, mas que também tenham um impacto positivo na sociedade e no meio ambiente. Essa tendência reflete a visão de "cuidar do futuro do país", mostrando uma crescente valorização de iniciativas que contribuem para o bem-estar social e a sustentabilidade.

Assim, a compreensão é de que a dimensão empreendedora está intrinsecamente ligada à dimensão solidária nos empreendimentos. Quando essas duas dimensões são aplicadas em conjunto, elas oferecem benefícios concretos para todos os envolvidos, promovendo não apenas a sustentabilidade financeira, mas também melhorias no bem-estar e na qualidade de vida dos trabalhadores.

Neste contexto, a tese destacou a importância de adotar uma abordagem educacional que transcenda os conceitos tradicionais de empreendedorismo, promovendo uma educação empreendedora plural. Em vez de se limitar a habilidades convencionais como gestão financeira, marketing e desenvolvimento de negócios, essa abordagem valoriza a integração de diversas perspectivas, culturas e experiências.

Uma das principais constatações da pesquisa revelou que uma porcentagem significativa de estudantes não tem clareza sobre o significado de empreendedorismo social e solidário. Isso evidencia a necessidade de uma educação empreendedora mais abrangente, que não apenas prepare os alunos para iniciar e gerenciar negócios com eficácia, mas também os capacite a contribuir positivamente para suas comunidades e para o mundo, respeitando e incorporando uma variedade de valores e perspectivas. A compreensão da diversidade nos conceitos de empreendedorismo é fundamental para uma abordagem holística do desenvolvimento. O empreendedorismo social e solidário enfatiza que o crescimento econômico sustentável deve estar alinhado com o bem-estar social e ambiental. Ensinar essa perspectiva nas instituições de ensino superior prepara os futuros profissionais para considerar os impactos de suas ações em um leque mais amplo de partes interessadas, indo além de acionistas e clientes e promovendo um impacto positivo mais amplo e duradouro.

A polissemia e a pluralidade também estimulam debates acadêmicos mais profundos e diversificados, instigando a inovação social e a integração de perspectivas multidisciplinares. Esse conhecimento ampliado e contextualizado enriquece a análise das práticas sociais e contribui para soluções mais criativas e eficazes para desafios sociais. A compreensão dos conceitos e termos do empreendedorismo social e solidário orienta estrategicamente os empreendedores, fortalecendo sua capacidade de gerar impacto positivo significativo e sustentável na sociedade.

Sob o olhar e a compreensão das concepções e motivações da comunidade acadêmica em torno da formação e educação em e para o empreendedorismo social e solidário, de acordo com os dados analisados e combinados com a revisão teórica, é possível concluir que as percepções e interpretações da tese evidenciam que os estudantes enxergam a educação do empreendedorismo social e solidário como uma área vital e transformadora, tanto no contexto educacional quanto na prática profissional. Os estudantes entendem o empreendedorismo social e solidário como uma ferramenta essencial para promover mudanças sociais e resolver problemas comunitários, valorizando a oportunidade de aprender a criar e gerenciar empreendimentos que têm um impacto social positivo. Nesse sentido, a pesquisa revelou que uma grande parte dos estudantes não tem contato direto com o empreendedorismo social e solidário. No entanto, esses alunos acreditam que a inclusão desse tema em sua formação

acadêmica promove maior engajamento e motivação, especialmente quando percebem que a educação está conectada com questões reais e práticas sociais, econômicas e ambientais. Essas descobertas fortalecem o argumento da tese sobre a importância da educação do empreendedorismo social e solidário. É fundamental notar que uma maioria significativa dos estudantes demonstra interesse em aprofundar seu conhecimento na área. Isso não apenas reforça a relevância do tema para a geração atual, mas também evidencia uma demanda crescente por uma formação acadêmica que integre de forma mais significativa aspectos sociais e solidários.

O alto nível de interesse com a temática revela uma conscientização crescente entre os jovens sobre o papel transformador que o empreendedorismo social e solidário pode desempenhar na sociedade. Ignorar essa demanda seria desconsiderar uma oportunidade valiosa de moldar futuros profissionais que, além de almejar o sucesso econômico, também vislumbram o impacto positivo nas comunidades em que atuam. Os estudantes consideram a educação do empreendedorismo social e solidário essencial para o desenvolvimento de habilidades importantes para a gestão, como liderança e criatividade, que são indispensáveis para o sucesso profissional. Eles esperam que as IES modernizem seus currículos acadêmicos, promovam práticas inovadoras e estabeleçam parcerias com organizações sociais, proporcionando oportunidades práticas para aplicar o conhecimento adquirido. Além disso, muitos veem essa educação como uma maneira de alinhar suas carreiras com seus valores e objetivos pessoais, buscando causar um impacto positivo e contribuir para uma sociedade mais equitativa e equilibrada. Em suma, ensinar empreendedorismo social e solidário complementa a formação dos estudantes, capacitando-os a serem agentes de mudança positiva em suas comunidades e no mundo. Isso não apenas amplia suas oportunidades de carreira, mas também fortalece seu compromisso com valores de justiça social, responsabilidade ambiental e desenvolvimento sustentável.

No entanto, ao questionar os estudantes sobre a inclusão do empreendedorismo social e solidário nos cursos de gestão oferecidos pelas instituições de ensino superior, 45% deles admitiram não saber responder. Isso sugere que muitos estudantes não estão plenamente informados sobre o conteúdo e a estrutura dos currículos que frequentam. Além disso, não fazem parte dessa construção de forma institucionalizada dentro das IES, utilizando-se, por exemplo, do direito à participação no colegiado. Esse órgão tem por finalidade acompanhar, avaliar, implementar e propor alterações do Projeto Pedagógico de Curso – PPC, além de discutir temas ligados ao curso, planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso.

Logo, é justo ensinar sobre o empreendedorismo social e solidário, além do modelo Schumpeteriano tradicional, por várias razões importantes, como, por exemplo, sobre o foco no

Impacto Social, visto que, enquanto este modelo se concentra na inovação disruptiva e na criação de valor econômico, o empreendedorismo social e solidário prioriza a criação de valor social e ambiental. O empreendedorismo social e solidário propõe práticas empresariais sustentáveis, que não apenas geram impacto positivo imediato, mas também são viáveis a longo prazo; logo, ensinar e conscientizar nessa abordagem contribui para a formação de uma nova geração de profissionais conscientes, dedicados à construção de um futuro mais equilibrado e acessível.

Nesse sentido, a pesquisa sublinha a necessidade premente de uma educação estruturada do empreendedorismo social e solidário nas IES, apontando para a criação de uma base sólida e organizada que possa servir como alicerce para o desenvolvimento de futuros empreendedores. A estruturação da educação vai além da simples transmissão de conhecimentos teóricos, pois oferece uma abordagem prática efetiva da aplicação dos conceitos de empreendedorismo social e solidário no mundo real.

Ao caracterizar e analisar concepções, métodos e práticas de estímulo à educação do empreendedorismo social e solidário em nível superior, a pesquisa forneceu *insights* valiosos. Foram destacados aspectos específicos de cada IES estudada, suas articulações com as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs e suas abordagens na construção da temática.

A pesquisa evidenciou que as IES ainda não conseguem integrar de forma sustentável e estrutural a educação do empreendedorismo social e solidário nos cursos de Administração, gestão e áreas correlatas. Apesar dos esforços de algumas instituições, muitas não se envolvem nem demonstram interesse, negligenciando essa temática, mesmo com orientações das Novas Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs.

Cabe destacar que, mesmo com toda formação, qualificação e expertise dos membros da Comissão de análise das DCNs, considerando todos os participantes envolvidos na elaboração e todo esforço realizado para que as IES possam articular a temática no âmbito acadêmico, existe um *gap*, uma lacuna nessa construção. Faltam articulações e algumas pontes, entre as Novas DCNs e a sua aplicabilidade dentro das IES – lembrando que as IES possuem uma orientação de aplicabilidade das Novas DCNs. De acordo com a normativa, esse tempo foi definido entre 3 anos para a aplicação, a contar do dia 01/11/21, ou seja, com término até 01/11/24. Isso leva a pensar que as IES pesquisadas precisarão de um esforço muito maior para conseguir atender as Novas DCNs nesse período estipulado, bem como outras dificuldades podem surgir nessa perspectiva. A inserção da temática nas Novas DCNs ainda continua sendo percebida de forma geral e não específica, de acordo com a maioria dos participantes, o que dificulta uma construção mais sólida dentro das IES, juntamente com todos os envolvidos neste cenário. Ademais, continuam fortemente “enraizados” e “encostados” em outras vertentes,

como a do empreendedorismo tradicional, sem foco específico voltado para as diretrizes do empreendedorismo social e solidário de fato.

Na elaboração das Novas DCNs, observa-se que, apesar do engajamento significativo dos membros da comissão para criar um documento de alta qualidade, esse esforço ainda não foi totalmente eficaz. Segundo a maioria dos pesquisadores, alguns grupos não contribuíram de maneira efetiva nas orientações e definições das novas diretrizes relacionadas ao tema.

É importante considerar que a resolução estabelece diretrizes para o curso de Graduação em Administração, que devem ser seguidas pelas IES no desenvolvimento e na avaliação do curso dentro dos Sistemas de Educação Superior do país. Nesse sentido, é fundamental promover a disseminação da informação e conscientizar sobre a importância da elaboração dessas diretrizes, assim como identificar os grupos que podem e devem participar, suas contribuições e ações no processo de elaboração. Isso visa envolver todos os interessados para o êxito na criação dessas diretrizes.

Quanto ao objetivo de descrever os desafios pedagógicos relacionados à implementação de um currículo de educação e formação em empreendedorismo social e solidário, as IES reconhecem os obstáculos e limitações envolvidos. Entre eles, destacam-se a necessidade de capacitação dos docentes, a escassez de recursos financeiros e a resistência a mudanças curriculares e culturais. No entanto, percebe-se que há alguma consciência de direcionar mais esforços contínuos para superar essas barreiras através de capacitação, estabelecimento de parcerias e desenvolvimento de políticas institucionais favoráveis.

Nesse momento, pesquisadores e professores com formação na temática tornam-se essenciais para a disseminação do empreendedorismo social solidário nas IES de forma mais estratégica e estruturada, tanto para a mudança de cultura da própria IES quanto no sentido de inserir o estudante nesse contexto social. Após entender como, onde e quais são os atores envolvidos na construção da educação do empreendedorismo social e solidário, é possível compreender os desafios político-pedagógicos das IES públicas e privadas na implementação da temática.

A implementação da educação do empreendedorismo social e solidário nas IES no Brasil enfrenta uma série de desafios político-pedagógicos. Esses desafios são particularmente significativos em um contexto em que as IES, tanto públicas quanto privadas, são reconhecidas como agentes de transformação social e desenvolvimento econômico.

Em contraponto, as IES públicas, com sua missão voltada para objetivos sociais e comunitários, estão bem mais posicionadas para apoiar programas de empreendedorismo social e solidário. A diversidade de seus estudantes enriquece os programas com variadas perspectivas e necessidades, potencializando o impacto social e as parcerias com financiamentos

governamentais. No entanto, essas instituições enfrentam obstáculos consideráveis. A principal dificuldade é a limitação de recursos financeiros, que pode comprometer o desenvolvimento de programas e cursos especializados. O financiamento frequentemente é direcionado para áreas prioritárias definidas pelo governo, relegando o empreendedorismo social a um segundo plano. Além disso, a burocracia e a rigidez institucional impõem dificuldades adicionais. Processos administrativos complexos e múltiplos níveis de aprovação atrasam a implementação de novos cursos e programas, desmotivando professores e gestores a inovar e adaptar os currículos às demandas sociais contemporâneas.

Conforme citado anteriormente, a formação e a capacitação de professores para ensinar empreendedorismo social e solidário é outro desafio significativo. Muitos docentes não têm experiência ou formação específica na área, o que dificulta a transmissão de conhecimentos práticos e teóricos aos estudantes. Investir na capacitação contínua dos professores é muito importante para garantir a qualidade da educação oferecida.

Por outro lado, as IES privadas enfrentam entraves específicos na implementação da educação do empreendedorismo social e solidário. Sua natureza orientada para resultados econômicos frequentemente prioriza cursos que garantam retorno financeiro imediato, tornando o empreendedorismo social, que foca em impacto social mais do que em lucro, menos atraente financeiramente. Isso pode limitar a oferta de disciplinas e programas dedicados a essa área. Apesar de sua flexibilidade em comparação com as IES públicas, as privadas ainda têm dificuldades para adaptar rapidamente seus currículos. A integração do empreendedorismo social e solidário exige uma abordagem interdisciplinar e a inclusão de novos conteúdos, que muitas vezes não se alinham com os programas tradicionais de negócios e administração. Além disso, mesmo com uma maior capacidade de estabelecer parcerias com o setor privado e organizações não governamentais, as IES privadas enfrentam desafios para construir redes de apoio robustas e sustentáveis para o empreendedorismo social e solidário. A ausência de uma rede consolidada pode dificultar o acesso dos estudantes a mentorias e projetos com impacto social considerável.

Então, percebe-se que a facilidade de implementação da educação do empreendedorismo social e solidário pode variar dependendo das características específicas de cada IES, como sua missão, recursos disponíveis, cultura institucional e abertura à inovação. Em muitos casos, a colaboração entre IES públicas e privadas, aproveitando as vantagens de ambas, pode ser uma estratégia eficaz para promover a educação do empreendedorismo social e solidário. No entanto, existem os percalços comuns tanto nas IES públicas quanto nas privadas, como a sensibilização para a importância do empreendedorismo social e solidário.

Mudanças culturais são necessárias para que o empreendedorismo social e solidário seja valorizado e integrado de forma eficaz nos currículos acadêmicos.

Outro grande desafio para as IES é o desenvolvimento de competências específicas para o empreendedorismo social e solidário, pois exige uma abordagem pedagógica inovadora. É necessário promover habilidades como pensamento crítico, empatia, reciprocidade, consciência ambiental, liderança e capacidade de trabalhar em equipe, dentre outras. Essas competências são essenciais para que os estudantes possam identificar e atuar sobre problemas sociais de maneira eficaz. Mas talvez um dos desafios mais difíceis seja a medição de impacto, ou seja, avaliar o impacto dos programas de empreendedorismo social e solidário é uma demanda contínua. As IES precisam desenvolver metodologias para medir o sucesso e o impacto social das iniciativas de seus estudantes e ex-estudantes. Isso inclui a criação de indicadores que apontem e orientem não apenas para o sucesso econômico, mas também o impacto social e ambiental das atividades empreendedoras.

Existem várias dificuldades e limites que permeiam a temática, mas, quando se trata de apresentar o termo de forma curricular nas IES pesquisadas, a percepção basilar da pesquisa é a de que é possível uma aproximação entre o empreendedorismo social e solidário e a curricularização do tema nos cursos das Escolas de Negócios. Nesse sentido se faz necessário, em primeira ordem, o entendimento da temática de forma mais clara e precisa – o que fica visível na pesquisa – junto a todo o ecossistema educacional que permeia as IES, os Conselhos CFA/CRA, a ANGRAD, a comunidade, os empresários etc.

Cabe destacar, finalmente, que, dentre os objetivos propostos, é essencial produzir subsídios para a inserção ou aprimoramento da educação do empreendedorismo social e solidário em cursos de negócios no Distrito Federal. Isso inclui debates, formação contínua de professores e a estruturação de ações de ensino, pesquisa e extensão.

No desenvolvimento de estratégias para o sucesso da educação do empreendedorismo social e solidário nas IES, de forma sólida e curricular, é crucial considerar a criação de políticas públicas que incentivem a inclusão do empreendedorismo social e solidário nos currículos acadêmicos. Isso pode ser uma estratégia eficaz para superar os desafios enfrentados pelas IES. Por exemplo, incentivos fiscais, subsídios e programas de apoio governamental podem motivar tanto as IES públicas quanto as privadas a investir nessa área. Nesse sentido, a articulação e mobilização dos órgãos competentes, como o Governo, MEC, ANGRAD, os Conselhos CFA/CRA, as IES, a comunidade e os empresários, principalmente locais e regionais, são extremamente importantes para criarem suas demandas e serem agentes facilitadores no processo de solicitação e transformação de vertentes e oportunidades na educação do

empreendedorismo social e solidário. A troca de experiências e boas práticas entre instituições pode enriquecer o processo de ensino-aprendizagem.

Durante as entrevistas, professores e gestores acadêmicos relataram que poucos têm contato com a temática do empreendedorismo social e solidário, e raramente se envolvem com trabalhos relacionados a esses conceitos. Eles também destacaram que as IES frequentemente atribuem pouca importância a esse tema. Isso indica uma necessidade clara de capacitação e formação mais focada e estruturada para esses profissionais, com o objetivo de aprofundar seu conhecimento e prática sobre o empreendedorismo social e solidário. A pesquisa mostra que a forma mais eficiente de familiarização com o tema seria por meio de palestras, seminários e cursos. Esse cenário destaca a importância de criar uma estrutura de educação que atenda melhor às demandas de formação nesta área. Apesar do atual baixo envolvimento, é importante observar que a maioria dos entrevistados demonstra interesse e disposição para aprender mais sobre o assunto.

Nesse contexto, por exemplo, a sugestão de contribuição da temática pelos Conselhos Federal e Regionais destaca-se de forma estratégica ao promover a inclusão dos próprios administradores registrados no processo de conscientização e formação sobre o tema. Posteriormente, essa conscientização pode ser externalizada para as IES através de diversos meios, como debates do tema nas plenárias, palestras, lives, cursos, conversas com especialistas e estudiosos do tema, além da conscientização dos temas sociais, aproximando, assim, esses administradores das instituições de ensino. E para atender às demandas mencionadas, os entrevistados, principalmente aqueles ligados às Novas DCNs, em sua maioria, acreditam que, com a curricularização da extensão nos cursos, a temática terá um campo mais fértil para sua disseminação. A Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, sobre a Extensão na Educação Superior Brasileira, tem como principal objetivo ser uma atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Portanto, ao integrar a curricularização com a exigência de 10% da carga horária do curso dedicada a atividades extensionistas, a temática do empreendedorismo social e solidário seria incorporada de maneira direta e obrigatória ao currículo dos cursos. No entanto, a implementação da educação sobre esse tema nas IES brasileiras ainda enfrenta desafios consideráveis, conforme discutido anteriormente.

Neste contexto, entende-se que uma gestão consciente e sustentável traduz várias ideias e preocupações, devido à gravidade dos problemas que causam riscos às condições de vida no

mundo. Contudo, formar gestores conscientes gera a esperança de dias melhores, de oportunidade de desenvolvimento e crescimento mais duradouro.

Nesse cenário, as transformações ocorrem de modo lento, devido à necessidade de uma mudança de pensamento cultural, da visão de que os gestores devem objetivar somente lucros. A alteração de padrão requer um pensamento para visão de formar administradores e gestores conscientes de seu papel na sociedade, respeitando os aspectos sociais e ambientais nas tomadas de decisões.

Concluindo, se os estudantes e o corpo acadêmico das IES expressam um interesse genuíno pela educação do empreendedorismo social e solidário, reconhecendo sua relevância fundamental para a formação de futuros profissionais da Administração e áreas correlatas, e se as Novas DCNs formalmente valorizam essa temática, então por que a inserção e implementação dessa abordagem ainda enfrenta tantos obstáculos?

A discrepância entre o reconhecimento abstrato da importância do empreendedorismo social nas Novas DCNs e sua realidade concreta nas IES é um exemplo claro de um desalinhamento crítico. A diferença entre as exigências normativas apresentadas pelas instituições, como o Projeto Pedagógico Institucional (PDI) e o Projeto de Curso Curricular (PCC), e a real aplicação desses documentos revela um problema profundo. Em teoria, as diretrizes do MEC promovem a inclusão do empreendedorismo social; na prática, a falta de uma aplicação consistente e efetiva demonstra que há um descompasso preocupante.

Uma outra questão que permeia sobre esse cenário é a metodologia de avaliação do MEC, que deve validar as práticas das IES, mas que frequentemente falha em refletir a verdadeira qualidade e eficácia da educação. A atual forma de avaliação é amplamente questionada por não capturar as nuances e as práticas reais dos cursos oferecidos, levando a uma visão distorcida das efetivas implementações curriculares.

Além disso, a pesquisa revela um "vazio a ser preenchido" na educação do empreendedorismo social e solidário. Esse vazio não é apenas uma lacuna na aplicação, mas um reflexo de um diálogo insuficiente entre a formulação normativa e as realidades das IES. O fato de que a temática é reconhecida nas novas DCNs, mas ainda considerada de forma tímida por muitos envolvidos, aponta para uma falta de clareza e de compromisso real com a implementação prática.

A situação é ainda mais complexa quando se considera a necessidade de abordar as questões políticas, estruturais e culturais que afetam a aplicação da normativa. A falta de políticas públicas e de incentivos governamentais é um fator crucial, mas não o único. As dificuldades estruturais dentro das IES e a resistência cultural à inclusão da educação do empreendedorismo social também desempenham papéis significativos.

Sem um comprometimento real das políticas públicas e sem mudanças culturais nas IES, a aplicação prática da educação do empreendedorismo social continuará sendo comprometida. A falta de entendimento e apropriação da importância dessa temática é uma barreira considerável. Sem um conhecimento profundo das vertentes e da viabilidade do empreendedorismo social, como se pode avaliar adequadamente sua eficácia e impacto?

Portanto, a rejeição da educação do empreendedorismo social e solidário nas IES deve ser abordada com rigor. É essencial compreender por que essa temática não está sendo ensinada de maneira adequada, mesmo diante do consenso sobre sua importância. A falta de articulação entre os diversos atores envolvidos e a ausência de uma estrutura sólida para a implementação são evidentes e precisam ser superadas.

Para avançar, deve-se trabalhar na integração efetiva do empreendedorismo social e solidário nos currículos acadêmicos e garantir um acompanhamento rigoroso dos resultados. A divulgação dos impactos positivos desse tipo de empreender é fundamental para que a temática ganhe a atenção e o respeito que merece. Somente assim será possível transformar a compreensão e a prática da educação do empreendedorismo social, aproveitando todo o potencial que ele pode oferecer para a economia e para a sociedade.

Por fim, é relevante considerar as limitações encontradas durante o desenvolvimento desta tese. Um dos principais desafios foi a polissemia do conceito. O estudo teórico sobre o empreendedorismo solidário enfrenta diversas limitações que comprometem a profundidade e a abrangência da pesquisa. Primeiramente, a falta de uma definição uniforme e amplamente aceita do conceito de "empreendedorismo solidário" dificulta a construção de uma base teórica consistente. Enquanto o termo "empreendedorismo social" é bem estabelecido e amplamente discutido, o empreendedorismo solidário é frequentemente caracterizado por uma diversidade de abordagens e interpretações, o que gera ambiguidade e falta de clareza conceitual.

Além disso, a escassez de literatura especializada e a limitação de autores que se dedicam ao estudo do empreendedorismo solidário reduzem a disponibilidade de referências teóricas mais amplas. A maior parte das pesquisas existentes se concentra no empreendedorismo social como um todo, com pouca atenção ao aspecto solidário, que envolve práticas de cooperação e mutualidade voltadas para a inclusão social e a equidade. Essa lacuna na literatura dificultou a construção de um referencial teórico mais abrangente e específico.

A pluralidade de abordagens e a variação nas práticas de empreendedorismo solidário também contribuem para as limitações teóricas. O conceito abrange uma ampla gama de iniciativas e metodologias, cada uma com suas próprias características e objetivos. Isso torna difícil estabelecer um quadro teórico coeso que possa ser amplamente aplicado e aceito, levando a uma fragmentação do conhecimento e a dificuldades na generalização dos achados.

Realizar pesquisas de campo em IES, especialmente na área de gestão e negócios, enfrenta uma série de desafios. Um dos principais obstáculos é a falta de incentivo à pesquisa, que pode limitar o acesso a dados e a colaboração com pesquisadores e gestores dentro das instituições. Muitas IES têm dificuldade em integrar a pesquisa acadêmica ao seu cotidiano, resultando em processos burocráticos complexos e demorados para a autorização de estudos e a obtenção de informações.

Nesse sentido, no que se refere às dificuldades empíricas da pesquisa, várias foram observadas. Inicialmente, o acesso às IES foi dificultado por desafios burocráticos relacionados à autorização da pesquisa. Esses processos administrativos nas instituições são complexos e podem atrasar a realização dos estudos.

Outro desafio significativo foi a dificuldade em encontrar e obter autorização de contatos-chave dentro das instituições, como gestores, coordenadores de cursos e professores. Localizar essas pessoas e obter sua permissão para acessar dados ou participar da pesquisa foi complicado, especialmente quando a IES não tinha um ponto de contato claro e esses indivíduos estavam sobrecarregados com outras responsabilidades. Além disso, as restrições de acesso a dados representaram um obstáculo considerável. Informações sensíveis, como dados pessoais de estudantes e colaboradores, estão frequentemente protegidas por normas de privacidade, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Brasil.

Uma vez estabelecido o contato com as IES, foi necessário realizar um processo de integração, explicação e monitoramento com os contatos nas instituições e os entrevistados. Devido ao distanciamento da pesquisadora e à falta de vínculos com algumas IES, alguns participantes podem não ter levado a pesquisa tão a sério ou com a devida responsabilidade nas respostas. As constatações da tese indicam que, nas escolas de negócios dessas IES, a pesquisa é pouco incentivada e reconhecida, o que interfere na participação nas pesquisas propostas.

No que diz respeito à pesquisa com gestores envolvidos na formulação das Novas DCNs, a principal dificuldade foi o acesso a esses profissionais. Atingi-los exigiu várias tentativas. Além disso, obter respostas de sua parte foi complicado devido às limitações de tempo e às responsabilidades diárias. Esse obstáculo afetou diretamente a pesquisa, evidenciando a falta de integração e o limitado conhecimento de muitos sobre a temática abordada.

Por conseguinte, esse estudo focou na educação do empreendedorismo social e solidário nas IES, explorando tanto suas possibilidades quanto suas limitações. As informações obtidas com esta tese são consideradas fundamentais para uma ampla gama de atores sociais. Envolvendo desde estudantes e docentes, passando por agentes governamentais e universidades, até empreendedores sociais e futuros candidatos, os dados fornecem

informações valiosas para o desenvolvimento e aprimoramento da educação do empreendedorismo social e solidário. Outrossim, a continuidade deste estudo pode explorar novas áreas ainda não investigadas ou pouco observadas, ajudando a aprofundar e avançar a educação do empreendedorismo social e solidário no ensino superior. É recomendável que a pesquisa se expanda para fornecer uma visão mais detalhada sobre como o empreendedorismo social e solidário está sendo ensinado em todas as Instituições de Ensino Superior, sejam elas privadas, públicas ou estaduais no Brasil.

Além disso, seria importante realizar um estudo mais aprofundado sobre como as IES estão se conectando com o mercado. Isso envolve analisar como a educação do empreendedorismo social e solidário atende às reais necessidades e demandas dos empreendimentos sociais. Também é essencial investigar os impactos e indicadores dos empreendimentos sociais na economia, pois frequentemente há uma escassez de dados sistemáticos e avaliações detalhadas sobre esse impacto. Analisar como esses empreendimentos afetam a economia e quais métricas são usadas para avaliar esses efeitos ajuda a preencher essa lacuna. A falta de informações precisas e análises aprofundadas limita a compreensão completa dos efeitos econômicos dos empreendimentos sociais, tornando essencial a realização de estudos mais detalhados para melhorar a avaliação e a eficácia dessas iniciativas.

Outro campo de estudo imbricado na tese são as Políticas Públicas. É essencial investigar como essas políticas afetam a educação do empreendedorismo social e solidário e sugerir recomendações para aprimorar o suporte governamental e institucional. Recomenda-se que os formuladores de políticas adotem uma abordagem integrada, promovendo a colaboração entre instituições acadêmicas, organizações sociais e o setor privado.

Para concluir, recomenda-se o estudo da educação empreendedora social. Futuras pesquisas sobre educação empreendedora social no Brasil devem se concentrar na construção de uma base teórica mais sólida, na coleta e análise de dados empíricos relevantes, na avaliação das práticas educativas e na promoção de parcerias eficazes entre as IES e o setor de empreendedorismo social e solidário. Essas investigações são fundamentais para aprimorar a formação de empreendedores sociais e solidários e fortalecer o impacto social positivo no país. Contudo, é importante considerar que a formação sociológica da educação e ensino não ocorre isoladamente, mas sim através de um diálogo dinâmico entre múltiplos campos do saber. Esses campos interagem e se entrelaçam no processo de produção social, bem como em diversos processos paralelos e complementares de formação educacional. A integração desses saberes permite uma compreensão mais abrangente e enriquecedora da educação, destacando a necessidade de uma abordagem interdisciplinar que valorize as conexões e interdependências entre diferentes áreas do conhecimento. Esse entrelaçamento não apenas amplia a perspectiva

educacional, mas também contribui para a construção de práticas de ensino mais eficazes e contextualizadas, refletindo a complexidade e a riqueza do fenômeno educativo.

## REFERÊNCIAS

- ADAMS, T. Educação na economia solidária: desafios e perspectivas. Educação. Santa Maria. V. 39 n. 31 p. 577-588, set.dez. 2014.
- ALONSO, Angela. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. In Cebrap (Org.), Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo. São Paulo: Sesc/São Paulo, Cebrap, 2016, pp. 8-23.
- ALVES, Alexandre; KLAUS, Viviane; LOUREIRO, Carine Bueira. Do sonho a realização: pedagogia empreendedora, empresariamento da educação e racionalidade neoliberal. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 47, e226115, [s.l.], 23 jun. 2021.
- APPLE, Michael W. Educação e Poder. Porto Alegre: Artmed, 1989.
- APPLE, Michael W. Ideologia e Currículo. Porto Alegre: Artmed, 3ª ed., 2006.
- ARRUDA, M. Humanizar o infra-humano: a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária. Petrópolis: Vozes, 2003.
- ASHOKA. Ashoka. Disponível em: <<https://www.ashoka.org/>>. Acesso em: 11/05/2024.
- AUSTIN, J., STEVENSON, H., & WEI-SKILLERN, J. Social and commercial entrepreneurship: Same, different, or both? *Entrepreneurship Theory and Practice*, 30(1), 1-22, 2006.
- BARBALHO, A e UCHOA, C. V. Empreendedorismo social como campo em formação no Brasil: o papel das instituições Ashoka, Endeavor e Artemisia. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 20, n. 2, p. 421-433, abr./jun. 2019.
- BEVERIDGE, William. Pleno empleo en una sociedad libre. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1988.
- BORGES, M. de L., SOUZA, R. V. de & SCHOLZ, R. H. Memórias e etnometodologia na incubação de empreendimentos solidários. Canoas, RS: Ed. Unilasalle, 2019.
- BOSE, Monica. Empreendedorismo social e promoção do desenvolvimento local. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: RICHARDSON, John G. (Ed.). Handbook of theory and research for the sociology of education. New York: Greenwood Press, 1986. p. 241-258.
- BOURDIEU, Pierre. Outline of a theory of practice. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. The field of cultural production: Essays on art and literature. Cambridge: Polity Press, 1993.
- BOURDIEU, P. A Miséria do Mundo. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. Decreto Nº 5.811, de 21 de Junho de 2006. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/Decreto/D5811.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5811.htm)>. Acessado em 14/05/2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Trabalho. Economia Solidária. Publicado em Agosto de 2015. Disponível em <<http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>>. Acessado em 14/05/2020.

CARVALHO, Joaquim de. Empreendedorismo solidário e desenvolvimento comunitário. São Paulo: Editora XYZ, 2010.

CASTRO, C. M. O ensino da administração e seus dilemas notas para debate. *Revista de Administração de Empresas*, 21(3), 58-61, 1981.

CATTANI, A. D.; LAVILLE, J-L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almedina, 2009.

CIEGIS, R.; RAMANAUSKIENE, J.; MARTINKUS, B. The concept of sustainable development and its use for sustainability scenarios. [S. l.]: *Inzinerine Ekonomika-Engineering Economics*, 2009.

CIEPS – Congresso Internacional de Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local: Como produzir e trabalhar na contramão do empreendedorismo? Feira de Santana, BA, Campus central da UEFS, 23 a 25 de maio de 2018. Disponível em <[https://www.socioeco.org/bdf\\_fiche-document-6354\\_pt.html](https://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-6354_pt.html)>. Acessado em: 10/12/2020.

CLAMP, C. A., & ALHAMIS, I. Social entrepreneurship in the mondragon co-operative corporation and the challenges of successful replication. *The Journal of Entrepreneurship*, 19(2), 149–177, 2010.

CMMAD, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*. 2 ed. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CORSETTI, B. A análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. *UNIrevista*, v.1, n.1, p.32-46, 2006.

COSTA, M. T. G. da; CARVALHO, L. C. A educação para o empreendedorismo como facilitador da inclusão social: um caso no ensino superior. *Rev. Lusófona de Educação*, Lisboa, n. 19, p. 103-118, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-72502011000300007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502011000300007&lng=pt&nrm=iso)>. Acessado em 06/12/2020.

CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DA SILVA, A. R. C. Crítica da educação empreendedora no ensino formal brasileiro: em defesa de uma educação para além do capital. *Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo*, v. 7, n. especial, p. 156-180, mai, 2022.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE FREITAS VIAN, Carlos Eduardo. Uma discussão da “visão” schumpeteriana sobre o desenvolvimento econômico e a “evolução” do capitalismo. Informe GEPEC, [S.l.], v. 11, n. 1, fev. 2008. ISSN 1679-415X. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/1090>>. Acessado em: 13 dez. 2020.

DEMO, P. Introdução à Sociologia: Complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. São Paulo: Atlas, 2002.

DESLAURIERS, J. KERISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. *et al.* A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

DORNELAS, José. Empreendedorismo: Transformando Ideias em Negócios. 5. ed. São Paulo: Elsevier, 2018.

DOWBOR, L. O que acontece com o trabalho? São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://dowbor.org/06oqueaconteceetrab.doc>>. Acessado em: 15/06/2022.

DOWBOR, L. Democracia Econômica: Alternativas de gestão social. Petrópolis: Vozes, 2008.

EDUCA Insights – Educa Análise de Mercado. O Abismo entre a universidade e o mercado de trabalho. (2021). <<https://educa-insights.com.br/educa-analise-de-mercado/>>. Acesso em 19/07/2022.

EMES. European Research Network, 2021. Disponível em <<http://www.emes.net/index.php?id=203>>. Acessado em: 07 dez de 2021.

EVERS, A.; LAVILLE, J.-L. 2004. Defining the third sector in Europe. In: A. EVERS; J.-L. LAVILLE (ed.), The Third Sector in Europe. Cheltenham, Edward Elgar Publishing Limited, p. 11-42, 2004.

FABRETE, Teresa Cristina Lopes. Empreendedorismo. 2 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2019.

FAGALI, E. Q. e OLIVEIRA, M. M. V. de. Os desafios da aprendizagem em projetos sociais: reflexões sobre incubadoras universitárias de empreendimentos solidários com enfoque multidisciplinar. Constr. psicopedag., São Paulo, v. 22, n. 23, p. 34-50, 2014. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-69542014000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542014000100003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 28/11/2020.

FERRARINI, A. V. Política pública brasileira de formação de formadores de trabalhadores em economia solidária: fundamentos, avanços e desafios. Otra Economía, v.5, nº 9, 2011.

FERRARINI, A. V. Educação popular na formação de trabalhadores da economia solidária: avanços políticos e desafios pedagógicos. Ciências Sociais Unisinos, v. 51, nº 2, maio/agosto 2015.

FISCHER, T. M. D. Difusão do conhecimento sobre organizações e gestão no Brasil: seis propostas de ensino para o decênio 2000/2010. *Revista de Administração Contemporânea*, 5(SPE), 123-139, 2001.

FISCHER, T. M. D. Empreendedorismo social: apontamentos para um debate. In: Centro Ruth Cardoso (org.). *Políticas sociais: ideias e prática*. São Paulo: Ed. Moderna, 2011.

FONTES, B. A. S. M. Capital Social e Terceiro Setor: sobre a estruturação das redes sociais em associações voluntárias In: II Seminário sobre gestão de organizações do Terceiro Setor, Anais. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

FOOTE-WHYTE, William. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, A. Z. *Desvendando Mascaras Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 45-66, 1980.

FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: um novo modelo de gestão pública? *Cadernos EBAPE.BR*. v. II, nº 1, FGV, mar. 2004.

FREIRE, Paulo, *Educação Como Prática da Liberdade*, Rio de Janeiro, dezembro de 1967. Editora Cortez, *Pedagogia do Oprimido* São Paulo, 43ª Edição, Editora Paz e Terra. In *Pedagogia da Autonomia*, 1997.

FRIGOTTO, G. *Educação e a crise do capitalismo real*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010a.

FRIGOTTO, G. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). *Ensino médio integrado*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010b. p. 57-82.

GAIGER, L. I. G. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. *Otra Economía*, Rio Grande do Sul, v. 2, n. 3, p. 58-72, 2º semestre de 2008. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/1145/310>>. Acessado em: 20/05/2023.

GAIGER, Luiz. *Empreendedorismo solidário: fundamentos e práticas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

GAIGER, L. I. G.; CORRÊA, A. da S. O microempreendedorismo em questão: elementos para um modelo alternativo. *Política e Sociedade*, Santa Catarina, v. 9, n. 17, p. 205-230, out. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/15678/14202>>. Acessado em: 23/05/2023.

GAIGER, L. I. G.; CORRÊA, A. da S. O diferencial do empreendedorismo solidário. *Ciências Sociais Unisinos*, Rio Grande do Sul, v. 47, n. 1, p. 34-43, jan./abr. 2011. Disponível em: <[http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/view/615/234](http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/615/234)>. Acessado em: 21/05/2023.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, p. 211-228, 2013.

GAIGER, L.I. G. O capitalismo de crise: lógicas e estratégias de dominação. *Cadernos IHU Ideias*, [S.l.], n. 323, 2013. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/323cadernosihuideias.pdf>>. Acessado em: 2 nov. 2024.

GAIGER, L. I. G. O mapeamento nacional e o conhecimento da economia solidária. Revista da ABET, volume 12, nº1, 2014.

GAIGER, L. I. G. e KUYVEN, P. Dimensões e tendências da economia solidária no Brasil. Sociedade e Estado, 34 (3): 811-834. 2019.

GAIGER, L. I. G. A reciprocidade e a instituição plural de mercados: um prisma para entender o papel histórico da Economia Social e Solidária. Nova Economia – v.31, nº.1, 2021.

GALERA, G.; BORZAGA, C. Social Enterprise. An International Overview of its Conceptual Evolution and Legal Implementation. Social Enterprise Journal, v. 5, n. 3, p. 18, 2009.

GIDDENS, A. Novas regras do método sociológico: uma crítica positiva das sociologias compreensivas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODÓI-DE-SOUSA, E. O processo sucessório em associações produtivas no Brasil: estrutura, desafios e oportunidades. São Paulo, 2010. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

GOES, G. M. V. Empreendedorismo “inovador” nas escolas de educação profissional no contexto da crise estrutural do capital. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, UFC. Plataforma Sucupira, 2016. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=4593638](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4593638)>. Acessado em 12/12/2020.

GONÇALVES, Alberto A. Empreendedorismo solidário em comunidades de baixa renda: desafios e oportunidades. Rio de Janeiro: Editora ABC, 2016.

GRAMSCI, A. Escritos políticos: volume 1. 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, A. Cartas do cárcere: volume 2. 1931-1937. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GRAMSCI, A. Excerto do Caderno 12: para a história dos intelectuais. In: NOSELLA, P. Antonio Gramsci para os educadores: antologia organizada por Paolo Nosella. São Paulo: Uninove/UFSCAR, 2008. p. 74-95.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere: volume 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRAMEEN BANK. Grameen Bank. Disponível em: <<http://www.grameen.com/>>. Acessado em: 11/05/2024.

GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. American Journal of Sociology, v. 91. n. 3, p. 481-503, 1985.

HAIS, R. de M. F. V. Empreendedorismo social: uma concepção de programas de projetos sociais no contexto da formação acadêmica. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Repositório Institucional da UFSC, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/88529>>. Acessado em: 30/10/2020.

HARVEY, David. O neoliberalismo: História e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HERVIEUX, Isabelle; LAMBERT, Patrick; TREMBLAY, Caroline. O empreendedorismo social e a inovação: uma análise crítica. Revista Brasileira de Empreendedorismo Social, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 45-67, jun. 2010.

HOPKINS, D. (2007). Social entrepreneurship: “real world” activations of the liberal arts education. Recuperado. Disponível em: <http://blogs.middlebury.edu/middlab/files/2011/01/David-Hopkins-SocialEntrepreneurship-Research-Paper.pdf> . Acessado em 17/06/2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília – Panorama. (2022). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/brasil/panorama>>. Acessado em 05/04/2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Taxa de Desemprego. (2022). Disponível em: <<https://ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acessado em 20/07/2022.

ICE – Índice de Cidades Empreendedoras: 2022. Disponível em: <<https://ice.enap.gov.br>>. Acessado em 15/02/2022.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. MEC - Ministério da Educação. Diretoria de Estatísticas Educacionais. Censo da Educação Superior 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>>. Acessado em 18/06/2023.

IPEA. Carta de conjuntura: número 60. Nota de conjuntura 4, 3º trimestre de 2023. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2023. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2023/07/230714\\_cc\\_60\\_nota\\_04\\_ifr.pdf](https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2023/07/230714_cc_60_nota_04_ifr.pdf)>. Acessado em: 11/03/2024.

IPEDF - Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal. IPEDF e Dieese analisam mercado de trabalho do DF sob a perspectiva territorial 2022/2023. Disponível em: <<https://www.ipe.df.gov.br/ipedf-e-dieese-analisam-mercado-de-trabalho-do-df-sob-a-perspectiva-territorial>>. Acessado em 30/06/2023.

ITELVINO, L. da S. Empreendedor Social: Entre a Educação Formal, Informal e Não Formal. Tese (doutorado) – Universidade Nove de Julho Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, 2015. Disponível em: <<https://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/994>>. Acessado em: 04/12/2020.

JUNIOR, E. B. L.; OLIVEIRA, G. S. de; SANTOS, A. C. O. dos & SCHNEKENBERG, G. F. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. Cadernos da Fucamp, v.20, n.44, p.36-51, 2021.

KIVA. Kiva. Disponível em: <<https://www.kiva.org/>>. Acessado em: 19/05/2024.

LAPEI – Laboratório de Pesquisa em Empreendedorismo e Inovação. Lista de Bases de Dados de Empreendedorismo e Inovação. (2022). Disponível em: <<https://lapei.face.ufg.br/p/42224-11-blog-lapei-lista-de-bases-de-dados-de-empreendedorismo-e-inovacao#:~:text=Um%20interessante%20banco%20de%20dados%20fornecido%20pelo%20IBGE,Pesquisa%20Nacional%20por%20Amostra%20de%20Domic%C3%ADlios%20Cont%C3%ADnua%20%28PNADc%29>>. Acessado em 20/07/2022.

LAVILLE, J.-L. *L'économie solidaire: une perspective internationale*. Paris, Desclée de Brouwer, 383 p.1994.

LAVILLE, J.-L. *La crise de la condition salariale : emploi, activité et nouvelle question sociale. Le travail, quel avenir?* Paris: Gallimard, 1997. (Coll. Folio/Actuel).

LAVILLE, J.-L. *Économie et solidarité: esquisse d'une problématique*. In: J.-L. LAVILLE (ed.), *L'Économie solidaire, Une perspective internationale*. Paris, Hachette Littératures, p. 9-76. 2007.

LAVILLE, J.-L e GAIGER, L. I. *Economia Solidária*. In. CATTANI, A. D.; LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina, 2009.

LECHAT, N. M. P. *Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata?* *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, Rio Grande do Sul, v. 2, n. 1, p. 123-140, jun. 2002. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/91/1673>>. Acessado em: 19/05/2024.

LIMA, Márcia. *O uso da entrevista na pesquisa empírica*. In: ABDAL, Alexandre e colaboradores (Org.). *Métodos de pesquisa em ciências sociais: bloco qualitativo*. São Paulo: SESC, 2016.

MARCONI, M. de A. e LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração análise e interpretação de dados*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARINS, J. *O empreendedorismo social como movimento transformador massivo*. In: ANASTACIO, M. R.; CRUZ FILHO, P. R. A.; MARINS, J. (org.). *Empreendedorismo social e inovação social no contexto brasileiro*. Curitiba: PUCPress, 2018.

MARSHALL, C; ROSSMAN, G. B. *Designing Qualitative Research*. 4 ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2006.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

MAUCOURANT, J.; PLOCINICZAK, S. *L'«institution» selon Karl Polanyi. Fondements et mise en perspective contemporaine*. *Tracés – Revue de Sciences humaines*, 2009. Disponível em: <<http://traces.revues.org/4257>>. Acessado em: 11 out. 2019.

MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. 3. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MEC, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.

MEC, Parecer CNE/CES nº 438/2020, p. 1 a 19. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991>. Acessado em 30/06/2024.

MEC, Resolução CNE/CES nº 5/2021, p. 47 e 48. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de outubro de 2021, Seção 1, pp. 47 e 48.

MELO NETO, F. P., & FRÓES, C. Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MELO NETO, Jorge; FRÓES, Cássio. Empreendedorismo social: novas práticas para um novo tempo. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.

MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital. 2. ed. ampl. São Paulo: Boitempo, 2008. (Coleção Mundo do Trabalho).

MOREIRA, S. V. Análise documental como método e técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. Atlas, p. 269-279, São Paulo, 2005.

MORT, Sullivan; WEERAWARDENA, Jay & CARNEGIE, Kashonia. Social entrepreneurship: Towards conceptualisation. International Journal of Nonprofit and Voluntary Sector Marketing, Vol. 8 No. 1, 2003, pp. 76–88. Henry Stewart Publications, 1465–4520.

NASCIMENTO FILHO, Manoel do. Análise de fatores que influenciam o aprendizado empreendedor de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Tese de Doutorado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil. Lume Repositório Digital, 2017. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/174446>>. Acessado em: 15/11/2020.

NOSELLA, P. Ensino médio: em busca do princípio pedagógico. Texto apresentado no VI Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares (promovido pelo LIPHIS do PPGE da Uninove), São Paulo, 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=1732&Itemid=>](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1732&Itemid=>)>. Acessado em: 22/05/2023.

OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias. Revista da FAE, v. 7, n. 2, 2004. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/416>>. Acessado em 06/09/2020.

OLIVEIRA, L. C. de. Empreendedorismo social: uma nova abordagem para a inovação social. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

OLIVEIRA, M. M. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis, Vozes, 2007.

PANDOLFI, M. de A. “Admirável mundo do empreendedorismo”: adoção do empreendedorismo como princípio educativo no curso Técnico em Administração do Instituto Federal do Espírito Santo. Tese de Doutorado: Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, Brasil. Repositório Institucional, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7065>>. Acessado em: 05/12/2020.

PARENTE, C.; COSTA, D.; SANTOS, M.; CHAVES, R. Empreendedorismo social: contributos teóricos para a sua definição. XIV Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho, Emprego e coesão social: da crise de regulação à hegemonia da globalização. Lisboa, 2011.

PARTE et al. Inovação e inclusão social: o papel do empreendedorismo social. São Paulo: Editora Moderna, 2011.

PETITAT, André. Produção da escola/produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PEREIRA, Carlos Alberto. Políticas públicas e empreendedorismo solidário: um diálogo necessário. Brasília: Editora DEF, 2015.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório de Desenvolvimento Humano 2020. Brasil: PNUD, 2020. Disponível em: <<https://www.undp.org/pt/brazil/pnud-no-brasil>>. Acessado em: 21/07/2024.

POLANYI, K. The great transformation: the political and economic origins of our time. Boston, Beacon Press, 317 p. 1944.

POLANYI, K. The Economy as Instituted Process. In: ARENSBERG, C.; PEARSON, H.; POLANYI, K. Trade and Markets in the Early Empires. Economies in History and Theory. Glencoe: The Free Press, 1957. p. 243-270.

POLANYI, K.; PEARSON, H.W. The livelihood of man. New York, Academic Press, 280 p. 1977.

POLANYI, K. La Grande Transformation. Aux origines économiques et politiques de notre temps. Paris, Gallimard, 467 p.1983.

POLANYI, K. A grande transformação. As origens da nossa época. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POLANYI, K. Essais de Karl Polanyi. Paris, Éditions du Seuil, 585 p. 2008.

PRIM, M. A., KRACIK, M. S. K., DANDOLINI, G. A., & FRANZONI, A. M. B. Inovação e empreendedorismo social: o poder transformador. Anais do Congresso Internacional de Conhecimento e Inovação – Ciki, V. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://proceeding.ciki.ufsc.br/index.php/ciki/article/view/465>>. Acessado em: 11/12/2020.

PUCRJ – Educação Continuada. Cursos de Especialização e Palestras e Eventos. Extensão e Negócios de Impacto Socioambiental (NIS). (2022). <<https://cursospucurio.wixsite.com/cursonis>>. Acessado em 19/07/2022.

QUARESMA, Valdete Boni e JUREMA, Sílvia. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. TESE. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia

Política da UFSC Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: <[https://www.academia.edu/10365254/Revista\\_Eletr%C3%B4nica\\_dos\\_P%C3%B3s\\_Graduandos\\_em\\_Aprendendo\\_a\\_entrevistar\\_como\\_fazer\\_entrevistas\\_em\\_Ci%C3%A2ncias\\_Sociais](https://www.academia.edu/10365254/Revista_Eletr%C3%B4nica_dos_P%C3%B3s_Graduandos_em_Aprendendo_a_entrevistar_como_fazer_entrevistas_em_Ci%C3%A2ncias_Sociais)> Acessado em: 20/10/2021.

QUINTÃO, C. Empreendedorismo social e oportunidades de construção do próprio emprego. In: SEMINÁRIO TRABALHO SOCIAL E MERCADO DE EMPREGO. Porto, 28 abril 2004.

ROSOLEN, T; TISCOSKI, G. P.; COMINI, G. M. Empreendedorismo social e negócios sociais: um estudo bibliométrico da produção nacional e internacional. Revista Interdisciplinar de Gestão Social, Salvador, v. 3, n. 1, p. 85-105, jan./abr. 2014.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio Ambiente. São Paulo: Studio Nobel e Fundação de Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP), 1993.

SANTOS, B. S., & RODRIGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In B. S. Santos (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista* (2a ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 63, p. 237-280, 2002.

SCHAEFER, R. Empreender como uma forma de ser, saber e fazer: o desenvolvimento da mentalidade e do comportamento empreendedores por meio da educação empreendedora. Tese de Doutorado: Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Brasil. O Manancial - Repositório Digital da UFSM, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/16023>>. Acessado em: 08/11/2020.

SCHUMPETER, J. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Zaar, 1984.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENA, A. C. Processos e redes de aprendizagem em uma organização não governamental. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Programa de Pós Graduação em Administração. Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. O que são negócios de impacto social e como eles funcionam. (2019). Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/o-que-sao-negocios-de-impacto-social,1f4d9e5d32055410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acessado em 20/07/2022.

SEBRAE. O que são negócios de impacto social. (2022). Disponível em: <<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/o-que-sao-negocios-de-impacto-social,1f4d9e5d32055410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Atualizado em: 21 out. 2023. Acessado em: 20/06/2024.

SEKN. Effective Management of Social Enterprises: Lessons from Businesses and Civil Society Organizations in Iberoamerica. Cambridge, Massachusetts: David Rockefeller Center Series on Latin American Studies, Harvard University Press, 2006.

SHANE, S.; VENKATARAMAN, S. The promise of entrepreneurship as a field of research. *Academy of Management Review*, n.º 25(I), p. 217-226, 2000.

SIEDENBERG, D. R. A gestão do desenvolvimento: ações e estratégias entre a realidade e a utopia. In: BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. (Org.). *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*. 2. ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010. cap. 5, p. 157-174.

SILVA, P. C. R. da. Práticas sustentáveis de empreendedorismo social. 2009. Disponível em: <[http://www.craes.org.br/doc/artigos/Artigos\\_Praticas%20sustentaveis%20de%20empreendedorismo%20social\\_33.pdf](http://www.craes.org.br/doc/artigos/Artigos_Praticas%20sustentaveis%20de%20empreendedorismo%20social_33.pdf)>. Acessado em: 24/05/2024.

SINGER, P. *Economia solidária: o que é e como funciona*. São Paulo: Editora 34, 2002.

SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. (6a ed.) São Paulo: Contexto, 2003.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. *Estudos Avançados*, [S.l.], v. 18, n. 51, p. 7-22, ago. 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9997>>. Acessado em: 18/05/2024.

SINGER, P. A economia solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, S. M. P. (Org.). *Economia solidária e educação de jovens e adultos*. Brasília: Inep, 2005. p. 13-20.

SKOLL FOUNDATION. Skoll Foundation. Disponível em: <<https://skoll.org/>>. Acessado em: 12/05/2024.

STRECK, D. R. A educação popular e a (re) construção do público. Há fogo sob as brasas? *Revista Brasileira de Educação*. V. 11 n. 32, maio/ago. 2006.

STRECK, D. R. Entre emancipação e regulação: (des)encontros entre educação popular e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*. V. 15, n.º 44, maio/ago 2010.

TEACH FOR ALL. Teach For All. Disponível em: <<https://teachforall.org/>>. Acessado em: 18/05/2024.

TIRIBA, L.; FISCHER, M. C. B. Aprender e ensinar a autogestão: espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 31 n. 2, 527-551, mai./ago. 2013.

TIRIBA, L. “De olho” nos sujeitos-trabalhadores e suas experiências de classe: contribuições ao campo trabalho e educação. *Trabalho Necessário* – [www.uff.br/trabalhonecessario](http://www.uff.br/trabalhonecessario); Ano 13, Nº 20/2015.

TISCOSKI, G. P. O processo de aprendizagem organizacional em uma incubadora social. Tese de doutorado – Universidade de São Paulo – USP. Repositório de teses e dissertações, 2016. Disponível em: < <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-11072016-121207/pt-br.php>>. Acessado em 9/12/2020.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VALE, G. V.; WILKINSON, J.; AMANCIO, R. Empreendedorismo, inovação e redes: uma nova abordagem. RAE-eletrônica, v. 7 n. 1, Art. 7, jan./jun. 2008.

VYGOTSKY, L. S. Formação social da mente. Trad.: J. C. Neto, L. S. M. Barreto, S. C. Afeche. 6° ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

## APÊNDICES

**APÊNDICE A – Questionário aplicado aos estudantes das Escolas de Negócios**

*A pesquisa: EDUCAÇÃO “EM” E “PARA” EMPREENDEDORISMO SOCIAL E SOLIDÁRIO: uma análise em IES privadas dos desafios político-pedagógicos.*

Pesquisadora/Doutoranda: Lorena Arrueta  
UNISINOS/RS

Nome completo do estudante (a): \_\_\_\_\_

Curso em que estuda:

- Administração
- Ciências Contábeis
- Ciências Econômicas
- Gestão de Recursos Humanos
- Gestão Financeira
- Gestão Comercial
- Gestão Hospitalar
- Gestão Pública
- Outro \_\_\_\_\_

Com que gênero você se identifica?

- Homem
- Mulher
- Transgênero
- Não binário
- Outro \_\_\_\_\_

Qual é a sua origem étnica/raça?

- Branca
- Preta
- Parda
- Indígena
- Amarela
- Outra \_\_\_\_\_

Qual é a sua idade?

- Menos de 18
- 18 a 24 anos
- 25 a 34 anos
- 35 a 44 anos
- 45 a 54 anos
- 55 a 64 anos
- mais de 65 anos

Qual é a sua situação atual de emprego?

- Empregado/Assalariado
- Autônomo
- Empresário
- Estágio remunerado
- Voluntário
- Não trabalha
- Outros \_\_\_\_\_

Indique sua faixa de renda?

- Menos de R\$ 1.000

- Entre R\$ 2.000 a R\$ 3.000
- Entre R\$ 3.000 R\$ 4.000
- Entre 4.000 e R\$ 5.000
- Entre 5.000 e R\$ 10.000
- Acima de R\$10.000

Já teve familiaridade com algum dos termos: Economia Solidária, Economia Social, Economia Popular e Outra Economia?

- Sim
- Não

Em uma escala de 1 a 5, sendo 1 nenhuma e 5 muita, qual a importância você dá ao tema do empreendedorismo?

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

Você sabe o significado de empreendedorismo social e solidário?

- Sim
- Não

Na sua opinião, qual dessas alternativas se enquadra melhor na definição (ou conceito) de empreendedorismo social e solidário?

- é o princípio de conduta mais essencial à ordem capitalista, incluindo aqui a figura do empreendedor ou homem-empresa.
- constitui um 'domínio institucional emergente', que se encontra na interseção entre dois campos estabelecidos – do empreendedorismo e do ativismo social – e busca se estabelecer como um novo campo, formado a partir da união dessas duas lógicas distintas.
- apresenta-se como movimento transformador amplo, cívico, ético democrático, transversal, descentralizado, inovador e exponencial.

Possui algum contato direto com o empreendedorismo social e solidário?

- Sim
- Não

Tem interesse de conhecer melhor sobre a temática do empreendedorismo social e solidário?

- Sim
- Não

Se a resposta à pergunta anterior for afirmativa, por qual das opções abaixo optaria?

- Curso
- Palestra
- Seminário
- Como disciplina – no curso em que estuda.
- Outros \_\_\_\_\_

Gostaria de se envolver com projetos, empresas ou atividades de gestão, voltadas para o empreendedorismo social e solidário?

- Sim
- Não

Já realizou algum curso onde foi abordada a temática do empreendedorismo social e solidário?

- Sim
- Não

Se a abordagem do tema sobre empreendedorismo social e solidário fosse lecionada no curso em que você estuda atualmente, como optaria em realizá-la?

- Disciplina curricular, ou seja, como uma disciplina obrigatória.
- Disciplina extracurricular, ou seja, com fins culturais, de complementação ou atualização de conhecimento.
- Disciplina optativa, ou seja, como uma disciplina que o aluno escolhe se quer ou não fazer.
- Assunto abordado dentro da disciplina de empreendedorismo ou outra disciplina do curso.

Na sua opinião, atualmente as IES (Instituições de Ensino Superior) trabalham a temática do empreendedorismo social e solidário em seus cursos de gestão?

- Concordo.
- Discordo.
- Não sei responder.

Você considera que as IES (Instituições de Ensino Superior) podem orientar quanto a educação do empreendedorismo social e solidário nos cursos de negócios?

- Concordo.
- Discordo.
- Não sei responder.

As IES (Instituições de Ensino Superior) possuem um papel fundamental na construção e na evolução dos conceitos de empreendedorismo social e solidário no âmbito acadêmico?

- Concordo.
- Discordo.
- Não sei responder.

Considerando o cenário da pandemia e pós-pandemia, você acredita que o empreendedorismo social e solidário poderia ajudar como mais uma forma de produção na economia?

- Concordo.
- Discordo.
- Não sei responder.

Você acredita que a temática do Empreendedorismo social e solidário, contribuiria para a formação dos profissionais das áreas de negócios?

- Concordo.
- Discordo.
- Não sei responder.

## APÊNDICE B – Entrevista aplicada aos Diretores, Coordenadores, Gestores Educacionais e Professores - Entrevista A

A pesquisa: *EDUCAÇÃO “EM” E “PARA” EMPREENDEDORISMO SOCIAL E SOLIDÁRIO: uma análise em IES privadas dos desafios político-pedagógicos.*

Pesquisadora/Doutoranda: Lorena Arrueta  
UNISINOS/RS

Nome completo do entrevistado (a): \_\_\_\_\_

Data da entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

### 1. Dados demográficos

Com que gênero você se identifica?

- Homem
- Mulher
- Transgênero
- Não binário
- Outro \_\_\_\_\_

Qual é a sua origem étnica/raça?

- Branca
- Preta
- Parda
- Indígena
- Amarela
- Outra \_\_\_\_\_

Qual é a sua idade?

- Menos de 18
- 18 a 24 anos
- 25 a 34 anos
- 35 a 44 anos
- 45 a 54 anos
- 55 a 64 anos
- mais de 65 anos

Qual é a sua situação atual de emprego?

- Empregado/Assalariado
- Autônomo
- Empresário
- Estágio remunerado
- Voluntário
- Não trabalha
- Outros \_\_\_\_\_

Indique sua faixa de renda?

- Entre R\$ 1.000 a R\$ 2.000
- Entre R\$ 2.000 a R\$ 3.000
- Entre R\$ 3.000 R\$ 4.000
- Entre 4.000 e R\$ 5.000
- Entre 5.000 e R\$ 10.000
- Acima de R\$10.000

## 2. Sujeitos da pesquisa – Entrevistados

Sua função atualmente é?

- Professor (a) do Ensino Superior
- Coordenador (a) de Instituição do Ensino Superior
- Diretor/Reitor (a) de Instituição do Ensino Superior
- Outro tipo de gestor (a) educacional de Instituição do Ensino Superior
- Outro \_\_\_\_\_

Em qual (is) curso (s) você atua?

- Administração
- Ciências Contábeis
- Ciências Econômicas
- Gestão Comercial
- Gestão de Cooperativas
- Gestão de Recursos Humanos
- Gestão Financeira
- Gestão Hospitalar
- Gestão Pública
- Logística
- Marketing
- Processos Gerenciais
- Nenhum
- Outro \_\_\_\_\_

Há quanto tempo encontra-se envolvido em atividades na Educação Superior?

- Entre um e três anos
- Entre quatro e sete anos
- Entre oito e onze anos
- Entre doze e quinze anos
- Entre dezesseis e vinte anos
- Mais de vinte anos

## 3. Perguntas norteadoras para Entrevista A

1. Qual a importância do tema do empreendedorismo para a formação dos estudantes dos cursos da área de gestão e negócios?
2. Na sua opinião, qual o significado de empreendedorismo social e solidário?
3. Possui algum contato direto com o empreendedorismo social e solidário? Conte como foi sua experiência.
4. Tem interesse em conhecer melhor sobre a temática do empreendedorismo social e solidário? De que forma? Curso, palestra, seminário etc.?
5. Gostaria de se envolver com projetos, empresas, gestão, voltados para o empreendedorismo social e solidário? Por quê?
6. Já realizou algum curso livre, técnico, tecnólogo, graduação ou pós-graduação, em que foi abordada a temática do empreendedorismo social e solidário? Onde?
7. Se a resposta anterior for afirmativa, como foi abordada a temática do empreendedorismo social e solidário? Exemplo: disciplina curricular, disciplina extracurricular, disciplina optativa, assunto abordado dentro da disciplina de empreendedorismo, outra.
8. Em sua visão, atualmente as Instituições de Ensino Superior têm dado importância à temática do empreendedorismo social e solidário em seus cursos de gestão e negócios? Comente de que forma.

9. Considerando o cenário da pandemia e pós-pandemia, em qual sentido você considera que o empreendedorismo social e solidário se apresenta como uma opção de desenvolvimento econômico sustentável?
10. Na sua percepção, qual é a contribuição da educação do empreendedorismo social e solidário na formação dos estudantes dos cursos da área de gestão e negócios?
11. Você considera importante ou fundamental que as IES adotem a educação do empreendedorismo social e solidário como disciplina curricular dos cursos da área de gestão e negócios? Por quê?
12. Na sua percepção, as Novas DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, homologadas pelo parecer CNE/CES nº 438/2020, abordam ou corroboram em que o empreendedorismo social e solidário poderia contribuir para novas competências na formação dos profissionais de Administração e áreas afins? Em qual sentido?

**APÊNDICE C – Entrevista aplicada aos Presidentes CFA e CRA, Ex-Presidentes CFA e CRA, Conselheiros (as) CFA e CRA, Ex-Conselheiros (as) CFA e CRA, Membros da Comissão Instituída, Membros da Comissão Especial de Análise das DCNs CFA e CRA, Membros da Comunidade Acadêmica - Entrevista B**

*A pesquisa: EDUCAÇÃO “EM” E “PARA” EMPREENDEDORISMO SOCIAL E SOLIDÁRIO: uma análise em IES privadas dos desafios político-pedagógicos.*

Pesquisadora/Doutoranda: Lorena Arrueta  
UNISINOS/RS

Nome completo do entrevistado (a): \_\_\_\_\_

Data da entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**4. Dados demográficos**

Com que gênero você se identifica?

- Homem  
 Mulher  
 Transgênero  
 Não binário  
 Outro \_\_\_\_\_

Qual é a sua origem étnica/raça?

- Branca  
 Preta  
 Parda  
 Indígena  
 Amarela  
 Outra \_\_\_\_\_

Qual é a sua idade?

- Menos de 18  
 18 a 24 anos  
 25 a 34 anos  
 35 a 44 anos  
 45 a 54 anos  
 55 a 64 anos  
 mais de 65 anos

Qual é a sua situação atual de emprego?

- Empregado/Assalariado  
 Autônomo  
 Empresário  
 Estágio remunerado  
 Voluntário  
 Não trabalha  
 Outros \_\_\_\_\_

Indique sua faixa de renda?

- Menos de R\$ 1.000  
 Entre R\$ 2.000 a R\$ 3.000  
 Entre R\$ 3.000 R\$ 4.000  
 Entre 4.000 e R\$ 5.000  
 Entre 5.000 e R\$ 10.000  
 Acima de R\$10.000

## 5. Conceitos iniciais

O empreendedorismo é decerto, uma temática de alta relevância pela possibilidade emancipatória que pode surgir para a sociedade, em especial para os profissionais em Administração. No entanto, cabe observar que não existe apenas um modelo empreendedor que o tradicional mercantil, mas uma infinidade de possibilidades, cujo escopo se amplia para além do indivíduo, na busca de um bem-estar social. É neste sentido que os termos empreendedorismo social e solidário ganham relevância no cenário atual, por se constituírem como uma possibilidade de intervenção social através da criação de formas alternativas de produção econômica, associada à participação social e democrática, com capacidades de inovação, de identificação e de aproveitamento de oportunidades para a criação de novos negócios, novos mercados e capital social, a serviço da geração concomitante de valores sociais e econômicos.

## 6. Perfil dos Entrevistados

- Presidente (a) do CFA – Conselho Federal de Administração
- Ex-Presidente (a) do CFA – Conselho Federal de Administração
- Presidente (a) do CRA – Conselho Regional de Administração
- Ex-Presidente (a) do CRA – Conselho Regional de Administração
- Conselheiro (a) do CFA – Conselho Federal de Administração
- Ex-Conselheiro (a) do CFA – Conselho Federal de Administração
- Conselheiro (a) do CRA – Conselho Regional de Administração
- Ex-Conselheiro (a) do CRA – Conselho Regional de Administração
- Membro da Comissão Instituída – Novas DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração) e outros
- Membro da Comissão Especial de Análise – Novas DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração) e outros
- Membro da Comunidade Acadêmica
- Outro \_\_\_\_\_

## 7. Perguntas norteadoras para Entrevista B

1. Uma vez compreendido o conceito de empreendedorismo social e solidário, na sua opinião ele é ensinado ou até mesmo desenvolvido de maneira transversal nas Instituições de Educação Superior?
2. De acordo com as Novas DCNs, a grande missão de uma Instituição de Educação Superior é fazer com que os conteúdos curriculares dos cursos de Administração sejam relevantes para o futuro profissional de Administração e que o diploma não apenas represente titulação acadêmica. A responsabilidade socio ambiental e a preocupação com a vulnerabilidade social tornam-se também relevantes na formação deste profissional. Neste sentido qual a sua visão sobre um projeto de educação e ensino em empreendedorismo social e solidário nas IES?
3. Na sua percepção, durante a elaboração das Novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, com Publicação da Resolução CNE/CES 5/2021 de 14/10/2021 no DOU de 01/11/2021, foi pensada e discutida a temática do empreendedorismo social e solidário como um tipo de formação de competências essenciais para o desenvolvimento dos novos profissionais de Administração e áreas afins? Qual a sua opinião sobre estas competências?
4. Quais são ou seriam as dificuldades e limites para inserção do empreendedorismo social e solidário como disciplina curricular ou temas transversais para o curso de Administração e áreas afins?
5. Quais atores ou membros da sociedade, na sua opinião deveriam participar ou se envolver no processo de elaboração das DCNs para inclusão de temáticas como a do empreendedorismo social e solidário como disciplina curricular para o curso de Administração e áreas afins nas Instituições de Educação Superior?

6. Caso você concorde esta temática, como os Conselhos Federais e Regionais de Administração podem contribuir para que a temática do empreendedorismo social e solidário faça parte da educação e formação dos profissionais em Administração e áreas afins, no intuito de ser uma alternativa socialmente responsável ao mercado de trabalho?